



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA



FRANCISCO ANDRADE DE LIMA

OS CAMINHOS DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA: DE
SANTARÉM AO SÍNODO PARA AMAZÔNIA (1972 a 2022)

MANAUS
2024

OS CAMINHOS DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA: DE SANTARÉM AO SÍNODO PARA AMAZÔNIA (1972 a 2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa 02: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos.

Orientador (a): Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas

**MANAUS
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732c Lima, Francisco Andrade de
Os caminhos da Igreja Católica na Amazônia: De Santarém ao Sínodo para a Amazônia (1972 a 2022) / Francisco Andrade de Lima . 2024
185 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marilene Corrêa da Silva Freitas
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Colonização. 3. Decolonização. 4. Igreja. 5. Sínodo. I. Freitas, Marilene Corrêa da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

FRANCISCO ANDRADE DE LIMA

**OS CAMINHOS DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA: DE
SANTARÉM AO SÍNODO PARA AMAZÔNIA (1972 a 2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa 02: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos.

Banca Examinadora:

Profa. Dra .Marilene Corrêa da Silva Freitas – UFAM (Presidente)

Profa. Dra .Rosa Ester Rossini – USP (Membro Titular)

Prof. Dr. Joaquim Hudson Ribeiro – Faculdade Católica do Amazonas (Membro Titular)

Prof. Dr. Adelson da Costa Fernando – IZT / UFAM – Parintins (Membro Titular)

Profa. Dra. Paula Mirana de Souza Ramos – DCIS/UFAM (Sulpenente)

Prof. Dr. Ludolf Waldiman Júnior – PPGSCA/UFAM (Sulpenente)

**MANAUS
2024**

A minha família, esposa e filhas, pelo apoio e colaboração para a conclusão deste trabalho, aos meus irmãos e irmãs que sempre compartilharam comigo da alegria deste projeto, aos meus pais (in memoriam), que abdicaram de muitas coisas para nos proporcionar a oportunidade de adentrar no mundo do conhecimento escolar e científico. A Dom Sérgio Eduardo Castriani, (In Memoriam), com quem pude compartilhar de muitos pensamentos contidos neste trabalho, e a Dom José Altevir da Silva, Bispo da Prelazia de Tefé, que possibilitou acesso ao acervo Histórico da Prelazia de Tefé.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir uma etapa na vida, é sempre importante reconhecer e agradecer aquelas pessoas que fizeram parte ou que tiveram algum papel durante o processo, porém enumerá-las é sempre difícil, corremos o risco de não lembrar de todas. Por isso, começo agradecendo a todas as pessoas que de alguma forma, tornaram este trabalho possível.

Agradeço a minha companheira de todas as horas, minha esposa Márcia Maria de Souza Miranda que compartilhou comigo de todos os momentos da vida nos últimos 25 anos. Minha Filha Fernanda Miranda de Andrade, que colaborou na correção deste trabalho. Minha Filha Ana Cristina Miranda da Costa, que acompanhou todo o processo da pesquisa, apoiando em tudo que foi possível.

Ainda no âmbito familiar, um agradecimento aos meus três irmãos e minhas três irmãs, que desde Tefé onde residem me apoiaram e se alegraram com os resultados obtidos. Minha mãe Maria de Nazaré Andrade de Lima (in memoriam) e meu Pai Getúlio Faustino de Lima (in memoriam), que sempre apoiaram e incentivaram a avançar no mundo do conhecimento.

A Prelazia de Tefé, através de seu Bispo Dom José Altevir da Silva, que “abriu as portas” do acervo histórico para que eu pudesse me debruçar nos documentos ali guardados, tornando possível a escrita desta dissertação. Da mesma forma agradeço as lideranças da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB no Regional Norte 1, com quem pude dialogar, e dar sequência a pesquisa a que me propus.

A Universidade Federal do Amazonas – UFAM, através do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia, possibilitou a realização desta pesquisa que agora é apresentada em forma de dissertação de mestrado. A cada um dos professores que se dedicaram a nos orientar e indicar os caminhos, ressalto aqui o Professor Nelson Matos Noronha, que coordenou o Programa e o atual coordenador Professor Caio Teixeira Souto. Professor Adelson da Costa Fernando que iniciou a orientação deste trabalho e a atual orientadora, Professora Marilene Corrêa da Silva Freitas.

Nestes dois anos de mestrado, formamos uma família de amigos e amigas, agradeço aos que compartilhei a amizade, ideias, sonhos e dificuldades. Foi um período de muitos desafios, vivemos o tempo da pandemia, que nos obrigou a descobrir alternativas para seguir o sonho de concluir o mestrado, por outro lado, nos fez valorizar ainda mais a importância de estarmos juntos. Finalmente agradeço a toda a equipe do Programa, que sempre que necessário estava disposta a nos oferecer as orientações e a ajuda necessária.

RESUMO

A finalidade deste trabalho é analisar os caminhos da Igreja católica na Amazônia, apresentando algumas chaves de leituras sobre o processo desde a chegada a região com os colonizadores europeus, corroborando com a justificação da colonização. Posteriormente vai se distanciando e passa por uma nova forma de atuação, o que denominamos “decolonização” iniciando pelo Concílio Vaticano II, passando pelas Conferências Episcopais Latino Americanas, chegando ao Encontro da Igreja Católica da Amazônia em Santarém no Estado do Pará em 1972 e tendo seu ponto culminante a realização do Sínodo para a Amazônia convocado pelo Papa Francisco em 2017, sendo concluído com a assembleia sinodal em outubro de 2019. Esta Dissertação apresenta estes caminhos, tomando como base os documentos aprovados pela Igreja, mas sobretudo os processos vivenciados, tendo como referência a Prelazia de Tefé.

Palavras Chave: Amazônia; Colonização, Decolonização, Igreja, Sínodo

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the paths of the Catholic Church in the Amazon, presenting some key readings about the process since the arrival in the region with European colonizers, corroborating the justification of colonization. Later on, it distanced itself and underwent a new form of action, which we call “decolonization”, starting with the Second Vatican Council, passing through the Latin American Episcopal Conferences, arriving at the Meeting of the Catholic Church of the Amazon in Santarém in the State of Pará in 1972 and having its culminating point was the Synod for the Amazon called by Pope Francis in 2017, concluding with the synodal assembly in October 2019. This Dissertation presents these paths, taking as a basis the documents approved by the Church, but above all the processes experienced, having as a reference to the Prelacy of Tefé.

Keywords: Amazon; Colonization, Decolonization, Church, Synod

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Descrição dos rios Pará, Curupá e Amazonas-----	20
Figura 2 Esquema de descontinuidade na Amazonia -----	22
Figura 3 Campanha toque sua boiada para o maior pasto do mundo -----	49
Figura 4 Modelo de previsão usado na Prelazia de Tefé -----	52
Figura 5 Divisão dos regionais a CNBB -----	54
Figura 6 Mapa do Programa de Integração Nacional -----	58
Figura 7 Relatório do curso técnico de desenvolvimentos para bispos da Amazonia Ocidental -----	60
Figura 8 Modelo da proposta do Anteprojeto -----	62
Figura 9 Quadro de votação CNBB 1973 -----	86
Figura 10 Quadro comparativo do território das igrejas da Amazonia -----	91
Figura 11 Mapa dos países que compõem a REPAM-----	102
Figura 12 Mapa comparativo do território das igrejas da Amazonia brasileira -----	103
Figura 13 Mapa da região Pan- Amazonia -----	109
Figura 14 Integrantes do Conselho Pré- Sinodal-----	112
Figura 15 Caminhos percorridos do Sínodo-----	113
Figura 16 Atividades de escuta realizadas por países -----	115
Figura 17 Participantes do processo de escuta -----	116
Figura 18 Participantes do processo de escuta -----	116
Figura 19 Composição da Assembleia do Sínodo -----	119
Figura 20 Mapa da Prelazia de Tefé-----	144
Figura 21 Seminário São José – Lago da cidade de Tefé-----	145
Figura 22 Cartaz da primeira Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé-----	153
Figura 23 Cartaz da 2º Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé -----	154
Figura 24 Foto do encerramento da 2º Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé-----	155
Figura 25 Cartaz da 3º Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé -----	156
Figura 26 Foto de encerramento da 3º Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé-----	156
Figura 27 Cartaz do 4º Encontro de CEBs da Prelazia de Tefé -----	157
Figura 28 Foto dos barcos chegando na cidade de Carauari com as Lideranças para o 4º Encontro de CEBs da Prelazia de Tefé -----	158
Figura 29 Cartaz do 5º Encontro de CEBs da Prelazia de Tefé -----	159
Figura 30 Imagem dos barcos em direção a cidade de Jutá. A. Barco com faixas de identificação . B. Embarcação chegando em Jutá. C. Barco navegando em direção ao encontro de ceps -----	159
Figura 31 Foto oficial da criação do CEAMA -----	166

LISTA DE SIGLAS

AC	Apostolicam Actuositatem
AG	Ad gentes
CD	Chistus Dominus
CEAMA	Conferência Eclesial da Amazônia
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão pastoral da Terra
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
DH	Dignitatis Humanae
DV	Dei Verbum
EDAP	Escola de formação de agentes de Pastoral
GE	Gravissimum Educationis
GS	Gaudium et Spes
IM	Inter Mirifica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária
LG	Lumen Gentium
MEB	Movimento de Educação de Base
OLMA	Observatório Sócio Ambiental Latino-Americano Luciano Mendes de Almeida
OE	Orientalium Ecclesiarum
OPAM	Operação Amazônia Nativa
OT	Optatam Totis
PC	Perfctae Caritatis

PIN	Plano de Integração Nacional
PO	Presbyteroum Ordinis
REPAN	Rede Eclesial Pan Amazônica
SC	Sacrosanctum Concilium
SELACC	Secretariado da América latina e Caribe da Cáritas
SNAP	Secretariado nacional para as Prelazias
SPEVEA	Superintendência do Plano de valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona franca de Manaus
UR	Unitatis Redintegratio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: -----	12
CAPÍTULO 1: A INSTITUCIONALIDADE DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA: DA COLONIZAÇÃO A ROMANIZAÇÃO -----	15
A colonização-----	15
1. A chegada e estabelecimento da igreja na amazônia -----	17
2. Caminhos descontínuos -----	22
3. Resistência dos nativos e as mudanças na forma de atuar da igreja-----	24
4. Do catolicismo guerreiro a religiosidade popular: processos de formação-----	27
4.1 Incursão nos festejos de Santo Antônio -----	31
5. Os caminhos percorridos passam pela institucionalização e pela atuação das lideranças	33
CAPÍTULO 2: A BUSCA DE UM ROSTO INSTITUCIONAL – DESCOLONIZAR PARA CHEGAR A UM CAMINHO DE SINODALIDADE -----	39
1. Perspectivas de decolonização: -----	39
1.1 A caminho de Santarém: iluminados pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais Latino Americanas. -----	41
1.1.1 Um Concílio descolonizador! -----	41
1.1.2 O Concílio levado ao chão da realidade latino-americana!-----	45
1.1.3 Desdobramentos do Concílio Vaticano II e de Medellín no Brasil -----	47
1.1.4 Desdobramentos do Concílio e de Medellín na Amazônia e em Tefé -----	49
1.2 A caminho de Santarém: estrutura organizacional da igreja do brasil e da Amazônia ----	52
2. Na busca de novos caminhos -----	56
2.1 Preparando o terreno! -----	56
3. Sonho que se sonha juntos é sinal de solução: rumo a Santarém -----	62
4. Santarém: novas perspectivas -----	64
4.1 Santarém 1972 – um novo jeito de atuar! -----	65
5. O plano pastoral aprovado -----	67
6. Uma nova prioridade a juventude: completando as lacunas de Santarém -----	72
6.1 As reformulações -----	73
7. Organização pastoral: reafirmações e novas decisões -----	74
8. Juventude: um olhar sobre o futuro da amazônia -----	75

9. De Santarém para toda a Amazônia: a aplicação das linhas prioritárias da pastoral da Amazônia na prelazia de Tefé	76
--	----

CAPÍTULO 3: SÍNODO ESPECIAL PARA A AMAZÔNIA: AMAZONIZANDO A IGREJA----- 81

1. Do pedido a convocação-----	81
1.1 O caminho se faz caminhando: 25 anos de Santarém -----	82
1.2 Celebrando e revisitando o caminho: 40 anos de Santarém -----	90
1.3 Sonhando com o Sínodo: Encontro de Belém 2016 -----	99
1.4 A convocação do Papa: outubro 2017 -----	106
2. O processo: “da imposição a escuta” -----	110
2.1 Comissão preparatória – Conselho pré-sinodal-----	112
2.2 É preciso ouvir a todos!-----	114
3. A assembleia sinodal -----	118
3.1 Convocados e convidados -----	119
3.2 O “ <i>Instrumentum Laboris</i> ” - Instrumento de trabalho – fruto do processo de escuta ---	121
3.3 A dinâmica do Sínodo e a aprovação do documento final - um olhar a partir de dentro.	122
4. Do documento final a exortação apostólica-----	124
4.1 A escuta converte: Valorizando o que se ouviu e confirmando os caminhos -----	124
4.2 Os 4 sonhos de Francisco: Exortação Pós Sinodal-----	129
4.3 Desafios e perspectiva na aplicação dos caminhos propostos -----	132

CAPÍTULO 4: AMAZONIZANDO A IGREJA - A BUSCA POR UM ROSTO ----- 135

1. A participação das mulheres a partir do sínodo -----	136
1.1 Uma Igreja de mulheres -----	136
1.2 A estrutura dirigida por Homens -----	137
1.3 O direito de votar: das assembleias diocesanas a Assembleia sinodal -----	138
2. Ribeirinhos e indígenas: protagonistas das suas histórias-----	139
2.1 O rosto da Igreja Amazônica -----	140
2.2 Desafios da valorização da cultura e da religiosidade dos povos originários -----	141
2.3 A inserção dos ribeirinhos e indígenas na estrutura da Igreja -----	142
2.4 A perspectiva da Criação de um rito amazônico -----	143
3. Aplicando os novos caminhos para a igreja católica da Amazônia: desde a prelazia de Tefé- -----	144
3.1 Novos caminhos -----	146

3.2 Formando uma rede: a comunidade aponta caminhos-----	151
4. Sínodo para a Amazônia ou sínodo da Amazônia? O caminho inverso: da Amazônia para o mundo! -----	160
4.1 A busca de caminhos novos ou compartilhamento dos caminhos percorridos? -----	162
4.2 Tecendo redes, amarrando os nós! -----	163
4.3 Avançando no caminho: Assembleia Eclesial -----	166
4.4 Fruto do Sínodo da Amazônia: O Sínodo sobre sinodalidade-----	167
4.5 Desafios que permanecem-----	168
4.5.1 Rosto feminino: Valorização e inserção das mulheres -----	169
4.5.2 Rosto indígena, ribeirinho, quilombola migrante- respeito à diversidade cultural-----	170
4.5.3 Casa comum: conversão ecológica e integral -----	170
4.5.4 Violências, corrupção e violações de direitos -----	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	172
REFERÊNCIA -----	176

INTRODUÇÃO:

“Alguns acreditam, que a cara do Brasil é a Amazônia
 Mas, na verdade; a Amazônia é a Alma do Brasil
 Floresta Equatorial Tropical, és a floresta das florestas, com hegemonia
 És o paraíso! Tens, do mundo, a terra mais viva e fértil!”
 Hernandes Leão

Amazônia, bioma, região, floresta, diversidade, povos, rios, água, vida, tudo isto junto a compõem, é uma diversidade pluricultural, étnica, com múltiplas funções, uma variedade de riquezas naturais. Por causa dessa pluralidade, e sobretudo a grande reserva natural que concentra uma variedade de riquezas, muitos olhares se voltam para a região, transformando-a em lugar de exploração, de pobreza, de sofrimento, mas por outro lado se apresentando como espaço de lutas e de muita resistência.

Politicamente não pertence a um único país, a Amazônia é internacional, é denominada “Pan-Amazônia” e envolve outros países, além do Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas (Inglesa e Francesa) e o Suriname compartilham dela.

No Brasil, foi instituída por lei como Amazônia Legal¹, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compreende aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso, Maranhão e Goiás, com uma superfície correspondente a cerca de 59% do território brasileiro, distribuídos em 775 municípios. Segundo dados do IBGE, nesta região vivem em torno de 23 milhões de habitantes, pouco mais de 12% da população, sendo mais de 68% vivendo nas cidades. Mais de 55% da população indígena brasileira reside nesta região, são cerca de 305 etnias, e ainda diversos povos isolados, sem contato com a civilização.

Esta dissertação pretende percorrer os caminhos da Igreja católica na Amazônia, buscando entender as curvas que este caminho fez, os portos que ancorou, os rios que navegou, os banzeiros e tempestades que enfrentou, as correções da rota e os consertos do barco que fez. Buscando compreender este percurso a partir do Ano de 1972, ancorado na cidade de Santarém, às margens do Tapajós. Sendo necessário recorrer há um período anterior, quando a Igreja chegava, lado a lado com as coroas espanhola e portuguesa, que disputavam a região, num período chamado de colonização.

¹ A Amazônia é a região compreendida pela bacia do rio Amazonas, a mais extensa do planeta, formada por 25.000 km de rios navegáveis, em cerca de 6.900.000 km², dos quais aproximadamente 3.800.000 km² estão no Brasil. A Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2 da lei nº 5.173, de outubro de 1966.

Para compreender estes caminhos será necessário ainda navegar pelo Oceano Atlântico, atravessar até a Europa, e ancorar em Roma, na Itália, visitar o Vaticano para entender como a Igreja chega ao Concílio Vaticano II (1962 a 1965), que é o marco da modernização da Igreja. Retornar para fazer uma Parada em Medellín na Colômbia (1968), analisar estas mudanças na América Latina. depois retornar ao Brasil, navegando pelo Rio Solimões, fazer uma Parada em Tefé no Amazonas, verificar como foi a implementação do Concílio na Região.

Estes caminhos seguirão, depois do Rio Tapajós em Santarém (1972), até o Rio Negro em Manaus em 1974, onde ocorrerá uma parada para ampliação da da rota.. a viagem seguirá subindo e descendo os rios amazônicos, sempre com parada em Tefé, ponto de referência para a análise. Até chegar novamente ao Vaticano em 2019 para o Sínodo para a Amazônia, ou seria da Amazônia?.

Para percorrer estes caminhos, foi necessário um processo metodológico. A base documental para esta investigação envolveu quatro focos:

1) Arquivos: Arquivo histórico da Prelazia de Tefé e Arquivo Histórico do Regional Norte 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

2) Documentos da Igreja: aprovados pelo Vaticano, pela Conferência episcopal Latino-Americana - CELAM, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, pelos Regionais da CNBB da Amazônia, pelos Organismos Eclesiais e pela Prelazia de Tefé.

3) Bibliografias: obras publicadas por autores que pesquisaram a Igreja da Amazônia.

4) Pesquisa nos repositórios institucionais da CAPES, CNPQ, revistas e universidades nos respectivos sites: teses, dissertações, artigos, mensagens, imagens, figuras que indiquem os caminhos da Igreja na Amazônia.

Ao percorrer estes caminhos, este trabalho tem o intuito de buscar compreender, as opções que a Igreja Católica foi fazendo, os avanços, os retrocessos e suas contribuições para os povos da Amazônia. A região da Prelazia de Tefé, foi o espaço geográfico definido para analisar a aplicabilidade dos caminhos novos que foram sendo indicados. Ao final do trabalho, será apresentada uma análise acerca da expressão “novos caminhos”, e a discussão se o Sínodo é para Amazônia conforme se expressa no tema do Sínodo, ou se de fato foi um Sínodo da Amazônia? Estas duas questões levantadas surgem porque no decorrer do trabalho se percebeu que o Sínodo é fruto de um longo processo, que o tema “novos caminhos”, já vinha sendo refletido provenientes do Concílio Vaticano II. Então levanta-se outro questionamento, o Sínodo então seria uma oportunidade de a Igreja da Amazônia tornar-se “visível”, e compartilhar seus caminhos, com a possibilidade de serem novos para outras partes do mundo, onde a Igreja Católica está presente:?

Por isso, ao apresentar esta dissertação, o faço, a partir do poema introdutório: “*Alguns acreditam, que a cara do Brasil é a Amazônia, mas, na verdade, a Amazônia é a Alma do Brasil*”. Assim, é possível refletir se a Igreja Católica da Amazônia é somente pensada pela Igreja Católica Universal sediada em Roma, ou A Igreja Católica da Amazônia, a partir de sua experiência pode também oferecer contribuições para a continuidade da Igreja Católica no mundo?

.

CAPÍTULO 1: A INSTITUCIONALIDADE DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA: DA COLONIZAÇÃO A ROMANIZAÇÃO

A colonização

A história da Amazônia colonial começa simultaneamente com a chegada dos missionários católicos. De um lado as coroas da Espanha e de Portugal precisam da Igreja para justificar a ocupação e a dominação, de outro lado a Igreja almejava disseminar a fé católica, desta forma unindo os interesses, tanto a Igreja quanto as coroas estariam cumprindo seus objetivos.

A presença da Igreja Católica na Amazônia, ocorre em um contexto de divisões e conflitos internos, vindos da reforma e contra reforma, estes eventos são importantes para compreender a atuação desta instituição nos séculos XVI e XVII. Já no aspecto econômico, as novas “descobertas territoriais” e logo a colonização de novos territórios, levarão a Igreja para novos desafios, e busca de expansão. Influenciando no pensamento e na formação destes novos territórios. Para Zagheni (1999):

O horizonte geográfico ampliou-se de maneira ilimitada; a consciência de terras mais vastas e mais populosas do que a Europa, ricas de produtos valiosos e de civilizações até então ignoradas, subverteu muitas ideias tradicionais, alterou o secular curso da vida econômica e definiu as condições que favoreceram a rápida ascensão dos países atlânticos (A Idade Moderna: Curso de História da Igreja III. p.18).

Com estas novas conquistas territoriais, com grandes potenciais econômicos, havia para os Europeus grandes possibilidades de ampliar seus domínios. Mesmo tendo a ciência de que encontrariam muitos povos nestes novos territórios, tinham tecnologias, recursos humanos e financeiros suficientes para uma dominação, ocupação e exploração destas novas terras. Além de um grande conhecimento adquirido em navegação em alto mar e instituições que garantiriam o sucesso das novas conquistas, tendo como forte aliada para tal intento a Igreja Católica.

No âmbito religioso, a Europa passava por sérios conflitos. Em virtude de divergências de ideias, sobretudo focadas na figura de Martinho Lutero, decorrendo a reforma protestante (em 1517), na tentativa de responder a esta reforma, ocorreu o Concílio de Trento (1545-1563), conhecido como contrarreforma. Neste contexto algumas congregações religiosas ganham força, e outras surgem, como é o caso da Companhia de Jesus (1540), tendo como fundador Padre Inácio de Loyola, reconhecido pela historiografia como um dos principais responsáveis pela catequização indígena nas Américas. Segundo Zagheni (1999):

No final do século XV e início do XVI, a Europa cristã ultrapassa as próprias fronteiras. As grandes descobertas geográficas dão sinal de partida a uma evangelização universal.

Em 1487, Bartolomeu Dias, contorna o cabo sul da África; em 1492, Cristóvão Colombo descobre a América; em 1498, Vasco da Gama abre caminho para as Índias; entre 1519 e 1522, Fernando Magalhães realiza a primeira volta em torno da Terra (A Idade Moderna: Curso de História da Igreja III. p.274).

A Expansão de territórios acompanhada da expansão religiosa percorrem os rios amazônicos, um exemplo disso é a Companhia de Jesus juntamente com outras ordens que percorreram a Amazônia desde o início do processo colonizador. Segundo Costa e Sarney (1999):

As diversas ordens religiosas estiveram presentes na Amazônia desde os primeiros momentos da ocupação. Em 1617 os capuchinhos franciscanos se instalaram em Belém; em 1627, os carmelitas; em 1636, os jesuítas; em 1639, os mercedários; e em 1693 os franciscanos da Piedade e da Conceição (Amapá: terra onde o Brasil começa. p. 81).

Os caminhos dos rios amazônicos serão palco de muitas expedições destes missionários e colonizadores que trazem consigo uma visão de mundo, conforme Zagheni (1999), os europeus eram convencidos de ser portadores de uma civilização universal, porém descobrem que nestes novos territórios haviam povos que tinham suas próprias histórias, crenças e civilizações e não coincidiam com os princípios que guiavam a vida europeia. Ainda assim:

Os europeus (espanhóis, portugueses, franceses, ingleses) conseguiram, porém, apossar-se do Novo Mundo, esmagando com a própria superioridade as antigas (e frágeis) civilizações indígenas. A formação de grandes colônias nas Américas, para ocupação populacional e a exploração das terras recém-descobertas, teve também a procura de uma política de equilíbrio colonial, por parte das potências interessadas, e a repercussão dos conflitos europeus nas terras conquistadas (A Idade Moderna: Curso de História da Igreja III. p.19).

Exploradores, conquistadores e missionários percorrem juntos os rios amazônicos, uns em busca de riquezas e de ampliar conquistas territoriais, outros em busca de “almas”, mas que também buscam a expansão seja econômica, religiosa, ideológica, ou mesmo de poder. Enquanto os nativos, além de presenciarem a invasão e exploração de suas terras, sofrendo todo tipo de violências, ainda eram obrigados a cumprir regras impostas pelo colonizador, com o intuito de transformá-los em escravos ou convertidos ao cristianismo, seja da coroa espanhola, ou da coroa portuguesa.

A ação dos missionários foi muito relevante, corroborou com o plano de organização da colonização, que vai desde definir os limites fronteiriços, até a organização dos povoados, vilas, e mais tarde cidades, o que na ótica dos “invasores” torna o processo colonizador eficaz, cumprindo com o objetivo da ocupação, dominação e exploração.

Hoornaert (1978), apresenta o modelo de catolicismo que chega ao Brasil neste período colonial, como “cruzadas”, para ele os reis portugueses viam as navegações rumo às Américas

como uma “cruzada”, os índios como gentios que precisam ser convertidos, na visão portuguesa, era necessária uma guerra contra os “índios” que entendiam ser santa.

A colonização do Brasil foi realizada numa época em que a ideia da guerra santa era plenamente aceita pela cristandade ibérica e os índios foram as primeiras vítimas deste condicionamento. A violência sagrada usada contra eles nem perturbou – ao que parece – a consciência dos contemporâneos: as imagens religiosas do Brasil colonial atestam abundantemente este condicionamento. As primeiras imagens brasileiras ainda são milagreiras ou medianeiras: exprimem a gratidão dos colonos por terem atravessado os perigos do mar sem prejuízo e também a admiração diante das belezas e dos segredos da nova terra (Formação do Catolicismo Brasileiro 1550 – 1800, p. 38).

Esta imagem milagreira, de gratidão da chegada dos colonizadores apresentada por Hoornaert (1978), se confirma até pelos nomes nas embarcações que utilizavam: Nossa Senhora da Esperança, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora da Ajuda, e posteriormente surgem as imagens guerreiras como a Igreja Nossa Senhora da Vitória, nome dado a segunda Igreja de Salvador após a “vitória” de Dom Álvaro de Castro sobre os “índios”.

Este modelo de catolicismo colonial, ou catolicismo oficial, apresentado como “catolicismo guerreiro”, será utilizado para justificar o processo de colonização. É como se os portugueses fossem o povo escolhido para dominar e expandir a fé católica. E isso literalmente se daria a ferro (espada) e fogo (tiros de canhões). Assim o processo colonizador vai sendo justificado com as bênçãos da Igreja.

1. A chegada e estabelecimento da igreja na amazônia

Os Europeus, espanhóis e portugueses, tinham grandes interesses econômicos e de expansão, chegando com este objetivo, mas para garantir o sucesso desta conquista, precisam eliminar ou subjugar os povos encontrados aqui. Na época da chegada europeia na América, havia uma aliança entre o estado e a Igreja denominada de Padroado². Esta aliança foi fundamental para o sucesso da conquista, porém esta conquista era dúbia. Dussel reflete sobre a conquista espiritual e o encontro de dois mundos.

“Passemos agora para duas novas figuras: a “conquista espiritual” e o “encontro” de dois mundos. Por isso entendemos o domínio que os europeus exerceram sobre o “imaginário” (imaginaire, diria Sartre) do nativo, conquistado antes pela violência das armas. É um processo contraditório em muitos níveis. Prega-se o amor de uma religião (cristianismo) no meio da conquista irracional e violenta. Propõe-se de maneira

² **Padroado** era um sistema que garantia direitos e impunha deveres aos reis católicos de Portugal em relação à organização e à missão da Igreja em terras conquistadas, e funcionou tanto na Amazônia como no restante do Brasil. Ou seja: toda a atividade missionária e toda a organização da Igreja Católica aqui estavam submetidas à aprovação ou não da Coroa portuguesa através de um departamento da administração chamado “Mesa de Consciência e Ordens”, criado em 1532: nomeação dos bispos, ereção de diocese e paróquias, envio dos missionários, legislação sobre as missões...

ambígua e de difícil interpretação, por um lado, o fundador do cristianismo que é crucificado, uma vítima inocente na qual se fundamenta a memória de uma comunidade de crentes, a igreja e, por outro, se mostra uma pessoa humana moderna com direitos universais que se vitimam os índios. Os índios vêem negados seus próprios direitos, sua própria civilização, sua cultura, seu mundo... seus deuses em nome de um “deus estrangeiro” e de uma razão moderna que deu ao conquistador a legitimidade para conquistar. É um processo de racionalização próprio da modernidade. Elabora um mito da sua bondade (“mito civilizador”) com o qual justifica a violência e se declara inocente pelo assassinato do outro” (DUSSEL, 1993, p. 58).

Este processo da chegada dos europeus, seja do poder do Estado, seja do poder da Igreja, é violento, o Estado com a espada, a Igreja com o Livro Sagrado, tantas vezes “deturpados” e utilizado para dominar ao invés de libertar, vão dominando e dizimando os nativos. Dussel (1993) traz esta dualidade dos dois mundos, o europeu como o civilizado, o moderno e o outro o atrasado, não civilizado, que precisava ser colocado dentro da perspectiva moderna, mais esta dualidade não dá se quer o direito aos nativos a manterem seus territórios, suas línguas, seu modo de viver, foi um encontro desastroso para os nativos, que perderam tudo, povos inteiros extintos em nome de uma modernidade, de uma civilização e de uma fé.

Esta aliança do Estado com a Igreja possibilitou estabelecer a justificação da dominação. A catequese, o ensino da língua do invasor, a imposição da fé dos colonos e a demonização das crenças, dos deuses presentes no imaginário dos nativos, foram primordiais para o processo de dominação dos europeus na região. Os que não se deixavam catequizar, eram mortos, escravizados, ou fugiam para o interior das matas, para as cabeceiras dos rios, o próprio contato entre os indígenas e os colonos, também levam a mortes causadas por doenças.

“Ao longo de 250 anos de conquista e colonização portuguesa, muitos povos indígenas foram mortos pela arma de fogo dos conquistadores e sobretudo foram dizimados pelas doenças contagiosas trazidas pelos europeus (varíola, sarampo, catapora, gripe, tuberculose e doenças venéreas). Dessa forma, as populações indígenas na Amazônia foram reduzidas de maneira drástica. À época do primeiro contato europeu havia aproximadamente 5,5 milhões de índios na bacia amazônica, dos quais 3 milhões viviam no Brasil” (Veríssimo e Pereira 2020, p. 26).

Neste processo inicial da colonização, havia ainda uma disputa de territórios entre as coroas da Espanha e de Portugal. Pelo Tratado de Tordesilhas – acordo entre Portugal e Espanha (1494) mediado pelo papa Alexandre VI – a região Amazônica (parte que está localizada hoje no Brasil) pertencia à Espanha, o que fez com que os navegadores espanhóis navegassem por aqui primeiro.

Religiosos e navegadores espanhóis percorreram os rios Amazônicos deixando resquícios desta chegada, um navegador chamado Lopes de Aguirre, conhecido como “*El*

Louco”, desceu o Rio Amazonas em uma expedição que não chegou ao fim, na busca do “el dorado” tendo um desfecho catastrófico, todos morreram.

Outros expedicionários espanhóis navegaram pelos rios amazônicos, muitos missionários como o Jesuíta Padre Samuel Fritz que instalou muitas missões e aldeamentos ao longo das margens dos Rios, é tido como fundador de muitas das cidades hoje existentes. Em sua dissertação de Mestrado, Lisboa (2012) comenta:

Fritz se estabeleceu em São Joaquim, que como ele mesmo disse tornou-se a *cabeceira* das suas missões. Mas, pela grandeza e distância entre as ilhas dessa Província, no primeiro momento de maneira similar aos franciscanos e os primeiros jesuítas, ele saía em missões volantes. Porém, com tempo, fundou várias *reduções*, só entre os Omáguas foram 28 reduções. Arthur Reis destaca algumas ao longo do Rio Solimões: “S. Joaquim dos Omáguas, Nossa Senhora de Guadalupe, São Paulo Apóstolo, São Cristovam, Santa Tereza de Tefé e Sant’Ana de Coari” (p.120-121).

Por outro lado, Lisboa (2012) reflete que o Padre Fritz não consegue se instalar plenamente no Solimões, a missão proveniente da Coroa Espanhola deu lugar aos portugueses que vão dar continuidade. Na região de Tefé destaca-se o Carmelita Frei André da Costa, descumprindo o Tratado feito entre as duas coroas, que vinham e estabeleciam-se na região. Isso só aumentava os conflitos, as mortes e fugas dos nativos, que agora ao invés de um dominador tem dois disputando.

Esta disputa pelo território Amazônico entre Portugal e Espanha continuou, segundo Ribeiro (2000), Pedro Teixeira tomou posse do território Amazônico para a Coroa de Portugal, através da fundação de um povoado chamado Franciscana, que deveria servir de baliza entre as duas coroas. Esta disputa territorial somente começa a se definir em 1750, quando é assinado o Tratado de Madri, definindo os limites, a partir daí a região passou a pertencer à Coroa Portuguesa.

O sociólogo Norbert Elias, em sua obra *os Estabelecidos e os Outsiders*, apresenta a disputa de poder, onde os estabelecidos querem manter-se e dominar os outsiders que são teoricamente inferiores.

À semelhança do padrão de estigmatização usado pelos grupos de poder elevado em relação a seus grupos outsiders no mundo inteiro — a semelhança desse padrão a despeito de todas as diferenças culturais — pode afigurar-se meio inesperada a princípio. Mas os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mas tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior — inferior era termos de sua relação de forças — pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes (Elias, 2000, P. 28).

Esta realidade de dominação foi experimentada na Amazônia. Na chegada dos europeus a Amazônia, começa com esta disputa de poder entre as Coroas da Espanha e de Portugal, uma disputa de um território que já tinha “dono”, mas não foram reconhecidos como “donos”. As coroas disputavam entre si e ainda obrigavam os nativos a posicionar-se ora de um lado, ora de outro. Porém neste caso da colonização da Amazônia, ao contrário do que afirma Norbert Elias (2000), os que estavam estabelecidos, os nativos, são obrigados a dar lugar aos outsiders, denominados de colonizadores, que passam a dominar, explorar, se impor, enquanto que os nativos, ou se adequa, ou fogem, ou ainda se tentar resistir morrem.

É em meio a toda esta disputa, espanhóis, portugueses e nativos que a Igreja vai se instalando na Amazônia, Para Carvalho e Reis (2018): Neste primeiro período da presença religiosa na Amazônia percebe-se que havia uma grande preocupação em resguardar as fronteiras portuguesas, além de ampliar seus territórios, a coroa portuguesa neste sentido usava as ordens religiosas para a catequese e como auxiliar na expansão territorial. A atividade das ordens religiosas na Amazônia propiciou a aquisição de conhecimento a respeito da região, que era de grande valor estratégico para Portugal que mais tarde aproveitará tal conhecimento para a confecção de mapas que serão usados na administração colonial, como os que foram desenhados pelos Jesuítas em 1637 com informações sobre o rio Amazonas.



Figura 1 Descrição dos rios Pará, Curupá e Amazonas

Fonte: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/6994>

Neste sentido a Coroa Portuguesa tratou de avançar com a presença, criando povoados, vilas e paróquias, para Telles (2013), com o Diretório dos Índios (1757), um novo capítulo na História da Amazônia se abriu, porém, não sem a total presença dos missionários que aí permaneceram até os anos finais do século XVIII e os anos iniciais do século XIX, embora com espaço de atuação reduzido. Mesmo assim, ainda sob a administração de Pombal, que criou uma legislação conhecida como “*Diretório Pombalino*” ou “*Diretório dos Índios*”, onde proibia qualquer nome de pessoa, de lugar que fosse indígena, tudo e todos deveriam ser identificados com nomes portugueses, Assim muitas vilas foram nominadas, como no Médio Solimões a missão carmelita chamou-se Vila de Ega, tornando em 1759, a Paróquia de Santa Teresa da Vila de Ega. Também muitos nomes e sobrenomes de pessoas, ainda que indígenas passaram a ser portugueses, isso podemos confirmar nos livros de registro de batismo presentes nos arquivos destas paróquias da época.

Conforme Mata (2007), esses encontros ou desencontros resultou uma cultura e uma religiosidade híbridas, que mesmo com a chegada de outras expressões culturais e religiosas mais recentes, ainda permanece viva na alma e na vida dos amazônidas, especialmente em algumas áreas ainda não totalmente influenciadas pelas culturas advenientes. Isso se dá sobretudo pela resistência dos povos nativos, que mesmo com o peso do poder das coroas espanholas e portuguesas e ainda o poder religioso exercido pela Igreja Católica, conseguiram manter “resquícios” culturais como línguas, danças, crenças, modo de se alimentar, visão de mundo, ainda perceptíveis nos povos da região.

Em entrevista, Padre Zenildo Lima da Silva, reitor do Seminário São José da Arquidiocese de Manaus, no livro *Motirô de Saberes* (2022), respondendo sobre o papel da Igreja no processo de colonização, afirma que ao se falar do papel da Igreja no processo de colonização é importante evitar o risco de compreender a colonização como um processo fragmentado em que cada instância, instituição ou força histórica estivesse isolada das demais centrada somente em seus interesses.

A colonização constitui não somente um acontecimento, senão também uma mentalidade, e desta a Igreja não estava isenta. O parâmetro de verdade era determinado pela cultura europeia vigente, que por sua vez, era incapaz de se aproximar de novos povos e territórios acolhendo seus elementos de civilização, seu contributo cultural, a peculiaridade dos sujeitos. A convicção de trazer consigo a novidade a ser assimilada pelos outros, também esteve presente na dinâmica evangelizadora.

Neste sentido, a Igreja corroborou com a complexidade da colonização, seja dando-lhe o respaldo religioso (importante para o período), colocando sua articulação moral a serviço dos

interesses do poder das coroas. Mas por outro lado, dada as dinâmicas do Evangelho e da natureza própria da Igreja que sempre está em processo de reforma, a chegada junto com as outras forças colonizadoras, tornou-se um elemento de equilíbrio (embora tardio) pois seria a primeira a rever as dinâmicas de ocupação, a reconhecer um estatuto antropológico dos povos nativos, e a promover iniciativas de promoção humana.

2. Caminhos descontínuos

A Colonização na amazônia foi um processo que ao longo do percurso sofreu modificações, a pesquisadora Priscila Faulhader apresenta em sua Obra Lagos dos Espelhos, um esquema deste processo descontínuo que ocorreu na Amazônia, a partir de uma pesquisa feita no acervo Histórico da Prelazia na região de Tefé, no Médio Solimões, a pesquisadora chegou a este esquema de descontinuidade:

Esquema das Descontinuidades

Processo de Colonização Organização Territorial	Organização Política	Organização Religiosa	Mitos
Aldeia	Expansão colonial	Missões	Civilização
Povoação	Estado colonial	Laicização	Libertação
Colônia	Transição nacional	Prefeitura Apostólica	Nacionalização
Área indígena	Estados nacionais	Prelazia	Integração

Figura 2 Esquema de descontinuidade na Amazonia

Fonte: Faulhaber, 1998, p.114

O quadro demonstra o processo colonizador nas suas várias dimensões, desde a chegada do colonizador (Igreja e Estado), com algumas nuances do percurso, levando em conta a organização dos povos e como ficou esta organização. Quando a pesquisadora analisa os dados explicando detalhadamente este caminho percorrido, entende-se o processo descontínuo que passou a região.

... Na primeira faixa horizontal, temos o enunciado da formação de aldeias indígenas durante a chamada expansão colonial, na qual prevalecia a forma de organização religiosa das missões, que não deixava de ser uma forma de intervenção territorial, na qual estava incrustado o mito da “civilização de gentio selvagem”. Na segunda faixa horizontal, lê-se que foram instituídas as povoações, a partir da intervenção do Estado Colonial, que tinha por objetivo a laicização da vida pública, que até então era área de influência da organização religiosa. Esta intervenção era fundamentada em práticas mistificadoras da libertação dos índios, como se fosse uma consequência natural da expulsão dos missionários. Na terceira linha horizontal, o que está enunciado é que a organização territorial das colônias indígenas foi instituída quando a Organização política era caracterizada pelos processos de transição nacional, sendo que em Tefé a organização religiosa era ministrada pelos padres franceses do espírito Santo, que administravam a Prefeitura Apostólica de Tefé, o que representava uma dupla modificação: os territórios não eram inteiramente nacionais, pois sofriam injunções de forças transnacionais, e os atores sociais que emergiam nesta situação não serviam a uma nação ou a outra, mas a seus próprios interesses. Na quarta linha, lê-se que figura da área indígena foi instituída pelos Estados Nacionais (através do Serviço de Proteção ao Índio), a atuação religiosa foi normatizada através da Prelazia de Tefé, atualizando estas instituições o mito da integração (“do índio à comunhão nacional”, das “fronteiras desconhecidas”) (Faulhaber, 1998, p. 114).

Esta reflexão feita sobre a descontinuidade apresenta de forma clara, a presença do Estado, da Igreja e seus papéis, que em vários momentos se confundem. Indica ainda que a Igreja em dado momento, não servia ao Estado Nacional, tampouco ao estado de origem de seus missionários, mas a seus próprios interesses. Por outro lado, apresenta como o processo de organização dos povos indígenas se modificou ao longo do tempo. Coloca a idéia de civilização, libertação, nacionalização e integração como “mito”, dando a entender que de fato os povos nativos da Amazônia sofreram sérias consequências com o processo de civilização proposto pelos colonizadores e que de fato nunca foram integrados, viviam sob a tutela, ora do estado, seja europeu ou nacional, ora da Igreja.

Faulhaber (1998), ressalta que quando analisou os documentos que tratam sobre os “índios” da região, percebeu que estes eram deslocados dos lugares que ocupavam para as missões, povoações, vilas organizadas pelos colonizadores, entre eles os missionários que participavam deste processo. Os locais para onde eram trazidos eram denominados de aldeamentos. A transferência para estas áreas, e posteriormente a destruição desses lugares, a pesquisadora vai dizer que havia um processo de “desterritorialização”.

Todo este processo, levaria ao rompimento de características próprias desses povos, como os ideais de coletividade, a língua, modo de vestir, de viver suas crenças, se dando um processo de redefinição da auto-imagem destes povos.

Porém mesmo com todo este processo descontínuo vivido pelos nativos, identifica-se muitos sinais de resistência, que vão fazer com que, apesar do “extermínio” de muitos nativos

e até povos inteiros, pudessem ainda alguns destes permanecer vivos, não só fisicamente, como culturalmente.

3. Resistência dos nativos e as mudanças na forma de atuar da igreja

Ao chegar na região, fica comprovado que a Amazônia não era um vazio demográfico, sem população, ao contrário era habitada por povos que tinham sua estrutura organizacional, com língua própria, produção que ia desde a agricultura até a fabricação de peças em cerâmica, em madeira, tinham técnicas próprias, para Souza (2019):

Quando os europeus chegaram, no século XVI, a Amazônia era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica. Ocupavam o solo com povoações em escala urbana, contavam com um sistema intensivo de produção de ferramentas e cerâmicas, uma agricultura diversificada, uma cultura de rituais e de ideologia vinculada a um sistema político centralizado, e uma sociedade fortemente estratificada. Essas sociedades foram derrotadas pelos conquistadores, e seus remanescentes foram obrigados a buscar a resistência, o isolamento ou a subserviência. O que havia sido construído em pouco menos de 10 mil anos foi aniquilado em menos de 100, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio milênio de terror e morte (História da Amazônia – 2019 p.47).

Os resquícios de uma sociedade constituída de vários povos, se confirmam seja pela resistência de alguns destes povos, seja pelos vestígios deixados em cerâmicas, em artefatos, em pinturas, em crenças e tantos sinais que vamos encontrando na historiografia da região.

Mesmo com um processo colonizador perverso, sem escrúpulos, que impôs aos povos amazônicos: língua, religião, visão de mundo, organização política encontraremos ao longo da história muita resistência que vai se dar de diversas formas. Segundo Veríssimo e Pereira:

“Os índios sempre resistiram bravamente aos abusos da colonização europeia. No entanto, para a mentalidade racionalista da época, essa resistência era sinal de imprudência e turbulência. Os europeus consideravam os indígenas seres humanos rudimentares e infantis, portanto, não outorgavam a eles o direito à terra. A expropriação do índio nunca foi pacífica na Amazônia, ao contrário, sempre ocorreu sob repressão. Em 1729, por exemplo, 20.800 indígenas da etnia mura, habitantes do rio Japurá, foram trucidados por um comando militar português. Isso porque os muras eram ferozes guerreiros que não aceitavam a dominação branca. As táticas de guerra dos muras incluíam ataques e emboscadas rápidas e o uso de grandes arcos suportados pelos pés capazes de lançar flechas para atravessar um boi” (Veríssimo e Pereira 2020, p. 68).

A extinção de muitos povos e a diminuição das populações confirmam o que Veríssimo e Pereira apresentam. Além deste tipo de resistência que dizimou muitos povos que habitavam a Amazônia, também houveram outras resistências. Muitos povos “embrenharam-se” nas matas

e permaneciam nos centros das florestas, ou se deslocavam para as cabeceiras dos Rios, onde puderam manter seu modo de vida sem a interferência dos colonizadores. Isso explica, por exemplo, a maioria dos povos indígenas estarem hoje em cabeceiras de rios, como é o caso do Rio Negro, Rio Japurá, vale do Javari e tantos outros rios da região. O antigo lugar que os nativos ocupavam dá lugar às vilas onde passam a residir os colonos e toda a estrutura colonial.

Também havia a resistência “dissimulada”, no ano de 2018, no processo preparatório para o Sínodo para a Amazônia, em uma roda de conversa com o Povo Deni, no Município de Itamarati, no Rio Juruá, foi relatado por uma liderança Deni que *“os parentes recebiam roupas para irem à missa, eles usavam enquanto o padre estava na aldeia, depois que o padre ia embora, tiravam a roupa e voltavam a usar seus trajes, e ainda faziam seus rituais próprios”* (Relatório Escuta Sínodo, Itamarati, 2018). Esta também era uma forma de resistência, de um lado aceitavam o que vinha de fora por conveniência, mas continuavam vivendo suas culturas. Na atualidade, os povos indígenas que encontramos na Amazônia são frutos desta resistência.

A Igreja Católica, que foi instrumento importante para todo este processo na Amazônia passou por várias fases, a fase da chegada, junto com as coroas da Espanha e de Portugal, período em que estava completamente ligada ao Estado, que definia também a vida da Igreja, depois a fase da Romanização, quando a Igreja começa a ter sua própria organização, porém ainda ligada ao estado, segundo Mata (2007), este período representa o lento afastamento da Igreja católica da monarquia brasileira, com a cessação do regime do Padroado (terminado em 1890) e a aproximação de Roma e do Papa.

Perani (2005) afirma que a implantação da Igreja na Amazônia a partir do século XIX: na época da assim chamada “romanização”, várias congregações religiosas foram enviadas à região para fundar prelazias que, aos poucos, se tornaram dioceses. É neste contexto que a Região de Tefé, já com a Paróquia de Santa Teresa criada em 1759, passa a se estruturar como Igreja Particular³. Em 1987 chega à Congregação dos Missionários do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria, conhecida como Espiritanos. Chegam a partir de Belém, a pedido do Bispo de Manaus, para atender a região de Tefé. Em 1910, é criada a Prefeitura Apostólica de Tefé e mais tarde, em 1952 é elevada a Prelazia de Tefé.

Procurando ir se adequando a realidade do seu tempo, a Igreja Católica vai buscando caminhos que possam levar a uma presença mais próxima, porém tenta fazer este processo sem

³ Conf. Código de Direito Canônico, cân. 369 “A diocese é uma porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do bispo com a cooperação do presbitério, de modo tal que, unindo-se ela a seu pastor e, pelo Evangelho e pela eucaristia, reunida por ele no Espírito Santo, constitua uma Igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica

perder sua tradição, sua estrutura, por isso o Papa João XXIII convoca o Concílio Vaticano II em 1961 e o inaugura em 1962, com o intuito de reformar a Igreja. Para Andreatta (2012), a mudança de postura da Igreja frente à modernidade foi sendo gestada por uma série de movimentos teológicos, em curso nas décadas que antecederam o Concílio. Frente às grandes transformações socioculturais em andamento no período pré-conciliar, foram movimentos que caracterizaram aquele período por uma grande criatividade teológica e que foram colocando as bases para uma postura mais dialógica por parte da Igreja.

Na entrevista com Padre Zenildo Lima (Motirô de Saberes, 2022), respondendo sobre quando a Igreja percebeu a necessidade de mudança na sua forma de atuação na região Amazônia, diz que é sempre arriscado individuar uma precisão cronológica para indicar o ponto de uma mudança desta envergadura. É um processo histórico no qual estão envolvidos muitos sujeitos e fatos relevantes ou anônimos. Basta recordar a polêmica figura de Bartolomeu de Las Casas (séc XVI), os aldeamentos como tentativas, mas em ambiguidades, na defesa de povos e territórios. Podendo no entanto, considerar o Concílio Vaticano II (1962-1965) como uma mudança coletiva de mentalidade na autocompreensão da Igreja e de sua missão como um impulso sistemático estratégico nas dinâmicas evangelizadoras. Uma nova compreensão da verdade sobre o homem, sobre a Igreja e sobre Jesus Cristo (cf. Conferência de Puebla) permitiram uma revisão da atuação eclesial. Em se tratando das populações amazônicas e suas tradições religiosas, a teologia das “sementes do Verbo” já permitiam um reconhecimento da presença do Evangelho na vida destes povos e é um processo ainda em descoberta.

Conforme Zenildo Lima (Motirô de Saberes, 2022), houveram algumas iniciativas isoladas de missionários que tentavam uma atuação mais “respeitosa” da Igreja, se colocavam a defender os nativos, porém a instituição não apoiava porque estava aliada ao estado. Mas a partir do Concílio Vaticano II, quando a instituição tomou a decisão de propor uma forma de atuação, é que de fato ocorre esta profunda mudança.

Neste contexto, os povos indígenas também ganham força, a resistência vivida desde o início da colonização, com muito sangue jorrado nas águas dos rios, vai se traduzindo em muitas organizações indígenas: organizações de mulheres indígenas, de jovens indígenas, de professores indígenas, surgem verdadeiras redes dos povos, que mesmo em meio a muita perseguição, ameaças, continuidade de invasões tem conquistado significativos avanços.

4. Do catolicismo guerreiro a religiosidade popular: processos de formação

A complexidade da formação cultural advém da diversidade de povos que viveram e vivem neste território. Quando os europeus desembarcaram nas margens destes rios, e ocuparam estas terras, já havia uma diversidade de povos e culturas, com suas organizações sociais, políticas, religiosas e econômicas.

Para chegar ao objetivo proposto pelos “invasores”, eram necessárias algumas estratégias. Uma das formas encontradas foi aproveitar a religião como principal instrumento de colonização. A “fé” chega junto com a Coroa, segundo Marlyse Meyer: “*Ao mesmo tempo que vai desenrolando a descoberta retórica, o verdadeiro país, vai-se configurando: evangelização a ferro e fogo*” (Meyer, p.20)

Este processo de colonização a partir da fé foi um mecanismo eficaz, pois “demonizando” a cultura, as crenças, o jeito de viver e impondo uma nova forma de crença, apresentando um novo Deus, possibilitaria aos colonizadores uma dominação sem muita resistência. Todo este processo vivido tanto pelas populações indígenas, quanto pelos colonizadores europeus, vai influenciar na formação cultural da região.

Segundo Jorge (1988) ao analisar os fenômenos religiosos, as experiências de fé, vividas pelos povos Amazônicos, precisamos observar o simbolismo que cada prática cultural e religiosa exerce sobre a vida destes povos e para a construção de suas cosmovisões. Para ele, “o ato religioso está apontado para uma realidade efetivamente existente”.

A dominação dos povos da região, possibilitou aos colonizadores impor suas visões de mundo, sua religião, língua, costumes e suas culturas, porém os nativos eram detentores de conhecimentos sobre a região que os estrangeiros não possuíam, e mesmo sendo dominados, devido à resistência dos indígenas, ou mesmo da necessidade dos invasores, muitos destes conhecimentos foram se misturando, inclusive influenciando até nas expressões de fé que percebe-se hoje na região.

As festas religiosas amazônicas são permeadas de elementos culturais dos povos nativos, mas também elementos trazidos pelos europeus, deixando estas heranças culturais e religiosas para a formação da identidade individual e coletiva dos povos amazônicos.

Com a Igreja se estruturando como mecanismo importante no processo de implantação da colonização, a coroa portuguesa foi criando outros mecanismos na tentativa de praticamente implantar o estado português na região. Implanta uma legislação criada por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, conhecido como Diretório dos Índios, um exemplo disso onde trata-se dos nomes e sobrenomes:

A Classe dos mesmos abusos se não pode duvidar, que pertence também o inalterável costume, que se praticava em todas as Aldeias, de não haver um só Índio, que tivesse sobrenome. E para se evitar a grande confusão, que precisamente havia de resultar de haver na mesma Povoação muitas Pessoas com o mesmo nome, e acabarem de conhecer os Índios com toda a evidência, que buscamos todos os meios de os honrar, e tratar, como se fossem Brancos; terão daqui por diante todos os Índios sobrenomes, havendo grande cuidado nos Diretores em lhes introduzir os mesmos Apelidos, que os das Famílias de Portugal; por ser moralmente certo, que tendo eles os mesmos Apelidos, e Sobrenomes, de que usam os Brancos, e as mais Pessoas que se acham civilizadas, cuidarão em procurar os meios lícitos, e virtuosos de viverem, e se tratarem à sua imitação (Diretório dos Índios p.11).

A dominação dos colonizadores não se dá só pela fé, é preciso legislar, garantindo que tudo seja de acordo com os modos de vida português, assim, começa por proibir o que identifica a pessoa, o nome, a identidade, já não podem mais ser chamados como antes, agora devem atender por nomes e sobrenomes dos “brancos”. Neste trecho do Diretório dos Índios, observa-se que há a intenção de transformar os nativos em “europeus” ou “civilizados”. Os religiosos, os que administravam as vilas e os povoados, deveriam cuidar para que nada fosse identificado com o modo de viver dos nativos. Isso explica, que muitas vilas, que hoje são cidades, tinham nome português, cita-se aqui, por exemplo a Vila de Ega, hoje Tefé, mas é possível citar outras cidades do Amazonas com nome português: Barcelos, Alvarães.

Nos Livros de Batismo deveriam ser registrados os nomes de acordo com o Diretório, igualmente a identificação dos lugares de nascimento, deveriam ser de acordo com as orientações, assim irão surgir muitos lugares e pessoas com nome de santos.

Mas mesmo com todas as “atrocidades” cometidas como, a imposição da língua, nomes, sobrenomes, modos de se vestir, alimentar, não consegue suplantar totalmente a cultura dos povos amazônicos. Depois de mais de 500 anos, ainda consegue-se identificar elementos da cultura Amazônica.

Para Meyer, a Igreja foi fundamental para a formação cultural:

A partir destas determinações, onde a Igreja tem um peso decisivo, os homens comuns vão elaborando também sua cultura, um modo específico de sentir, de se relacionar, de se exprimir, de narrar, de se imaginar, de comemorar, de festejar. Donde há semelhanças espantosas de manifestações culturais que tecem sua rede por toda a extensão do país. Aquilo que ulteriormente se confundirá com folclore, e, mais adiante ainda, se identificará como cultura” (Meyer, p. 20).

Por isso, para analisar a formação cultural da Amazônia, é preciso analisar todo este processo vivido, pois a cultura adquire diversas formas por meio do tempo e do espaço, ela vai sendo moldada a partir do encontro de povos, de costumes, de línguas, de crenças, a pluralidade

das identidades que caracterizam os grupos e a sociedade que compõem a humanidade, vão dando forma a esta identidade cultural.

De um lado os colonizadores trouxeram consigo sua língua, crenças, vestimentas, nomes, sobrenomes, nomes de lugar, seu Deus, com a importante contribuição da Igreja foram implementando tudo isso na colônia, de outro lado os nativos com muita resistência, às vezes às escondidas, vão mantendo alguns costumes, crenças, vestimentas, e o dominante e o dominado vão juntos formando a cultura brasileira amazônica.

Geertz (1989) afirma que as culturas e as identidades são realidades dialógicas, cheias de significados e intenções simbólicas, que se transformam e ressignificam a cada tempo histórico. Sendo necessário que as ciências como a antropologia, a etnografia e a história façam a interpretação e decodificação dos elementos que compõem esta diversidade cultural.

A formação cultural amazônica vai perpassando todos estes processos, da chegada do colonizador, da instalação dos mesmos na região, da imposição de uma religião, da resistência dos nativos, assim, vai sendo construída uma identidade cultural amazônica.

Por isso, ao falar da identidade cultural da Amazônia, é importante destacar o elemento da diversidade, levando em consideração o intercâmbio, por vezes imposto, vivenciado historicamente por índios, negros e brancos. Agenor Sarraf Pacheco (2012, p. 199) afirma:

Por mais que esses encontros e empréstimos culturais tenham sido silenciados, todos nós, quer nos identifiquemos como branco, índio, negro, quer nos identifiquemos como europeu, judeu, árabe, americano, amazônida, caboclo, ribeirinho, ou qualquer outro adjetivo, para marcar o lugar social de onde falamos, remetemo-nos a zonas de contato. Se habitamos na Amazônia, somos alinhavados em nossas cosmologias cotidianas pelos conhecimentos do mundo indígena e africano em profundas interconexões.

A identidade dos povos Amazônicos é composta por diversas origens, conforme Pacheco, esta identidade provém de uma troca de saberes, tradições, crenças, costumes e cosmovisões que dialogam entre si. E juntos formam uma cultura que está presente na dança, na religião, na vida.

Na obra Santos e Visagens de Galvão, encontra-se uma grande contribuição para a compreensão da identidade religiosa dos povos Amazônicos, marcada pela devoção aos santos, expressas pelas festas realizadas anualmente em cada comunidade, bem como pelas rezas, mastros e ladainhas, recitadas com frequência para obter a proteção e benefício dos santos invocados.

A devoção individual ou na comunidade se faz sentir sobre os santos, ou mais explicitamente sobre as imagens destes santos. Como símbolos de culto religioso essas imagens, ou simplesmente cromos, têm lugar de maior preeminência que a cruz.

Alguns desses santos, representados pelas imagens locais, são considerados patronos ou advogados de profissões. Assim, S. Tomé é advogado dos roceiros, S. Benedito, dos seringueiros. Outros o são dos sítios, povoados ou freguesias (GALVÃO, 1976, p. 29).

A devoção e culto aos santos são elementos expressivos do catolicismo popular, ou seja, aquele que vem do povo, sem o controle da Igreja, instituição oficial. As práticas do catolicismo popular são expressões da fé do povo, que por muitas vezes não é bem vista e nem aceita pelas autoridades eclesiásticas. Surgem muitas vezes de uma “promessa”, uma espécie de compromisso que é feito entre a pessoa que promete e o Santo, é oferecido algo em troca de uma graça alcançada. É muito comum ouvir relatos de pessoas que estavam acometidas de alguma doença e “curou-se” graças à promessa feita. Segundo Galvão:

“[...] acredita-se firmemente que, se o povo não cumprir com sua obrigação ao santo, isto é, festejá-lo na época apropriada, ele abandonará a proteção que dispensa. Aqueles que custeiam as despesas das festas têm a convicção que o santo retribuirá esse sacrifício” (GALVÃO, 1976, p. 31).

Na Amazônia, nas comunidades mais distantes, onde há ausência de ministros ordenados (padres e bispos), observa-se que o culto católico segue referências particulares, ausentando-se de regras canônicas e sacramentais. A fé popular foi e continua sendo alimentada pelas rezas e promessas aos santos e confiança em suas intercessões, muitas comunidades ribeirinhas, sobretudo as mais distantes dos centros onde encontram-se a Igreja institucional, a fé é vivida a partir destes ritos do catolicismo popular.

Mesmo em comunidades tradicionais, que contam com a presença do padre, ministro oficial da Igreja, cuja as práticas religiosas segue uma formalidade, o rito romano, uma hierarquização religiosa, apresentam a figura de Deus, de Jesus muito distante da realidade e vida concreta da população, porém, quando se expressam pelo culto aos santos e santas, o santo padroeiro é compreendido como benfazejo, próximo aos sofrimentos, sonhos, esperanças e preces dos devotos e devotas.

Na época de celebrar os padroeiros, a liturgia muda seu rito, inclui a ladainha, as orações do santo, percebe-se um misto de catolicismo popular e catolicismo oficial, que neste caso na maioria das vezes é aceito pelos ministros oficiais da Igreja.

Estas festas dos santos padroeiros são em cada comunidade, espaços para o estreitamento dos vínculos sociais, encontro entre gerações e reavivamento das tradições, bem como, um momento de encontro entre parentes e o lazer comunitário, configurando-se um importante momento de celebração da vida.

São vários os rituais observados nos festejos dos santos padroeiros, para exemplificar melhor esta prática, será incluído um breve relato de uma incursão nos festejos de Santo Antônio, numa paróquia da cidade de Tefé.

4.1 Incursão nos festejos de Santo Antônio.

Santo Antônio é uma comunidade urbana, localizada nos bairros de Santo Antônio e Monte Castelo, na cidade de Tefé, Estado do Amazonas. A comunidade conta com a presença de uma congregação religiosa, atuam ali os Franciscanos Conventuais, que chegaram em 2008. Mas esta festa já ocorre desde a década de 60.

Meses antes da festa, já se fazia toda a preparação, no início eram 13 dias de festa, chamada de trezena, posteriormente, depois de um decreto da Igreja local, passou a ser realizada em 10 dias. Tudo é preparado com antecedência.

A festa começa com o ritual chamado de “tiração” do mastro, um grupo de pessoas, em sua grande maioria homens. Saem para a mata, buscam a árvore ideal, ali é feito um ritual em volta da árvore que será cortada, como que um “pedido de autorização a natureza para retirar tal arvore”. Derruba-se a árvore, que logo é preparada, e transportada para o local da festa. Transporta-se esta parte da árvore, que agora é denominado de mastro, carregam até o local onde será erguido.

Enquanto um grupo (maioria homens) é responsável pela retirada do mastro da floresta, um outro grupo (a maioria mulheres), prepara uma bebida chamada tacaca. Tudo é feito com muita devoção a Santo Antônio: cantam-se cantos, reza-se orações de devoção ao santo.

Antes de ser erguido, o mastro é enfeitado com frutos da terra como banana, abacaxi, pupunha, folhagens, só então é erguido. Ali faz-se um outro ritual de agradecimento a Deus pela vida dos que ali habitam, pela produção, trabalho, conquistas, lutas e sofrimentos. Depois acontece a distribuição de tacacá.

Uma vez erguido o mastro passa a fazer parte integrante do cenário da festa. Na praça da Igreja fica este mastro com uma bandeira do Santo em seu topo e dentro da Igreja está a imagem de Santo Antônio. Durante um período de 10 a 13 dias vão ocorrer as celebrações religiosas dentro da Igreja e a festa em volta ao mastro após as celebrações religiosas de dentro da Igreja.

As celebrações religiosas, mesmo com a presença do padre, são cantados os hinos do santo, reza-se ou canta-se a ladainha, também são rezadas as orações pedindo a intercessão de

Santo Antônio. Terminada a celebração, os devotos, vão até a imagem oferecer dinheiro, produtos, cartas, fitas.

Após a parte religiosa acontece a festa social, também chamada arraial, com músicas populares, regionais, apresentações de danças folclóricas, bingos e leilões. Neste ambiente o povo se encontra, conversa, celebra a vida, vão até o mastro, fazem seus pedidos, visitam a Igreja levando suas oferendas.

No último dia, o Santo é carregado pelo povo em procissão pelas ruas do bairro e ao chegar na praça onde se encontra o mastro, e ocorrem as festas, também é realizada a grande celebração, também chamada de celebração campal e ao final ocorre o ritual de derrubada do mastro.

A “derrubada” ocorre a golpes de machado, com a participação de várias pessoas; cada pessoa dá um golpe com o machado no tronco do mastro. Finalmente, quando o mastro está prestes a cair, o juiz do mastro, como é chamado o responsável da festa, empunha o machado para dar os últimos golpes, ao tombar o mastro, aquele que pegar a bandeira do Santo será juiz do mastro do ano seguinte.

O catolicismo popular não tem restrições, privações. Isso permite o comportamento das pessoas que festejam Santo Antônio, carregando seu mastro, dando vivas, ao mesmo tempo em que realizam uma espécie de dança que simula, nos movimentos executados com o mastro, também pagam suas promessas na festa religiosa, acompanhando a procissão vestidos com as vestes do santo, carregando um tijolo em agradecimento a construção de sua casa, segue descalço, ou em certo momento entra na Igreja de joelhos, numa alusão ao “milagre” recebido, mas, ao mesmo tempo, divertindo-se alegremente, soltando fogos.

Essas atitudes também são sinais de resistência de um povo que foi sufocado por diversas formas de poder, que perdeu sua cultura original, sua língua, mas que de forma resistente consegue manter elementos culturais importantes. Ao analisar a relação dos devotos com os santos, Lobato (2013, p.162) explica que:

O devoto poderia oferecer em troca da dádiva: esmerado trabalho na organização de uma festa religiosa, rezas, penitências e outros. A promessa tinha o caráter de um contrato mútuo, pois caso o santo não cumprisse sua parte, poderia ser “posto de castigo” - a imagem poderia por exemplo ser virada de frente para a parede ou colocada dentro de um balde. Caso o pedinte não cumprisse sua parte no contrato poderia atrair a ira do santo e, com ela, vários malefícios (doenças, insucesso nos negócios, desgostos na vida afetiva, etc.). O relacionamento entre fiel e santo ocorria dentro de uma atmosfera de proximidade e emotividade.

Ao observar a realização da festa de Santo Antônio, analisando o comportamento dos organizadores e dos participantes da festa, o santo é uma espécie de companheiro, amigo

próximo, alguém que é semelhante, que viveu neste mundo, deu algum exemplo. Por outro lado, os padres buscam educar os seguidores no catolicismo oficial mas encontram muita resistência, porque é algo muito distante da sua realidade, enquanto que a religiosidade popular está bem mais próxima da realidade vivida. Em certo momento da história, houve grande preocupação com a quantidade de santos nas igrejas, havendo a tentativa até de retirá-los, porém a reação popular fez com que esta tentativa se frustrasse.

A partir desta reflexão, o que pode transparecer como respostas simbólicas e religiosas na sociedade moderna, é que as práticas aqui descritas surgem como maneiras de resistir e manter relações e identidades sociais, religiosas, culturais e até políticas.

As festas religiosas realizadas nestas comunidades são exemplificações de uma história cultural na qual há uma impregnação no universo de uma identidade cultural do grupo. Os rituais vividos aparecem como manifestações marcadas por atividades coletivas, pela qualidade e quantidade de danças, pelas inúmeras representações e pela celebração em torno da imagem do santo protetor. São verdadeiros encontros desde as origens e nas várias histórias culturais.

É difícil mensurar até onde os festejos religiosos podem chegar, ultrapassam a si mesmos, remontam a um passado, a uma história, que se apresenta no presente com elementos novos, mas sem perder a essência, busca sempre estabelecer laços comunitários, de identidade étnica, de tradição dentro das mais variadas relações de poder.

5. Os caminhos percorridos passam pela institucionalização e pela atuação das lideranças

Todo este percurso feito não seria possível, se não pelos meandros da organização institucional e pela atuação das lideranças. A Igreja Católica, é uma instituição que historicamente é marcada por instrumentos documentais, que norteiam a atuação dos seus líderes. O cientista político Norberto Bobbio em sua obra “Os intelectuais e o poder”, apresenta algumas ideias sobre formas de “dominação e poder”:

Assim como o meio do poder político é sempre, em última instância, a posse das armas e o meio do poder econômico é a acumulação de bens materiais, o principal meio do poder ideológico é a palavra ou melhor, a expressão de ideias por meio da palavra, e com a palavra, agora e sempre mais, a imagem (BOBBIO, 1997, p. 12).

A Igreja se utiliza de dois importantes meios de persuasão, a palavra e a imagem, estes instrumentos poderosos são muito utilizados no processo de institucionalização, no campo da

palavra segue duas vertentes: o Livro Sagrado “a Bíblia” e os documentos, a “doutrina”. Quando se trata da imagem, utiliza-se das estátuas, pinturas, até das paisagens, da natureza. Tudo isso vai ser muito útil no processo de catequização, que leva à institucionalização da Igreja Católica na Amazônia.

Aliado ao Livro Sagrado, são elaborados grandes tratados documentais que devem servir a todo o mundo, onde a instituição tem atuação. Mas para que isso ocorra, são enviados “missionários”, as lideranças, que cumprem a missão de colocar em prática o que foi decidido.

Observe-se ainda que a região amazônica era disputada pelas Coroas da Espanha e de Portugal, causando uma grande confusão de ideias, apesar de a Igreja ser “universal”, cada país tem seu jeito próprio de aplicar esta institucionalidade, sendo necessário uma repartição de territórios, se definindo a região que pertencerá a Portugal e a Espanha.

Percebe-se muitos resquícios dessa disputa, podendo ser destacado a região hora pesquisada, atualmente conhecido como Médio Solimões, onde está a cidade de Tefé, sede da Prelazia de Tefé. A Padroeira da cidade é Santa Teresa D’Ávila, uma Santa espanhola, trazida pelos espanhóis, que na perspectiva da utilização de meios para catequizar, a Imagem de Santa Teresa passa a ser a referência deste lugar.

Há uma diversidade de pensamentos, culturas, de novos conhecimentos que vão surgindo, e que estes líderes irão se deparar, tudo isso será “empecilho” para que se implemente as ideias aprovadas em documentos, a tradição da instituição, as palavras sagradas”. A percepção da liderança, que buscará, de um lado, colocar em prática o que ora está estabelecido, de outro lado, observar a realidade local, aí então começa a adaptação das decisões documentadas para a realidade encontrada. Esta dualidade vai ocorrer ao longo de todo o processo de institucionalização da Igreja. Na Amazônia, o desafio foi gigantesco, pois a realidade encontrada, era complexa, a adaptação teria que ser muito grande.

Tudo isso faz com que a Igreja passe por muitos processos de mudanças ao longo do tempo. Na busca de responder aos desafios do tempo presente, são realizados os concílios, sínodos, assembleias, etc. Vai sendo feito um processo de adequação. Quando da chegada dos europeus a Amazônia, houve o Concílio de Trento ocorrido entre os anos de 1545 a 1563, tendo como ponto chave reafirmar dogmas questionados pela reforma protestante, daí também este Concílio ser conhecido como contra reforma. Posteriormente ocorreu o Concílio Vaticano I, ocorrido no período de dezembro de 1869 a dezembro de 1870, tratando da temática da fé católica e do primado e infalibilidade papal.

Assim a Igreja católica vai se “moldando” a realidade do mundo e as realidades específicas onde ela se faz presente, sempre enfrentando a dualidade de se atualizar sem perder

sua tradição, suas convicções, seus fundamentos. Mesmo em meio a realidades de profundas mudanças, a instituição segue buscando manter-se. As rápidas e profundas mudanças, ameaça tudo o que estava estabelecido, segundo Marshall Berman:

(...) grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma o conhecimento científico em tecnologia...; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre as vidas, enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 1986, p. 15).

Todo este processo de mudança que o mundo vai enfrentando, vai também obrigando a Igreja a adequar-se a ele sob pena de perda de “poder”, de enfraquecimento e até mesmo o desaparecimento. Tudo isso, faz com que haja a necessidade de uma moldagem na Igreja, desde sua Estrutura, até sua atuação.

Observa-se que esta instituição vai buscando aproximar-se cada vez mais do povo, criando novas estruturas organizacionais, subdividindo as arquidioceses, dioceses, cria novas prefeituras apostólicas, prelazias, dioceses, paróquias, numa tentativa de estar mais próxima do povo e ao mesmo tempo fortalecida.

Ainda no campo da estruturação, cria organizações, como as conferências episcopais, no Brasil a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB é criada em outubro de 1952, em 1955 nasce o Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM. Ambas as organizações buscam ser organismos que fortalecerão a institucionalidade da Igreja Católica na América Latina e no Brasil.

Mas mesmo com todo este caminho de organização interna, ainda fazia-se necessário mudanças no âmbito da atuação, então o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II, em 1961, inaugurando o concílio em 1962 com a primeira sessão, seguindo até dezembro de 1965. Durante este período houveram várias sessões em que os Bispos eram chamados a Roma para as sessões plenárias do concílio. Este concílio foi o marco para a Igreja, foram aprovados documentos que mudaram profundamente a vida da Igreja:

a) Constituições Apostólicas do Concílio Vaticano II:

- 1) *Lumen Gentium* - LG (Luz dos Povos) – constituição dogmática que busca compreender a Igreja. É o documento que norteia a Igreja enquanto instituição e sua função.
- 2) *Sacrosanctum Concilium* –SC – trata da vida cristã entre os fiéis, molda a liturgia, as celebrações, este documento faz uma modificação importante, as

celebrações passam a ser na língua oficial de cada país, o padre não celebra mais de costas para o povo, envolve os cristãos leigos na vida litúrgica.

- 3) *Dei Verbum* – DV – é uma constituição dogmática, tendo como ponto principal questões relacionadas à fé e a tradição. Tratando da Sagrada escritura e da tradição (biblia e documentos).
- 4) *Gaudium et Spes* – GS – Trata da presença da Igreja e suas relações no mundo onde está inserida.

Além das 4 constituições, O Concílio Vaticano II aprovou ainda nove decretos:

1. *Ad gentes* – AG – trata da missão da Igreja.
2. *Presbyterorum Ordinis* – PO – aborda o ministério e a vida dos presbíteros (padres).
3. *Apostolicam Actuositatem* – AC – reflete sobre apostolado, os leigos na igreja.
4. *Optatam Totius* – OT – apresenta a temática da formação sacerdotal.
5. *Perfectae Caritatis* – PC – apresenta a necessidade de renovação da vida religiosa.
6. *Christus Dominus* – CD – aborda a missão dos Bispos na Igreja.
7. *Unitatis Redintegratio* – UR – reflete sobre o ecuminismo.
8. *Orientalium Ecclesiarum* – OE – abordagem sobre as Igrejas Orientais Católicas.
9. *Inter Mirifica* – IM – trata dos meios de comunicação social.

Foram aprovados ainda 3 declarações:

1. *Gravissimum Educationis* – GE – tratando da educação cristã.
2. *Gravissimum Educationis* – GE – aborda a relação da Igreja com as religiões não cristãs.
3. *Dignitatis Humanae* – DH – refletindo sobre a liberdade religiosa.

Para dar continuidade aos caminhos percorridos pela Igreja Católica na Amazônia, é necessário compreender todo este percurso feito, o Concílio Vaticano II ficou marcado na história da Igreja pelas profundas mudanças na instituição, no âmbito da organização institucional, mas sobretudo no âmbito da atuação. Ao analisar os documentos constitutivos, os decretos e as declarações frutos deste evento, é possível entender o quanto de mudanças foi proposto, mas é preciso ainda analisar os lugares onde a Igreja está presente e as lideranças que ali atuam, para compreender a implementação das decisões tomadas.

Os desdobramentos destas decisões vão impactar as realidades de diversas maneiras, no caso da América Latina, o Concílio Vaticano II, irá inspirar as realizações das Conferências

Latino Americanas, apesar da organização da Igreja desta região ser anterior ao Concílio Vaticano II, este Concílio irá influenciar muito no jeito da Igreja se organizar e atuar.

Partindo para regiões específicas, na América Latina, foram realizadas conferências que vão colocar no chão da realidade as decisões do Concílio Vaticano II, apesar de ter havido a primeira Conferência em 1955 no Rio de Janeiro, no Brasil tratando da temática da escassez de sacerdotes propondo uma campanha vocacional. As conferências seguintes, vão trabalhar na aplicabilidade das decisões do Concílio Vaticano II, e corroborar com todo o processo vivenciado na Amazônia.

A II Conferência Geral dos Bispos da América Latina e do Caribe ocorreu logo após o Concílio em 1968 na cidade de Medellín, na Colômbia, a temática da conferência foi “a Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. Esta conferência faz uma releitura do concílio, apresenta algumas palavras chaves como: libertação, justiça, desenvolvimento. Nesta perspectiva surge o jargão “opção preferencial e solidária pelos pobres”. A ideia de que o ser é mais importante do que o ter. Esta conferência é trabalhada dentro do método ver (olhar a realidade), julgar (analisar a realidade à luz dos documentos da Igreja, da Bíblia) e agir (pensar as ações a partir do ver e do julgar), este método será utilizado em todos os documentos seguintes.

Ao analisar todo este percurso, percebemos que a formação da religião católica no Brasil passa por várias fases, no início, “o projeto colonizador, era o próprio projeto evangelizador”, este processo foi sofrendo modificações ao longo do tempo. Uma característica que precisamos ainda observar é que mesmo com todos esses processos, haviam grupos distintos dentro da Igreja Católica, Edvaldo Soares em sua Obra *O pensamento Católico Brasileiro: Influências e tendências*, afirma que:

Com o fim do Vaticano II, a hierarquia católica brasileira novamente se dividiu em grupos: agora em três: os tradicionalistas, defensores do tradicionalismo católico e contrários às reformas implementadas pelo Concílio Vaticano II; os Conservadores, que acreditavam que as letras do Concílio deveriam ser aplicadas tais como estavam expostas e os Liberais, defensores da ideia de que sendo o Concílio um acontecimento Europeu, este deveria ser adaptado a realidade Latino-Americana. A estes últimos foi dado o nome de defensores da Teologia da Libertação (Soares, 2014, p.178).

Segundo o pensamento de Soares, a Igreja na América Latina terá uma influência muito expressiva do terceiro grupo, tendo em vista que no Brasil o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que na época era exercida por Dom Helder Câmara, seguia esta linha, e por ser uma conferência compostas de muitos bispos, acabava influenciando na Conselho Episcopal Latino Americana – CELAM, porém mesmo assim, será muito perceptível a presença

das outras correntes no âmbito das estruturas da Igreja. Vamos detectar melhor estes posicionamentos, quando analisamos a aplicabilidade dos documentos nos territórios das chamadas Igrejas particulares (Arquidioceses, dioceses e prelazias).

Mesmo com todas estas resistências e divisões, esta instituição vai passando por uma transformação, de uma Igreja que olha apenas para si mesma, para uma Igreja que se faz presente na realidade, comprometendo-se com questões que envolvem a vida do povo, não apenas com questões religiosas. Na Amazônia, todos estes eventos como Concílio Vaticano II, Conferências dos Bispos da América Latina e do Caribe, a Organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, são elementos que nortearam o percurso desta Igreja na Amazônia.

CAPÍTULO 2: A BUSCA DE UM ROSTO INSTITUCIONAL – DESCOLONIZAR PARA CHEGAR A UM CAMINHO DE SINODALIDADE

1. Perspectivas de decolonização:

O pensamento colonial implementado na América Latina pelos europeus, foi tão forte, que mesmo com o fim do processo de colonização e a organização dos estados nacionais, permaneceu enraizado na cultura latino-americana.

O processo de colonização relacionado a modernidade, gera um sistema de relações de domínio para o desenvolvimento do mundo moderno, onde o capitalismo se torna um sistema econômico presente em todos os continentes, revoluciona a ciência e tecnologia, modifica a vida, a visão de mundo passa a ser unificada, conhecimentos e valores são impostos por parte de uma “modernidade eurocêntrica e salvacionista” (Mignolo, 2009).

A metodologia “perversa” do pensamento colonial se estabeleceu de modo que a realidade local parece não ter sentido se não houver uma relação, ou mesmo uma “semelhança” com a vida do colonizador. A ponto de haver a comparação com “civilizado e não civilizado”. O Civilizado é aquela pessoa que se veste, fala, se alimenta de um determinado modo, enquanto o outro, o não civilizado, se veste, fala, se alimenta diferente, dando a ideia de que um é superior ao outro.

Por muito tempo, esta realidade era apresentada nas escolas, era ensinado que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral. A ótica da história apresentada era a ótica do colonizador, do dominador. Por muito tempo, o processo da colonização foi apresentado como uma forma de avanço, de modernização, mas não apresentava as consequências, ou o lado “obscuro” que este processo desencadeou. O custo para a implantação da modernidade trazida pelos colonizadores, não é revelado, ou era muito velado, escondido. O número de nativos e negros escravizados e até exterminados, exploração dos povos, das riquezas, foi um alto custo para chegar a “tal modernidade”.

A tese de doutorado de João Colares da Mota Neto, pela Universidade Federal do Pará, apresenta uma reflexão sobre este pensamento, tendo como base o autor Mignolo (2007):

Com efeito, para Mignolo (2007), a modernidade é uma hidra de três cabeças, que simbolizam, cada qual: i) a retórica salvacionista, desenvolvimentista e a promessa do progresso, esta que é a única face visível da modernidade; ii) a colonialidade, que é um padrão de poder que permaneceu mesmo após o fim da situação colonial e que entre suas consequências estão o racismo, a desigualdade, a fome e o machismo, formas de opressão que costumam estar deslocadas do imaginário hegemônico sobre a ideia de modernidade; iii) a decolonialidade, que é uma energia de

descontentamento, de desconfiança, de desprendimento mobilizada por aqueles que reagem ante a violência imperial (Apud Tese de Doutorado NETO, p.15).

Esta lógica, apresentada nesta tese, traz três idéias-chaves, a primeira “salvacionista”, trazida pela Igreja, o pensamento de “salvar as almas”, se utilizou da segunda proposta, a colonialidade para implantar o projeto, porém estas ideias trouxeram muitas consequências, que se observa ainda nos tempos atuais. O autor traz o pensamento de que o racismo e a desigualdade são frutos deste período. Isso pode ser confirmado, quando no período colonial é observado a hegemonia da Igreja Católica sobre as religiões indígenas, o domínio do europeu sobre os nativos e dos negros trazidos do continente Africano para “servi-los”, dando a ideia de raças superiores e raças inferiores. Tudo isso vai gerar grande desigualdade entre povos e regiões, levando a questões de desigualdades econômicas. A terceira

ideia apresentada, a decolonialidade é um processo recente, que começa pelo descontentamento, pela desconfiança, e pela busca de uma outra ótica da história, a ótica do dominado.

O pensamento da decolonialidade vem ganhando força. Na América Latina surgiu o movimento denominado Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990. É formado por intelectuais latino-americanos de diversas universidades. Este coletivo tem realizado movimento de estudos críticos de áreas do conhecimento, gerando novo pensamento epistemológico, que tem colaborado para a visão crítica das ciências sociais na América Latina. Já há a possibilidade de encontrar hoje algumas releituras históricas, problematizando questões que já vinham sendo refletidas, mas propondo novas reflexões.

Este coletivo Modernidade/Colonialidade (M/C), propõe uma metodologia que vai para além das academias, defende a necessidade de aproximar-se de movimentos populares, numa proposta de “pedagogia decolonial”, sendo possível identificar esta ideia na proposta de Paulo Freire, como por exemplo a “pedagogia do oprimido”

É nesta perspectiva da decolonialidade que a Igreja Católica na Amazônia segue seus caminhos na busca de um “rosto institucional” que de fato expresse a realidade amazônica e não uma realidade “europeia”, mesmo com o desafio de ser uma instituição com sede na Europa. O primeiro passo é reconhecer a necessidade de mudanças que vão desde a sua forma de se organizar, até a sua forma de atuar. Encontra-se esse passo importante nos documentos aprovados no Concílio Vaticano II, que irá nortear a busca desta mudança, sair de uma metodologia colonizadora para um processo de valorização dos povos onde atua. Um segundo passo para este processo decolonial que deverá enfrentar, é reconhecer que cometeu erros

quando chegou, e buscar se “redimir” e mudar sua metodologia e atuação. Este processo, apesar de lento, vai ocorrendo.

Por outro lado, é importante reconhecer que mesmo com o processo colonial que levou muitos povos amazônicos à extinção, houve muita resistência, que ajudou a manter viva a esperança, conservar a língua, costumes, danças e crenças de muitos destes povos. Esta resistência foi muito importante para que houvesse mudanças na forma de atuação junto a estes povos, forçando a estas mudanças, sob pena de um enfraquecimento institucional, por consequência um fracasso na atuação.

1.1 A caminho de Santarém: iluminados pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais Latino Americanas.

1.1.1 Um Concílio descolonizador!

A Igreja Católica passava por processos de muita mudança, a começar pela “separação” do estado. O sistema do padroado havia ruído, o mundo passava por profundas mudanças, internamente haviam muitos desafios, as lideranças percebiam que era necessário repensar seu modo de agir, de se organizar, diante disso, a instituição precisava adequar-se ao tempo presente.

O Teólogo João Batista Libanio apresenta a necessidade de uma teologia apropriada, que possa interpretar a realidade, sem generalizar, mas identificando a realidade humana, social e estrutural:

[...] teologia apropria-se dos resultados teóricos interpretativos das ciências do social em relação à realidade humana histórica [...] É analítica porque apreende os dados, não de maneira intuitiva e experiencial, mas pela via da análise, da distinção entre os elementos constitutivos do real e suas relações. Diz-se sócio-analítica porque o real é estudado na sua condição de estrutura social, situado dentro da sociedade e sujeito às leis que regem o universo das formações sociais, quer sejam econômicas, políticas ou culturais (Libânio, 1987, p. 178).

Para Libânio, a Teologia enquanto ciência e ocupando-se com o estudo sobre Deus, sua natureza e as relações com homem e o universo, pode oferecer uma importante contribuição, quando analisa a realidade dos povos de forma contextual, libertadora, sociológica, religiosa, política e até cultural, esta ciência pode assumir um papel intermediário importante.

Fruto de todo este processo, externo e interno da Igreja, de pensamentos como o de Libânio e outros teólogos, é que surge a necessidade da convocação do Concílio Vaticano II. O

Papa João XXIII ao convocar este Concílio, o faz como fruto de um processo e inspirado em um caráter “pastoral”, voltado para a atuação da Igreja e da organização. O Vaticano II, foi o Concílio, talvez o único, que tenha se ocupado das questões da vida prática da Igreja no que tange a sua atuação, mas do que “reafirmar as verdades divinas”, se ocupou de refletir sua natureza, estrutura, vocação e atuação.

O Papa João XXIII que convocou o Concílio, não chegou a ver sua conclusão, faleceu em 1963, sendo substituído pelo Papa Paulo VI, que afirma no discurso de conclusão do Concílio:

Ressoam ainda, nesta Basílica de S. Pedro, as palavras pronunciadas no discurso inaugural do mesmo Concílio, pelo nosso predecessor de feliz memória, João XXIII, em quem, com toda a razão, podemos ver o autor deste Concílio Ecumênico. Dizia então aquele Pontífice: «O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz (Discurso Papa Paulo VI, p.2).

O Papa Paulo VI, apresenta o processo conciliar como sendo um caminho propício para que a Igreja possa olhar para si mesma, analisar sua forma de se organizar, de atuar, de cumprir sua missão, continua o discurso:

Dirá alguém que o Concílio, mais do que das verdades divinas, se ocupou principalmente da Igreja, da sua natureza, da sua estrutura, da sua vocação ecumênica, da sua atividade apostólica e missionária. Esta secular sociedade religiosa que é a Igreja esforçou-se por pensar sobre si mesma, para melhor se conhecer, melhor se definir e, conseqüentemente, melhor dispor os seus sentimentos e dos seus preceitos. Isto é verdade (Discurso Papa Paulo VI, p.3).

Neste trecho do seu discurso, o papa Paulo VI, apresenta que o Concílio teve a finalidade de olhar para si mesma, buscar conhecer-se melhor, pensar sua natureza, rever suas estruturas, para cumprir melhor sua missão no mundo. Na sequência do seu discurso o papa chama a atenção para a necessidade de olhar também para a realidade onde a Igreja está inserida.

Nunca talvez como no tempo deste Concílio a Igreja se sentiu na necessidade de conhecer, avizinhar, julgar rectamente, penetrar, servir e transmitir a mensagem evangélica, e, por assim dizer, atingir a sociedade humana que a rodeia, seguindo-a na sua rápida e contínua mudança. Esta atitude, nascida pelo facto de a Igreja, no passado e sobretudo neste século, ter estado ausente e afastada da civilização profana, esta atitude, sempre inspirada pela essencial missão salvadora da Igreja, esteve presente eficaz e continuamente no Concílio (Discurso do Papa Paulo VI, p.3).

O Papa chama a atenção para um tempo em que a Igreja esteve ausente das questões do mundo. Alerta para a necessidade de dialogar com esta sociedade, sem julgá-la, conhecer a realidade do tempo presente onde está inserida, entrar nesta realidade, oferecendo a ela respostas, à luz dos valores evangélicos. Esta é a grande novidade do Concílio, uma Igreja que

está presente no meio do povo, não acima dele. Os Documentos aprovados, sejam as constituições apostólicas, sejam os decretos e mesmo as declarações, vão de encontro a esta preocupação do Concílio.

Por outro lado, o resultado do Concílio não era algo pacífico no interior da Igreja. Havia uma parte que considerava que os resultados não representavam o desejo da Igreja, em virtude destes pensamentos, o Papa chama a atenção em seu discurso:

Desejamos antes notar que a religião do nosso Concílio foi, antes de mais, a caridade; por esta sua declarada intenção, o Concílio não poderá ser acusado por ninguém de irreligiosidade, de infidelidade ao Evangelho, se nos lembrarmos que o próprio Cristo nos ensina que todos conhecerão que somos seus discípulos, se nos amarmos mutuamente...

Na verdade, a Igreja, reunida em Concílio, entendeu sobretudo fazer a consideração sobre si mesma e sobre a relação que a une a Deus; e também sobre o homem, o homem tal qual ele se mostra realmente no nosso tempo (Discurso Papa Paulo VI, p.4).

O discurso de encerramento do Concílio proferido pelo Paulo VI, deixa claro que havia a necessidade de profundas mudanças, por isso, foi convocada uma assembleia conciliar para propor os novos caminhos a serem seguidos, seja no âmbito da estrutura organizacional, seja no âmbito da atuação e da missão da Igreja.

O Concílio Vaticano II abriu um novo tempo para a Igreja católica. Foi um momento de reflexão, de redefinição, e de mudanças de práticas. Ecoou gritos de muitas lideranças, que já vinham chamando a atenção da Igreja para a necessidade de rever sua presença no mundo. Com a expressão máxima “Igreja povo de Deus”, este Concílio trouxe para o seio da Igreja tantos leigos e leigas que já atuavam na sociedade no campo da política, da cultura, da educação, da saúde. Significou um grande avanço na autocompreensão da Igreja, bem como na compreensão do mundo moderno. Ainda que tardia, possibilitou uma “modernização” na Igreja.

As decisões conciliares foram acolhidas com euforia por parte de alguns e com pavor por parte de outros. Os que acreditavam na necessidade de uma atuação diferente por parte da Igreja, viam nas decisões do Concílio a esperança de uma instituição mais próxima da realidade, atuando em defesa dos mais vulneráveis, ao invés de estar ao lado do “poder”, como fez durante séculos. Estes entendiam que era a oportunidade de um “voltar às origens”, na época dos “apóstolos”, que eram perseguidos por viver a fé. Todavia, existiam os que discordavam, acreditando que a Igreja estava afastando-se da vivência religiosa para entrar no mundanismo.

O processo de renovação da Igreja, vai abrir espaço para uma diversidade de interpretações e práticas dentro da mesma Igreja. E não será uma construção neutra, mas, ao contrário, cada linha de pensamento, buscará de alguma forma fundamentar-se nos documentos

conciliares. Nesse sentido, o período pós conciliar irá revelar os significados explícitos e implícitos, suas potencialidades e limites do concílio.

Os Concílios na Igreja representam momentos de redefinição e busca de esclarecimento indenitário, processos de institucionalização de determinados conteúdos orientadores para si mesma e para sua ação. Quando analisa-se o aspecto da identidade da Igreja, percebe-se que ela é uma construção histórica permanente.

Este processo de busca indenitária é confirmado quando analisamos os vinte e um Concílios realizados pela Igreja ao longo de sua história, eles construíram e reconstruíram a identidade católica, a depender do objetivo e da finalidade de cada um deles.

O Sociólogo Manuel Castells, em sua obra *O poder da Identidade*, classifica a identidade em três tipos:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (O poder da identidade, 2018, p.55).

Ao analisar o processo histórico da Igreja, compreende-se claramente a presença destes perfis identitários, hora com mais força um, hora outro, mais os três se fazem presentes ao longo da História. Os concílios anteriores ao Vaticano II, evidenciaram a identidade legitimadora, como é o caso do Concílio de Trento ocorrido em virtude da reforma protestante. O papa João XXIII dizia, em seu Discurso de Abertura, que o Concílio não visava afirmar uma doutrina específica nem mesmo condenar erros, como muitos do passado, mas que a tradição cristã fosse exposta em sintonia com as indagações e formulações do pensamento moderno.

Apesar de o Concílio Vaticano II também buscar legitimar a identidade da Igreja, é concebível afirmar que este foi fruto de um processo de resistência, pois haviam muitas lideranças da Igreja que buscavam uma atuação diferente. Também é possível identificar este Concílio com a busca de um novo projeto de atuação e de Institucionalização que respondesse aos tempos atuais. Conforme diz o Papa Paulo VI em audiência no dia 12 de janeiro de 1966:

“O Concílio não nos obriga tanto a olharmos para trás, a considerarmos o ato de sua celebração, senão que nos obriga a considerarmos a herança que ele nos deixou, e que está presente e perdurará pelo futuro” (Audiência de 12/01/1966).

Em meio a um processo histórico marcado por erros e acertos, o Concílio Vaticano II coloca a Igreja em um caminho de construção indenitária num contexto de um mundo moderno que também busca sua autoafirmação. Essa tarefa tem revelado suas potencialidades e defasagens, pois cada parte do mundo tem seus desafios e realidades próprias.

1.1.2 O Concílio levado ao chão da realidade latino-americana!

Apesar de a América Latina ter tido uma participação menor, em termo de número de participantes, em comparação com a Europa, segundo dados do Concílio, os representantes europeus ocupavam $\frac{3}{4}$ das comissões. Os representantes latino-americanos deram importantes contribuições para o processo conciliar. Já na preparação, quando a comissão preparatória enviou os questionários, os bispos do CELAM, prontamente deram retorno, só do Brasil, 79% dos bispos enviaram suas respostas. De acordo com Oscar Beozzo, já neste primeiro levantamento pode-se perceber as tendências, de um lado o conservadorismo e condenação e de outro a renovação e o diálogo. Os conservadores respaldados por parte da Cúria Romana, queriam a manutenção de um modelo de Igreja, já por parte dos que queriam renovação, propunham mudanças, a começar pelo uso da língua vernácula, maior atenção aos pobres, atenção ao modelo de mundo que estava vigente. Essa disputa de ideias vai permear todo o Concílio, e chegar às Conferências Episcopais, inclusive na América Latina.

Note-se que o Papa João XXIII, sonhava com uma Igreja renovada, atenta aos pobres, que respondesse aos desafios da sociedade moderna que se apresentava, o que para o grupo renovador era muito importante, pois com a autoridade Papal, e o apoio de parte dos “padres conciliares”, foi possível levar a adiante a ideia e expressá-la nos documentos, decretos e declarações aprovados no concílio. O autor Constazo Donegana (2006), em seu artigo escrito na Revista Encontro Teológicos, destaca este novo processo em que a Igreja Católica se encontrava:

A partir dos primeiros decênios do século XX, iniciou-se um processo de transformação da ideia de Igreja e de missão, que teve sua síntese (embora não definitiva) no Concílio Vaticano II. Documentos como *Lumen Gentium*, *Ad Gentes*, *Gaudium et Spes*, *Nostra Aetate*, *Dignitatis Humanae* colocaram a missão na perspectiva de um novo relacionamento da Igreja com o mundo, não mais considerado como o reino do mal e do pecado, mas “teatro da história da humanidade, marcado pelo seu engenho, pelas suas derrotas e vitórias; mundo que os cristãos acreditam ser criado e conservado pelo amor do Criador; caído, sem dúvida, sob a escravidão do pecado, mas libertado pela cruz e ressurreição de Cristo, vencedor do poder do maligno” (GS 2) (Encontros Teológicos nº 45 Ano 21 / número 3 / 2006 – p, 40).

Conforme o autor, dava a entender que não bastava somente a aprovação dos documentos, fazia-se necessário o acolhimento e a aplicação deles, nas realidades onde a Igreja Católica se fazia presente. Essa receptividade e aplicabilidade vai ocorrendo. Na América Latina, a estrutura organizacional da Igreja, o CELAM se pôs a preparar os caminhos para de fato concretizar o sonho desta Igreja mais próxima e atualizada.

Três anos após o Concílio é realizada a Conferência de Medellín, a segunda do CELAM. Aconteceu na cidade de Medellín, na Colômbia, em 1968. O Objetivo era atualizar o Concílio para a realidade Latino Americana, esta finalidade era expressada no tema central da conferência: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”. Esta conferência traz os pobres para o centro das atenções da Igreja.

A proposta metodológica desta conferência foi muito criativa, inaugurou nos trabalhos da Igreja o método ver, julgar e agir. Este método consistia em primeiramente analisar a realidade, em todos os seus meandros: social, econômica, cultural, política, religiosa, tudo a partir de peritos. Em um segundo momento, havia uma reflexão desta realidade vista a partir das inspirações da “Palavra de Deus”, para procurar entender e buscar as ideias para a atuação, também chamadas de “pistas de ação”.

Este método experimentado em Medellín indica uma nova forma da Igreja se fazer presente na sociedade, a partir desta conferência, as que virão depois, utilizarão esta mesma metodologia. Anteriormente a Igreja “ditava” as regras sem nem uma escuta, a partir desta experiência, passa a escutar antes de falar. Matias Martinho Lens (2012), em seu artigo O Concílio Vaticano II: a presença da Igreja no mundo em espírito de serviço, em especial aos mais pobres, publicado na Revista *Pitis Praxis*, resume Medellín da seguinte forma:

Medellín procurou ler os sinais dos tempos na América Latina, à luz dos documentos do Concílio. Percebe o desejo de libertação como um surdo clamor que vem dos pobres (Medellín, Pobreza, 2). A grande intuição foi ver a Igreja como sacramento universal de salvação num mundo pobre e de maiorias empobrecidas, isto é, maiorias tornadas pobres por um sistema iníquo. Essa Igreja quer ser pobre com os pobres. Coloca-se face a face à pobreza inumana (Medellín, Pobreza, 1). Analisa a pobreza nos seus efeitos, mas sobretudo nas suas causas, para buscar suprimi-las. Denuncia a pobreza injusta e o pecado que a engendra (Medellín, Pobreza, 5). Busca o rosto de uma Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, na expressão de Gustavo Gutierrez. Nesse rosto, a virtude da pobreza voluntária ganha um novo sentido de solidariedade e compromisso com os pobres, o caminho da pobreza evangélica (AG 5) (Rev. *Pits Praxis*, Teol. Pastor., Curitiba, V.4,n.2, p.421-440, jul./dez.2012).

Medellín foi a inspiração para muitas outras iniciativas de aplicação do Concílio. As Arquidioceses, Dioceses e Prelazias, realizaram assembleias, encontros e formações, com a temática do concílio e de Medellín. No Brasil, ganha força as Comunidades Eclesiais de Base,

apesar de o país viver o golpe militar de 1964, ocorrido durante o Concílio, há uma atuação da Igreja em várias frentes, sobretudo no campo da formação de lideranças.

1.1.3 Desdobramentos do Concílio Vaticano II e de Medellín no Brasil

No Brasil, já havia um processo de reestruturação da Igreja, na visão de Oscar Beozzo, existiam quatro aspectos que davam condições criadas anteriormente para que os desdobramentos do Concílio e da Conferência de Medellín viessem a ser praticadas:

- a) A existência de movimentos apostólicos e leigos afinados com os rumos que tomariam posteriormente as reformas conciliares, notadamente o movimento do apostolado dos leigos e leigas, concretizado sobretudo nos diversos ramos juvenis da Ação Católica (Juventude Agrária Católica JAC; Juventude Estudantil Católica, a JEC; Juventude Independente Católica JIC; Juventude Operária Católica, a JOC e Juventude Universitária Católica, a JUC), o movimento litúrgico e o movimento bíblico;
- b) A criação de uma estrutura de articulação e animação da vida da Igreja no seu nível mais alto, concretizada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952 e na Conferência dos Religiosos/as do Brasil (CRB), fundada em 1954, reunindo os superiores/as maiores e os provinciais e as provinciais das ordens e congregações religiosas masculinas e femininas estabelecidas no Brasil;
- c) O surgimento de uma estrutura de articulação continental que ampliava os horizontes da Igreja do Brasil e a colocava na trama complexa da realidade latino-americana, a partir da criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), por ocasião do XXXIV Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro e da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em julho de 1955;
- d) A elaboração do Plano de Emergência (PE), em 1962, dez anos depois da criação da CNBB (Beozzo, p.4).

Estas quatro condições indicadas por Beozzo, são fundamentais para a aplicação das decisões do Concílio, mas ressalta o planejamento pastoral, que era um pedido do então papa João XXIII, durante a Assembleia Geral do CELAM em 1958.

Dom Agnelo Rossi, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, autorizou o Pe. Raimundo Caramuru Barros, Subsecretário, a dar início a elaboração do Plano, contando com a colaboração de pessoas externas, inclusive do ambiente público, Beozo, cita que havia a contribuição do técnico da Fundação Getúlio Vargas e do Departamento de Planejamento Urbano de São Paulo. O plano era dividido em três partes: 1. Introdução geral do Plano; 2. Diretrizes fundamentais da Ação Pastoral; 3. Plano nacional de atividades da CNBB.

Beozo acrescenta ainda as linhas de trabalho do plano, que deveriam contemplar os documentos do Vaticano II:

Linha de trabalho nº 1: Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica;

Linha de trabalho n° 2: Promover a ação missionária;
 Linha de trabalho n° 3: Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica;
 Linha de trabalho n° 4: Promover a ação litúrgica;
 Linha de trabalho n° 5: Promover a ação ecumênica;
 Linha de trabalho n° 6: Promover a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus” (Beozo, p.10).

Este plano elaborado e aprovado pela CNBB, foi encaminhado para todas as igrejas particulares para que colocassem em prática. Algumas destas Igrejas aproveitaram para fazer seus planos locais, de forma que o Concílio, bem como Medellín fossem colocados em prática.

Note-se que havia um grande desafio para que esse projeto fosse executado, em pleno Concílio, ocorreu um golpe de Estado, os militares assumiram o governo. Ney Souza (2022), em sua obra História da Igreja na América Latina, destaca a nota lançada pela CNBB em 1964 sobre a situação atual:

(...) salvaram a Pátria, com grave risco de suas vidas”. Ao mesmo tempo alerta sobre os abusos cometidos pelos golpistas, defende de acusações padres, leigos que estavam a frente de movimentos sociais, e por fim, afirma que a Igreja não cederá “(...) às injustiças da política partidária, nem as pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendem (...) silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas de perseguição e da injustiça (DECLARAÇÃO, 1964, p.491-493) (Souza, 2002, p. 428).

Estes trechos da nota da CNBB sobre o golpe militar de 1964 são “dúbios”, de um lado elogiam a iniciativa dos militares, mas de outro criticam a forma que o fizeram, deixando claro, que seguirão na defesa dos mais pobres, os agentes da Igreja, sejam padres, leigos ou religiosos. Esta atitude reflete o momento que estava a sociedade da época, inclusive a Igreja, de um lado grupos tradicionais que vislumbravam uma Igreja com “olhar” apenas religioso, de outro grupos que sonhavam com uma Igreja mais comprometida com a realidade.

Souza (2002), nesta mesma obra, destaca que houve uma atitude combativa por parte da Igreja em relação a tortura e as atrocidades implementadas pelos militares da época. Muitas lideranças (padres, religiosos, leigos) tiveram que esconder-se, outros sofreram violências, foram espancados, e até assassinados. O autor cita que uma das vozes que ecoavam e incomodava os militares, era a de Dom Helder Câmara:

Dom Hélder Câmara foi constantemente lembrado pelos generais do regime: “*Helder Câmara, que há muitos anos abandonou seus afazeres pelo turismo na Europa, a pretexto de conferências para falar mal do Brasil (...)*” (AESP DEOPS – 50-D-26-5707-5710. Relatório mensal de informações n.03/78/CISA) (Souza, 2002, p. 432).

Mesmo reconhecendo que haviam setores da Igreja, que apoiava os militares, um grande número de lideranças, e de organizações internas da Igreja atuavam frente a estas realidades de

opressão e de violência. Esta atuação se dá em grande parte pela influência do Concílio Vaticano II, e pela Conferência de Medellín.

1.1.4 Desdobramentos do Concílio e de Medellín na Amazônia e em Tefé

Conforme já refletido anteriormente, o Brasil vivia um governo de exceção, a Ditadura Militar. Os olhos se voltavam para a Amazônia como uma região “a ser desenvolvida”, o governo Militar tinha planos para esse “desenvolvimento da região”. Incentivava a ocupação na Amazônia, criava campanhas como esta:

Toque sua boiada para o maior pasto do mundo.

Na Amazônia a terra é barata, e sua fazenda pode ter todo o pasto que os bois precisam.

Sem feno ou estagem queimando o capim, o gado fica boiudo de janeiro a dezembro.

E para ir para a Amazônia, você escolhe a ajuda que quiser.

Com um projeto aprovado pela

Sudam, sua empresa recebe os incentivos fiscais de milhares de empresas do todo o país.

E, com o financiamento agropecuário do Banco da Amazônia, você tem todo o apoio de que precisa.

Quando chegar a hora de vender o gado, as notícias serão ótimas.

É que a produção atual da região Norte é muito menor que seu consumo. E, quando essa produção alcançar 1 milhão de cabeças por ano, em 1975, você terá o mercado nordestino ali pertinho, à sua espera.

E também os portos que embarcam carne para a Europa e EUA.

Por falar nisso, a carne sem

gordura do zebu é a mais procurada no mercado internacional.

É por isso tudo que mais de 20 empresas agropecuárias já estão se instalando na Amazônia.

Essa gente foi para lá movida por um forte impulso pioneiro, patriótico e empresarial.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA SUDAM
BANCO DA
AMAZÔNIA S.A.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA SUDAM

Figura 3 Campanha toque sua boiada para o maior pasto do mundo

Fonte: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ditadura-militar-no-brasil-queria-transformar-amazonia-em-pasto/>

Na época da ditadura, haviam promessas de incentivos fiscais e financiamento em diversas áreas, uma delas tem a ver com esta campanha “Toque seu gado para o maior pasto do mundo” para quem levasse o gado para a região. Mas não era apenas para atividades do campo, também para indústria, ocorriam estes incentivos.

Para colocar em prática esse plano desenvolvimentista, criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. A SUDAM foi instalada em 30 de novembro de 1966, tendo como primeiro superintendente o General Mário de Barros Cavalcante.

Também nessa linha, a ditadura militar cria em 1967 a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, para as questões relacionadas a terra cria em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária – INCRA e o Plano de Integração Nacional – PIN, dentre outros organismos que tinham como fim: colonizar, ocupar, desenvolver, integrar a Amazônia.

É neste contexto que a Igreja da Amazônia, vai implementar os desdobramentos do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín.

Na Prelazia de Tefé, região do Médio Solimões, ponto focal desta análise, atendida pela Congregação do Espírito Santo, estendia-se por toda a calha do Solimões dos limites entre Tefé e Coari, seguindo até os limites de Jutai com Tonantins. Seguindo a calha do Japurá desde a Fronteira com a Colômbia até a desembocadura no Solimões. Na calha do Juruá, deste os limites entre Eirunepé e Itamarati, até a desembocadura no Solimões. Esta região que além dos desafios da geografia, das distâncias entre as cidades, enfrentava ainda os desafios da comunicação, da presença do Estado com as respectivas políticas públicas.

Consta nos arquivos da Prelazia de Tefé que o então bispo, o holandês Dom Joaquim de Lange, participou do Concílio convocado por João XXIII. Em virtude da grande extensão territorial da Prelazia de Tefé (cerca de quase 265 mil km²), havia falta de recursos humanos para que a Igreja pudesse desempenhar sua missão, um dos clamores era que houvesse mais missionários para atender a região. Com o Concílio, Dom Joaquim juntamente com o grupo de missionários que atendiam a região, buscaram alternativas para esta questão.

Sendo um dos grandes desafios a Comunicação, em 1963, um ano antes do Golpe militar, Dom Joaquim e sua equipe, consegue a concessão de uma Rádio, a Rádio Educação rural de Tefé, que se instala e cria uma alternativa para a comunicação, mas era preciso que o povo tivesse acesso aos aparelhos radiofônicos, então faz-se campanhas junto a benfeitores para adquirir os aparelhos e distribuir em locais estratégicos.

Em 1964, já em plena Ditadura Militar, é implantado em Tefé um Organismo da Igreja, o MEB – Movimento de Educação de Base, que logo se uniu à Rádio Educação Rural de Tefé e criou um processo de alfabetização a distância com aulas radiofônicas. Este mecanismo foi muito importante para o passo seguinte que era a formação das lideranças.

Tendo em vista o alto índice de analfabetismo na região, este mecanismo da educação a distância através da rádio, trouxe uma grande contribuição no que tange a educação.

Com o intuito de aplicar as decisões do Concílio e o sonho de sanar a dificuldade com a falta de pessoal para a missão, em 1968 foi criada a Escola de formação de agentes de Pastoral – EDAP a intenção era formar jovens para atuarem na pastoral. Dom Joaquim sonhava que a partir do Concílio pudesse haver um novo modelo de padres. O projeto de formação se daria por um período mais longo, com regime de internato. Estes agentes bem formados não só permitiriam que mais leigos assumissem as responsabilidades na Igreja, como reduziria a dependência de agentes de fora da prelazia (Arquivo Histórico da EDAP).

Analisando documentos no arquivo da Prelazia de Tefé, é detectada uma comunicação do Bispo Dom Joaquim, dirigida ao Papa, pedindo autorização para ordenar homens casados, porém não foi localizado respostas a este documento.

Não sendo possível este modelo de padres, buscou alternativas de acordo com a legislação da Igreja. O então Bispo se baseia no Código de Direito Canônico e criou alguns ministérios que colaboraram neste intento de ter um maior número de agentes pastorais. O Bispo que delegou a função emite um documento denominado provisão, que de acordo com o próprio código de direito Canônico significa:

Cân. 147 — A provisão do ofício eclesiástico faz-se: por livre colação pela autoridade eclesiástica competente; por instituição conferida pela mesma autoridade, se tiver precedido apresentação; por confirmação ou admissão feita pela mesma, se tiver precedido eleição ou postulação; finalmente por simples eleição e aceitação do eleito, se a eleição não carecer de confirmação (Código de Direito Canônico, 1983, p. 25).

Com esta indicação, Dom Joaquim institui o “Catequista Regional”, que são agentes de pastoral com o poder de realizarem batizados, presidir casamentos, levar a comunhão (eucaristia), apoiar as comunidades, presidir as celebrações da Palavra. Foram escolhidos alguns homens que receberam a provisão do Bispo para exercer tal missão. Este modelo de ministro também está previsto na legislação da Igreja.

Cân. 861 — § 1. O ministro ordinário do batismo é o Bispo, o presbítero e o diácono, sem prejuízo do prescrito no cân. 530, n.º 1.

§ 2. Na ausência ou impedimento do ministro ordinário, batiza licitamente o catequista ou outra pessoa para tal designada pelo Ordinário do lugar, e mesmo, em caso de necessidade, qualquer pessoa movida de intenção recta; os pastores de almas, em especial o pároco, sejam solícitos em que os fiéis aprendam o modo correcto de batizar (Código de Direito Canônico, 1983, p. 157).

Modelo de provisão de agente de pastoral leigo, extraído do arquivo da prelazia de Tefé.

PRELAZIA DE TEFÉ
Rua Duque de Caxias 438; CP 21 69470-000 Tefé AM
Tel. 97-343 2563

PROVISÃO

Atendendo à indicação do P. Vicente Ferrero ,e da equipe missionária da paróquia do Divino Espírito Santo de Uarini, e em conformidade com o Cânon 861, § 2 , do Código de Direito Canônico (*Na ausência ou impedimento do Ministro ordinário, o catequista ou uma outra pessoa para isso designada pelo Ordinário local pode licitamente batizar...*) e tendo em vista as necessidades pastorais, designamos como **Ministras extraordinárias do Batismo** para a paróquia de Uarini, MARIA AMÁLIA FERREIRA LOPES E CLEONICE RODRIGUES NOGUEIRA. O exercício desse ministério , em caso de ausência física ao moral do ministro ordinário do Batismo dentro dos limites da paróquia, valerá por 2 anos a contar desta data.

Recomendamos que cuidem com esmerado fervor da preparação, especialmente dos Pais e Padrinhos das crianças a serem batizadas , preparem com esmero as celebrações e celebrem com dignidade o Sacramento do batismo para que a fé se torne sempre mais viva na comunidade.

Prelazia de Tefé, 25 de abril de 2003
 Dia São Marcos apóstolo e evangelista

Figura 4 Modelo de previsão usado na Prelazia de Tefé

Fonte: Arquivo histórico da Prelazia de Tefé

Assim, com a novidade do Concílio, vai havendo a possibilidade de mudar as formas de atuar da Igreja, incluir novos ministros, valorizar as lideranças locais, entender que mesmo sendo uma instituição de âmbito mundial, não se pode estar presente sem levar em conta a realidade local.

1.2 A caminho de Santarém: estrutura organizacional da igreja do brasil e da Amazônia

Tomando como ponto de partida a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB em 1952, percebe-se uma ruptura com o modelo que existia. Anteriormente havia um distanciamento, ou até uma ligação direta com uma liderança maior que ficava em Roma, o Papa, e sua cúria Romana. Com a criação de uma Conferência Nacional, passa a haver uma organização é uma instituição mais próxima que dará suporte para as chamadas Igrejas particulares (prelazias, dioceses, arquidioceses). A nova proposta da CNBB foi formada para um sistema de colegiado. Segundo José Matos (2003):

A fundação da CNBB assinala um novo e decidido interesse da Santa Sé em promover Conferências Episcopais Nacionais, organismos não previstos no Código de Direito Canônico (de 1917). A CNBB propiciou o diálogo e a exposição dos grandes problemas pastorais do país. Favoreceu uma ação conjugada na busca de uma evangelização capaz de atender à realidade do povo na sua diversidade regional. Assim, a CNBB criou as condições imediatas para a existência e evolução de uma “pastoral de conjunto” em nível nacional (Matos, 2003, p.157).

Nesta linha de pensamento de Matos (2003), a criação da CNBB inspirou outros organismos a se organizarem também, como é possível confirmar a criação da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB em 1954, a criação do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM em 1955. E outros que foram se organizando posteriormente.

Anteriormente a Igreja Católica no Brasil atuava sob dois parâmetros: O fortalecimento da instituição a partir da organização e expansão dos seus quadros, sempre ancorados na direção hierárquica e religiosa e impor à sociedade brasileira os valores religiosos e éticos que orientavam os caminhos percorridos pela própria Igreja ao longo do tempo. Com a organização da CNBB os parâmetros mudam. Para Azzi (2008):

Tanto num modelo como no outro, a Igreja do Brasil se movimenta em grande parte sobre o estímulo e o comando da própria Santa Sé. Dir-se-ia que, apesar do espírito lúcido de alguns prelados, em geral os membros da hierarquia eclesiástica aderem aos novos rumos premidos pela obediência que devotam ao Romano Pontífice. Em outras palavras, se Pio XI e o Núncio de Marsella marcaram a orientação da primeira etapa histórica, João XXIII e o Núncio Lombradi são os responsáveis principais pela nova perspectiva pastoral da instituição católica. Outro ponto importante a ser levado em consideração é o caráter marcadamente hierarquizado que continua presente tanto numa etapa como na outra; ou seja, são sempre os bispos que mantêm, sob seu comando, a direção eclesial, limitando-se os leigos, os religiosos e os próprios padres a cerrar fileiras ao seu lado, como fiéis colaboradores (AZZI, 2008, p.621).

Diante do pensamento de Azzi (2008), percebe-se que mesmo com todos os avanços promovidos pelo Concílio Vaticano II, só será possível tornar real e aplicar as ideias, se o conjunto do episcopado se propuser e aceitar a implantação. Esta ideia se confirma, quando se analisa de forma particularizada, por igrejas particulares, percebe-se que em umas a aplicação do Concílio se dá de maneira concreta, em outras, não se percebe a aplicação das ideias conciliares.

Por outro lado, quando se avalia as outras camadas de organização da Igreja percebe-se o mesmo desafio, a existência de conservadores, os que querem manter-se com as ideias anteriores ao concílio, outros querem não apenas colocar em prática as decisões conciliares, como pretendem adaptar a realidade de cada lugar. este é o grande desafio para concretizar os processos de mudanças propostos. Ainda com o intuito de reduzir estes desafios, a CNBB procura fortalecer a organização, colocando-as mais próximas da realidade.

Cân. 369 — A diocese é a porção do povo de Deus que é confiada ao Bispo para ser apascentada com a cooperação do presbitério, de tal modo que, aderindo ao seu pastor e por este congregada no Espírito Santo, mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitua a Igreja particular, onde verdadeiramente se encontra e actua a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica.

Cân. 374 — §1. A diocese ou outra Igreja particular divide-se em partes distintas ou paróquias.

(Código de Direito Canônico, 1983, p. 67).

Conforme esta legislação, as Igrejas particulares são entendidas como um território definido pela Igreja, e fica sob os cuidados do Bispo, que subdivide em partes menores, denominando paróquias, delegando aos padres a função de “governo”. Desta forma compreende-se como funciona a organização interna da Instituição.

Este é um ponto que tanto pode dificultar a aplicação das orientações práticas da Igreja, como podem tornar possível e viável sua aplicação. Estas normas da Igreja fazem com que a mesma instituição presente em um determinado lugar caminhe diferente de outra que está ao lado, fazendo limites. Pois a aplicação dos documentos, conhecidos como pastorais, que são os que regem a atuação da instituição, são aplicados de forma diferente, de acordo com quem governa naquele lugar. Esta questão explica tanta diferença na forma da Igreja atuar, mesmo na Amazônia se observa estas mudanças, até mesmo quando o Bispo ou o padre do lugar é substituído, a mudança se torna perceptível.

Por outro lado, há uma busca, por parte das autoridades da Igreja, como o Papa e os Bispos, de incluírem mecanismos neste documento legislador, que possam ao menos, reduzir esta descontinuidade, já é possível encontrar estes mecanismos no mesmo documento:

Cân. 228 — § 1. Os leigos, que forem julgados idôneos, têm capacidade para que os sagrados Pastores lhes confiem os ofícios eclesiásticos e outros cargos que podem desempenhar segundo as prescrições do direito.

§ 2. Os leigos dotados da ciência devida, prudência e honestidade têm capacidade para prestar auxílio aos Pastores da Igreja como peritos ou conselheiros, mesmo nos conselhos estabelecidos segundo as normas do direito (Código de Direito Canônico, 1983, p. 67).

Nesta perspectiva, existem os diversos conselhos que cada igreja particular cria, de acordo com a necessidade. Nos arquivos da Prelazia de Tefé foi encontrado as provisões de diversos conselhos: “Conselho de pastoral, Conselho Econômico, Conselho de Formação”, todos estes com a participação de fiéis leigos, ou seja, pessoas que não fazem parte do clero. Encontra-se também conselhos compostos apenas por sacerdotes e pelo bispo, como é o caso do “Conselho de Presbíteros e Colégio de Consultores”. Nos dois casos são instâncias consultivas, a decisão final cabe sempre ao “Ordinário do lugar”, ou seja, o titular, que é o

Bispo, ou aquele que faz a função do mesmo, em sua ausência. Assim esta instituição milenar vai buscando se moldar, para se adequar ao tempo presente.

2. Na busca de novos caminhos

A Igreja católica apresenta uma busca incessante por novos caminhos, desde a “história da Igreja Primitiva”. Sempre que percebe que está ficando com dificuldade na sua atuação, busca alguma forma de se reencontrar. Foi assim nos diversos concílios, nos sínodos, nas assembleias nacionais, regionais e locais. Há sempre a preocupação em adequar-se ao tempo presente, sem perder suas origens.

Na Amazônia essa busca segue desde a chegada até os dias atuais. Conforme a organização da Igreja vai “evoluindo”, também a busca por caminhos mais adequados vai se dando. De acordo com o que já foi refletido anteriormente, ao passo que se busca uma atuação mais próxima da realidade, também se reestrutura a organização. A partir da década de 1950, a reestruturação organizacional se intensifica.

Com a criação da CNBB em 1952, sentiu-se a necessidade da criação dos Regionais, para aproximar ainda mais a instituição, atuando de forma colegiada. Assim, na Amazônia se cria o Regional Norte, que posteriormente subdivide-se em Norte 1, Norte 2, Noroeste e Norte 3, mas se tratando de Amazônia, inclui ainda parte do Nordeste (Maranhão), o Oeste 2 (pois pertencem ao Bioma Amazônia).

Com esta estruturação que se inicia após a criação da CNBB na década de 1950, e início da preparação para o Concílio Vaticano II, demanda por novos rumos, fazem com que a Igreja da Amazônia busque também novos caminhos para sua institucionalização e atuação.

2.1 Preparando o terreno!

Já em 1952, os bispos da Amazônia se reuniram em Manaus, por ocasião do 2º Congresso Eucarístico, atendendo a um chamado do Núncio Apostólico do Brasil (Representante do Papa), Dom Carlos Chiarlo. Neste encontro, trataram do Plano Nacional de Evangelização que estava em preparação, a criação de organismo que valorizasse a Amazônia. Também estava na pauta discutir a decisão do Governo federal de investir um percentual do orçamento destinado para a Amazônia em: saneamento, saúde, educação, imigração e colonização. Note-se que neste período a Igreja ainda atuava no campo da educação e da saúde, inclusive muitas escolas e hospitais da região eram administrados pela Igreja, em Tefé havia o

Hospital São Miguel administrado pela Prelazia de Tefé. Ao final, os Bispos participantes deste encontro, fizeram uma declaração:

“Se o governo vai tentar o soerguimento econômico destas regiões, é urgente que um largo surto espiritual se antecipe aos progressos materiais, e os acompanhe, e os envolva, dando-lhes rumo seguro e feliz” (1º Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia, Manaus, 2 a 6 de julho de 1952, Documento final).

Observe-se que neste trecho da mensagem dos bispos, aparecem duas preocupações, a primeira com os projetos econômicos implementados pelo governo e suas consequências, o segundo a resposta que poderia ser dada pela Igreja, à luz de sua missão evangelizadora.

Seguindo com o processo, em 1954, aconteceu o segundo encontro em Belém, neste período o governo havia criado um órgão chamado Superintendência do Plano de valorização Econômica da Amazônia – SPEVEA, criou ainda através da lei nº 1.806 de janeiro de 1953 a Amazônia Legal, abrangendo toda a região norte e, ainda parte do Estado de Mato Grosso, e parte do Maranhão. Além das questões relacionadas aos projetos do Governo para a região, a relação da Igreja com esta nova estrutura governamental criada, também foram refletidos temas como a organização Jurídica das Prelazias.

Prosseguindo os caminhos, os bispos da Amazônia voltam a se reunir em 1957 em Belém para o terceiro encontro, onde voltou a roda de diálogo o tema da SPEVEA e a ideia de um plano conjunto de atividades a ser desenvolvido em toda a Amazônia Legal. Neste período havia a ideia por parte do governo de um projeto de integração da Amazônia ao Brasil, a partir deste encontro os bispos definem 4 caminhos que irão buscar percorrer: 1. Buscar novos padres para a missão, 2. Devido às distâncias: investir em meios de transportes motorizados (barcos ou carros), 3. Desafio da comunicação: investir em meios radiofônicos; 4. Formar um clero indígena, utilizando o argumento “filhos da Amazônia respondam pelos desafios espirituais da Amazônia” (Relatório encontro 1957).

Em 1962 a CNBB cria o Regional Norte, possibilitando aos Bispos da Amazônia uma maior articulação entre si, e mais força interna junto à organização em nível nacional. A busca de caminhos também pode ganhar novos rumos, pois a implementação de um plano comum da instituição ganha mais força.

Nesta trajetória de busca por novos caminhos, os bispos da Amazônia, que estavam se preparando para o Concílio Vaticano II, se reuniram em Belém no final do mês de agosto de 1964. Foi marcado pela preocupação de definir e articular os laços entre os bispos do Norte e da CNBB nacional. Visto que a reunião aconteceu justamente no intervalo entre a segunda e

terceira sessão do Concílio Vaticano II. Este encontro tratou de temas como: Criação do Secretariado Nacional para as Prelazias – SNAP; Apesar da criação do Regional Norte, os bispos consideravam demasiado extenso o território e propuseram a subdivisão em Norte 1, com sede em Manaus e Norte 2, com sede em Belém; O mesmo pedido foi feito para o Regional Centro-Oeste, propondo a subdivisão em Centro-oeste com sede em Goiânia e Extremo-Oeste com sede em Cuiabá. Os bispos das Prelazias, apoiando a primeira proposta, escrevem uma carta fundamentada ao Secretariado Nacional da CNBB, reforçando a necessidade.

Na Assembleia Geral da CNBB em 1964, respondendo ao pedido da criação do Secretariado para as Prelazias, deu encaminhamento para a estruturação do órgão, também dando sequência na estruturação dos regionais.

Já com a Secretaria Nacional para as Prelazias - SNAP criada, e com o Concílio Vaticano II em fase final, a CNBB aprovou em 1965 o Plano de Pastoral de Conjunto, que vai exercer forte influência na ação da Igreja da Amazônia. A SNAP organizou três dimensões a serem trabalhadas neste plano na Amazônia: 1. Séria reflexão sobre a pastoral das desobrigas, buscando uma renovação; 2. Revisão, aprofundamento e dinamização da presença eclesial junto aos indígenas; 3. Tomada de posição em face das novas exigências do desenvolvimento da Amazônia, focalizadas pela SUDAM. É importante destacar que nesta época o Governo brasileiro trabalha o slogan “*Integrar para não entregar*” (Relatório CNBB 1965).



Figura 6 Mapa do Programa de Integração Nacional

Fonte: <https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e-decretos-para-ocupar-a-amazonia/>

O Projeto de Integração Nacional do Governo Federal, envolvia toda a Amazônia e havia uma grande preocupação com relação às consequências que haveria para a região. Como é observado, esta temática ocupava sempre parte dos encontros, seguindo a linha do Vaticano II que estava em curso, a Igreja precisava preocupar-se com o que acontece na sociedade e planejar sua ação, levando em consideração esta realidade. Esta prática já acontecia, mesmo durante a realização do Concílio, podendo constatar isso através dos relatórios dos encontros dos bispos da Amazônia.

Agora com a subdivisão dos Regionais, há uma nova configuração, o Regional Norte 1 com sede em Manaus, compreende os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. O Norte II com sede em Belém abrange Pará e Amapá.

O regional Norte 1 se reúne em 1967 em Manaus, com a presença dos técnicos da SUDAM, onde trataram dos projetos de desenvolvimento e integração da Amazônia implementados pelo Governo. Nesta ocasião os bispos disseram:

A posição da Igreja avança pelos rumos traçados no Concílio Ecumênico Vaticano II e pela Encíclica “*Populorum Progressio*”. Mais particularmente para o Brasil, grande impulso tem nascido do “Plano de Pastoral de Conjunto” do Episcopado, que os Bispos da Amazônia Ocidental adaptaram a região e através do qual desejam promover a inserção do povo de Deus, isto é, dos cristãos, na construção de uma ordem econômica e social conforme os desígnios de Deus (Mensagem Final do encontro dos Prelados da Amazônia Ocidental com os Técnicos da SUDAM e CODEMA sobre o papel da Igreja no Desenvolvimento da Amazônia).

Neste trecho, a mensagem dá a indicação dos caminhos que a Igreja Amazônica toma, o direcionamento é dado a partir do Vaticano II, da Encíclica Papal *Populorum Progressio* e do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB, note-se que o Plano foi adaptado para a região. Outro aspecto importante é o interesse do episcopado amazônico com o desenvolvimento da Região, a ponto de haver um encontro com técnicos do Órgão do governo, na época militar, para tratar do desenvolvimento e integração da Amazônia.

O regional Norte 2, reuniu-se em Macapá, no Amapá, no mesmo ano de 1967, tratando do mesmo tema, a questão da relação da Igreja com a SUDAM. Na mensagem deste encontro apresentaram preocupação com a educação, reconhecem a necessidade de formação de lideranças.

As reuniões dos Bispos da Amazônia ocorreram por regionais, cada um com seus encontros, mas em alguns momentos ocorreram reuniões conjuntas. O regional Norte 1, voltou a se encontrar em Manaus no ano de 1969 em um curso de técnicas de desenvolvimento,

oferecido pelo Governo, através do Ministério do Interior – SUDAM, onde é possível conferir na capa do relatório:

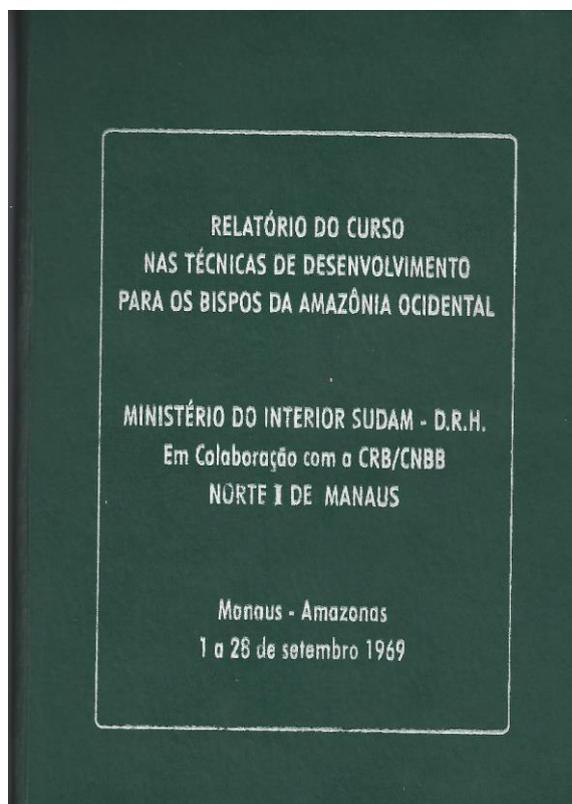


Figura 7 Relatório do curso técnico de desenvolvimentos para bispos da Amazonia Ocidental

Fonte: Arquivo CNBB – regional Norte 1

Este curso ocorreu em Manaus, a programação apesar de ser voltada para os Programas de desenvolvimento da Amazônia continha ainda pautas como: dinâmicas de grupo, técnicas de comunicação, documentos da Igreja, entre outras questões.

Chama a atenção esta relação da Igreja com o Governo militar da época, hora de parceria, de colaboração, hora de cobranças por parte da Igreja e de perseguição às lideranças da Igreja que levantavam a Voz contra o governo. O que é possível observar diante disso é que de um lado a Igreja era uma instituição que estava presente no território amazônico desde o início, não seria bom romper, por outro lado a Igreja que estava presente no território, conhecendo os desafios considerava importante colaborar com o Governo, pois desta forma, poderia ao mesmo tempo manter sua presença na região, e ainda cumprir com os ideais sonhados no Vaticano II, e fortalecido em Medellín, o cuidado com os pobres. Por isso, ora a Igreja se aliava ao governo para resolver questões voltadas para a educação, saúde e economia,

ora se posicionava contrária a forma com que o governo atuava . Daí a explicação para esta relação dúbia

Neste percurso, em 1970, o Regional Norte 1 realizou em Manaus seu encontro anual. A pauta principal foi o início das atividades do Instituto de Teologia e Ciências do Comportamento Humano. Além disso, foram apresentados os resultados do Plano de Pastoral de Conjunto, que já vinha sendo desenvolvido pelas Igrejas particulares do Regional. Os bispos também analisaram a realidade atual e os desafios que cada lugar enfrenta. O Compromisso assumido neste encontro, foi dar seguimento ao Projeto do Instituto de Teologia (Conf. relatório 1970).

Já em 1971, o grande tema foi a preparação para o Encontro dos Bispos da Amazônia (todos os regionais que compõem a Amazônia), a ser realizado em Santarém. No período de 14 a 16 de julho de 1971 no Rio de Janeiro, sob a Coordenação de Dom Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo de Belém do Pará, e responsável pela coordenação pastoral da Amazônia. Segundo relatório deste encontro algumas constatações foram feitas:

- Encrudescimento de toda a problemática da Amazônia, motivado pelas novas situações, quais o Plano de Integração Nacional, as estradas novas, e fenômenos consequentes;
 - A necessidade de uma coordenação dos organismos de pastoral atuantes na área;
 - A carência de agentes de pastoral uma possível dinamização;
- A necessidade de um plano de pastoral integrando, com a corresponsabilidade de toda a Igreja no Brasil;
- A necessidade de enfatizar e capacitar, ao máximo, as nossas agências de pastoral. (Seminário sobre a Pastoral na Amazônia – Comunicação final).

Diante destas constatações, foram encaminhadas algumas decisões:

1. Criar um grupo de trabalho, sob a coordenação de D. Alberto Gaudêncio Ramos, para estudo da: 1.1 – Pastoral da Igreja já estabelecida na Amazônia; 1.2 – Pastoral dos índios na Amazônia; 1.3 Pastoral das Estradas e dos novos problemas da Amazônia.
2. Fixar, para o grupo de trabalho as seguintes metas: 2.1 Estudar a luz dos problemas levantados neste e em outros Seminários, um anteprojeto de planejamento nos três setores, com prioridade de emergência, para a Pastoral das Estradas, enfatizando os problemas das terras; 2.2 Apresentar o Anteprojeto, em agosto próximo, a comissão Representativa da CNBB, para julgamento das viabilidades e integração nos planos de pastoral nacional; 2.3 Recolher o maior número de informações e assessorar as equipes destinadas a um futuro planejamento, a ser elaborado sob a responsabilidade das Prelazias e Dioceses da Amazônia; 2.4 Encarregar-se da coordenação de execução da Pastoral planejada (Seminário sobre a Pastoral na Amazônia – Comunicação final).

Assim nasce a ideia de um plano de Pastoral para a Amazônia, esta comissão liderada pelo Arcebispo de Belém e Coordenador da Pastoral na Amazônia, Dom Alberto, elabora um anteprojeto de pastoral contemplando as idéias que o Seminário de julho de 1971 ocorrido no

Rio de Janeiro havia detectado. Mas conforme já dito na comunicação final daquele encontro, haveriam outros encontros que iriam dar mais robustez ao futuro plano de pastoral amazônica.

3. Sonho que se sonha juntos é sinal de solução: rumo a Santarém

A partir desta iniciativa ocorrida em julho de 1971 no Rio de Janeiro, às Igrejas particulares da Amazônia realizaram várias atividades com o intuito de oferecer elementos para o plano de ação que estava sendo preparado para a Igreja Católica da Amazônia.

A equipe de Dom Alberto já havia preparado um anteprojeto do plano de pastoral. A partir das reflexões feitas no seminário sobre a Pastoral na Amazônia, foi construída uma proposta que seguia o seguinte roteiro:

PLANO INTER-REGIONAL DE PASTORAL ORGÂNICA DA AMAZÔNIA

Í N D I C E

<u>Introdução</u>			
1º Capítulo	- O Estudo da Realidade da Amazônia	01	a 0.22
2º Capítulo	- Fundamentação teológico-vivencial	1.0	a 25
3º Capítulo	- Sistemática da ação	2.0	a 24
4º Capítulo	- Linhas de ação permanente	3.0	a 3.4
5º Capítulo	- Plano Pastoral de emergência	4.0	a 4.26
6º Capítulo	- Coordenação da Pastoral Amazônica	5.0	a 5.28

Apêndice

1. Organismos governamentais operantes na Amazônia
2. Organismos da Igreja operantes na Amazônia
3. Situação estatística

Anexo

1. Plano de Atividades especiais e permanentes da CNBB
Projeto 5.2 - Pastoral da Amazônia.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1971

Figura 8 Modelo da proposta do Anteprojeto

Fonte: Arquivo CNBB Norte 1

Com este plano elaborado e publicado em outubro de 1971, as dioceses e prelazias da região tiveram a oportunidade de se preparar e contribuir com o Plano. Este anteprojeto serviu como “instrumento de trabalho”, para o que seria o Plano de Pastoral da Igreja da Amazônia, a ser aprovado no ano seguinte, no Encontro dos Bispos da Amazônia, conhecido no interior da Igreja como Encontro de Santarém.

No Anteprojeto, a equipe que elabora a proposta chama a atenção para a importância da construção do processo em comunhão:

A igreja é essencialmente comunhão. Deve passar pela história e responder seus desafios, em comunhão. Embora os fatos da história, presentes e futuros, exijam – por sua grandeza e complexidade – uma resposta comunitária, esta brota do seio de sua própria essencialidade. Ou responde em comunhão ou não responde como Igreja (Anteprojeto do Plano inter-regional de pastoral orgânica da Amazônia – 1971).

Percebe-se um convite à participação no processo, apesar de a Igreja ser hierárquica, é visível uma mudança na mentalidade neste pós Vaticano II. Considera-se importante que haja uma participação, ainda que não seja uma participação ampla, ou ao menos não tenha encontrado nos arquivos pesquisados registros mais amplos de participação, já é possível detectar que no processo preparatório para o encontro que irá aprovar o plano de ação da Igreja da Amazônia.

Na tentativa de realmente efetivar este processo de comunhão e de participação, ocorrem atividades localizadas nas prelazias, dioceses e arquidioceses da Região, atividades voltadas para este anteprojeto de ação proposto. Na Prelazia de Tefé, houveram reuniões com os agentes (sobretudo os padres e freiras) para estudar o anteprojeto e oferecer contribuições. Nessa época já havia a atuação do Movimento de Educação de Base – MEB e a Rádio Educação Rural de Tefé, que participaram e colaboraram no processo preparatório da elaboração do Plano de Pastoral para a Amazônia.

Assim, Vaticano II, a Conferência de Mellin e o Plano de Pastoral de conjunto da CNBB, vão se tornando concretos na realidade da Amazônia. Mesmo com todos os desafios que a instituição apresentava com relação a reconhecer uma maior participação que iria para além das autoridades eclesiásticas e este olhar apenas religioso. A Igreja vai abrindo seus horizontes numa perspectiva mais ampla, que contempla o olhar, a atuação e a busca por responder aos desafios que a realidade apresentava. Mesmo com todas as divisões existentes, na Amazônia a implementação destas propostas ia se tornando realidade.

4. Santarém: novas perspectivas

Nesta busca da Igreja Católica por novos caminhos, a América latina, mesmo tendo passado por todo o processo colonizador europeu, vivendo governos totalitários sob o comando de militares, deu grandes contribuições no pós Concílio Vaticano II, através das Conferências Episcopais Latino Americanas⁴. A Igreja da Amazônia, também já vivendo este tempo novo, coloca em prática toda esta novidade. Mata (2007), apresenta como o primeiro grande momento a assembleia dos dois Regionais amazônicos em Santarém, 1972, pois foi ali que apareceu sua expressão máxima: “uma Igreja com rosto amazônico”. Nesta assembleia, os bispos da Amazônia refletiram as palavras do papa Paulo VI, dita em 1971: CRISTO APONTA PARA A AMAZÔNIA, que passou a ser a frase inspiradora do documento final deste encontro.

É no bojo do encontro de Santarém que é possível perceber as mudanças de metodologia, de pensamento e de se fazer presente na região. Os Bispos que participaram deste encontro, e até alguns que participaram do Concílio Vaticano II, como é o caso de Dom Joaquim de Lange de Tefé, buscam “atualizar” a presença da Igreja à realidade. Os leigos (pessoas que não ocupam ministérios ordenados nem fazem parte das congregações religiosas), vão ter mais espaço. Essa Igreja com Rosto Amazônico exigirá profundas mudanças.

Para muitos teólogos, missionários e estudiosos, estas mudanças são perceptíveis a partir deste encontro dos Bispos em Santarém, no ano de 1972. Para o Padre Zenildo Lima (Motirô de Saberes, 2022), reitor do Seminário Arquidiocesano São José em Manaus, quando perguntado sobre o momento em que a Igreja começou a mudar sua forma de atuar na Amazônia, afirma, que é difícil definir um tempo exato, mas apresenta como momento importante o Concílio Vaticano II e na Amazônia, este momento histórico importante ocorre em 1972 na Cidade de Santarém no Estado do Pará, por ocasião do encontro dos Bispos que atuavam na Amazônia. O Reverendo Padre Zenildo (Motirô de Saberes, 2022), ao falar da importância deste evento, chama a atenção para o documento, fruto deste encontro, para ele, esta foi uma ocasião que permitiu a Igreja traçar de modo muito concreto suas opções evangelizadoras acolhendo as novidades do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín.

Segundo Lima (Motirô de Saberes, 2022), a partir deste encontro, a ação pastoral da Igreja passou a ser compreendida em duas vertentes fundamentais: a encarnação na realidade e

⁴ Assembleia dos Bispos da América Latina

evangelização libertadora, estabelecendo as prioridades pastorais segundo as demandas da época. Mas o que se destaca sobretudo é o jeito de ser assumido pela Igreja.

O encontro dos Bispos de 1972 em Santarém, foi uma espécie de “atualização, ou adequação do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín” para a Amazônia”.

O anteprojeto do plano Inter-regional de pastoral orgânica da Amazônia, preparado anteriormente, refletido pelas prelaças, dioceses e Arquidioceses, passa a ser o projeto pastoral evangelizador da Igreja da Amazônia.

4.1 Santarém 1972 – um novo jeito de atuar!

O IV Encontro da Pastoral da Amazônia, realizado em Santarém, no Estado do Pará, teve início no dia 24 de maio de 1972 com a leitura de uma mensagem (telegrama) enviado pelo Papa Paulo VI. O Papa, em sua mensagem, ressalta a frase dita por ele mesmo em 1971, “Cristo aponta para a Amazônia”. Citou ainda um trecho dos Atos dos Apóstolos (18,9) “Não tenham medo, continuem falando”. Ao usar estas referências, Paulo VI queria encorajar os participantes do encontro a não terem medo, nem ficarem calados.

De acordo com o relatório do encontro, participaram do evento: vinte e três bispos e 3 padres (a maioria não brasileiros), representando as circunscrições eclesiais da Amazônia situadas nos Estados do Pará e Amazonas, dos territórios federais de Amapá, Roraima e Acre; dois bispos vindos de duas dioceses situadas, respectivamente, nos Estados vizinhos do Maranhão e Mato Grosso; dezessete assessores e outros convidados, dos quais muitos originários do sul do país ou do exterior (Alemanha); representante do recém-criado Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Dom Tomás Balduino, e o secretário geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, designado coordenador dos trabalhos.

Neste encontro, seguiu-se a metodologia utilizada na Conferência de Medellín, ver, julgar e agir. Antes de definir as linhas de ação, os participantes do encontro se debruçaram sobre a realidade Amazônia, consta no relatório do encontro no item realidade amazônica:

Não se pode, entretanto, deixar de perceber as limitações e perigos que esta realidade apresenta para o homem amazônico:

- antigas e novas marginalizações;
- estruturas inadequadas, importadas ou opressivas;
- desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem;
- violação de direitos básicos, como posse da terra;
- injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos;
- divulgação publicitária que, às vezes, altera o enfoque da situação real; (Relatório final do IV encontro de pastoral da Amazônia - Santarém 1972).

A proposta do encontro, seguindo o método, foi ver a realidade, listar os problemas prioritários da região em vista de um melhor planejamento para a atuação pastoral. A partir desta lista, seria elaborado um primeiro plano pastoral para a região, que levasse em conta as especificidades da Amazônia e de partes das regiões vizinhas, como o Nordeste e Centro-Oeste, contemplando todos os participantes do encontro, e também levando em conta a criação da Amazônia Legal, pelo Governo Federal.

Para proporcionar melhor participação de todos os presentes no encontro, foram formados, num primeiro momento, quatro grupos que se puseram a discutir os problemas considerados os mais urgentes. Logo foram apontadas: formação de agentes de pastoral (clérigos e leigos) e constituição de comunidades de base (Relatório do Encontro de Santarém, 1972). Estes dois assuntos são definidores, pois marcaram o conjunto dos debates feitos durante o encontro, sendo claramente apresentados no documento final, como caminhos a serem seguidos (Relatório Encontro Santarém, 1972).

Após o trabalho dos grupos, foi constituída uma comissão para organizar a síntese, já em formato de “prioridades pastorais”, chegando ao seguinte resultado:

- 1) reflexão mais aprofundada sobre a realidade e formulação precisa dos conceitos-chave, como evangelização, pastoral libertadora, promoção humana e estruturas eclesiais;
- 2) formação de agentes de pastoral (temporários e/ou permanentes, autóctones e/ou estrangeiros), institutos de formação, método da aculturação, diversificação dos ministérios;
- 3) comunidades cristãs de base (rurais, urbanas, indígenas) e assuntos a elas relacionados (catequese, liturgia, família e juventude);
- 4) promoção humana por meio de uma educação de base (de dimensão cultural, econômica, higiênico-sanitária, jurídica e sociopolítica);
- 5) povos indígenas;
- 6) serviços complementares (assistência e consultoria jurídica, meios de comunicação social, produção de material audiovisual); (Relatório do Quarto Encontro de Pastoral da Amazônia, 1972, p. 4-5).

Com a ideia da busca de consenso, mais uma vez os participantes do encontro voltaram a se reunir em grupos, o intuito, conforme registrado no relatório, “era encaminhar um documento final com base em um consenso ainda mais amplo e ideias mais apuradas”.

Nesta fase do trabalho, os grupos que foram encarregados de refletir e organizar, de forma mais sucinta, as ideias para as prioridades pastorais discutidas no trabalho anterior. Os resultados destas novas discussões cristalizaram o seguinte esquema:

- 1) os dois princípios que orientarão a elaboração de um plano de pastoral serão: a **encarnação na realidade e a pastoral libertadora**;
- 2) as prioridades mais urgentes serão: a) a formação de agentes de pastoral, b) as comunidades cristãs de base, c) os povos indígenas;
- 3) os meios ou subsídios para tornar os objetivos supracitados possíveis serão: a) os institutos (os dois centros de formação pastoral e missionária, mas também o CIMI e

outras organizações), b) os serviços de assistência e consultoria (jurídica e financeira), c) as estruturas básicas (administrativas e pastorais);
Os participantes votaram ainda a inclusão: as “grandes estradas e outras frentes pioneiras” (Relatório do Quarto Encontro de Pastoral da Amazônia, 26/05/1972, p. 6-7).

Mesmo com um acordo já formado, ainda é possível detectar no relatório alguns participantes reclamando de que o documento estava “demasiadamente sociológico” e “radical” (sobretudo, as partes que tratam da realidade). Diante desta situação, a equipe de coordenação, deixou mais tempo para diálogos, na tentativa de que ao final tivesse um documento consensual (Relatório do Encontro de Santarém, 1972).

Os dois últimos dias do encontro, 29 e 30 de maio, conforme foi averiguado no relatório, foram dedicados à votação do documento final. A votação foi feita ponto a ponto. O relatório dá conta de que houve consenso quanto aos “princípios, prioridades e subsídios”. Houve ainda algumas modificações, para que todos fossem contemplados. Os que defendiam uma redação mais eclesial e menos social, conseguiram que a “eucaristia” aparecesse como centro da vida comunitária, apesar da falta de sacerdotes para celebrar com regularidade este sacramento.

Antes de concluir a votação, os bispos apresentaram o posicionamento frente ao conceito de “desenvolvimento”, diante dos projetos do Governo através da SUDAM. O discurso do governo ia na direção dos indivíduos e das comunidades locais em processo de desenvolvimento. Já os bispos insistem em priorizar a dignidade humana. Eles denunciaram um suposto plano de fundo “agnóstico” nos projetos da SUDAM. Ao final da reflexão, o documento foi aprovado por todos os bispos. O título oficial foi chamado de **Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia**. (Relatório do Quarto Encontro de Pastoral da Amazônia, 1972, p. 10-13).

5. O plano pastoral aprovado

Na apresentação do documento, o Padre Mateus W. George, então Secretário Executivo da CNBB, Regional Norte 1, apresenta o documento Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia como “consequência do trabalho”, segundo ele não é um “documento perfeito, muito menos definitivo”, mostrando que este documento, apesar de expressar um certo consenso, é algo que está em construção, segundo Padre Mateus:

Para que pudéssemos assumir consciente e livremente essa responsabilidade comum, os Regionais Norte 1 e Norte 2 da CNBB planejaram uma série de atividades no decorrer dos anos de 1972 e 1973 culminando em mais um encontro de prelados em outubro de 1973. A finalidade deste programa, cujo primeiro esboço está anexado, é

de abrir um diálogo regional pelo qual se definirão melhores conceitos, métodos e linhas de ação (Desafios Missionários, 2014, p.7).

Esta ideia apresentada leva a compreensão de que a busca da Igreja da Amazônia, por caminhos de atuação mais adequados, seguirá, este documento, ora aprovado, servirá como instrumento orientador. Mas continuará a ser trabalhado e adequado às realidades amazônicas, que são diversas.

O documento tem uma estrutura bem simples e compreensiva. Apresenta quatro prioridades e quatro serviços pastorais que têm como diretrizes básicas a “Encarnação na realidade e Evangelização libertadora”. Esta proposta é construída a partir de:

...um total entrosamento com a realidade concreta do homem e do lugar (centros urbanos ou rurais, novos núcleos humanos, comunidades indígenas, setores marginalizados, áreas de emergência): – pelo conhecimento (da reflexão, da pesquisa, do estudo) e – pela convivência com o povo, na simplicidade e amizade no dia a dia (Desafios Missionários, 2014, n. 4 p.14).

Esta proposta metodológica, pretende superar um modelo “paternalista” e etnocêntrico que marcaram os trabalhos pastorais da igreja até então. Esta busca de um novo modelo de atuação indicada neste documento Linhas prioritárias da Pastoral na Amazônia é proveniente do Concílio Vaticano II que chama a escutar os “sinais do tempo”, convida a estabelecer um diálogo com o mundo moderno (GS 3- 4). Também é fruto da Conferência de Medellín, que chama a ir ao encontro dos pobres através de uma “evangelização libertadora”.

Estes dois fundamentos do documento: “A encarnação na realidade e Pastoral Libertadora”, expressam a ideia de uma instituição mais próxima da realidade, que atuará a partir da realidade e não de “imposição”. As quatro prioridades: formação de agentes de pastoral, comunidades cristãs de base, pastoral indígena, estradas e frentes pioneiras são assumidas a partir de uma reflexão, não de uma indicação, mas de diálogos consensuais. Cada uma das prioridades, é trabalhado dentro de um esquema com objetivo, justificativa, metas, programa de ação.

Um dos grandes desafios detectados na análise da realidade, era que não havia recursos humanos suficientes, o número de padres era pequeno, havia necessidade de agentes nativos, de forma que a primeira prioridade, ficou a formação de agentes de pastoral, visando à diversidade dos ministérios eclesiais mediante um compromisso “total ou parcial” tanto de sacerdotes como de religiosos (as) e leigos (as), aproveitando as possibilidades que o Código de Direito Canônico oferecia, no que tange a confiar aos leigos alguns serviços. Esta era ainda uma oportunidade de possibilitar aos nativos uma maior participação da missão da Igreja, ainda

assim, havia alguns leigos oriundos de outras regiões e até do exterior, provenientes de projetos missionários e voluntários de alguma organização que se colocavam a serviço na região.

A segunda prioridade as comunidades cristãs de base, constituem o espaço de ação indispensável para todos que trabalham na pastoral. Esta prioridade é embasada sobretudo no Documento de Medellín que apresenta a comunidade cristã de base como “o primeiro e fundamental núcleo eclesial”, “célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização”, indicando ainda como sendo um espaço de promoção humana e do desenvolvimento. Sendo necessário que a paróquia passe a ser um espaço de unidade das comunidades, desta forma, descentralizada. (Conclusões de Medellín, 1987, p. 155-156).

Ao tratar da terceira prioridade, a pastoral indígena, o texto de Santarém apresenta a seguinte reflexão:

A Igreja na Amazônia, sem favor algum, tornou-se historicamente a maior responsável pelo índio. Esta posição é simples consequência de sua presença multissecular entre os silvícolas. É fruto, sobretudo, de sua clara consciência de estar cumprindo [a] missão que lhe vem de Cristo e que a impele em busca, preferentemente, dos agrupamentos mais frágeis, mais reduzidos e mais suscetíveis de esmagamento nos seus valores e no seu destino (Desafio Missionário n. 24, p. 20).

Este trecho do documento, de um lado reforça a presença da igreja junto a estes povos nativos da região, de outro lado, não reconhece que apesar desta presença, houve ainda uma grande contribuição da Igreja para a escravização e até extermínio de muitos destes povos. Mas expressa a grande necessidade de uma atuação em defesa destes grupos.

Diante da necessidade de uma atuação que leve em consideração as necessidades dos nativos, e da complexidade da política em prol dos indígenas, implementada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), instituição do governo federal, o documento linhas prioritárias da Pastoral na Amazônia, frisa a urgência de um comprometimento da Igreja com estes povos. Para implementar esta prioridade, os Bispos contam com o Conselho Indigenista Missionário, criado em 1972, com o intuito de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promover assembleias indígenas, lutar pela garantia do direito à diversidade cultural.

Conforme os objetivos do CIMI, havia uma insistência por parte dos bispos, por uma formação adequada e permanente para todos que se prontificaram a trabalhar e viver entre os indígenas. Além disso, havia a ideia de contribuir na elaboração de um projeto de lei, o futuro Estatuto de Índio, no sentido de colaborar para uma melhor estrutura de atendimento a estes povos nativos.

A quarta e última prioridade, estradas e frentes pioneiras, têm relação com os diferentes impactos dos projetos de desenvolvimento, implantados pelo governo federal na Amazônia. O Objetivo desta prioridade frisa:

Nesta hora histórica em que a Transamazônica e outras estão empreendendo a integração e desenvolvimento da vastíssima região em conexão com as hidrovias, novos problemas de pastoral solicitam nossa atenção e nossas providências (Desafio Missionário n. 28, p. 21).

A abertura de estradas em meio à floresta e as hidrovias criaram, conforme o texto, “novos problemas de pastoral”, exigindo uma atenção e providências por parte da Igreja. Esta preocupação era pertinente na época, pois, as vias terrestres e fluviais poderiam servir de infraestrutura para a implantação de outros projetos econômicos, que poderiam ter implicações diversas para a região. Os bispos insistiam na presença permanente da Igreja nestas regiões provenientes destes grandes projetos:

Dada a religiosidade natural de nosso povo, quando se formam os primeiros agrupamentos, surgem logo os convites para a visita dos sacerdotes à construção de capelas e escolas. Descobrem-se entre os colonos alguns de boa formação religiosa e capacidade de liderança, que estão sendo incentivados a cooperarem na formação de Comunidades de Base. Alguns sacerdotes visitam periodicamente os operários das companhias e os imigrantes para que a nucleação se processe de acordo com a solidariedade cristã (Desafio Missionário n. 35, p. 22).

Esta indicação dos bispos, são como um apelo às dioceses e prelazias amazônicas, para que organizem e coordenem, as atividades pastorais e sociais já iniciadas e em andamento ou a serem planejadas nestas novas “frentes pioneiras”.

Para a aplicação deste documento linhas prioritárias para a pastoral na Amazônia, fazia-se necessário identificar as condições necessárias para tal intento, assim o documento traz em sua última parte o que os bispos denominaram como “serviços”. Trata-se de uma organização pastoral que dê condições de executar o plano:

Organização pastoral: durante muitos anos os missionários da Amazônia estiveram completamente isolados em suas prelazias, com poucas possibilidades de se encontrarem para permuta de experiências e reflexões em comum. Quase todos, porém, iam aos poucos sentindo e vivendo as mesmas angústias e necessidades que levaram, em comunhão com o resto do Episcopado Brasileiro, a promover diversos encontros e a constituírem um regional da CNBB, que mais tarde, em face das enormes distâncias, se desdobrou em Norte 1, com sede em Manaus e Norte 2, sediado em Belém (Desafio Missionário n. 37, p. 23-24).

Esta parte do documento passa a tratar de uma estrutura organizacional composta de quatro serviços em três níveis: Nacional, Inter-regional e Regional: a) a coordenação de

atividades b) os institutos de pastoral; c) a assistência administrativa e jurídica, d) os meios de comunicação social.

O primeiro serviço, a coordenação, diz respeito ao conjunto de estruturas e organismos mantidos e gerenciados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e suas seções regionais, no caso da Amazônia os Regionais Norte I, Norte II. Note-se ainda que neste item da coordenação, as Igrejas Locais terão papel importante, pois nas bases elas serão responsáveis por coordenar e executar as ações.

O segundo serviço está relacionado com os institutos de pastoral, direcionado a formação pastoral dos agentes, por causa dos caminhos percorridos pela Igreja da Amazônia, já haviam dois institutos em funcionamento:

Nossos institutos – tanto o que funciona em Manaus (CENESC) como o que foi fundado em Belém (IPAR) – embora autônomos na procura de seus caminhos, devem projetar-se numa perspectiva de ação conjunta e paralela. Insistimos que, desde agora, se estabeleça entre eles um intercâmbio na linha da complementariedade e da troca de experiências e conclusões. Ressaltamos também a necessidade de contatos com outros institutos ou equipes de reflexão que atuam em regiões de características semelhantes (Desafio Missionário n. 42, p. 25).

Estes órgãos de formação, tem importância fundamental no processo de implementação do documento, pois irão atuar na formação dos agentes sejam autóctones ou agentes vindos de outros lugares, todos devem passar por um processo formativo com o intuito de conhecer a realidade Amazônica, para melhor atuar.

O terceiro serviço é de caráter interno, o documento propõe:

Assessoria técnica e jurídica – a extensão territorial e diversificada da planície imensa, as dificuldades ainda grandes dos meios de comunicação com as duas metrópoles – Belém e Manaus - , a carência de pessoal especializado e de informação exatas – colocam problemas para as prelazias, no plano da observância da legislação, como por exemplo: registros, contabilidades, obrigações tributárias, elaboração de projetos, planejamento de obras, contatos com organizações governamentais ou autarquias, etc (Desafio Missionário n. 43, p. 25).

Neste âmbito, os bispos alertam para a necessidade de um profissionalismo maior, sugerem a necessidade de uma assessoria técnica. Que possa dar suporte às prelazias, dioceses, arquidiocese para que exerçam o trabalho respeitando a legislação.

O quarto e último serviço, trata-se dos meios de comunicação social, neste ponto, existem duas preocupações, a primeira é com os meios já existentes, quanto a este o documento sugere:

É nossa preocupação fundamental a integração dos meios de comunicação social na pastoral orgânica da Amazônia, para a realização de suas linhas (Desafio Missionário n. 46, p. 26).

Esta primeira preocupação, tem a haver com os meios que já existiam e eram de propriedade da Igreja, como as rádios, os jornais impressos. Os bispos chamam a atenção para uma integração entre eles, em prol de um serviço importante que era a colaboração na implementação do plano recém aprovado.

A segunda preocupação que surge é com os meios existentes, e a necessidade de uma presença da Igreja, diz o documento:

Enfatizamos ainda a necessidade de a Igreja estar presente nos meios de comunicação social, particularmente na televisão e na imprensa dos centros urbanos, e na rádio da zona rural, criando agências de notícias que forneçam informações seguras e distribuam colaborações que traduzam o verdadeiro pensamento da Igreja (Desafio Missionário n. 47, p. 26).

A Igreja estava preocupada com o crescimento dos meios de comunicação e buscava uma forma de se fazer presente nestes meios, também para divulgar seu pensamento.

Já na conclusão do documento "Linhas prioritárias da Pastoral na Amazônia", os Bispos fazem um convite à celebração dos 150 anos de independência do Brasil e convidam a continuar o processo de independência "sob todos os aspectos".

Este convite é como uma resposta ao governo militar da época que estava "instrumentalizando" esta data, a ideia era apresentar que a Igreja estava empenhada em uma orientação pastoral que queria estar presente no meio do povo, sentindo suas dores, e se colocando como interlocutora.

6. Uma nova prioridade a juventude: completando as lacunas de Santarém

Na apresentação do documento "Linhas prioritárias para a Pastoral na Amazônia", deixa claro que este documento "não é um documento perfeito, muito menos definitivo". Dois anos depois percebeu-se que ainda falta ser complementado, inclusive, revisitando os relatórios do encontro de Santarém percebe-se que ali nos trabalhos de grupos foi indicado a prioridade juventude, que não foi incluída no documento final, desta forma, em 1974, no II encontro inter-regional sob o tema: "Queremos ser um povo unido que trabalha para corresponder às exigências do nosso tempo". (GS, n.º 91).

Na apresentação do documento de 1974, já deixa claro, que não se trata de documento novo, mas sim de uma explicitação e um aprofundamento de trabalhos anteriores (Desafio Missionário, p. 31). Neste sentido, o encontro realizado em Manaus foi um momento para rever os caminhos.

A Igreja na Amazônia, reunida em Manaus, partindo da avaliação das atividades pastorais dos últimos dois anos, sente a necessidade de aprofundar e atualizar, à luz das experiências positivas e negativas de sua atuação, alguns aspectos das LINHAS PRIORITÁRIAS DA PASTORAL FA AMAZÔNIA, com vistas ao prosseguimento do esforço generosamente iniciado (Desafio Missionário, p. 33).

Partindo de uma análise da realidade, foi feita uma releitura do documento aprovado em Santarém em 1972 e levando em consideração a realidade dois anos após a aprovação, as decisões foram reafirmadas:

É nesta consciência da complexidade e das contradições da situação humana regional que ela quer, antes de tudo, reafirmar a validade das Diretrizes Básicas de Santarém, fazendo com que, no futuro, sejam mais iluminantes e empenhativas (Desafio Missionário, p. 33).

Antes de apresentar os elementos novos ao documento de Santarém, os bispos fazem questão de reafirmar que já haviam decidido, porém, era preciso rever e completar as lacunas que foram sendo percebidas, ou mesmo ampliar a reflexão por força do próprio documento, pois com a repercussão que as decisões e os encaminhamentos haviam tomado, precisa ir ordenando suas conseqüências.

6.1 As reformulações

No campo dos dois eixos centrais: a encarnação da realidade e a libertação, a indicação que se tenha cuidado com o processo de formação recebida, devendo ser um processo contínuo, pois:

Na busca dessas metas, deverá ser contínua a preocupação de remover do nosso caminho os obstáculos à encarnação que são devidos a aspectos da formação que tivemos e nos levam a julgar, antes de amar, a condenar, antes de salvar (Desafio Missionário, p. 34).

A indicação é para cuidar do processo de formação, que deve levar a uma consciência crítica do mundo, neste sentido, o agente de pastoral deve ter o mínimo de entendimento que o ajude a atuar de forma a ajudar as pessoas a libertar-se ao invés de condenar. A encarnação da realidade está muito ligada com a compreensão e a vivência de um processo libertador. Neste sentido este documento traz uma indicação extraordinária, pois faz o convite à Igreja a passar de uma instituição auto suficiente, para uma instituição acolhedora, que é convidada a emergir na realidade a ajudar a transformar esta realidade no sentido positivo.

Outro ponto que considera-se relevante foi quanto aos Agentes de Pastoral. Consequência do encontro de Santarém em 1972, havendo a indicação de falta de recursos humanos (agentes de pastoral), a CNBB, no mesmo ano, lança um projeto chamado Igrejas Irmãs. Este projeto consistia no envio de agentes de pastoral, por parte das Igrejas que tinham melhores condições. As Igrejas da Amazônia foram beneficiadas com este projeto, daí a necessidade de acrescentar esse ponto no Documento de Manaus de 1974.

Através do programa IGREJAS-IRMÃS e outras iniciativas com o despertar do interesse no País pela Igreja na Amazônia, a escassez de agentes de pastoral começa a ser aliviada, graças a outras fontes de missionários, sacerdotes, religiosas e leigos (Desafio Missionário, p. 37).

A linha prioritária das comunidades eclesiais, é reconhecida por ser já anterior a 1972, mas que ganha novo ânimo com o documento de Santarém. Mas neste encontro de 1974, chama a atenção para os tipos de comunidades existentes: ambientais (de acordo com temáticas ou ambientes específicos) ou geográficas (formadas pela proximidade). Neste sentido deve-se valorizar tanto uma forma quanto a outra. Pois esta é reconhecidamente uma forma de a Igreja se fazer presente.

A Pastoral Indígena, a reflexão feita dá conta de que existem alguns trabalhos junto aos estes povos em algumas prelazias, dioceses, arquidioceses, mas ainda existem algumas destas Igrejas particulares que não tem nenhum trabalho, ou por desconhecerem a existência destes povos, ou por não terem pessoal preparados para atuar. Diante desta constatação, foi tomada uma decisão importante:

As prelazias, isoladamente ou em grupos, marcarão datas e locais para organizar cursos de especificação da pastoral indígena, para padres e outros agentes, servindo-se de docentes fornecidos pelo CIMI (Desafio Missionário, p. 49).

Quanto às estradas e outras frentes pioneiras, a insistência é que se organize as comunidades eclesiais, para que a Igreja possa estar presente junto a estes povos, acompanhando seus anseios, seus problemas, e ajudando-os a se integrarem na região Amazônica.

7. Organização pastoral: reafirmações e novas decisões

No campo da organização, foi reforçado o que havia sido aprovado em Santarém em 1972. A necessidade de organização nos níveis nacional, inter-regional e regional. Havendo a insistência para que haja cada vez mais uma interação entre os níveis de organização. Que seja

socializado os resultados, os planos de ação. Que se busque valorizar estas estruturas de organização. Para que a ação da Igreja seja mais colegiada e menos individual, ganhando força coletiva.

Os institutos de formação além de reforçar a decisão de 1972, chamou a atenção para que estejam sempre se adaptando de acordo com a realidade que se apresenta, mas buscando o diálogo entres os dois institutos (Manaus e Belém), bem como dialogando com outros que atuam na região.

Para o campo da assessoria técnica-jurídica, a indicação é:

... a organização de cursos e encontros que orientem as atividades dos procuradores das prelazias, facilitando-lhes o trabalho e entrosamento com outros organismos já existentes, como por exemplo, CERIS, SCAI, CÁRITAS, MEB (Desafio Missionário, p. 55).

A indicação é direta, para melhor auxiliar as prelazias, é necessário preparar os que trabalham nas áreas administrativas, para isso buscar apoio junto a organismos eclesiais já existentes: CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais; SCAI - Serviço de Cooperação Apostólica Internacional; CÁRITAS – Organização humanitária da Igreja católica; MEB – Movimento de Educação de Base. A orientação é que havendo necessidade, busque apoio destas organizações e de outras que possam colaborar na formação e na melhor adequação institucional para que a Igreja cada vez mais possa estar atuando dentro daquilo que prevê a legislação nacional.

8. Juventude: um olhar sobre o futuro da amazônia

A grande novidade deste encontro de 1974 foi o tema juventude, que passou a integrar a lista de prioridades, passando das quatro linhas prioritárias assumidas em 1972 para cinco prioridades. Os bispos colocam como objetivo nesta prioridade:

Levar a juventude da Amazônia a descobrir e a assumir conscientemente seus valores humanos e cristãos, colocando-os a serviço de sua formação e do crescimento próprio e dos irmãos (Desafio Missionário, p. 51).

Ao analisar a realidade os bispos, perceberam que a juventude era maioria na região, precisavam ser incluídos no plano de ação, pois representavam o futuro, não só da região, mas do país. Diante disso, foi tomada a decisão de incluir como prioridade e foram feitas as indicações para a ação, entre as quais: Diálogo sincero com a juventude; inserção da juventude

nas estruturas da Igreja; promover encontros de espiritualidade voltado para jovens; capacitação para jovens sobre os meios de comunicação; alertar a juventude quanto ao processo de despersonalização e massificação; promover o reencontro dos jovens com os pais, incentivando a vida de família; em nível diocesano criar grupos de jovens. (Desafio Missionário, p. 52)

Assim o documento Linhas Prioritárias de Pastoral da Amazônia, atualizado e aprovado no II Encontro Inter-regional, ocorrido em Manaus em 1974, passa a contar com cinco prioridades: Agentes de Pastoral; Comunidades Cristãs de Base; Pastoral Indígena; Estradas e Outras frentes pioneiras e Pastoral de Juventude.

9. De Santarém para toda a Amazônia: a aplicação das linhas prioritárias da pastoral da Amazônia na prelazia de Tefé

A Igreja Católica da Amazônia já vinha vivendo momentos de muita efervescência, o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín foram momentos de muitas esperanças para os que defendiam uma Igreja mais próxima do povo, que estivesse presente nos desafios da vida do povo. Na Amazônia esta realidade não era diferente, haviam muitos bispos que buscavam mudanças para suas regiões.

Analisando este período histórico da Amazônia, pode ser percebido uma mudança de mentalidade, ainda que permaneçam muitos resquícios do pensamento colonial na forma de atuar da Igreja, encontramos uma nova mentalidade, para Mignolo, havia um processo de passagem, da colonização para “descolonização”.

“se a colonialidade é constitutiva da modernidade, uma vez que a retórica salvacionista da modernidade já pressupõe a lógica opressiva e condenatória da colonialidade (daí os *damnés* de Fanon), essa lógica opressiva produz uma energia de descontentamento, desconfiança e desapego entre aqueles que reagem à violência imperial. Essa energia se traduz em projetos descoloniais que, em última instância, também são constitutivos da modernidade” (Mignolo, 2007, p. 26).

Este pensamento decolonial vem sendo trabalhado, a partir da ótica do “dominado”, pois até então a historiografia se deteve amplamente a partir da visão do colonizador. A partir deste período passaram a ecoar muitas vozes da Amazônia. Encontra-se aqui uma nova metodologia e detecta-se a passagem da “imposição” experimentado no processo colonizador para um novo jeito de atuar. Observa-se nesta passagem alguns elementos importantes: o “outro” deixa de ser objeto e passa a ser sujeito, sai das ideias fechadas para o desprendimento e a abertura, leva-se em conta que os povos da Amazônia estão para além das fronteiras criadas pelos Estados coloniais.

A Igreja passa a ver as pessoas como sujeitos de suas histórias, mesmo ainda achando que precisava “moldar” pensamentos, culturas, modos de viver, mas já há uma mudança no que tange ao respeito, ao diálogo e ao acolhimento. Desde o Vaticano II inicia-se um novo tempo, “um novo jeito de ser Igreja”.

Encontram muitos sinais dessas mudanças na Prelazia de Tefé. No Livro *As Obras e os Desafios* de Dom Joaquim de Lange, organizado por Schaecken e Queiroz (2017), assim é descrito este processo:

Ele, com sua coragem empreendedora, sua visão humana e social, mas sobretudo, com sua fé e união com a Igreja, em consonância com o Concílio Vaticano II do qual participou de todas as sessões, colocou a Igreja de Tefé numa caminhada firme e decidida. Esta caminhada rumava em direção a uma Igreja “Povo de Deus”, participativa, valorizando o leigo, os ministérios, preocupada com os problemas do povo, a exploração dos seringalistas e regatões, povo largado à própria sorte pelos poderes públicos (2017, p. 20).

Todos estes processos pós Concílio vão sendo experimentados, e com as afirmações e adequações para as realidades da América Latina com a Conferência de Medellín, para o Brasil com o Plano de Pastoral de Conjunto e na Amazônia através do IV Encontro Pastoral da Amazônia realizado em Santarém no Pará em 1972. Tudo vai fazendo com que haja um processo de mudança, mesmo com os desafios e as limitações que a própria Igreja ainda enfrentava em virtude de sua própria estrutura organizacional, ainda sem muitas mudanças.

Aos poucos as prioridades assumidas em Santarém (1972), vão sendo colocada em prática, até pelo pequeno número de padres, vai sendo necessário cada vez mais uma abertura aos leigos e leigas, segundo Neto (2018), “As paróquias foram se organizando, criando setores que reuniam comunidades de acordo com a proximidade entre elas.

Este desafio do número de padres existentes é confirmado pela Jornalista Puntel (2020), em uma viagem na década de 70, relata que encontrou missionários da Prelazia de Tefé, no Rio Solimões e seus afluentes Japurá, Jutai, Juruá e Tefé: o bispo Dom Joaquim de Lange, 13 padres, a maioria estrangeiros e da Congregação do Espírito Santo; quatro irmãos, 24 religiosas, Franciscanas Missionárias de Maria, que se ocupam da parte pastoral, hospitalar e educacional; uma porção de agentes leigos que se tornam paulatinamente, no esforço de construir uma verdadeira “Igreja nativa”.

Neste relato, são identificados alguns sinais destas mudanças propostas. Em virtude do pequeno número de padres, sua grande maioria “estrangeiros”, e uma extensão territorial imensa, conforme cita a autora, são várias calhas de rios, ela já cita a presença de religiosas

mulheres atuando no campo da saúde e da educação, mais também relata a presença de uma porção de agentes leigos, num esforço de construir uma “Igreja Nativa”.

Quando da pesquisa nos Arquivos Históricos da Prelazia observa-se muitos documentos, ainda que não muito bem organizados, mas que comprovam este relato, pois nos documentos chamados de provisões, em que o Bispo Dom Joaquim de Lange, nomeia leigos para funções diversas: catequistas locais (uma espécie de representante da Igreja na pequena comunidade), catequistas regionais (leigos que recebiam autorização para realizar batizados e casamentos), Ministros Extraordinários da Eucaristia (podiam levar a comunhão para os enfermos e quando havia celebração da Palavra distribuíam a comunhão). Para que estes leigos pudessem receber uma formação para exercer estas funções, foi criada a EDAP – escola de formação de agentes de pastoral.

Mas o relato da Jornalista Puntel, apresenta a experiência na educação e na saúde, isto se dá, porque a Prelazia de Tefé tinha a responsabilidade de gerenciar o Hospital São Miguel (um hospital que atendia a região do Médio Solimões). No campo da educação, havia uma grande preocupação com o alto índice de analfabetismo, através do MEB – Movimento de educação de Base e da Rádio Educação Rural de Tefé se desenvolveu um programa de alfabetização a distância através das aulas radiofônicas. Segundo Schaeken e Queiroz:

A Rádio e o MEB deram uma grandiosa contribuição para a educação na região, a alfabetização a distância. Usavam uma metodologia em que se ministravam as aulas pelo rádio com assistência de monitores locais que acompanhavam as turmas. Estes eram formados e apoiados pelo MEB que estava em constantes viagens pelo interior (2017, p. 23).

Além de investir na formação de agentes de pastoral, também houve investimento na formação técnica, constata-se que a Prelazia investiu na formação de advogado, médico, dentista, enviou leigos para estudar em universidades com o custeio da Prelazia, preparando assim pessoas para dar suporte a Igreja local em temas como assessoria jurídica e atendimento à saúde (dados contidos em relatórios presentes no Arquivo geral da Prelazia).

Os novos caminhos percorridos no período do pós-Concílio, pós-Medellín e pós-Santarém, vão seguindo por muitas questões relevantes. No território da Prelazia de Tefé, havia muitos povos indígenas, que passaram a ser prioridade no Planejamento. Logo foi implantado o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, e com a parceria de uma outra organização chamada OPAM – Operação Amazônia Nativa, iniciaram o trabalho junto a estes povos, para Schaeken e Queiroz (2017):

... Fez convênio com o CIMI e OPAN que forneceram missionários para formar equipes que foram viver nos longínquos interiores para onde a maioria dos índios tinha sido expulsa desde o início do processo de ocupação. Pe. Egon Dionísio com duas

equipes foram trabalhar dentro do Rio Jutai com os seringueiros que viviam numa situação de quase escravidão (p.25).

Outra prioridade assumida com bastante intensidade nesta região do médio Rio Solimões, que compreende ao território da Prelazia de Tefé, é as comunidades eclesiais de base. Surge aqui uma liderança religiosa, que deu importante contribuição, o holandês espiritualo Irmão Falco, que chega em Tefé na década de 1960 com missão de colaborar na construção de estruturas.

De acordo com o Boletim especial da Prelazia de Tefé, de julho de 2013, edição 189, este religioso foi responsável pela construção de muitos edifícios: prédio da Rádio Educação Rural de Tefé, Centro Cultural de Santo Antônio, Hospital São Miguel, e outras construções. Mas o maior destaque foi a atuação dele na articulação e organização das comunidades e na “luta pela preservação”.

Na região geográfica onde situa-se a Prelazia de Tefé haviam muitos seringais, com a decadência, os seringueiros continuaram vivendo nas margens dos rios, mas de forma isolada. Já vinha sendo feito um trabalho anteriormente, a partir das conclusões do concílio, de Medelin e Santarém, organização de comunidades eclesiais, o religioso dizia que era necessário juntar as pessoas, só assim seria possível ter forças para lutar pelos direitos, assim, ao assumir a coordenação de Pastoral, deu continuidade ao processo de organização das comunidades de base, e com a colaboração de outras lideranças implantou já na década de 1980 um movimento chamado “movimento de preservação”. Para Dom Mário Clemente Neto:

Na década de 80, surge com o apoio de Ir. Falco o movimento de preservação. O movimento teve muita influência da Teologia da Libertação que defendia a ideia de que as pessoas tinham que ler a Bíblia, mas com o olhar na realidade vivida e também sobre as qualidades de cada pessoa.

A pastoral da prelazia que já praticava isso entrou nessa corrente de trabalho. Segundo Dom Mário, “ele [Irmão Falco] insistia muito em se agrupar, no refletir, trabalhar em conjunto e se organizar, não só em comunidades locais, mas também em associações, sindicatos e tudo aquilo que dá apoio e faz a pessoa crescer”.

De acordo com Dom Mário Ir. Falco enfrentou, juntamente com os ribeirinhos, vários conflitos com peixeiros e até mesmo com as autoridades que apoiavam as invasões dos lagos, deixando o povo passando necessidade, surgiram conflitos com as colônias de pescadores da cidade que estavam acostumados a fazer o que queriam, e aos poucos foram aprendendo a respeitar.

Nesta luta de vários conflitos, Irmão Falco foi muito ameaçado de morte pelos pescadores e pelos colonos, por causa dessa defesa que ele fazia das comunidades. Mas aos poucos esse trabalho foi reconhecido.

A Prelazia, através dos seus órgãos, sempre procurou legalizar o movimento e isso teve êxito aos poucos com os municípios que foram adaptando a sua legislação Com o apoio da prelazia nas leis, aos poucos foi sendo reconhecida a importância do movimento de preservação (Boletim especial da Prelazia, julho 2013 – n. 189).

A temática da preservação foi marcante na Prelazia, motivada pela campanha da fraternidade realizada pela CNBB em 1979 que teve como tema Preserve o que é de todos, e com a ajuda do Irmão Falco, foi realizado um trabalho muito relevante no âmbito do cuidado com o meio ambiente, sobretudo na preservação de lagos.

Ainda na década de 1980, percebeu-se que não bastava somente organizar comunidades, mas era necessário setorizar, então criaram-se vários setores, formados por grupo de comunidades para animar e cuidar este trabalho, foi criado o animador de setor, que recebia uma formação contendo desde conteúdos religiosos: bíblia, documentos da Igreja, até questões que envolviam a vida das comunidades como meio ambiente, políticas públicas de educação, saúde. De acordo com o relatório da Assembleia da Prelazia de 1985, uma das prioridades era:

“Formação de Animadores de Setor: unir várias comunidades em um setor. Cursos de um mês por ano, durante 3 anos, para este ministério. Foi organizada uma equipe de formadores”.

Um fato importante também é que depois de mais de 40 anos assumindo como Bispo em Tefé, Dom Joaquim de lanche, deixa o serviço para Dom Mário Clemente Neto, um brasileiro de Minas Gerais, da mesma congregação religiosa de Dom Joaquim, porém já com um rosto brasileiro, não mais europeu. Dom Mário segue a mesma linha pastoral iniciada pelo seu antecessor, a linha do Vaticano II, Medellín, Santarém e agora também pós conferência de Puebla, que ocorreu em 1979, mas que fez apenas uma revisão do que havia acontecido anteriormente.

Já com Dom Mário Clemente, dando continuidade a implantação das linhas prioritárias de Santarém. Destacando-se a formação de conselhos nos diversos níveis, para que cada vez mais os leigos tivessem espaços de participação. Ainda que os conselhos fossem consultivos, pelo pequeno número de padres existentes, os leigos passaram a ter “voz e vez”, porque havia uma presença muito grande nestes espaços. Muitas vezes deixava de ser espaço de consulta e passava a ser espaço de decisão. Conforme consta nos arquivos, existiam os regimentos destes conselhos, que desde sua formação já era participativo, apesar de alguns membros já fazerem parte (considerados membros de direito), alguns membros eram eleitos em assembleia, uma forma de garantir este processo de participação, já indicado no Concílio Vaticano II, confirmado em Medellín e Santarém.

Este processo de descolonização vai sendo executado e dando lugar a um novo processo, que vamos refletir posteriormente, mas que está sendo denominado de sinodalidade.

CAPÍTULO 3: SÍNODO ESPECIAL PARA A AMAZÔNIA: AMAZONIZANDO A IGREJA

1. Do pedido a convocação

Na busca de respostas para o tempo presente, e de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade, a Igreja também vai avançando em sua metodologia. De acordo com a liderança que assume, essa busca tende a ser mais no âmbito interno, ou externo, conservadora ou progressista. Os Papas que ocuparam o governo da Igreja tendem a direcionar a linha que seguirá, e assim segue hierarquicamente as tendências, o governante do momento direciona os rumos da instituição. Foi assim com João XXIII e Paulo VI, com o Concílio Vaticano II, e com as conferências Latino Americanas, os bispos que conduzem a missão local da Igreja.

Com a renúncia do Papa Bento XVI, algo inédito na história da Igreja, e a eleição do Papa Francisco, considerado um “filho do Vaticano II”, o primeiro Latino Americano a assumir esta função na Igreja. Já na escolha do nome, marca de certa forma, seu pontificado. Numa alusão a Francisco de Assis, servidor dos pobres, que se fez um entre os pobres, defensor da ecologia, já traz uma ideia da linha que dará ao seu pontificado.

No seu primeiro ano de pontificado, apresenta ao mundo uma nova Encíclica, a *Evangelii Gaudium* – EG, a alegria do evangelho, neste documento o Papa faz um convite:

É a Igreja encarnada num espaço concreto, dotada de todos os meios de salvação dados por Cristo, mas com um rosto local. A sua alegria de comunicar Jesus Cristo exprime-se tanto na sua preocupação por anunciá-Lo noutros lugares mais necessitados, como numa constante saída para as periferias do seu território ou para os novos âmbitos socioculturais. Procura estar sempre onde fazem mais falta a luz e a vida do Ressuscitado (EG, n. 30. p. 27-1-28).

O Papa Francisco apresenta um olhar mais amplo, ele traz a ideia da Igreja em saída, convida a esta saída, ir onde as pessoas estão, sobretudo as mais vulneráveis e pobres. Este trecho do documento traz a ideia de um líder que propõe uma mudança na instituição. O convite é o oposto da prática, ao invés de esperar as pessoas buscarem, a instituição deve ir até as pessoas. Este convite liga a ideia proposta no Vaticano II e nas conferências do episcopado Latino Americano, a indicação de fazer a opção pelos pobres, a *Evangelii Gaudium* convida além de fazer a opção, ir ao encontro. O convite é insistente: Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida (EV 49).

Com esta ideia metodológica, o Papa Francisco vai avançando na efetivação de uma instituição do seu tempo. Dando continuidade a este caminho que Francisco propõe, em 2015

lança outra encíclica *Laudato Sí* (LS), sobre o cuidado com o planeta que ela vai chamar de “Casa comum”.

« *Laudato si', mi' Signore* – Louvado sejas, meu Senhor », cantava São Francisco de Assis. Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: « Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras » (LS, n.1, p.3).

Esta casa também comparada ora como irmã, ora como mãe precisa de cuidado, de atenção, não pode mais ser explorada, o convite do Papa é amplo, é para toda a humanidade, independente de crença ou religião:

Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que « geme e sofre as dores do parto » (Rm 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos (LS, n.1, p.3).

Estas três idéias: a escolha do nome Francisco, a opção pelos pobres, assumida no Vaticano II, confirmada em Medellín e Puebla, desenvolvida na encíclica *Evangelii Gaudium*, a questão ecológica, que o fez lançar a encíclica *Laudato Sí*, indicam os rumos que o Papa Francisco sonha para a Igreja e para o mundo. Assim vai se tornando um líder para além da Igreja, que dialoga com outras lideranças de outras instituições e governos.

Para chegar ao processo do Sínodo para Amazônia, precisa-se entender estes ideais do papa Francisco, e seguir os caminhos percorridos na Amazônia, tendo como marco o IV Encontro Pastoral da Amazônia, realizado em Santarém no ano de 1972.

1.1 O caminho se faz caminhando: 25 anos de Santarém

O IV Encontro Pastoral da Amazônia, realizado em Santarém no ano de 1972. Complementado em 1974 em Manaus, tem sido uma referência para os processos de avaliação, planejamento e mesmo releitura da realidade feita pela Igreja. Situações gritantes da vida da Amazônia foram trazidas para a pauta da Igreja Amazônica: a vida das comunidades e a formação dos agentes, mas também a vida das populações indígenas e a questão das estradas e outras frentes pioneiras. A Igreja que está na Amazônia, buscou fundamentar sua ação na realidade e nos rumos indicados.

Fato marcante acontece em Manaus, IX Congresso Eucarístico Nacional do Brasil em 1975, em mensagem do Papa Paulo VI aos participantes do Congresso, afirma o compromisso da Igreja com a Amazônia.

A Igreja volta-se para a Amazônia, como todo o dilecto Povo brasileiro, nesta hora de esperança: com a certeza do Nosso afecto e da Nossa solidariedade, os votos de que Deus omnipotente satisfaça essa esperança e vos cumule de seus bens e alegrias (Mensagem do papa Paulo VI aos participantes do Congresso Eucarístico, 1975).

O mesmo Papa Paulo VI cunhou a frase “Cristo aponta para a Amazônia”, em uma indicação de comprometimento com a região em 1971, reafirma este compromisso nesta mensagem.

Ainda na década de 70, o Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM, realizou a III Conferência, em Puebla, no México, no ano de 1979. Esta conferência reforçou as linhas de Medellín. A novidade deste documento é o surgimento do termo “cultura urbano-industrial” (DP, n. 417) ou “civilização urbano-industrial” (DP, n. 418), traz a necessidade da tomada de consciência dos efeitos negativos da industrialização desenfreada, bem como do processo de urbanização. O documento apresenta:

...o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se realizem em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia (DP, n. 327).

Esta conferência traz a preocupação com a ecologia e com o consumismo. Chama a atenção para o individualismo, o liberalismo econômico, valoriza os povos indígenas e os afrodescendentes e seu profundo amor à terra. Questões também destacadas no Encontro de Santarém. Puebla destaca como uma das tarefas e desafios:

Dinamizar os movimentos apostólicos, as paróquias, as Comunidades Eclesiais de Base e os militantes da Igreja em geral, para que sejam de maneira mais generosa “fermento na massa” (DP, n.462).

Puebla e Medellín fazem uma releitura da realidade e reafirmam as indicações do Concílio Vaticano II. Os Bispos presentes nestas Conferências chamam a atenção para a piora na situação social, econômica e política do continente, denunciam as realidades dos regimes totalitários, as ditaduras que os países viviam, inclusive o Brasil, mas também chamam a atenção de alguns aspectos positivos no interno da Igreja, como o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Puebla mantém a opção pelos pobres, mas chama a atenção, para não excluir ninguém, pois há o risco de quando se define determinadas opções, deixar ou esquecer outras tão importante quanto as que foram escolhidas.

A abertura pastoral das obras e a opção preferencial pelos pobres é a tendência mais notável da vida religiosa latino-americana. De fato, os religiosos acham-se cada vez mais em zonas marginais e difíceis, nas missões entre indígenas, num trabalho humilde e silencioso. Esta opção não supõe exclusão de ninguém, mas pelo contrário, uma preferência e aproximação do pobre (DP n.733).

Este “alerta” que o documento traz, é por causa da outra grande preocupação desta conferência, as cidades, nesta assembleia, foi refletida a importância da presença da Igreja nas cidades, pois aí está um grande desafio, o que Puebla vai chamar de “civilização urbano industrial”. Este ponto do documento trouxe divergências, pois para os que defendiam que a Igreja deveria fazer uma opção incondicional aos pobres, era um retrocesso, mas para outros era uma forma de não deixar transparecer que a instituição estava incluindo uns e excluindo outros. Os da ala mais moderada concordaram que esta forma seria mais “suave”, ou seja, a igreja poderia ter mais possibilidade de dialogar com todos, inclusive com os mais abastados que estavam se sentindo “excluídos” pela Igreja Latino Americana.

Percorrendo o caminho, chega a IV Conferência Geral dos Bispos da América Latina e do Caribe, que é realizada em Santo Domingo na República Dominicana em 1992. Segue a metodologia e a linha de pensamento das anteriores. No discurso de abertura o Papa João Paulo II dá o direcionamento da conferência:

Em continuidade com as Conferências de Medellín e de Puebla, a Igreja reafirma a opção preferencial pelos pobres. Uma opção não exclusiva nem excludente, pois a mensagem da salvação está destinada a todos. "Uma opção, além disso, baseada especialmente na Palavra de Deus e não em critérios retirados das ciências humanas ou de ideologias contrárias entre si, que frequentemente reduzem os pobres em categorias sociopolíticas e econômicas abstratas. Mas uma opção firme e irrevogável" (Discurso de Abertura de Santo Domingo).

Esta fala do Papa João Paulo II, direciona a reflexão já feita em Puebla, quando se disse que a opção pelos pobres não poderia ser exclusiva, nem excludente, mais vai além, deve ser baseada apenas na Palavra de Deus, excluindo outras possibilidades como as ciências humanas, porém esta fala é um tanto contraditória, porque a própria Conferência se embasa em dados que a ciência oferece. Mas de qualquer forma, mantém-se a chave das conferências anteriores, “a opção pelos pobres”, com a ideia que a “opção é irrevogável”.

Apresenta uma chave nova, a inculturação que passa a ser um elemento importante para os novos caminhos que a Igreja buscava, dizia o Papa:

Agora, é-nos apresentado o desafio formidável da contínua inculturação do Evangelho nos vossos povos, tema que tereis de abordar com clarividência e profundidade, durante os próximos dias (Discurso de Abertura de Santo Domingo).

Esta conferência ocorreu no momento em que se celebrava 500 anos da chegada dos colonizadores, ou invasores na América Latina em 1492, causando muitos questionamentos, pois a Igreja havia participado diretamente do processo colonizador, utilizando-se inclusive da catequese para isso. Diante disso, o que a Igreja celebrará nesta ocasião: invasão, ocupação, evangelização? Houve a indicação de que deveria se celebrar de modo a pedir perdão pelos erros e atrocidades cometidas. No início do documento, é apresentado o processo vivido em preparação para a conferência.

Por isso, depois duma longa preparação, que incluiu uma novena de anos, inaugurada aqui mesmo em Santo Domingo pelo Santo Padre, congregamo-nos com atitude assumida pelo próprio Santo Padre, ou seja, com a humildade da verdade, dando graças a Deus pelas muitas e grandes luzes e pedindo perdão pelas inegáveis sombras que cobriram este período (SD n.º2).

Neste processo, em 1991, um ano da conferência, o papa João Paulo II apresentou um pedido de perdão aos povos nativos da América Latina e do Caribe pelo processo de evangelização desenvolvido, mas, note-se que antes de pedir perdão há uma exaltação pelas conquistas, só depois vem o pedido de perdão. Ao mesmo tempo que louva e pede perdão, apresenta um comprometimento com a evangelização inculturada, a grande novidade desta conferência.

Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos “perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência” (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada (SD n. 248).

A conferência de Santo Domingo, apresenta ainda outra palavra importante: protagonismo, protagonismo dos adolescentes e jovens, convidando toda a Igreja a abrir-se, a dar oportunidade a promover a participação deste público de forma criativa. Convida a utilizar o método ver, julgar, agir e acrescenta o celebrar (SD 119). Vai além, indica a necessidade de colocar como protagonistas os leigos, a partir de comunidades vivas, deve oportunizar a eles a possibilidade de serem protagonistas da missão (SD 293).

A Conferência de Santo Domingo, reforça as conferências anteriores, Medellín (1968) e Puebla (1979), mas ratifica também as ideias das Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia, realizada em Santarém (1972). Ao indicar a necessidade de uma Igreja que preza pela inculturação, que precisa se organizar em comunidades, com o protagonismo dos leigos, dos jovens e adolescentes, conforme o que indicam os bispos da Amazônia.

Estas contribuições no nível da organização institucional da Igreja Latino Americana, vai sendo também corroborada no nível nacional pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através de suas assembleias anuais, posicionamentos, notas e documentos. Neste percurso tanto religioso, quanto social, político, econômico, há uma contribuição da CNBB. Mesmo com o desafio de uma instituição com linhas de pensamentos divergentes, quando da

necessidade de um posicionamento coletivo diante de alguma realidade considerada complexa. Em documento de 1981, os bispos apresentam uma reflexão sobre a conjuntura política, afirmam:

...acentuou-se, nestes últimos anos, uma orientação da economia para prioridades favorecedoras das classes de altos rendimentos, inclusive mediante formas requintadas de corrupção e suborno, em direta oposição aos interesses do povo. Um modelo concentrador de rendas e estimulador de um consumismo sofisticado, em contraste com as carências básicas da população, levou-nos à situação de sermos hoje um dos países com mais alta taxa de desigualdade entre os grupos de maior e menor renda (CNBB, 1981b, p. 7).

Este documento aprovado pelos bispos do Brasil denuncia a situação vivida na época pela população, principalmente os mais pobres, demonstrando que as orientações da Igreja latino Americana, eram assumidas no Brasil. Este tipo de denúncia, ou de “grito” que a CNBB fazia ecoar, vinha das bases das comunidades, os bispos eram como que “porta vozes” dos que não tinham voz. Ao mesmo tempo que poderiam ter bispos que faziam ecoar também as vozes dos dominadores. Isto demonstrava que apesar de uma insistente tentativa de ser uma instituição colegiada, unida, havia dissonâncias internas, que às vezes ecoavam para além das paredes das Igrejas.

O quadro de uma votação da XIII Assembleia Geral da CNBB, ocorrida em 1973, que trata da questão dos direitos humanos, elaborado por Emanuelle Kopanyshyn em sua dissertação de mestrado, demonstra como a instituição estava na época.

Tabela 1: votação das proposições dos Direitos Humanos na XIII Assembleia da CNBB, em 1973

Proposição 1: Considerando que a Igreja deve chegar por todos os meios à consciência clara das exigências pastorais dos Direitos Humanos e a urgir sua realização, explicita-se as exigências seguintes:	Bispos que aprovaram	Bispos que não aprovaram	Bispos que votaram em branco	Bispos que aprovaram com emendas
1.1 – A igreja deve cumprir, para aqueles que com ela colaboram as exigências dos Direitos Humanos	164	0	03	0
1.2 – As igrejas mais favorecidas devem partilhar seus recursos com as igrejas menos favorecidas	103	01	12	51
1.3 – A Igreja deve informar a opinião pública, através dos meios de comunicação disponíveis, sobre as violações dos Direitos Humanos, aceitando as consequências e mesmo sem esperar resultados imediatos	43	15	22	47

Fonte: Boletim da CNBB, março de 1973

Figura 9 Quadro de votação CNBB 1973

Fonte: Dissertação de Mestrado A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis, p.48

Neste quadro é possível verificar que a Igreja do Brasil não estava totalmente unificada, haviam divergências, mas ao final os documentos aprovados pela maioria era o que entrava em vigor e apresentava-se a sociedade como pensamento único. Mesmo com estas divisões internas, houve grandes contribuições da Igreja para a sociedade Brasileira.

Os caminhos da Igreja na Amazônia vai atualizando estas orientações advindas do Papa (Roma), CELAM e da CNBB. Em fevereiro de 1990 os Bispos da Amazônia se reuniram em Belém e lançaram um documento intitulado Em defesa da Amazônia, onde denunciam a situação de destruição pela qual passa a região:

De alguns anos para cá a devastação e depredação da Amazônia alcançaram dimensões alarmantes. Milhares de quilômetros quadrados de mata virgem foram queimadas e transformados em pastagens ou simplesmente destruídos para conseguir incentivos fiscais, já que, por uma absurda política nacional, apenas a derrubada da floresta é considerada “benfeitoria” (Desafio Missionário n. 6, p. 61).

Ao mesmo tempo em que denunciam a destruição da Amazônia, se solidarizam com os “povos indígenas”, os mais atingidos pela destruição, com os defensores e defensoras de direitos presentes e atuantes na região. Apela aos governantes para que escutem o clamor vindo de diversas partes, aos empresários que sejam sensíveis aos gritos, as instituições financeiras que coloquem regras para os financiamentos na região, finalmente os bispos convidam as dioceses e prelazias:

Finalmente conclamamos nossas Igrejas locais, para que, na sua ação pastoral, assumam uma programação de trabalho constante de conscientização do povo, para que, unindo fé e vida, ele possa fazer ouvir sua voz e posicionar-se contra projetos que, em nome do progresso, trazem destruição, miséria e morte (Desafio Missionário n. 24, p. 64).

Este documento ressalta a ideia dos documentos do CELAM, que conclama a opção pelos pobres, com as linhas da CNBB que chama a uma atuação comprometida com os direitos humanos, e com as linhas pastorais da Igreja da Amazônia que convoca a ser uma Igreja encarnada na realidade.

Em setembro de 1997, por ocasião dos 25 anos do Encontro de Santarém, é realizado em Manaus uma assembleia dos Regionais Norte I e Norte II da CNBB, também denominado VIII Encontro das Igrejas da Amazônia, com o tema “ A Igreja se faz Carne e arma sua tenda na amazônia”.

O documento aprovado neste encontro inicia com uma linha histórica de Santarém (1972) a Manaus (1997). Neste percurso apresenta uma busca por “comunhão”, esta busca quer aprofundar e estreitar os laços de comunhão em todos os níveis de organização: América Latina, Panamazônia, Brasil e Amazônia brasileira. Outra busca apresentada é pelo perdão:

Pedimos perdão a Deus, aos povos indígenas e a todos os pobres do campo e da cidade, por não termos conseguido superar atitudes de omissão ou conivência em relação às violências e injustiças que os povos da Amazônia têm sofrido. Não damos suficiente testemunho de respeito e amor às diversas culturas e religiões presentes na região (Desafio Missionário n. 10, p. 72).

Neste pedido de perdão, também o reconhecimento de que apesar de muitas tentativas, a Igreja ainda precisa mudar seu comportamento e suas atitudes em relação aos povos Amazônicos. Reconhece que ainda há desrespeito à cultura, ainda há alguma prática de violência. Reconhece ainda uma dívida:

Reconhecemos que nossas igrejas têm uma dívida especial com a mulher. Nessa região onde a situação das mulheres ainda é de extrema marginalização e injustiça e onde a maioria das comunidades cristãs é coordenada por elas, a Igreja é interpelada a rever o papel da mulher na missão e a escutá-la com maior atenção (Desafio Missionário n. 11, p. 73).

Este reconhecimento é duplo, primeiro que há uma dívida com a mulher, segundo que elas são maioria, lideram as comunidades, mesmo assim não são escutadas como deveriam. Os bispos se comprometem a escutá-las com mais atenção. Mas aqui ocorre a dualidade tratada anteriormente entre os documentos, pois de um lado o documento pastoral como Santarém, Medellín e outros orientam uma forma de atuar, de outro o documento legislador da Igreja, o Código de Direito Canônico impede de aplicar os documentos pastorais como sonhado e aprovado. Uma destas dualidades é com relação a mulher. De um lado fala-se que precisa valorizar, escutar, colocá-la no centro, de outro lado, a mulher não pode exercer funções nas instâncias de decisão. Este tema será frequente, será pautado em vários outros momentos da Igreja na Amazônia. De um lado reconhece a importância e a necessidade de inserir as mulheres nos processos decisórios da Igreja, de outro lado vê-se impedida pela própria Igreja nas instâncias legislativas.

Ainda na primeira parte do documento, há o louvor pelos 25 anos de caminhada, pois mesmo com as dificuldades e retrocessos, houve avanços: iniciativas da Igreja, organizações da sociedade, participação de mulheres que buscam um mundo mais justo e solidário (Desafio Missionário n.18.p.74).

A segunda parte do documento procura atualizar as Linhas Pastorais assumidas entre 1972 e 1974. Também em continuidade com Medellín, propõem-se algumas atitudes fundamentais para inspirar a ação evangelizadora. Sob o título “O rosto da nossa Igreja”, demonstra os rumos que a Igreja da Amazônia quer para os próximos anos, sem perder o caminho já percorrido, apresenta quatro características.

A primeira característica é ser discípula da Palavra: Uma Igreja discípula tem consciência de que a Palavra de Deus se manifesta também no mundo e na diversidade das culturas (Desafio Missionário n.25.p.75). Para se ter um rosto Amazônico, é preciso valorizar e respeitar o jeito, a cultura do povo, retomando a ideia de Santo Domingo, quanto à inculturação.

A segunda característica é ser testemunha do diálogo: “Só o diálogo, paciente e humilde, baseado na aproximação pessoal, ajuda a superar o fanatismo e o proselitismo” (Desafio Missionário n.28.p.76). Esta é uma mudança muito importante, pois na chegada da Igreja, havia a ideia de que a religião trazida pelos colonizadores era a única e verdadeira, havendo a necessidade de que todos se convertessem a ela, esta ideia muda a forma, é preciso reconhecer que o catolicismo não é a única religião, dialogar com as demais e procurar atuar de forma conjunta.

A terceira característica trata-se de ser uma Igreja Servidora e defensora da vida: “A Igreja da Amazônia retoma a decisão de ser mais do que tudo servidora” (Desafio Missionário n.32. p.77). Os bispos sentem a necessidade de reforçar a ideia de que a Igreja está para servir, colaborar para que haja mais condições de vida para os povos amazônicos. Neste sentido foram organizadas e ganharam forças as pastorais sociais: Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista e Conselho Indigenista Missionário.

A quarta e não menos importante característica indicada foi Igreja Irmã da Criação. Nesta característica os bispos chamaram a atenção:

Para a nossa Igreja, é um privilégio viver a missão nesta região repleta de belezas, onde a aliança do criador com o universo aparece tão fortemente, seja na tradição bíblica, seja nas culturas indígenas. Ao mesmo tempo, nos desafiam a devastação e a exploração desenfreada que desumanizam e destroem o equilíbrio da própria natureza (Desafio Missionário n.34. p.78).

Este ponto é colocado como o último, mas é uma questão que acompanha a Igreja na Amazônia há vários anos. Foram muitas reflexões com relação à questão da devastação em detrimento a um desenvolvimento ou progresso proposto. A partir de Santarém 1972, esta temática vai repercutir sempre que ocorrem os eventos da Igreja na região.

Estas quatro características vão ser elementos fundamentais para repensar a atualização das linhas prioritárias da Pastoral na Amazônia. Na terceira e última parte do documento “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”, tratará das perspectivas de ação, iniciando pela inculturação. Reconhece as diversas culturas existentes na Amazônia: indígenas, negros, remanescentes de quilombos, seringueiros, lavradores, ribeirinhos, pescadores e migrantes das

mais diversas procedências (Desafio Missionário n.40.p.79). A indicação de ação é a inculturação e a inserção nesta diversidade cultural, sem se impor, mais com diálogo e respeito.

A segunda indicação de ação é a Cidadania, quanto a este tema, é preciso: desenvolver alternativas de produção; participação de movimentos urbanos com relação a políticas públicas, não aceitar os grandes projetos sem participação. Destaca-se a necessidade de avançar com relação à consciência da cidadania (Desafio Missionário n.44 a 46.p.80-81).

A terceira indicação é fundamento para as demais, trata-se da formação: ampliar os espaços de formação, formar ministérios adequados a realidade das comunidades, favorecer formação aos povos indígenas (valorizando a cultura e a língua), reforçar os centros de formação CENESC e IPAR, melhor se preparar culturalmente e promover o surgimento de uma intelectualidade cristã (Desafio Missionário n.47.p.81-82).

A quarta proposta trata do anúncio da “boa-Nova”, este indicativo trabalha a missão interna da Igreja, o processo de evangelização, que deve ser feito a partir da realidade dos povos amazônicos (Desafio Missionário n.48-50.p.83-84).

Neste encontro que se celebrou os 25 anos de Santarém, os Bispos da Amazônia reforçaram a necessidade de continuar trilhando os caminhos de uma Igreja que busque seu próprio rosto, que esteja no meio do povo, viva as dores e as alegrias, reconheça seus erros e acertos, e olhe para o futuro com esperança. Na conclusão do documento, os bispos disseram:

Apesar de vivermos numa época em que grandes projetos históricos falharam, nossa esperança não se baseia apenas na realidade da história, mas na pessoa de Deus e nos sinais do futuro que acompanham as palavras que nos manda proclamar (Desafio Missionário n.51.p.84).

Os caminhos percorridos pela Igreja da Amazônia levando a construção de um rosto, de um modo de ser, mesmo inspirados e orientados pela estrutura da Igreja com seus documentos orientadores e legisladores, na Amazônia, a aplicabilidade é feita de maneira diferente, a realidade complexa que circunda a região, a diversidade cultural, a resistência dos povos, vai moldando as lideranças e a forma de a Igreja se organizar.

1.2 Celebrando e revisitando o caminho: 40 anos de Santarém

Um ano depois, do encontro memorial dos 25 anos de Satarém, em 1998, durante a 36ª assembleia anual da CNBB em Itaici, São Paulo, os bispos da amazônia, através de Dom Erwin Kräutler, então bispo da Prelazia do Xingu no Pará e Presidente da Comissão da dimensão missionária da CNBB lançam um apelo denominado “Missionariedade e Solidariedade entre as

Igrejas do Brasil”. Neste documento é apresentado que “a amazônia representa no Brasil de nossos dias, a realidade mais desafiante e exige respostas urgentes e corajosas”. Segundo este documento, as dioceses e prelazias situadas na região são as de maior extensão geográfica e as que têm os maiores desafios de locomoção.

Diocese	Extensão	Estados
Macapá/AP	142.358,5 km ²	todo Estado do Amapá
Itaituba/PA	175.369,0 km ²	Paraíba, Pernambuco e Sergipe
Santarém/PA	177.137,0 km ²	Paraíba, Pernambuco e Sergipe
Óbidos/PA	185.636,0 km ²	duas vezes Santa Catarina
Roraima/RR	225.017,0 km ²	todo Estado de Roraima
Lábrea/AM	232.240,0 km ²	quase o Estado de São Paulo
Tefé/AM	266.969,0 km ²	maior que o Estado de São Paulo
São Gabriel da Cachoeira/AM	293.342,7 km ²	maior que Rio Grande do Sul
Xingu/PA	335.444,0 km ²	Rio Grande do Sul e metade de Santa Catarina

Figura 10 Quadro comparativo do território das igrejas da Amazonia
Fonte: Desafio Missionário p.96

As grandes extensões territoriais e a problemática da locomoção acompanham as reflexões sobre a atuação na Amazônia, a Igreja Católica, que passou várias reestruturações ao longo do tempo, ainda apresenta esta problemática. O quadro traz um comparativo da extensão geográfica com alguns estados, chegando a ser até maiores. Ainda que, segundo Krätler, tenha uma grande densidade demográfica, mas ainda assim há a necessidade de se fazer presente. Para Krätler:

A Amazônia exige de bispos, e presbíteros, das religiosas, de todos os agentes pastorais um empenho muitas vezes fatigante e penoso. As viagens em visita pastoral, às mais longínquas comunidades, absorvem as energias. Enormes distâncias têm que ser vencidas. Dias e dias de barco rio acima e rio abaixo, horas e horas de atoleiros, dependendo da estação do ano, longas caminhadas a pé ou no lombo de um animal consome as forças, sem falar de realidades conflitivas em torno da problemática da terra, com que os evangelizadores sempre de novo, de deparam (Desafio Missionário p.98).

O apelo feito na Assembleia Geral da CNBB em 1998, repercute, de modo que o tema Amazônia volta ao centro dos debates na 37ª Assembleia Geral no ano seguinte (1999) com o tema “A Igreja e a questão da Amazônia”. Este documento retoma as reflexões feitas por ocasião dos 25 anos de Santarém, traz a preocupação com os novos grandes projetos que vão sendo implementados na Amazônia:

Olhamos o avanço do Projeto de implementação dos Gasodutos para o transporte de petróleo e do gás natural de Urucu para Manaus e Porto Velho sem que sejam respeitados os direitos dos povos indígenas e as exigências de respeito à floresta e aos rios (Desafio Missionário p.116).

Aliado à preocupação com estes grandes projetos, os bispos também denunciam o funcionamento dos órgãos oficiais do governo responsáveis pela proteção dos povos indígenas e da natureza, o IBAMA e a FUNAI. Relatam que raramente os causadores das violências são investigados, muito menos punidos, alertam para o problema da corrupção e das violências muitas vezes praticadas pelo poder público no interior da Amazônia, apresentam a existência da exploração através do trabalho escravo (Desafio Missionário p.116-118).

Mas não ficam somente na denúncia, também apresentam a esperança, mesmo diante de tanta situação de desesperança, existem experiências bem sucedidas que são realizadas por lideranças, missionários, organizações que atuam em favor da amazônia. Os bispos afirmam:

Esperamos que o futuro da Amazônia seja resultado do diálogo entre os amazônidas e, destes com os brasileiros e até com consumidores de produtos da Amazônia e pessoas solidárias que estão em outros países (Desafio Missionário p.119).

Na conclusão do documento a Igreja e a questão da Amazônia, a região é apresentada como “um grito em favor de outro tipo de desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural” (Desafio Missionário p.120). Este grito ecoa desde o coração da floresta para os grandes centros. É preciso repensar o modelo de desenvolvimento para a Amazônia, desde o início espoliada e explorada, sem levar em consideração os povos que aqui viviam, essa lógica precisa ser diferente, não pode ser de exploração, mas de cuidado com tudo que a compõe.

Conforme já refletido anteriormente, um grande desafio vivido na Amazônia são as grandes extensões geográficas, e as distâncias, na década de 1960, já havia sido feita uma subdivisão regional, o Regional Norte, virou Regional Norte 1, com sede em Manaus e Regional Norte 2 com sede em Belém. Agora em 2000, na Assembleia do Regional Norte I, em Manaus, se refletiu a criação de um novo Regional, sendo confirmada sua criação na 39ª Assembleia Geral em Itaici – São Paulo. Tendo uma nova configuração de organização a partir de então. Com a existência deste Regional.

Ainda no campo da organização institucional e ecoando os “gritos que vem da amazônia”, a CNBB toma uma decisão importante, que coloca a Amazônia no centro de suas preocupações, em 2003 constitui a Comissão Episcopal para a Amazônia, tendo como missão “conscientizar e sensibilizar a Igreja no Brasil acerca da complexa realidade da Amazônia”.

Tendo como primeiro presidente Dom Jayme Henrique Chemello. Para ele, “é chegada a hora, para muitas Igrejas no Brasil, de entrar no mesmo barco da missão na amazônia”.

No documento “Missão da Igreja na Amazônia: Os desafios de ontem, de hoje e de sempre” (CNBB, 2004, p. 125-153), lançado logo no primeiro ano de existência da comissão, são retomadas as descobertas, convicções e clamores expressos nas declarações dos encontros de bispos da amazônia. Na conclusão, é recolhido os documentos que tipificam uma Igreja com rosto amazônico, retomando documentos que vão desde Santarém 1972 até a criação da Comissão 2003. Evidenciando alguns traços da Igreja na amazônia de forma poética: Igreja “que se faz peregrina, Igreja de rua, dos rios, do encontro, de acolhimento, de amor extremo e corajoso ao empobrecido [...] uma Igreja ousada, destemida, de olhos abertos, enxergando longe, com os pés firmes no chão, na certeza de que o Espírito nos conduz à Terra prometida” (CNBB, 2004 p. 152).

Ainda em 2004, os Bispos da região da Amazônia continental se reuniram e fizeram um apelo ao CELAM:

Pedimos ao CELAM que inclua em sua estrutura um serviço específico dedicado à comunhão do conjunto das Igrejas amazônicas. Desde finais dos séculos XIX e com o passar do século XX, realizamos isoladamente nosso serviço pastoral com alguns encontros. Por nossa realidade diversa e unitária, sentimos a necessidade de nos reunir com mais frequência as dioceses, Prelazias, vicariatos e Prefeituras Apostólicas para realizar uma ação evangelizadora mais integrada na região amazônica. A unidade que oferece a natureza através da corrente de nossos rios, nos serve como caminho de comunicação e nunca como fronteiras de separação (Desafio Missionário p.159).

Os bispos dos países que compõem a região Amazônica, apresentam uma questão, que para eles, é fundamental, maior comunicação, apesar de estarem em países diferentes, estão nos mesmos rios, que se comunicam entre si. Lembremos que essas fronteiras foram criadas no período da colonização, não foram organizadas pelos povos amazônicos, agora muitos destes povos são separados por fronteiras políticas, mas continuam a ser o mesmo povo. Ainda no mesmo pedido ao CELAM, os bispos propõem que na V Conferência seja criado um núcleo temático que trate da Amazônia.

A V Conferência Geral dos Bispos da América Latina e do Caribe, tem lugar em Aparecida no Brasil, ocorreu em maio de 2007, o então Cardeal Bergoglio, arcebispo de Buenos Aires presidiu a comissão que redigiu o documento final. Esta conferência procurou responder “como ser Igreja na situação atual na América Latina?” Seguindo o método das conferências anteriores de ver a realidade, analisar e propor ações. Conservou a proposta da opção preferencial pelos pobres, trouxe uma reflexão sobre o neoliberalismo e suas consequências, aposta em uma ideia de evangelização continental mais próxima do povo e de suas realidades.

O pedido dos bispos da Amazônia feito em 2004 foi pautado nesta conferência. Ao tratar da Amazônia, também traz à tona temas como o cuidado com o planeta, com os povos, especialmente os povos indígenas. Alerta para a riqueza existente na América Latina, e os riscos que os povos ameríndios passam.

Nas decisões sobre as riquezas da biodiversidade e da natureza, as populações tradicionais têm sido praticamente excluídas. A natureza foi e continua sendo agredida. A terra foi depredada. As águas estão sendo tratadas como se fossem mercadoria negociável pelas empresas, além de terem sido transformadas num bem disputado pelas grandes potências. Exemplo muito importante nessa situação é a Amazônia (Doc. Aparecida. N 84, p. 46).

Os bispos da Amazônia já vinham tratando destas questões em seus encontros, e veem agora seus gritos ecoados na V Conferência Latino Americana. O papa Bento XVI ao falar aos jovens, expressa sua preocupação com a Amazônia, chama a atenção para a destruição e ameaças aos povos amazônicos e convida a um maior compromisso, fazendo ecoar ainda mais o grito que vem da Amazônia (Doc. Aparecida. N 85, p. 47). Outros gritos ecoados nesta V conferência são relacionados ao perigo da internacionalização da Amazônia em detrimento aos interesses das grandes corporações econômicas (n. 86, p. 47). A V conferência expressou ainda sua preocupação com os indígenas, o documento menciona a preocupação com os povos indígenas e afro americanos.

Os indígenas constituem a população mais antiga do Continente. Estão na raiz da identidade latino-americana e caribenha. Os afro-americanos constituem outra raiz que foi arrancada da África e trazida para cá como gente escravizada (Doc. Aparecida. N 88, p. 48).

Aparecida traz uma das linhas que virá a ser assumida pelo Cardeal Bergoglio, quando eleito Papa, a Ecologia integral, o documento indica uma das chaves do futuro pontificado.

A melhor forma de respeitar a natureza é promover uma ecologia humana aberta à transcendência que, respeitando a pessoa e a família, os ambientes e as cidades, segue a indicação paulina de recapitular as coisas em Cristo e de louvar com Ele ao Pai (cf. 1 Cor 3,21-23). O Senhor entregou o mundo para todos, para os das gerações presentes e futuras. O destino universal dos bens exige a solidariedade com as gerações presentes e as futuras. Visto que os recursos são cada vez mais limitados, seu uso deve estar regulado segundo um princípio de justiça distributiva, respeitando o desenvolvimento sustentável (Doc. Aparecida. N 126, p. 69).

Além disso, propõe um modelo de desenvolvimento alternativo, integral e solidário, baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana, (Doc. Aparecida, n. 474c). Ligando a defesa da biodiversidade, da riqueza cultural e da sabedoria dos povos originários (Doc. Aparecida n 83). No âmbito teológico, assume as bases da ecoteologia (Doc. Aparecida n. 470).

Respondendo ao grito dos bispos da pan-amazônia de 2004, que pediam ao CELAM, que criasse um espaço para as questões amazônicas, a V Conferência, apesar de não sinalizar a criação de nenhum organismo neste momento, reafirma ser uma instância que expressa a unidade dos povos latino americanos e caribenhos, busca cooperar de forma solidária, se compromete a fortalecer a colegialidade e a busca da identidade eclesial. Convida a integração sub-regional a estreitar os vínculos e a cooperação, sugerindo isso inclusive ao colegiado de bispos da Bacia Amazônia (Doc. Aparecida n 240, p. 544).

Seguindo a temática da V Conferência, em setembro de 2007, os bispos da Amazônia se reúnem em Manaus. O documento final desse IX Encontro de Bispos da Amazônia brasileira ganha o título “Discípulos Missionários na Amazônia”, em alusão à temática refletida em Aparecida. Na apresentação do documento é explicado a ideia da temática do encontro:

Com o título: “Discípulos Missionários na Amazônia” queremos deixar em evidência nosso modo de entender a fé como um processo (discipulado) e a evangelização como uma grande missão, na certeza de que ainda existe muito por fazer se quisermos ser fiéis ao Senhor que nos enviou para evangelizar a todos (Desafio Missionário p.166).

Na parte introdutória do documento, faz-se referência das fontes inspiradoras, para além da V Conferência do CELAM:

Do Vaticano II (1962 a 1965) herdamos a visão de i,a Igreja que afirma a sua natureza missionária (cf. AG. N. 2). A V Conferência Geral do episcopado Latino-Americano e do Caribe (13-31.52007) deu continuidade aos ensinamentos do Concílio e do Magistério Latino-Americano, aprofundou essa caminhada e apresentou em seu texto conclusivo, chamado Documento de Aparecida (DAp), um novo capítulo contextualizando a missão (DAp, n. 9). Neste IX Encontro Inter-Regional de Bispos da Amazônia, de acordo com nossos encontros anteriores, dentre os quais destacamos os de Santarém (1972) e Manaus (1974), assumimos, com Aparecida, a missão como paradigma pastoral, síntese de nossa caminhada e chave de leitura da nossa realidade (cf. DAp, n. 347).

Esta referência, situa este encontro ocorrido em 2007, atualiza e traz para a realidade amazônica dos demais encontros, seja no nível de Igreja no mundo (Concílio vaticano II), seja no nível de América-Latina (conferências, tendo como base a V de Aparecida), seja no nível de Amazônia (Santarém 1972 e Manaus 1974). Essa busca por novos caminhos, por um rosto amazônico toma como referências esses documentos aprovados nestes momentos históricos.

O encontro ocorreu no ano em que a Igreja do Brasil reflete uma Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e a Amazônia”, e o lema “Vida e missão neste Chão”, logo o documento é recheado de citações do texto base da campanha.

O documento “Discípulos Missionários na Amazônia”, segue um esquema subdividido em seis pontos: “Amazônia Hoje, Amazônia e o meio ambiente, A Igreja na Amazônia e os

povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, A Igreja na Amazônia e seu relacionamento com o Estado, A Igreja na Amazônia suas estruturas e sua missão e a Igreja na Amazônia e as Igrejas Irmãs”: Em cada um dos pontos apresenta: a realidade que vivemos, a Palavra que ilumina, e as ações que propomos.

Neste primeiro item, A Amazônia hoje, os participantes fazem uma análise da realidade que a Amazônia se encontra, a Amazônia como um jardim, que sofre com as agressões e a violência, palco do narcotráfico, mas que conta com algumas experiências positivas e pode buscar alternativas de superar os problemas, para isso precisa re-descobrir o dom da criação, se fazer presente entre os sofredores, propor alternativas de desenvolvimento incentivar a agricultura familiar e fomentar uma espiritualidade ecológica (Desafio Missionário n. 5 – 19, p.168-171).

O meio ambiente, o segundo ponto de reflexão do encontro apresenta a realidade da desigualdade, as ameaças que representam os grandes projetos e as ações que depredam a amazônia, a implementação de um desenvolvimento sustentável que não leva em conta os povos amazônicos, o aumento da população no meio urbano, “inchando” as periferias, frente a esta realidade, é sugerido que se aplique o documento de Aparecida (Desafio Missionário n. 22 – 34, p.172-176).

Na terceira parte, “a Igreja na amazônia e os povos indígenas, os quilombolas e os ribeirinhos” neste ponto, é reafirmado os compromissos já assumidos, realça a atuação do CIMI e reconhece o testemunho profético dos mártires na Amazônia (líderes que deram a vida pelas causas que defendiam). A proposta é que se reforce uma espiritualidade inculturada, acompanhar os que migram para as cidades, respeitar a diversidade cultural dos povos amazônicos (Desafio Missionário n. 35 – 53, p.176-180).

A quarta seção apresenta a questão da “Igreja na amazônia e seu relacionamento com o Estado”, este ponto é delicado, a Igreja já havia feito experiências de ligação direta, período conhecido como padroado, depois da separação, a Igreja passou a ter autonomia, mas ainda assim desempenhou funções de complementaridade em campos como educação, saúde, assistência social. Nestes campos, foram muitos os convênios entre dioceses e o governo. A partir da experiência vivida pelos bispos, no nível institucional e em contato com os fiéis, o documento desenvolve uma reflexão e um posicionamento, que demonstra que não são contra os projetos, mas sim ao modelo que são executados, as corrupções que acontecem em todos os níveis. Os bispos destacam que a realidade no interior é bem mais difícil, porque inexistente o acompanhamento, sobretudo da aplicação das políticas públicas. Diante disso fazem propostas: Buscar alternativas aos projetos que desrespeitam o povo, apoiar a reforma eleitoral,

acompanhar melhor os políticos e as lideranças, denunciar as corrupções, incentivar a participação dos cristãos na política, apoiar os movimentos populares, reafirmar a solidariedade (Desafio Missionário n. 54 – 70, p.180-184).

A quinta parte analisa a “Igreja na Amazônia, suas estruturas e sua missão”. Reconhece suas fragilidades estruturais e o esforço em melhorar. Reafirma a opção pelas CEBs, a organização de Conselhos participativos, a diversidade de ministérios ordenados (bispos, padres e diáconos), religiosos e religiosas, leigos e leigas que exercem diversos ministérios e se põe a serviço. Indicam a necessidade de atuar em uma “pastoral de conjunto”, a valorização dos ministérios leigos, revigorar as comunidades, intensificar a formação de agentes de pastorais (Desafio Missionário n. 71 – 77, p.185-192).

A sexta e última seção apresenta a “Igreja na Amazônia e as Igrejas irmãs” e as questões de auto sustentação financeira, faz memória do projeto criado em 1972 atendendo aos apelos dos bispos da Amazônia. Indica a necessidade de continuidade, mas procurando fortalecer o projeto, adequando-o também às decisões da V Conferência em Aparecida. Buscando levar em consideração não apenas os missionários, mas também a questão financeira (Desafio Missionário n. 80 – 90, p.192-197). Este documento de 2007, é de fato uma atualização dos documentos anteriores, sobretudo o documento base para a Amazônia aprovado em 1972 em Santarém e complementado em 1974 em Manaus.

Percorrendo os caminhos da Igreja Católica, percebemos que há uma constante busca por ser uma instituição que responde ao tempo presente, sobretudo a partir do Vaticano II, que marca uma mudança na organização interna e na metodologia de atuação. Neste sentido, a Igreja da Amazônia tem revisitado os documentos, celebrado os avanços, revendo desafios e projetando perspectivas de ação. Desta forma em julho de 2012 a Igreja da Amazônia se reúne novamente em Santarém, local que marca a história desta instituição, pois foi onde se reuniram os bispos em 1972 e aprovaram as Linhas Prioritárias para a Igreja da Amazônia. 40 anos depois voltam a este palco para celebrar, avaliar e olhar para o futuro, por isso, o Documento final é intitulado: “Igreja da Amazônia: Memória e compromisso”. A apresentação do documento afirma:

Constatamos, por um lado, que o Documento de Santarém orientou e impulsionou nossas Igrejas nestes 40 anos. Por outro lado, em decorrência de mudanças ocorridas em todos os campos, muitos desafios perduraram, outros se agravaram e novos afloraram. Povos Indígenas, quilombolas, migrantes, ribeirinhos, todos os pobres das periferias urbanas e das regiões rurais, apesar de alguns avanços sociais, ainda sofrem marginalização, violências devastadoras, misérias de todo tipo e esperam da Igreja solidariedade e apoio. Preocupam-nos a construção de hidrelétricas e o avanço do agronegócio que destroem a floresta e expulsam as populações tradicionais. “A morte da floresta é o fim da nossa vida”, repetia nossa irmã Irmã Dorothy Mae Stang,

assassinada em Anapu, PA, no dia 12 de fevereiro de 2005, aos 73 anos de idade (Desafio Missionário p. 220).

Neste trecho da apresentação do documento de um lado é reafirmada a importância do documento de quarenta anos atrás, de outro lado propõe revisitar os caminhos percorridos, para analisar os avanços, as conquistas e os desafios permanentes e novos, refletir a realidade, verificar as necessidades do tempo presente, e propor os novos caminhos a serem assumidos.

O encontro reuniu além dos bispos da Amazônia, representantes de padres, diáconos, religiosos, religiosas, leigos e leigas, organismos, pastorais e instituições de ajuda à Amazônia. Foram assumidos pelos participantes do encontro os seguintes compromissos (Desafio Missionário p. 220-221)

- a) ser uma Igreja pobre e junto dos pobres, solidária com os excluídos e abandonados, também em momentos de enfrentamento;
- b) contribuir para a mudança de mentalidade que considera a Amazônia colônia ou periferia do Brasil;
- c) estar atentos aos desafios dos centros urbanos e dos grandes projetos, que avançam a qualquer custo, esmagando toda forma de vida que se mostra como empecilho ou resistência;
- d) formar e dinamizar comunidades e lideranças missionárias numa pedagogia que considere a vida e a realidade das pessoas, dando-lhes atenção e acompanhamento necessários a fim de que abracem com convicção o seguimento de Jesus, sendo protagonistas da missão;
- e) viver o caminho da escuta da voz de Deus na Palavra Sagrada escrita e nos gritos do povo, denunciando erros e injustiças, apontando luzes e esperanças;
- f) empenhar-nos para que a Igreja tenha cada vez mais rosto e coração amazônicos, na certeza de que Cristo, o Missionário do Pai, arma sua tenda na Amazônia.

Ao fazer memória da caminhada feita pela Igreja da Amazônia, o documento identifica os traços do “rosto de uma Igreja amazônica”, a partir dos encontros anteriores:

- Solidária-samaritana, que caminha com o povo mais sofrido: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores, etc que denuncia as condições de miséria e exclusão;
- Ministerial e missionária, que favorece o protagonismo de leigos e leigas, investe na formação de agentes de pastoral locais;
- Expressa nas Comunidades eclesiais de Base sua organização e missão, nos mais distantes rincões amazônicos, tornando-se uma Igreja, mas presente e próxima do povo;
- Irmã da criação, considerando como parte fundante a salvaguarda da criação e chama todos os homens e mulheres a cuidarem da casa comum.

Ao final do documento, os participantes afirmam:

Somos uma Igreja encarnada, que peregrina na história humana. A partir do nosso chão amazônico, renovamos o compromisso de partilhar “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem (cf. GS. N.1). Cada vez mais percebemos a urgência de sermos sinais da novidade evangélica, muitas vezes impelidos a andar na contramão do que convencionalmente é aceito e na rejeição das alianças com qualquer tipo de poder que oprime e comprometa a liberdade dos filhos e filhas de Deus (Desafio Missionário p. 234).

Este documento além de reafirmar as decisões anteriores, inclusive as tomadas em Santarém no ano de 1972, traz a ideia de compromissos, os documentos anteriores indicavam ações, aqui os participantes utilizam a linguagem “compromissos”. Além de fazer memória, os participantes assumem o compromisso de dar continuidade aos caminhos indicados. Outro aspecto importante é a identificação do rosto da Igreja, a confirmação da identidade institucional. Quando analisamos este rosto identitário de antes, vamos perceber que foi sendo transformado ao longo do percurso, de um rosto europeu, uma estrutura rígida para um rosto diferente, mais aberto, variado, onde comporta: migrantes, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, padres, leigos, feminino e masculino. Uma diversidade de rostos, que aos poucos vai se identificando de fato como um rosto amazônico.

1.3 Sonhando com o Sínodo: Encontro de Belém 2016

Os vários encontros da Igreja da Amazônia, foram colocando a Igreja e a Amazônia no palco das discussões do mundo, seja da própria Igreja, seja da sociedade em geral. Ao analisar os diversos encontros, as reflexões feitas, os relatórios com os processos vivenciados presentes nos arquivos das dioceses, da CNBB e nos seus regionais, nos documentos aprovados e publicados, observa-se o quanto foi e é importante este processo.

Além disso, também ocorreram fatos marcantes neste caminho que terão influências diretas na atuação da Igreja na América Latina, no Brasil e na Amazônia. Em meio a este percurso, em março de 2013, com a histórica renúncia do Papa Bento XVI, a Igreja elege um Latino Americano, argentino, o Cardeal Bergoglio. Ele havia participado dos processos de mudança da Igreja, sendo o responsável pela elaboração do documento final da V Conferência do Episcopado Latino Americano e Caribenho, adepto da opção pelos pobres. Ao ser eleito, num diálogo com outro Cardeal Latino Americano, o Brasileiro Claudio Hummes que disse: “Não se esqueça dos pobres”. Bergoglio respondendo a este apelo, escolheu o nome Francisco, em alusão a São Francisco de Assis, que se fez pobre, e defensor da criação. Isso marcará o pontificado do novo Papa, que quer “trazer para o centro às periferias do mundo”.

O Papa eleito que havia experienciado os processos metodológicos da Igreja na América Latina, vai aproveitar desta experiência e aplicar no seu pontificado. Ao utilizar o método ver, julgar e agir a Igreja consegue ter um olhar mais amplo para as questões diversas, inclusive na Amazônia, vão desde as culturas, a organização social do povo, a presença e atuação do poder público até a sua própria atuação. Por ocasião da Jornada mundial da Juventude, realizada no Brasil em 2013, o Papa Francisco ao se reunir com os bispos, faz um convite:

Queria convidar todos a refletirem sobre o que Aparecida disse a propósito da Amazônia, [12] incluindo o forte apelo ao respeito e à salvaguarda de toda a criação que Deus confiou ao homem, não para que a explorasse rudemente, mas para que tornasse ela um jardim. No desafio pastoral que representa a Amazônia, não posso deixar de agradecer o que a Igreja no Brasil está fazendo: a Comissão Episcopal para a Amazônia, criada em 1997, já deu muitos frutos e tantas dioceses responderam pronta e generosamente ao pedido de solidariedade, enviando missionários, leigos e sacerdotes. Agradeço a Dom Jaime Chemello, pioneiro deste trabalho, e ao Cardeal Hummes, atual presidente da Comissão. Mas eu gostava de acrescentar que deveria ser mais incentivada e relançada a obra da Igreja. Fazem falta formadores qualificados, especialmente formadores e professores de teologia, para consolidar os resultados alcançados no campo da formação de um clero autóctone, inclusive para se ter sacerdotes adaptados às condições locais e consolidar por assim dizer o «rosto amazônico» da Igreja. Nisto lhes peço, por favor, para serem corajosos, para terem parresia! No modo «porteño» [de Buenos Aires] de falar, lhes diria para serem destemidos (Discurso do papa Francisco aos Bispos Brasileiros – MJM 2013, p. 10).

No discurso do Papa aos bispos, ele chama a atenção para a questão do cuidado da casa comum, não é permitido ter um olhar de explorador, mas de cuidador. Há um reconhecimento por parte do Papa acerca do trabalho desenvolvido pela Igreja da Amazônia, reforça a importância da criação da Comissão da CNBB especificamente para a Amazônia. Mas reforça a necessidade de avançar no campo da formação dos diversos agentes (leigos, padres, missionários, etc) para que se constitua uma Igreja com rosto próprio, o rosto amazônico, que perpassa pelos agentes nativos, até o método adequado, que segundo o papa os nativos têm.

Por isso, para Francisco a Amazônia é um “banco de provas, um teste decivo”. A igreja não pode chegar na Amazônia com “as malas prontas na mão para partir, depois de terem explorado tudo o que puderam”, mas sim lugar para se fazer presente, construir um futuro junto com os amazônidas, acolher os que chegam, o papa Lembra da grande onda migratório de haitianos ocorridas por causa do terremoto e foram acolhidos na Amazônia, especialmente em Manaus.

Lançada em junho de 2015 pelo Papa Francisco a encíclica *Laudato Si* (Louvado sejas meu senhor), dando sequência a preocupação com a casa comum, na introdução faz referência a inspiração do título do documento:

« *Laudato si', mi' Signore* – Louvado sejas, meu Senhor », cantava São Francisco de Assis. Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe,

que nos acolhe nos seus braços: « Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras (Laudato Si, n.1, p. 3).

Neste documento fica claro, que a escolha do nome que identificará no seu pontificado, é também a identidade do papado. Francisco indica as grandes preocupações que conduzirão seu governo: “a ecologia de forma integral” e os pobres:

Tomei o seu nome por guia e inspiração, no momento da minha eleição para Bispo de Roma. Acho que Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade. É o santo padroeiro de todos os que estudam e trabalham no campo da ecologia, amado também por muitos que não são cristãos. Manifestou uma atenção particular pela criação de Deus e pelos mais pobres e abandonados. Amava e era amado pela sua alegria, a sua dedicação generosa, o seu coração universal. Era um místico e um peregrino que vivia com simplicidade e numa maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo. Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior (Laudato Si, n.10, p. 10).

Este ideal descrito na *Laudato sí*, inspirados em São Francisco de Assis irá conduzir o governo da Igreja, no atual Papado. Todos os documentos assinados por Francisco irão nesta direção, do cuidado com o planeta, que chama de “nossa casa comum” e cuidado com os pobres, denominando de “ecologia integral”, que abrange a questão do cuidado com a natureza e a humanidade toda. Quanto a Amazônia, depois dos vários clamores dos bispos, a V Conferência do CELAM em Aparecida, já havia colocado na mesa de debate, mas volta ser pautada pelo Papa Francisco no discurso aos bispos brasileiros e agora na *Laudato si*, assim ele se refere:

Mencionemos, por exemplo, os pulmões do planeta repletos de biodiversidade que são a Amazônia e a bacia fluvial do Congo, ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares. A importância destes lugares para o conjunto do planeta e para o futuro da humanidade não se pode ignorar. Os ecossistemas das florestas tropicais possuem uma biodiversidade de enorme complexidade, quase impossível de conhecer completamente, mas quando estas florestas são queimadas ou derrubadas para desenvolver cultivos, em poucos anos perdem-se inúmeras espécies, ou tais áreas transformam-se em áridos desertos. Todavia, ao falar sobre estes lugares, impõe-se um delicado equilíbrio, porque não é possível ignorar também os enormes interesses económicos internacionais que, a pretexto de cuidar deles, podem atentar contra as soberanias nacionais. Com efeito, há « propostas de internacionalização da Amazônia que só servem aos interesses económicos das corporações internacionais ». É louvável a tarefa de organismos internacionais e organizações da sociedade civil que sensibilizam as populações e colaboram de forma crítica, inclusive utilizando legítimos mecanismos de pressão, para que cada governo cumpra o dever próprio e não-delegável de preservar o meio ambiente e os recursos naturais do seu país, sem se vender a espúrios interesses locais ou internacionais (*Laudato Si*, n.38, p. 31).

No pontificado de Francisco, a Amazônia ganha uma importância muito grande, ele volta seu olhar para a região, como um “guardião”, alguém que quer cuidar, proteger, a *Laudato Si* é escrita a partir de uma experiência vivida por Bergoglio quando presidiu a comissão do

documento da V Conferência, mas também por ser latino americano, alguém próximo que conhece a realidade.

A encíclica *Laudo Si* além de ter inspirado muitas ações em favor de uma ecologia integral dentro e fora da Igreja, porque a ideia do Papa era escrever uma encíclica para toda a humanidade, não apenas para os católicos. Mas para a Igreja católica da Amazônia, esta encíclica teve uma importância inestimável, confirmou muitos dos gritos amazônicos que já vinham sendo escoados. Um deles a criação de um organismo dentro do CELAM específico para a Amazônia. Este apelo foi feito no encontro dos bispos dos países Amazônicos em 2004, confirmado na V Conferência de Aparecida (Doc. Aparecida n. 475), vai ser concretizado sendo inspirado pela *Laudo Sí*.

Em 2014, em Brasília, representantes do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Secretariado da América latina e Caribe da Cáritas – SELACC e a Conferência Latino-Americana e Caribenha de Religiosos e Religiosas – CLAR criam a Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM, a finalidade era construir e fortalecer a rede em defesa da vida, povos e bioma amazônico.

A REPAM nasceu a partir de uma provocação da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, em Aparecida (SP), em que sugeriu no (DAP 475), “criar nas Américas a consciência sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade”. Estabelecer entre as Igrejas locais de diversos países sul-americanos, que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum”. A partir daí inicia-se um diálogo de maturação até a criação da REPAM, em 2014, abraçando a realidade dos nove países que têm a floresta amazônica em seu território: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname (<https://repam.org.br/historia>).



Figura 11 Mapa dos países que compõem a REPAM
 Fonte: site repam: <https://repam.org.br/historia>

A REPAM chega com a ideia de articular esta região dos países a partir dos povos, das suas lutas e dos problemas, em uma rede, procurando fortalecer as ações realizadas em favor da vida na região. Cada país localmente também organiza esta rede, de forma que todos estejam interligados. Inclusive foi composto um refrão, que posteriormente virou uma música: “tudo está interligado como se fossemos um! Tudo está interligado nesta casa comum”. Este refrão da música que virou o hino da *Laudato Si* e da própria REPAM. A letra da música vai definir bem a missão da REPAM.

Apesar de ter sido criada em 2014 na cidade de Brasília, no Brasil, a rede passou a ter sede em Bogotá, na Colômbia, e passou a se estruturar nos 9 países da pan-amazônia. No Brasil a consolidação se deu com a realização de seminários chamados seminários *Laudato si* entre os anos de 2015 a 2017. Ao mesmo tempo em que se refletia a encíclica do Papa, se apresentava a nova organização a REPAM. Foram realizados 15 seminários em toda a Amazônia Brasileira, um deles foi em Manaus em 2016 com a participação de todo o Regional Norte 1 da CNBB. A partir dos seminários foram criados núcleos da rede nas regiões onde ocorreram os seminários. A REPAM no Brasil está presente em 9 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão.



Figura 12 Mapa comparativo do território das igrejas da Amazonia brasileira
Fonte: <https://repam.org.br/historia>

Já com a REPAM se organizando no Brasil, em 2016 acontece o encontro dos bispos da Amazônia legal em Belém. Na ocasião, se reuniram bispos, representantes de padres, diáconos, religiosos, religiosas, leigos e leigas dos seis regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que fazem parte da Amazônia Legal. Como nos demais encontros, fez-se uma análise da realidade política, social, econômica, cultural e religiosa da região, diante desta realidade, “quais as contribuições da Igreja Católica para a promoção e defesa da vida dos habitantes e da biodiversidade?” A partir disso, e à luz dos documentos anteriores, indicar novas perspectivas e estabelecer novos desafios, ou seja, atualizar os encaminhamentos já feitos anteriormente. O presidente da comissão Episcopal para Amazônia que coordenou o encontro, na abertura afirma que “esses encontros sempre visam fortalecer as unidades sem desrespeitar a diversidade da região, é claro”, se refere ainda aos 400 anos de evangelização na Amazônia:

O trabalho missionário da Igreja Católica na Amazônia existe há 400 anos, desde a fundação da cidade de Belém. De lá para cá muito já foi feito e outros tantos desafios ainda precisam ser enfrentados. “A igreja sempre teve presente na história da Amazônia e sempre esteve presente para acompanhamento do povo na história e para ajudar a iluminar o caminho nessa história” (Abertura do II encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal – 2016).

Houve o primeiro encontro da Amazônia legal em 2013 em Manaus, onde os bispos assumiram compromissos. O bispo emérito do Xingu (PA) e presidente do Comitê Brasileiro da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), dom Erwin Kräutler, comenta que ainda há muito o que ser feito para de fato viver os compromissos assumidos em 2013.

Na carta compromisso, os participantes do encontro apresentam os desafios sociais, econômicos, a corrupção, a violência, a migração forçada cada vez mais intensa, a depredação da natureza, desafios que pioraram nos últimos anos. Mas apresentam também os compromissos que a Igreja da Amazônia pretende assumir a partir deste encontro:

Refletindo sobre a realidade social e eclesial, à luz dos novos desafios que a história nos impõe, confirmamos e atualizamos alguns dos compromissos assumidos nos Encontros anteriores. O processo de mudança é constante e acontece de forma mais rápida que no passado. É possível, urgente e vital participarmos ativamente e responsabilmente da nova época que está surgindo para o planeta terra, para a humanidade inteira e também para a Amazônia. Somos semeadores de fé, esperança e amor. O semeador nunca desiste de semear, mesmo quando não sabe se verá os frutos maduros das sementes do bem e da justiça plantadas no chão e regadas com lágrimas, fadigas, corajosa perseverança e paciência evangélica (Carta compromisso II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal – 2016).

A carta que os participantes do encontro emitem, apresenta a importância de sempre estar atentos à realidade, porque ela muda e exige respostas, os problemas do passado permanecem, e se intensificam de forma mais rápida. É necessário que haja persistência e perseverança mesmo diante das situações de ameaças. Há aqui uma referência às situações das

lideranças assassinadas na Amazônia, a perseguição aos que lutam pelos direitos e defendem a vida continuam. Mas mesmo diante disso, os participantes afirmam: “somos semeadores de fé, esperança e amor”. Mesmo diante do sofrimento da morte, da dor, é preciso manter a luta e a esperança. Nesta perspectiva procuram encorajar as lideranças a continuarem a luta pela vida na Amazônia. A REPAM já iniciava aqui o trabalho de organização dos defensores e defensoras de direitos na Amazônia, numa tentativa de apoiar as lideranças ameaçadas.

Na linha dos compromissos, destaca-se a luta dos povos indígenas, a formação dos futuros padres e agentes pastorais da Amazônia. Mas também são denunciadas as ameaças de retirada dos direitos dos povos indígenas, o silenciamento dos grandes meios de comunicação acerca da situação de morte e ameaças a lideranças. Ainda nesta carta, há um agradecimento ao Papa Francisco pela encíclica *Laudato Sí*:

Agradecemos ao Papa Francisco, querido amigo da Amazônia, pelo seu empenho, dedicação, documentos e pronunciamentos, que nos encoraja a uma missão mais ousada em defesa da vida no horizonte de uma ecologia integral (LS 137) (Carta compromisso II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal – 2016).

Observe-se que os participantes do encontro se dirigem ao Papa como “amigo da Amazônia”. Esta relação de amizade, e gratidão será intensificada ainda mais, com a convocação do Sínodo para a Amazônia, que já vinha sendo sonhado também pelos bispos da Amazônia.

A caminhada feita desde o Vaticano II, passando por Medellín, Puebla, Santo Domingo, Aparecida, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com suas assembleias, comissões, inclusive a da Amazônia, criação dos Regionais, pelos Encontros da Igreja Católica da Amazônia ocorridos desde 1952, tendo como ponto central 1972 em Santarém e Manaus em 1974, complementado nos demais encontros, foram embriões para uma assembleia que envolve a Igreja do mundo todo como o Sínodo para a Amazônia. Para completar todo este caminho, vem a eleição do Papa Francisco, um latino-americano, com os mesmos ideais de Igreja, que lança documentos norteadores para este processo, como a *Laudato Si*.

Para Silveira *et. al* (2019) com o Sínodo o Papa Francisco busca reativar o Concílio Vaticano II, reconhecendo as particularidades e as experiências teológicas da Amazônia: promovendo as culturas, evitando a homogeneização cultural, rejeitando a cultura dominante, a busca de uma atividade que ajude a superar o clericalismo na luta por transpor posturas rígidas que não consideram a vida concreta, e, aproximando-se da espiritualidade dos povos indígenas através de catequese e de homilias narrativas que reforcem o protagonismo indígena. A ideia do Sínodo é de assumir a diversidade cultural que soma a unidade da Igreja, pois para o Papa

Francisco a pluralidade é a expressão máxima do legado cristão de mostrar “a beleza deste rosto pluriforme”

Com esta ideia central, além de retomar os caminhos propostos pelo Vaticano II, reafirma as indicações das Conferências Episcopais do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM e ratifica as prioridades assumidas em Santarém (1972) e Manaus (1974). Mas o Papa Francisco com a convocação do Sínodo, também quer fazer com que toda a igreja volte seu olhar para a Amazônia, mas não só a Igreja se não o mundo, também pelas questões ambientais, culturais, sociais, políticas e eclesiais.

Por outro lado, como disse o papa aos Bispos Brasileiros na Jornada mundial da juventude, “A Amazônia é um banco de prova”, a Amazônia tem experiências que precisam ser conhecidas pelo mundo, podendo servir de inspiração, neste sentido, podemos trazer uma reflexão de que o Sínodo não é “para” a Amazônia, mais sim “da” Amazônia. Porque os caminhos novos, não seriam para a Igreja da Amazônia e sim para a Igreja toda.

1.4 A convocação do Papa: outubro 2017

A convocação do Sínodo da Amazônia, sua natureza e objetivos se inserem em um processo histórico experienciado pela Igreja Católica da Amazônia nas últimas décadas. Conforme analisado anteriormente, há um caminho de transformação, passando pelo Concílio Vaticano II, as Conferências Latino-americanas promovidas pelo CELAM, assembléias da CNBB, encontros por regiões, que envolvem a Amazônia. Neste percurso houveram mudanças na organização e na estrutura da Igreja, criação de Regionais, Comissões (Comissão Episcopal da Amazônia), Organismos Eclesiais (REPAM). É necessário levar em conta as mudanças no Governo da Igreja, a eleição do Cardeal Bergoglio em 2013 como Papa, escolhendo o nome de Francisco, em resposta ao apelo do Cardeal Hummes ao dizer “não se esqueça dos pobres”, e ainda a indicação do Cardeal Cláudio Hummes para a Secretaria Geral do Sínodo.

No anúncio do Sínodo feito na Praça São Pedro dia 15 de outubro de 2017, Francisco indica que a convocação para o Sínodo é fruto de um processo:

Acolhendo o desejo de algumas Conferências Episcopais da América Latina, assim como a voz de diversos Pastores e fiéis de outras partes do mundo, decidi convocar uma Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a região Pan-Amazônica, que terá lugar em Roma no mês de outubro de 2019. A finalidade principal desta convocação é encontrar novos caminhos para a evangelização daquela porção do Povo de Deus, sobretudo dos indígenas, muitas vezes esquecidos e sem a perspectiva de um futuro sereno, também por causa da crise da floresta Amazônica, pulmão de importância fundamental para o nosso planeta. Os novos Santos intercedam por este evento eclesial, para que, no respeito da beleza da criação, todos os povos da terra

louvem a Deus, Senhor do universo, e por Ele iluminados percorrem caminhos de justiça e de paz (*Angelus* 15-10-2017 – Papa Francisco).

Os documentos que relatam a trajetória percorrida pela Igreja Católica na Amazônia, confirmam o que diz o Papa na convocação do Sínodo. Para o Cardeal Cláudio Hummes, “é resultado de um processo gradual iniciado em 2013”. Conforme pode ser confirmado nos documentos da Igreja da Amazônia, este processo que leva ao Sínodo para a Amazônia vem sendo construído desde os primeiros encontros dos bispos realizados na região. Na tentativa de responder aos desafios que a região impõe, leva a uma busca de novos caminhos. Conforme ocorrem os encontros surgem os desafios e as indicações para respondê-los.

Hummes, tem papel importante no processo convocatório, pois participou de eventos que antecederam a convocação do Sínodo, coordenou a REPAM, criada em setembro de 2014, que foi incumbida de ajudar, animar e promover a preparação do Sínodo no território Pan Amazônico; foi designado, como o relator geral do Sínodo, apresenta em sua obra o “Sínodo para a Amazônia”:

Um tempo depois, estando em Roma, o Papa me disse em particular: “Dom Cláudio, tenho a ideia de reunir os bispos da Amazônia, talvez num sínodo. Mas a ideia ainda não está madura” (2019, p.9).

O Sínodo dos Bispos foi instituído por Paulo VI em 15 de setembro de 1965 com o *Motu Proprio Apostolica Sollicitudo*. Sua instituição ocorreu no contexto do Concílio Vaticano II, trata de um mecanismo que possibilita ao Papa consultar os bispos sobre determinados temas, regiões, etc. questões da Igreja que precisam ser encaminhadas. A Proposta do Papa, relatada pelo Cardeal Hummes era convocar os bispos com esta finalidade, mas a ideia ainda precisaria ser melhorada.

O Sínodo para Amazônia tinha alguns aspectos que precisam ser melhor entendidos. Pela legislação aprovada em 1965, a organização de um sínodo precisava seguir algumas regras, o decreto conciliar *Christus Dominus* (28 de outubro de 1965) assim descreve o organismo recém-instituído:

“Alguns Bispos das diversas regiões do mundo, escolhidos do modo e processo que o Romano Pontífice estabeleceu ou vier a estabelecer, colaboram mais eficazmente com o pastor supremo da Igreja formando um Conselho que recebe o nome de Sínodo Episcopal. Este Sínodo, agindo em nome de todo o Episcopado católico, mostra ao mesmo tempo que todos os Bispos em comunhão hierárquica participam da solicitude por toda a Igreja” (n. 5).

Conforme o documento prevê, a participação em um Sínodo se dá por representação, alguns bispos das diversas regiões são escolhidos e formam um “conselho”, que ajudarão o Papa a refletir acerca de determinado tema. No Caso do Sínodo especial para a Amazônia, a

ideia do Papa era convocar os bispos da Amazônia, não apenas representantes, mas todos os bispos. Para comportar esta ideia, teria que haver uma reforma neste documento, o que Francisco fez um ano antes do Sínodo para a Amazônia. Em setembro de 2018, houve uma reforma no processo dos sínodos. Através de um novo documento intitulado “Constituição Apostólica *Episcopalis communio*”, renovando profundamente o Sínodo dos Bispos.

As inovações não incidem apenas no Sínodo dos Bispos, convocado pelo Papa, mas insere a sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja em todos os níveis de organização. O Sínodo passa a ser compreendido como um processo articulado em três fases: a fase preparatória, em que se realiza a consulta ao povo sobre os temas indicados; a fase celebrativa, caracterizada pela reunião dos Bispos em assembleia; e a fase de atuação, em que as conclusões do Sínodo aprovadas pelo Papa são acolhidas pelas Igrejas.

Também o Sínodo dos Bispos deve tornar-se cada vez mais um instrumento privilegiado de escuta do Povo de Deus: «Para os Padres sinodais, pedimos, do Espírito Santo, antes de mais nada o dom da escuta: escuta de Deus, até ouvir com Ele o grito do povo; escuta do povo, até respirar nele a vontade de Deus que nos chama». Por isso, embora na sua composição se configure como um organismo essencialmente episcopal, o Sínodo não vive separado do resto dos fiéis. Pelo contrário, é um instrumento adequado para dar voz a todo o Povo de Deus precisamente por meio dos Bispos, constituídos por Deus «autênticos guardiões, intérpretes e testemunhas da fé de toda a Igreja», mostrando-se de Assembleia em Assembleia uma expressão eloquente da sinodalidade como «dimensão constitutiva da Igreja» (*Episcopales Communio* n.6, p. 4).

Esta mudança na legislação que rege os sínodos, foi muito importante para que o Papa Francisco pudesse colocar em prática a ideia compartilhada com Hummes, pois a mudança no documento fez com que tornasse possível a convocação de todos os Bispos da Amazônia, convidar peritos e auditores, bem como se aplicasse o método utilizado nas conferências Episcopais Latino-americanas e nos encontros da Igreja da Amazônia, o método ver julgar e agir.

Além dos Membros, podem participar na Assembleia do Sínodo, como convidados e sem direito a voto, Especialistas (*Periti*), que colaboram na redação dos documentos; Auditores (*Auditores*), que possuem particular competência nas questões a tratar; Delegados Fraternos (*Delegati Fraternali*), pertencentes a Igrejas e Comunidades eclesiais que ainda não estão em plena comunhão com a Igreja Católica. A estes, podem-se juntar alguns Convidados Especiais (*Invitati Speciales*), designados em virtude da sua reconhecida autoridade (*Episcopales Communio* n.6, p. 4).

Para o Francisco o Sínodo Amazônico é um grande projeto eclesial, social e ecológico que visa superar conflitos e redefinir as linhas pastorais, adequando-as aos tempos atuais. Nove países fazem parte da Pan-amazônia: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Segundo Hummes, o sínodo atingiria:

...a região “seu território é compartilhado por 9 países – em termos arredondados 67% pertence ao Brasil, 13% ao Peru, 11% a Bolívia, 6% a Colômbia, 2% ao Equador e 1,1% a Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. O território tem 7,8 milhões de km² [...] e conta com 34 milhões de habitantes, dos quais cerca de 3 milhões são indígenas, 390 povos (137 isolados) 240 línguas de 49 famílias linguísticas. Uma imensa riqueza cultural, histórica, religiosa e étnica, hoje mais do que nunca ameaçada” (2019, p.10).



Figura 13 Mapa da região Pan- Amazonia
Fonte: <https://www.ihu.unisinos.br/588823>

A convocação do Sínodo para a Amazônia em outubro de 2017, corrobora com todo o processo vivenciado pela Igreja da Amazônia, nas últimas décadas. Os caminhos percorridos desde os primeiros encontros, ainda na década de 50, depois 60 culminando com o grande encontro de Santarém de 1972, Manaus 1974 e todos os demais decorrentes deste, demonstram que as questões da Amazônia foram sendo levadas para as mesas de debates: as questões culturais, sociais, ecológicas, religiosas. Todos os temas tratados neste percurso, estão agora postos em debate no centro do poder da Igreja. Porém note-se que este processo se dá dentro uma nova perspectiva, o que anteriormente era feito de fora para dentro, ou seja, os projetos, até mesmo da Igreja vinha pronto, não havia participação alguma dos nativos, dentro desta nova perspectiva, de dentro para fora, as questões começam a ser levantadas a partir do lugar.

Com esta reforma no documento legislador dos Sínodos, esta metodologia ganha força, tanto que o Sínodo, sendo fruto deste processo que vem dos “gritos vindos da Amazônia”, ainda assim, na convocação feita pelo papa, ele faz questão de dizer que há a necessidade de escutar o “povo de Deus” presente no território.

2. O processo: “da imposição a escuta”

O Papa Francisco, ao convocar o Sínodo para a Amazônia com o tema novos caminhos para Igreja e para uma Ecologia Integral, em outubro de 2017, convida a “escutar os povos da Amazônia”, uma escuta ampla, integral, não apenas questões religiosas deveriam ser ouvidas, senão todos os aspectos da vida. O Papa inaugurou o processo preparatório do Sínodo em uma visita a Puerto Maldonado no Peru no dia 19 de janeiro de 2018, dizendo que estava ali para escutar. Ocorrendo a primeira assembleia de escuta dos povos Amazônicos. Francisco se dirige aos povos citando suas etnias e em tom de agradecimento.

Vejo que viestes dos diferentes povos originários da Amazônia: Harakbut, Esse-ejas, Matsiguenkas, Yines, Shipibos, Asháninkas, Yaneshas, Kakintes, Nahuas, Yaminahuas, Juni, Kuin, Madijá, Manchineris, Kukamas, Kandozi, Quichuas, Huitotos, Shawis, Achuar, Boras, Awajún, Wampis, entre outros. Vejo também que nos acompanham povos originários dos Andes que chegaram à floresta e se fizeram amazônicos. Muito desejei este encontro. Quis começar daqui a visita ao Perú. Obrigado pela vossa presença e por nos ajudardes a ver mais de perto, nos vossos rostos, o reflexo desta terra. Um rosto plural, duma variedade infinita e duma enorme riqueza biológica, cultural e espiritual. Nós, que não habitamos nestas terras, precisamos da vossa sabedoria e dos vossos conhecimentos para podermos penetrar – sem o destruir – no tesouro que encerra esta região, ouvindo ressoar as palavras do Senhor a Moisés: «Tira as tuas sandálias dos pés, porque o lugar em que estás é uma terra santa» (Ex 3, 5).

Deixai-me dizer mais uma vez: Louvado sejais, Senhor, por esta obra maravilhosa dos povos amazônicos e por toda a biodiversidade que estas terras contêm! (Encontro com os povos da Amazônia: discurso do Santo Padre, p.1).

Ao se dirigir aos representantes dos povos ali presentes, Francisco procura nomeá-los, identificando os que é possível, e num tom de agradecimento e de louvor, agradece a presença, reconhece a diversidade existente e a necessidade de respeitá-los. Em menção a um texto bíblico, diz que está pisando num solo sagrado, por isso, deve tirar as sandálias. O início do Sínodo para a Amazônia, inaugurado pelo Papa Francisco, marca uma nova forma de ver e reconhecer os povos amazônicos.

Em seu discurso, Francisco reconhece que há uma grande ameaça aos povos originários, segundo ele “nunca os povos originários amazônicos estiveram tão ameaçados nos seus territórios quanto estão agora”. As ameaças que fala o Papa estão ligadas às frentes exploratórias com interesses econômicos das riquezas existentes na região, ressalta que existem inclusive projetos que se apresentam como protetores, mas por detrás estão grandes interesses que visam a exploração dos territórios.

O Papa se põe em uma atitude de escuta respeitosa, sentou-se entre os chefes e sábios daqueles povos. Os indígenas falaram primeiro e o Papa discursou, afirmando sua solidariedade em defesa da vida, terra e cultura, propondo um diálogo intercultural onde os indígenas seriam

os principais interlocutores, inclusive para a inculturação da Igreja nas suas culturas (uma Igreja com rosto amazônico, uma Igreja com rosto indígena). Em seu discurso Francisco, afirmou:

A cultura dos nossos povos é um sinal de vida. A Amazônia, além de constituir uma reserva da biodiversidade, é também uma reserva cultural que deve ser preservada face aos novos colonialismos. A família é – como disse uma de vós –, e sempre foi, a instituição social que mais contribuiu para manter vivas as nossas culturas. Em períodos de crises passadas, face aos diferentes imperialismos, a família dos povos indígenas foi a melhor defesa da vida. Exige-se-nos um cuidado especial para não nos deixarmos prender por colonialismos ideológicos mascarados de progresso, que entram pouco a pouco dilapidando identidades culturais e estabelecendo um pensamento uniforme, único e... débil. Escutei os idosos, por favor. Têm uma sabedoria que os põe em contacto com o transcendente e faz-lhes descobrir o essencial da vida. Não esqueçamos que «o desaparecimento duma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento duma espécie animal ou vegetal». E a única maneira de as culturas não se perderem é manter-se dinâmicas, em constante movimento. Como é importante o que nos diziam Yésica e Héctor: «Queremos que os nossos filhos estudem, mas não queremos que a escola cancele as nossas tradições, as nossas línguas, não queremos esquecer-nos da nossa sabedoria ancestral!» (Encontro com os povos da Amazônia: discurso do Santo Padre, p.4).

Neste trecho do discurso, o Papa procura valorizar a diversidade cultural ali presente, traz falas de lideranças indígenas que discursaram antes dele, demonstrando sua concordância com o pensamento apresentando. Na dinâmica do encontro os povos amazônicos, o Papa fez questão de primeiro ouvir as lideranças e só depois se dirigiu a elas, ouviu os desafios, as dificuldades, as experiências, depois fez suas colocações, valorizando o que ouviu. Destacou as experiências dos povos da Amazônia, para ele é justo que se reconheça as experiências exitosas que surgem das realidades e organizações locais, tornando a comunidade a guardiã da casa comum que se revertem em benefícios às famílias. Denunciou tudo aquilo que destrói a vida dos povos. Tudo isto a partir do que foi relatado pelas lideranças.

O Papa não trouxe discurso pronto, ele ouvir para depois se manifestar. Esta dinâmica do Sínodo para a Amazônia se torna um diferencial no processo, porque é a partir “destas escutas” que será posteriormente elaborado o documento final do Sínodo e a exortação pós sinodal Querida Amazônia. Francisco concluiu seu discurso afirmando:

Confio na capacidade de resistência dos povos e na vossa capacidade de reação perante os momentos difíceis que vos toca viver. Assim o tendes demonstrado nas diferentes batalhas da história, com as vossas contribuições, com a vossa visão diferenciada das relações humanas, com o meio ambiente e com a vivência da fé (Encontro com os povos da Amazônia: discurso do Santo Padre, p.5).

Assim o Papa dá início a primeira fase do Sínodo para a Amazônia, a “escuta do povo de Deus”, ele próprio ouvindo as lideranças dos povos Amazônicos. Esta experiência na Amazônia será o “banco de prova para a Igreja”, conforme ele havia falado aos Bispos Brasileiros por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em 2013 no Brasil.

2.1 Comissão preparatória – Conselho pré-sinodal

Para colaborar no processo de preparação do Sínodo, o Papa Francisco convocou uma equipe de trabalho que denominou Conselho Pre-sinodal, composto por 18 membros, sendo 5 do Brasil, 2 de Roma, 2 do Peru, 1 do Paraguai, 1 da Argentina, 1 do Suriname, 1 da Venezuela, 2 do Equador, 1 da Bolívia 1 Colômbia. Destes 1 mulher. Para colaborar com este conselho, foram convidados alguns peritos entre os quais Marcia Oliveira (brasileira) e Justino Sarmiento (padre indígena brasileiro de São Gabriel da Cachoeira).



Figura 14 Integrantes do Conselho Pré- Sinodal
Foto: Secretaria do Sínodo

Esta comissão foi responsável pela organização do processo do sínodo, elaborou o documento preparatório, utilizado no processo de escuta, a colaboração dos Peritos, com destaque para a leiga Márcia Oliveira, Socióloga, professora, juntamente com Justino Sarmiento, padre indígena, mas com formação acadêmica em antropologia. .

Nos debates, foi discutida a importância da Região Pan-Amazônica para todo o planeta, levando em consideração a questão da “casa comum”, a crise ecológica e a necessidade de uma ecologia integral, baseada na *Laudato Si*. No campo eclesial se discutiu a situação pastoral do território e a busca de novos caminhos, tendo em conta a diversidade cultural, em particular os indígenas. Esta reflexão deu a linha para o documento preparatório, e definiu a escolha do tema geral do sínodo, orientando todo o processo de escuta. O Papa participou das reuniões da comissão (Comunicado Oficial à Imprensa feito pelo Vaticano) .

O Programa do Sínodo para a Amazônia, conforme as fases propostas no documento Episcopales Communio, ficou assim definido.

1. CAMINHO PERCORRIDO

1.1. Fases que já realizamos:



Figura 15 Caminhos percorridos do Sínodo

Foto: REPAM

A Comissão que colaborou no processo metodológico, na elaboração dos textos orientadores, nas questões levantadas para orientar o processo da escuta, sobretudo os peritos que vinham do próprio território Amazônico, puderam contribuir, nos processos de escutas.

2.2 É preciso ouvir a todos!

O Papa Francisco no processo do Sínodo para a Amazônia, a partir da escuta dos povos Amazônicos, reconhece que é preciso “voltar às origens, é preciso aprender dos povos Amazônicos”. O Pontificado de Francisco é marcado pela dinâmica da escuta, o Sínodo para a Amazônia foi um grande teste, o próprio Papa realizou a primeira escuta aos povos indígenas da Amazônia, por ocasião de sua visita a Puerto Maldonado, no Peru, em janeiro de 2018.

O processo de escuta foi orientado pelo documento preparatório, que estava subdividido em três partes:

Este Documento Preparatório está dividido em três partes correspondentes ao método “ver, julgar (discernir) e agir”. Ao final do texto, encontram-se perguntas que permitem o diálogo e a progressiva aproximação à realidade e à expectativa regional de uma “cultura do encontro” (EG 220). Os novos caminhos para a evangelização e para modelar uma Igreja com rosto amazônico passam pelas veredas dessa “cultura do encontro” na vida cotidiana, “em uma harmonia pluriforme” (EG 220) e “sobriedade feliz” (LS 224-225), como contribuições para a construção do Reino (Doc. Preparatório 2018, n. 5, p.6).

A partir deste documento orientador, procurou-se fazer uma escuta bastante ampla, na primeira parte, o ver intitulado “Identidade e clamores da Pan-Amazônia”. Analisou o território, a diversidade sociocultural, a identidade dos povos indígenas, a memória histórica eclesial, a justiça e direito dos povos e a espiritualidade e sabedoria dos povos amazônicos. A segunda parte, o julgar (discernir), traz o tema da conversão pastoral e ecológica, para isso trabalha os temas: anúncio do evangelho de Jesus na Amazônia em cinco dimensões: bíblico teológica, social e ecológica, sacramental e eclesial-missionária. Na terceira parte, o agir é trabalhado a temática dos novos caminhos buscando uma Igreja com rosto amazônico, trazendo a dimensão profética, os ministérios com rosto amazônico e os novos caminhos.

A última parte do documento apresenta o questionário orientador para a escuta, subdividido em três partes. A primeira, buscando saber sobre as ameaças ao território e as culturas, os cuidados da casa comum, as contribuições das culturas para a Igreja e para a sociedade, construir uma Igreja com rosto amazônico, os processos de organização dos povos, respostas da Igreja a sociedade, atuação em defesa da vida e sugestões de outras questões.

A segunda parte do questionário, traz questões sobre a esperança, ecologia integral a partir da Laudato Sí, aplicação do “evangelho”, práticas das comunidades, iniciativas realizadas para o cuidado com a vida, as características da cultura que podem possibilitar o anúncio do evangelho, o que pode mudar para melhorar as celebrações e sacramentos, testemunho de comunitários, o que o evangelho inspira para o cuidado com a vida.

A terceira e última parte do questionário, trata de temas diversos: a igreja que sonhamos, igreja em saída, espaços de expressão dos povos da amazônia, a falta de padres, valorização dos leigos e leigas, a profecia na Amazônia, características dos missionários e religiosos, serviços e ministérios com rosto amazônico, valorização e participação das mulheres, diálogo inter-religioso e comunicação.

Este documento preparatório foi utilizado nas atividades realizadas. Em boa parte das atividades foi utilizado integralmente, em outras utilizou-se apenas as partes que interessavam ao grupo ouvido. Desta forma o processo foi se dando, procurando ouvir a todos os países da Pan-Amazônia.

O Sínodo para a Amazônia realizou a maior escuta já feita pela Igreja, o processo foi marcante e histórico, pois a metodologia utilizada era muito diferente da forma com que a Igreja Católica costumava fazer na região, apesar de já ter uma experiência de participação popular desde a década de 1965 com o Vaticano II, intensificado nos encontros da Igreja da Amazônia, mas este formato de escuta aplicado no Sínodo foi mais amplo. A escuta realizada procurou envolver a todos, não apenas os católicos, a ideia era incluir todos independente de religião, daí o envolvimento de instituições, faculdades, povos, organizações... segundo um quadro de escutas apresentado pela REPAM, houve uma diversidade de escutas, que vai desde rodas de conversas com pequenos grupos, até assembléias e seminários com grandes públicos.



Figura 16 Atividades de escuta realizadas por países
FOTO: REPAM

Este quadro demonstra algumas das atividades realizadas, mas este processo se multiplicou, pois além das atividades promovidas pela REPAM, as dioceses e Prelazias da Pan-Amazônia realizaram atividades de escutas. Os relatórios das escutas eram encaminhados para uma equipe da REPAM ou das Conferências Episcopais Nacionais que prepararam a síntese das escutas e encaminharam para a Secretaria Geral do Sínodo. A partir das atividades realizadas pela REPAM, o quadro demonstrativo dos participantes do processo, é o seguinte:

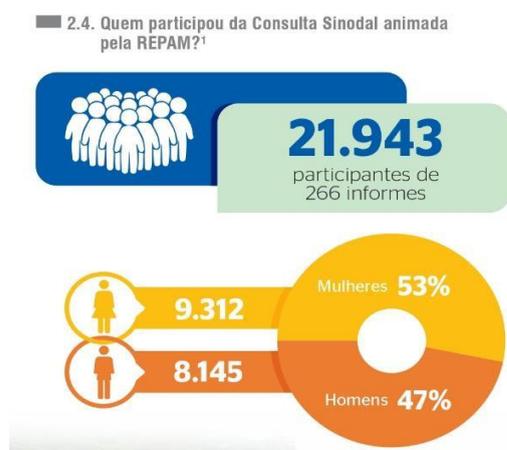


Foto: REPAM

Figura 17 Participantes do processo de escuta

Estes números demonstram uma realidade que aparecerá posteriormente no *'Instrumentum Laboris'*, a presença e a participação das mulheres, também o Papa Francisco dará uma atenção a estes dados quando da convocação para a segunda fase, a Assembleia Sinodal em outubro de 2019.

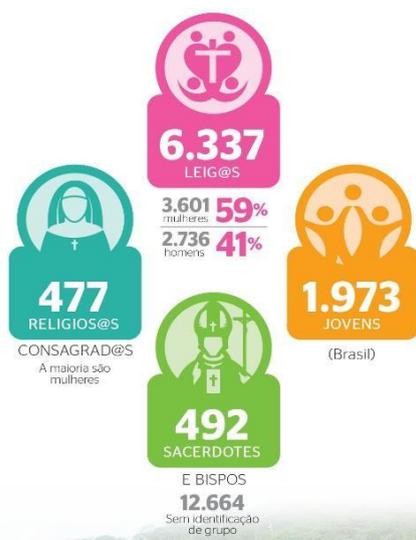


Figura 18 Participantes do processo de escuta

Foto: REPAM

Este quadro detalha ainda mais o público que participou diretamente das atividades de escuta, entre leigos, religiosos, religiosas, bispos, sacerdotes e jovens, estes estão ligados a própria estrutura da Igreja, mais aparece um número bastante considerável não identificados, estes são parte da Amazônia que podem ter participado do processo de escuta, porém não ter vínculo com a Igreja, mas se interessou pelo processo e participou.

O número registrado pela REPAM dão conta de que mais de 80 mil pessoas participaram diretamente das atividades de escuta organizadas apenas por este organismo, se levarmos em conta que houveram outras organizações envolvidas no processo de escuta, poderemos chegar a números bem maiores.

Outro aspecto importante a ser relatado neste processo, foi a participação das populações indígenas. Segundo o relatório da REPAM:

A partir dos informes recebidos, registrou-se a participação de lideranças dos povos originários que representaram 172 povos diferentes da região Pan-Amazônica. Isso representa 44% do total de povos indígenas da região, tendo em vista a informação do documento preparatório do Sínodo, que menciona a existência de 390 povos na Pan-Amazônia (Informe Processo de Escuta – REPAM p. 11).

Além das populações indígenas, a REPAM registrou a participação dos ribeirinhos, quilombolas (brasil) e afrodescentes (demais países), sindicatos de trabalhadores rurais, seringueiros, pescadores, coletivos de mulheres e quebradeiras de coco. Conforme sonhado no início do processo, apesar da escuta não ter alcançado todos os habitantes da Pan-Amazônia, foi um grande processo, que envolveu muitas pessoas.

Os documentos frutos deste processo, apesar de sofrerem modificações por parte das lideranças da Igreja, são fruto deste imenso esforço do território Amazônico. O documento preparatório convida a um processo cuidadoso, para que respeite e valorize os povos, as culturas e o jeito de viver dos amazônidas.

A nossa linda Amazônia se constitui em impressionante inspiração para o conhecimento, a utilização e a defesa das mais variadas formas de vida. Vida humana e vida natural, na Região da maior biodiversidade do nosso Planeta Terra. Evangelizar na Amazônia, pois, é um conceito muito ligado com o cuidado com a vida e o cuidado da “nossa casa comum”, o Planeta (Papa Francisco). E esse cuidado requer contemplação, preocupação e compromisso. Nessa realidade tão plural da Amazônia, precisamos aguçar urgentemente nosso olhar amoroso, que contempla e admira a vida das pessoas e da mãe natureza no contexto da Amazônia e do Planeta, louvando o Criador por cada nova descoberta; nosso olhar cuidadoso, que se preocupa com os problemas encontrados na vida das pessoas e do ambiente natural, pedindo perdão pelas fragilidades e busca soluções em favor da vida; nosso olhar esperançoso, que acredita ser possível cuidar da qualidade de vida em todas as suas dimensões. Por isso organiza a esperança com ações pessoais e comunitárias de curto, médio e longo prazos pensando nas atuais e nas futuras gerações (doc. Preparatório, p. 57).

O convite feito leva em conta três olhares: amoroso, cuidadoso e esperançoso. Estes olhares convidam a uma metodologia diferente, uma realidade que vive um contexto de exploração, que não costuma ser envolvida nos processo, agora participa ativamente, ganha direito e lugar de fala, de fato aqui constatamos a grande novidade do Sínodo para a Amazônia. O lugar de fala!. Ainda precisa avançar, por exemplo, apesar de passar por um processo de escuta, a decisão será tomada por um grupo “seleto”, uma “elite”, mais que pela resistência e teimosia das lideranças envolvidas do processo, respeitarão, de certa forma, os sonhos e os anseios dos povos da amazônia.

3. A assembleia sinodal

A segunda fase do Sínodo para a região pan-amazônica se dá em Roma no período de 6 a 27 de outubro de 2019. Recordando a mensagem do Papa, no “*Angelus*” do dia 15 de outubro de 2017, o objetivo principal é identificar novos caminhos para a evangelização daquela porção do Povo de Deus, especialmente dos indígenas, frequentemente esquecidos e sem perspectivas de um futuro sereno. Decorreu a partir da fase de escuta, conforme queria Francisco, foi um período amplo que pode escutar os povos da Amazônia, produzindo um documento de trabalho com as “vozes amazônicas”.

Segundo a REPAM, o processo do Sínodo é uma oportunidade para “conhecer” a riqueza do bioma, os saberes e a diversidade dos Povos da Amazônia, especialmente dos povos indígenas, suas lutas por uma ecologia integral, seus sonhos e esperanças”. Possibilita “reconhecer” as lutas e resistências dos Povos da Amazônia que enfrentam mais de 500 anos de colonização e de projetos desenvolvimentistas marcados pela exploração da floresta e dos recursos naturais. O processo de preparação, possibilitou “conviver” com a Amazônia, com o modo de ser de seus povos, com seus recursos de uso coletivo compartilhados num modo de vida adotado milenarmente. Por fim, oportuniza “defender” a Amazônia, seu bioma e seus povos ameaçados (www.repam.org.br).

Muito se questionou porque um Sínodo para a Amazônia realizado em Roma e não na Amazônia? O próprio Papa na sua eleição em 2013, diz que pretende “trazer para o centro as periferias do mundo”. O fato da assembleia sinodal ocorrer em Roma, traz uma carga de significados, é o centro do poder da Igreja, está no continente europeu, que desenvolveu o processo de colonização, por outro lado, a Amazônia passa a ser pauta no mundo, seja pelos seus defensores, seja pelos seus algozes. Neste sentido a ideia é levar a Amazônia para o centro.

Na primeira fase do Sínodo, no processo de escuta se detectou também que o sínodo além de ser fruto de um caminho já vivido pela Igreja da Amazônia, de ter como documento norteador a *Laudato Si'*, depois de escutar os povos indígenas e as comunidades que vivem na amazônia, precisa avançar, confirmando caminhos já percorridos, e buscando novos. A partir da primeira fase, do processo de escuta, se chegou ao segundo documento “*Instrumentum Laboris*”, que será utilizado como documento principal da Assembleia Sinodal.

3.1 Convocados e convidados

A convocação dos participantes se dá de acordo com o que determina a “*Episcopales Communio*”, a composição do sínodo segue a seguinte forma:



Figura 19 Composição da Assembleia do Sínodo

Fonte: CNBB

Seguindo o documento orientador dos Sínodos, os participantes do sínodo são: O Papa Francisco, 114 bispos, 56 auditores (entre padres, diáconos, religiosos, religiosas, leigos e

leigas), Secretário Geral da ONU, Cardeal Cláudio Hummes (Relator e presidente da Comissão do Documento Final), 13 Cardeais que exercem funções na Cúria Romana (órgãos da administração), 40 mulheres (grupos étnicos locais), Presidentes delegados (Card. Baltazar Enrique Porras Cardozo, Card. João Bras de Aviz e Card. Pedro Ricardo Barreto Jimeno), Secretário Geral (Card. Michael Czerny e Mons. David Martínez de Aguirre Guinea), todos recebem a convocatória do Papa.

Deste grupo, apenas os denominados “padres sinais”, grupo composto pelo Papa, cardeais, bispos, superiores religiosos masculinos detinham o direito de voto, os demais possuíam apenas o direito de fala. Desta forma, nos momentos de debates, sugestões, apresentação de proposições, todos podiam manifestar-se, dentro da dinâmica estabelecida. Primeiro havia a necessidade da apresentação por escrito, da proposta, ser entregue à comissão e a partir da inscrição, era concedido um tempo de fala para apresentar a proposta. No momento das votações, que ocorriam de modo eletrônico, apenas os padres sinodais votavam. De acordo com a Constituição Apostólica “*Episcopalis Communio*”:

Os Bispos reunidos no Sínodo representam antes de mais nada as próprias Igrejas, mas têm em conta também as contribuições das Conferências Episcopais que os designaram fazendo-os portadores dos seus pareceres sobre as questões a tratar. Eles exprimem assim o voto do Corpo hierárquico da Igreja e, de algum modo, o do Povo cristão de quem são os Pastores» (n.6, p.4).

De acordo com este documento, os padres sinodais são como que “porta vozes” dos demais. Por outro lado, há ainda uma outra questão que envolve este tipo de voto. Segundo a constituição apostólica: “Por conseguinte, o voto dos Padres sinodais, «se moralmente unânime, tem um peso qualitativo eclesial que supera o aspecto simplesmente formal do voto consultivo (n.7, p.5)”.

Neste caso o voto dos participantes do Sínodo, pode ser consultivo, tendo o Papa a autoridade final de decidir. Nesta questão, surgem críticas e divergências, pois de um lado, pode ocorrer que esteja sendo tratado temas relevantes que podem ter pessoas diretamente envolvidas participando e não terem direito a voto, como foi o caso da questão das mulheres na Igreja, muitas questões foram colocadas em discussão, e votação, na discussão as mulheres presentes participaram, mas não puderam votar. Aliás, somente os homens tiveram poder de voto, enquanto as mulheres tiveram apenas o direito a voz. Isso fez com que ocorresse muitos questionamentos e debates durante a assembleia sinodal.

3.2 O “*Instrumentum Laboris*” - Instrumento de trabalho – fruto do processo de escuta

O material utilizado na Assembleia sinodal foi o “*Instrumentum Laboris*”, documento fruto de todo o processo de escuta. Na dinâmica do Sínodo, posterior à primeira fase, elabora-se o documento de trabalho, a primeira versão foi devolvida novamente às bases, para uma averiguação se o que tinha sido sugerido estava contido no documento, havendo alguma possibilidade de correções. Concluindo a primeira fase do Sínodo, passando a segunda que é a Assembleia onde se fará uma reflexão do que foi escutado, far-se-á complementação, para a confecção de um documento final que será votado pelos padres sinodais. Este documento está assim dividido:

O Instrumentum Laboris consta de três partes: a primeira, o ver-escutar, se intitula A voz da Amazônia, e tem a finalidade de apresentar a realidade do território e de seus povos. Na segunda parte, Ecologia integral: o clamor da terra e dos pobres, aborda-se a problemática ecológica e pastoral; e na terceira parte, Igreja profética na Amazônia: desafios e esperanças, a problemática eclesiológica e pastoral (*Instrumentum Laboris* n.4, p. 8).

Como podemos constatar, o método deste Sínodo é o ver, julgar e agir, a partir do processo de escuta realizado durante o ano de 2018, se chegou, com a colaboração dos peritos convocados pelo Papa, entre os quais a maioria são homens e mulheres da amazônia, ou que estão atuando na região. No processo se procurou olhar as realidades diversas, reconhecer as potencialidades, os caminhos percorridos, a história, a cultura dos povos, os desafios enfrentados e a enfrentar, a inspiração para discernir esta realidade, e as possibilidades de encontrar caminhos advém dos documentos lançados anteriormente pelo próprio Papa Francisco, assim se estrutura este documento de trabalho.

Desta maneira, a escuta dos povos e da terra por parte de uma Igreja chamada a ser cada vez mais sinodal, começa entrando em contato com a realidade contrastante de uma Amazônia repleta de vida e sabedoria. Continua com o clamor provocado pela desflorestação e pela destruição extrativista, que reclama uma conversão ecológica integral. E conclui com o encontro com as culturas que inspiram os novos caminhos, desafios e esperanças de uma Igreja que deseja ser samaritana e profética através de uma conversão pastoral. Seguindo a proposta da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), o documento se estrutura com base nas três conversões às quais nos convida o Papa Francisco: a conversão pastoral, a qual nos chama através da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (ver-escutar); a conversão ecológica, mediante a Encíclica *Laudato Si'*, que orienta o rumo (julgar-atoar); e a conversão à sinodalidade eclesial, através da Constituição Apostólica *Episcopalis Communio*, que estrutura o caminhar juntos (julgar-atoar). Tudo isto, num processo dinâmico de escuta e discernimento dos novos caminhos, ao longo dos quais a Igreja na Amazônia anunciará o Evangelho de Jesus Cristo durante os próximos anos. (*Instrumentum Laboris* n.5, p. 8).

Já na apresentação do documento de trabalho, foi dito pelo relator que este documento pode também ser chamado de documento “*martir*”, ou seja, é um documento fadado a desaparecer para dar lugar ao resultado de todo o processo que será conhecido ao final da assembleia sinodal.

3.3 A dinâmica do Sínodo e a aprovação do documento final - um olhar a partir de dentro.

A dinâmica do Sínodo foi definida pela Constituição Apostólica “*Episcopalis Communio*” que prevê três fases: a primeira fase o processo de escuta já realizada a partir da convocação, da constituição da comissão preparatória, do processo de escuta e da elaboração do “*Instrumentum Laboris*”. A segunda fase é a assembleia Sinodal, nesta fase o Papa convocou os participantes, que dos dias 06 a 27 de outubro de 2019 se reunirão em Roma.

Os trabalhos iniciaram dia 06 de outubro com uma celebração de abertura na Basílica de São Pedro, seguindo para as atividades na sala sinodal (assim chamada). Neste lugar, foi apresentado pelos relatores, presidido pelo Cardeal Hummes os indicativos do processo de escuta (*Instrumentum Laboris*), esta equipe delineou os principais temas de debate na sala para todos os participantes, posteriormente, o grupo foi subdividido de acordo com a temática nos Círculos Menores (grupos), onde houve os debates e as indicações de ideias para o documento final.

Os trabalhos eram divididos em duas partes, uma de forma conjunta na sala, onde, por inscrição anterior, cada um, em um tempo de quatro minutos apresentava as ideias, havia ainda momentos para temas livres, cada participante poderia pedir a palavra para se pronunciar. Por orientação do próprio Papa, após algumas falas, deixava um tempo de silêncio para refletir sobre o que foi falado.

Esta dinâmica proporcionou falas em diversas linhas de temas e pensamentos, que enriqueceu ainda mais a Assembleia Sinodal. Mesmo os participantes que não tinham direito a voto, tendo o direito à fala, aproveitavam para apresentar propostas, questionamentos acerca de temas “espinhosos” para a igreja ao longo da história. Estas falas, posicionamentos não aparecem no documento final, tampouco, na “Exortação Pós Sinodal Querida Amazônia”, mas estão contidas nos anais da história do Sínodo e na memória dos que participaram. Joviniano S. de Carvalho Neto, no artigo O Sínodo da Amazônia – um acontecimento definidor, publicado no Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 249, p. 33-62, jan./abr., 2020 fez um levantamento

em jornais e revistas publicados no período do Sínodo e detectou que vários participantes relataram o que viveram e falaram durante a assembleia.

A fala de Anitalia Pijachi Kuyuedo, 40´ indígena, líder dos Okaira – Muina Murui, da fronteira da Colômbia com Tabatinga (AM), cuja foto com o Vaticano ao fundo, ilustra a matéria. “Qual o medo que vocês têm das mulheres? Vou dizer algo a cada um dos homens sentados: se vocês podem ver a luz do dia, o seu rosto raspou a vagina de uma mulher. E se não fizeram isso, deixaram uma marca impagável no ventre de uma mulher. E mesmo assim, os amamos. Não se esqueçam de onde vieram [...] E nos deem o lugar que merecemos”. Recebeu calorosos aplausos e um bispo assinalou que fora a primeira mulher, indígena, que, neste cenário, em milhares de anos, pronunciou a palavra vagina. Pijachi, auditora no sínodo, estava indignada com as falas iniciais dos bispos contra a criação de um ministério oficial para as mulheres. A matéria anuncia, ainda, que participantes ouvidas pela FOLHA avaliaram que o sínodo avançará ao ampliar a voz feminina, ressaltando que o direito a voto continua reservado aos padres sinodais. Cita nominalmente duas brasileiras, a irmã Roseli Bertoldo, auditora, e a socióloga Márcia Maria de Oliveira, da Universidade Federal de Roraima, que fora a mulher entre os 5 especialistas que elaboraram o documento preparatório do sínodo e era umas das 5 peritas (de 25) que o acompanhavam (p.51).

Esta reportagem, em que se baseia Neto, dá uma ideia dos temas tratados durante as falas livres, temas que para a Igreja não é tão fácil de ser debatido, ou tratado, mas que vinham à tona durante a assembleia sinodal, fruto desta dinâmica metodológica desenvolvida. Para muitos dos bispos e cardeais presentes na sala, foi duro ouvir estas palavras, nos bastidores esta fala perdurou alguns dias, sobretudo quando se tratava da participação das mulheres nas decisões da Igreja.

Os Círculos Menores (grupos) apresentaram as suas contribuições que, juntamente com as intervenções dos participantes, permitirão ao Relator Geral, conjuntamente com os Secretários Especiais, prepararem a primeira versão do Documento Final do Sínodo. Depois de várias correções, complementos, se chegou ao documento final.

A votação do documento se deu a partir de uma redação final proposta pela comissão de redação, presidida pelo Cardeal Cláudio Hummes, que apresentou o texto, e pôs em votação. O processo de votação foi eletrônico, os padres sinodais votaram número por número, e ao final de cada bloco votavam o bloco inteiro. Ao término da votação, houve uma votação do documento todo. Os pontos mais críticos do documento foram os temas que tratavam das mulheres e da ordenação de homens casados, estes dois pontos não houve consenso, a votação foi por maioria. Nos demais pontos, a votação foi por unanimidade. A versão final foi aprovada praticamente por unanimidade (relatório final do Sínodo). Ao final foram eleitos os conselheiros, segundo Neto (2020):

Foram eleitos 13 conselheiros e o Papa nomeou mais 3. Dos 4 brasileiros, 2 o autor identifica como identificados com a TL – o bispo emérito do Xingu, D. Erwin Kratler e o presidente do CIMI e bispo de Porto Velho, D. Roque Paloschi. Os outros 2 são o Cardeal Cláudio Hummes, relator geral do sínodo, (grifo nosso) e o bispo de Belém. Anunciou que, no dia 28, o seguinte ao encerramento, seria aberta, no Museu do

Vaticano, a exposição. “Mater Amazônia”, que inclui o espaço para homenagear lideranças assassinadas na região como Dorothy Stang.

Ao final das votações, Francisco agradece o empenho no processo e disse que “estamos no caminho, num bom caminho”. O aprendizado deste sínodo mostra que a experiência do “caminhar juntos”, que é a proposta central de um Sínodo, leva a um processo de aprendizado para escutar e discernir. Antecipando ali naquele discurso, a ideia de tratar a temática da sinodalidade em um próximo Sínodo (Discurso de encerramento do Papa Francisco).

4. Do documento final a exortação apostólica

Conforme a tradição da Igreja Católica, após um Sínodo, a partir do Documento Final aprovado pelos padres sinodais, o Papa publica um documento conclusivo chamado Exortação Pós Sinodal, que comunicará as decisões tomadas, e os caminhos que a Igreja irá percorrer, o Documento Final fica como um documento de memória, o documento oficial é a Exortação Papal. No caso do Sínodo para a Amazônia, essa lógica mudou, Francisco apresenta a Exortação, mas também valida o Documento Final, de forma que o Sínodo para Amazônia tem dois documentos considerados oficiais pela Igreja, o Documento Final e a Exortação pós sinodal.

4.1 A escuta converte: Valorizando o que se ouviu e confirmando os caminhos

O documento final é apresentado em forma oficial e conclusiva, contendo introdução cinco capítulos e a conclusão. Na introdução é colocada a experiência dos participantes do sínodo:

Depois de um longo caminho sinodal de escuta do Povo de Deus na Igreja da Amazônia, inaugurado pelo Papa Francisco durante sua visita à Amazônia, em 19 de janeiro de 2018, o Sínodo foi realizado em Roma, num encontro fraterno de 21 dias, em outubro de 2019. O clima foi de trocas abertas, livres e respeitadas entre bispos, pastores da Amazônia, missionários e missionárias, leigos e leigas, e representantes dos povos indígenas da Amazônia. Fomos testemunhas participantes de um evento eclesial marcado pela urgência do tema que conclama abrir novos caminhos para a Igreja no território. Se compartilhou um trabalho sério em um clima marcado pela convicção de escutar a voz presente do Espírito Santo (Documento final, 2019, n. 1, p. 9).

Mesmo com as calorosas discussões no decorrer do sínodo observadas pelos participantes, o documento relata que houve um clima de fraternidade e trocas abertas. De fato,

quando se observa os relatos feitos pelos participantes em reportagens, entrevistas, percebe-se que mesmo diante das divergências de pensamentos, se chegou a um consenso, o documento é fruto de um caminho de escuta, de debates, de construção. Contou com a participação de milhares de mãos, mesmo com apenas cerca de 200 pessoas presentes na sala sinodal, se for levado em conta o processo, se chegará a conclusão que é um documento amplo, que abarca anseios e sonhos de vários lugares da Amazônia, apesar de nem todos estes anseios e sonhos terem sido aprovados, ou contemplados, mesmo assim, é um documento amplo.

Ainda na introdução, é destacada a a integração entre a escuta do povo e a voz dos líderes da Igreja:

A celebração do Sínodo conseguiu destacar a integração da voz da Amazônia com a voz e o sentimento dos pastores participantes. Foi uma nova experiência de escuta para discernir a voz do Espírito Santo que conduz a Igreja a novos caminhos de presença, evangelização e diálogo intercultural na Amazônia. A afirmação, que surgiu no processo preparatório, de que a Igreja era aliada do mundo amazônico, foi fortemente confirmada. A celebração termina com grande alegria e esperança de abraçar e praticar o novo paradigma da ecologia integral, o cuidado da “casa comum” e a defesa da Amazônia (Documento final, 2019, n. 4, p. 12).

O primeiro capítulo, “Amazônia: da escuta a conversão integral”, inicia com a memória da frase de Paulo VI “Cristo Aponta para a “Amazônia”, dita em 1971 aos peregrinos de Belém do Pará, fazendo a ponte entre o Sínodo para a Amazônia e os caminhos feitos pela Igreja na Amazônia. Situa a Amazônia, os povos, a dimensão geográfica, destacando a ligação da vida com o território, com a natureza. “A água e a terra alimentam e sustentam a natureza, a vida e as culturas” (Doc. Final n.7). Os ciclos das águas norteiam os caminhos a percorrer. Há uma busca constante dos povos amazônicos por manter sempre preservada esta natureza, para que possam continuar conectados entre si e com a natureza.

Há o reconhecimento de que na região Amazônica há uma diversidade cultural e pluriétnica. Os povos foram adaptando-se ao território, construíram uma visão de mundo com seus símbolos e significados, uma visão de futuro, esta forma de ver a realidade construída ao longo do tempo consegue coexistir com tecnologias e os desafios modernos (Doc Final n. 8). Por outro lado, por trás desta beleza natural e multicultural, também se apresentam muitos desafios, cujo os participantes do sínodo dizem estar cientes. É apresentado o clamor da terra e o grito dos pobres:

Frequentemente o anúncio de Cristo se realizou em convivência com os poderes que exploravam recursos e oprimiam as populações. No momento atual, a Igreja tem a oportunidade histórica de se diferenciar das novas potências colonizadoras, escutando os povos amazônicos para poder exercer com transparência sua atividade profética (Documento final, 2019, n. 15, p. 18).

Há um reconhecimento por parte da Igreja de sua forma de atuar na chegada, e a indicação de como deve ser sua atuação nos tempos atuais frente aos que ainda colonizam a região. Neste sentido, subentende que apesar de haver um processo de decolonização, ainda há um processo colonizador em curso, e que a Igreja precisa se desvencilhar dele, descolonizando sua forma de se fazer presente na região. A forma de fazer, é aproximar-se e escutar os povos da região, buscando atuar a partir dos anseios do lugar, não dos anseios de quem chega, como fora durante séculos.

O segundo capítulo traz o tema: “Novos caminhos de conversão pastoral”, apresenta a indicação de que para ser uma Igreja missionária em saída, samaritana, misericordiosa, solidária, em diálogo ecumênico, inter-religioso e cultural exige conversão pastoral, ou seja, uma mudança no modo de agir, de atuar. Sair, ir ao encontro, navegar pelos rios amazônicos, porque nesta região, as águas não separam, mas unem. É navegando nestes rios” que será possível encontrar os rostos dos povos amazônicos: indígenas, ribeirinhos, jovens, quilombolas, urbanos... das mulheres e dos homens que constroem e reconstróem a região, neste sentido o documento propõe:

As equipes missionárias itinerantes na Amazônia, tecendo e construindo comunidades ao longo do caminho, ajudam a fortalecer a sinodalidade eclesial. Elas podem reunir vários carismas, instituições e congregações, leigos, leigas, religiosos e religiosas, sacerdotes. Somar para chegar juntos onde não podemos fazê-lo sozinhos. As itinerâncias dos missionários que deixam sua sede e passam algum tempo visitando comunidade por comunidade e celebrando sacramentos dão origem ao que é chamado de “pastoral da visita”. É um tipo de método pastoral que responde às condições e possibilidades atuais de nossas Igrejas (Documento final, 2019, n. 39, p. 31).

Esta proposta já é vivida pela Igreja da Amazônia, as viagens itinerantes, também chamadas de “desobrigas” já são realizadas, a novidade aqui é a ideia de formação e equipes composta de pessoas e instituições cada uma contribuindo com aquilo que lhe é próprio, na ideia de um trabalho em conjunto, não sozinho, concretizando a sinodalidade, o caminhar juntos. O relatório das escutas realizadas, indicam estas ideias sugeridas pelas comunidades ribeirinhas e indígenas, sobretudo as que estão mais distantes. Nestes relatórios constam os clamores das lideranças que pedem maior presença da Igreja nas comunidades, mas esta presença, não é apenas a presença dos sacramentos, mais uma presença que proporcione outras formas de atendimento (relatório de escuta do Sínodo realizado na Paróquia São Benedito – Itamarati – Prelazia de Tefé)

A reflexão do terceiro capítulo é “Novos caminhos de conversão cultural”, apresentando a cultura como um caminho de conversão, o documento dá a ideia de que é preciso sete atitudes: colocar-se no lugar do outro, aprender com o outro, estar presente, respeitar,

conhecer seus valores, viver e praticar a inculturação e a interculturalidade no anúncio da Boa-Nova.

Todos nós somos convidados a nos aproximarmos dos povos amazônicos de igual para igual, respeitando sua história, suas culturas, seu estilo de “bem viver” (PF, Abertura dos trabalhos da Assembleia especial, 07.10.2019). O colonialismo é a imposição de certos modos de vida de alguns povos sobre outros, seja economicamente, culturalmente ou religiosamente. (Documento final, 2019, n. 55, p. 39).

O texto apresenta caminhos para uma Igreja inculturada, sugere romper com o colonialismo, não repetir formas e modelos coloniais já utilizados anteriormente, a proposta é seguir um processo diferente, descolonizado, sem imposições, mas conhecendo, dialogando e promovendo a vida.

A proposta do quarto capítulo vai de encontro a uma das grandes preocupações atuais, a questão ecológica, com o tema “Novos caminhos de conversão ecológica”, o documento afirma que a partir da fé, nosso planeta é um dom de Deus. Mas, é urgente uma ação em favor deste dom de Deus, pois ele vive uma crise socioambiental. Os participantes do Sínodo, apresentam a necessidade de um processo de conversão amplo, para dar a resposta necessária.

A defesa da vida da Amazônia e de seus povos requer uma profunda conversão pessoal, social e estrutural. A Igreja está incluída neste apelo a desaprender, aprender e reaprender, e superar assim qualquer tendência a modelos colonizadores que causaram tantos danos no passado. Nesse sentido, é importante que sejamos conscientes da força do neocolonialismo que está presente em nossas decisões cotidianas e no modelo de desenvolvimento predominante, expresso no crescente modelo agrícola de monocultura, em nossos modos de transporte e no imaginário do bem-estar a partir do consumo que vivemos na sociedade, que tem implicações diretas e indiretas na Amazônia. Diante deste horizonte global, escutando as vozes das Igrejas irmãs, queremos abraçar uma espiritualidade da ecologia integral, para promover o cuidado da criação. Para isso, devemos ser uma comunidade de discípulos missionários muito mais participativa e inclusiva (Documento final, 2019, n. 81, p. 51).

Este capítulo do documento traz a ideia de uma espiritualidade ecológica, aplica às propostas da *Laudato Si*, responde a um dos anseios do Papa Francisco, uma Igreja com uma preocupação com a natureza de forma integral, convida a Amazônia e o mundo a cuidar da “Casa Comum”, para isso, propõe um processo ecológico integral que defenda a vida, a terra e as culturas originárias da Amazônia.

O último capítulo do documento, o capítulo quinto, apresenta “Novos caminhos de conversão sinodal”, explica os passos para caminhar juntos, sendo necessário uma conversão sinodal. Nesta parte do documento o olhar é para si mesma. Apresenta indicativos de como seguirá seus caminhos de atuação,

Uma Igreja com rosto amazônico precisa que suas comunidades estejam impregnadas de um espírito sinodal, sustentadas por estruturas organizativas segundo esta

dinâmica, como autênticos organismos de “comunhão”. As formas de exercício da sinodalidade são variadas, devem ser descentralizadas em seus diversos níveis (diocesano, regional, nacional, universal), respeitadas e atentas aos processos locais, sem enfraquecer o vínculo com as outras Igrejas irmãs e com a Igreja universal. Estabelecem uma sincronia entre a comunhão e a participação, entre a corresponsabilidade e a ministerialidade de todos, dando especial atenção à participação efetiva dos leigos no discernimento e na tomada de decisões, potencializando a participação das mulheres (Documento final, 2019, n. 92, p. 58).

No caminho da conversão sinodal, o documento trata dos diversos ministérios já existentes que vão desde os padres, religiosos, religiosas, até os leigos e leigas. Reforça a ideia do Vaticano II da participação de todos na missão da Igreja. Neste ponto também o documento trata de duas questões: a ordenação de homens casados e a valorização e envolvimento das mulheres nas instâncias decisórias da Igreja, estes pontos causam ainda divergências no interior da Igreja. Quanto às mulheres, o documento final deu a seguinte indicação:

Nas muitas consultas realizadas na Amazônia, o papel fundamental da mulher religiosa e leiga na Igreja da Amazônia e em suas comunidades foi reconhecido e enfatizado, devido aos múltiplos serviços prestados. Num grande número destas consultas, foi solicitado o diaconato permanente para as mulheres. Por isso, o tema também esteve muito presente no Sínodo. Já em 2016, o Papa Francisco havia criado uma “Comissão de Estudo sobre o Diaconato das Mulheres” que, como Comissão, chegou a um resultado parcial sobre como era a realidade do diaconato das mulheres nos primeiros séculos da Igreja e suas implicações hoje. Gostaríamos, pois, de partilhar as nossas experiências e reflexões com a Comissão e aguardar os seus resultados (Documento final, 2019, n. 103, p. 62).

Na questão da participação das mulheres, não houve grandes avanços, apenas o reconhecimento de sua atuação, inclusive quando se identifica o rosto da Igreja na Amazônia, um dos rostos que é reconhecido é o feminino, porém no que se refere as decisões mais profundas, não se avançou, apenas foi confirmada que existe uma comissão formada e que está estudando o diaconato feminino na história da igreja e as implicações que teria hoje.

Outro ponto nevrálgico na história da Igreja, é a ordenação de homens casados, o documento final recorda que a partir do Vaticano II foi restaurada a função do diaconato permanente, e muitos homens casados já são ordenados para esta função, porém quanto a ordenar padres casados, não avançou., assim como não avançou as funções do diácono casado.

Os caminhos apresentados no documento final, perpassa em primeiro lugar pela escuta levando a conversão integral, em segundo lugar é necessário a conversão pastoral, mudanças metodológicas, em terceiro lugar apresenta a necessidade da conversão cultural, não se pode fazer qualquer ação sem o devido cuidado e respeito às culturas, em quarto lugar traz a urgência da conversão ecológica, e finalmente a conversão sinodal, que trata de sua organização, suas estruturas. Desta forma, o documento final traz todo o percurso para que a Igreja possa atuar, construindo um rosto próprio na Amazônia.

Ao final do documento, ainda surge a possibilidade da criação de um rito próprio para os indígenas, isso implica em uma mudança ou adequação no rito litúrgico para as celebrações com os indígenas. Já ocorrem celebrações nas línguas nativas, essa abertura foi dada pelo vaticano II, porém, a ideia é ir além perpassando pelo “ simbolismo litúrgico, na organização da comunhão fraterna, na compreensão teológica dos mistérios e nos tipos de santidade” (Documento final, 2019, n. 117, p. 70).

4.2 Os 4 sonhos de Francisco: Exortação Pós Sinodal

O Sínodo para Amazônia teve seu encerramento no dia 27 de outubro de 2019, com o documento final aprovado e divulgado pela grande imprensa agora restava a expectativa sobre o que seria encaminhado pelo Papa Francisco, pois, em geral após um Sínodo da Igreja, o Papa apresenta uma Exortação Apostólica Pós Sinodal, sendo este o documento oficial dos sínodos. Em fevereiro de 2020, é lançada a tão esperada exortação Pós Sinodal com o título "Querida Amazônia". Já no enunciado o Papa explica a escolha do título documento, segundo ele a querida Amazônia “esteve presente em forma de sínodo especial realizado em Roma nos dias 6 a 27 de outubro de 2019”. Portanto, Querida Amazônia é a forma que o Papa vê a região pauta do Sínodo.

Quanto a indagação sobre o documento final e a exortação, Francisco já deixa claro no início do documento quando explica o sentido da Exortação, diz o papa: “Aqui, não vou desenvolver todas as questões, amplamente tratadas no Documento conclusivo, não pretendo substituí-lo nem repeti-lo” (QA, n.2, p.9). O Papa deixa claro o sentido da Exortação:

Ao mesmo tempo, quero de modo oficial apresentar o citado Documento, que nos oferece as conclusões do Sínodo no qual colaboraram muitas pessoas que conhecem melhor do que eu e do que a Cúria Romana a problemática da Amazônia, porque são pessoas que nela vivem, por ela sofrem e que a amam apaixonadamente. Nesta Exortação, preferi não citar o Documento, porque convido a lê-lo integralmente (QA n.3, p. 9).

O Papa faz questão de deixar claro que a Exortação Pós Sinodal é uma reflexão pessoal dele, a partir do que ouviu, o documento final é fruto das reflexões do processo feito, portanto é válido, desta forma o Sínodo para a Amazônia terá dois documentos válidos, O Documento Final, fruto do processo e a querida Amazônia, fruto da reflexão do Papa a partir do documento final e do processo, onde ele apresenta quatro sonhos:

Sonho com uma Amazônia que preserve a riqueza cultural que a caracteriza e na qual brilha de maneira tão variada a beleza humana
Sonho com uma Amazônia que guarda zelosamente a sedutora beleza natural que adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e as suas florestas.

Sonho com a comunidade cristã capazes de se devotar e de se encarnar na Amazônia, a tal ponto que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos (QA n. 7, p.10).

Francisco distribui estes sonhos em quatro pontos, ficando conhecido como os quatro sonhos de Francisco na Querida Amazônia. O Primeiro é o “Sonho social”. Este sonho representa as lutas pelos direitos dos mais pobres, dos povos indígenas, dos migrantes, dos camponeses, dos excluídos e excluídas. Assume a defesa dos povos e do território amazônico. Ao apresentar este sonho, o documento expressa a necessidade da integração e a promoção de todos os habitantes em vista do bem viver. Através de recortes de falas, o Papa traz a situação exploratória da Amazônia:

“Sao muitas as arvores
onde morou a tortura
e vastas as florestas
compradas entre mil mortes”
“Os madeireiros têm parlamentares
e nossa Amazônia não tem quem a defenda(...)
Manda em exílio os papagaios e os macacos (...)
Já não será igual a colheita da castanha” (QA, p.10-11).

A descrição deste primeiro sonho se dá de forma a fazer com que haja um olhar para a realidade social da Amazônia, seja dos desafios a enfrentar, seja dos povos que ali vivem e lutam para que haja mais vida no lugar, ao mesmo tempo procura fazer a relação desta realidade com a realidade bíblica, que inspira a Igreja a se fazer presente na região. Ao mesmo tempo, ao descrever o sonho social, vai confirmando e valorizando também o que está no documento final quando se trata da realidade amazônica.

Faz-se também a retomada das questões trazidas desde o Vaticano II, passando pelas conferências Episcopais Latino-Americanas, que tratam da opção pelos pobres, o Papa chama a atenção para este ponto e acrescenta a necessidade de respeitar e colocá-lo como protagonista:

O diálogo não se deve limitar a privilegiar a opção preferencial pela defesa dos pobres, marginalizados e excluídos, mas também há que os respeitar como protagonistas. Trata-se de reconhecer o outro e apreciá-lo “como outro”, com sua sensibilidade, as suas opções mais íntimas, o seu modo de viver e trabalhar, caso contrário será um projeto para poucos (QA n.27,p.21).

O sonho social desafia toda a Igreja a assumir a causa dos pobres da Amazônia colocando-os como protagonistas, dando voz aos seus clamores e ajudando-os a defender seu território sagrado, na simplicidade, na solidariedade, na contemplação e no silêncio próprio dos amazônidas e nas lutas silenciosas existentes.

O segundo, o “Sonho cultural”, Francisco apresenta a riqueza e a beleza humana. “O objetivo é promover a Amazônia: isso, porém, não implica colonizá-la culturalmente, mas sim

contribuir de modo que ela própria revele o melhor si” (QA n. 28, p.23). Ao descrever o sonho, o Papa reconhece a diversidade de povos e culturas que vivem na Amazônia, formando um “poliedro”. Indica a necessidade de preservar essa diversidade, suas raízes, mas por outro lado, chama a atenção para os riscos de uma atuação que destrua os traços culturais dos povos, ao final chama a atenção:

Em qualquer projeto para a Amazônia, “é preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento de um grupo social (...) requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais *a partir da sua própria cultura*. Nem mesmo a noção de qualidade de vida se pode impor, mas deve ser entendida dentro do mundo de símbolos e hábitos próprios de cada grupo humano” (LSn. 144). E se as culturas ancestrais nasceram e se devolveram em íntimo contato com o ambiente natural circundante, dificilmente pode ficar ilesas quando se deteriora esse ambiente (QA n. 40, p.28).

A preocupação expressada no documento, advém por causa da experiência da própria Igreja, que no passado desenvolveu um processo de evangelização que não respeitou esta diversidade cultural, a tentativa agora é procurar desenvolver um processo respeitoso, que busque valorizar esta riqueza, procurando desenvolver um método que se a Igreja se inculture e não o contrário.

O terceiro sonho, o Papa traduz as ideias principais da *Laudo Si* e da conversão ecológica tratada no documento final. O sonho ecológico nos chama a prática da cultura do cuidado. Esse cuidado é amplo, trata-se de uma ecologia integral, ou seja, integra a pessoa com a natureza, daí o termo “casa comum”, lugar de todos, onde “a criação de Deus se desenvolve”. O sentido que as questões ecológicas adquirem são amplas, levam a um debate socioambiental envolvente, que exige o diálogo inter-religioso, a cooperação local, nacional e internacional, de modo especial entre os países que detêm em seus territórios parte do bioma amazônico. Mas, todo este processo não pode deixar de fora a sabedoria dos povos amazônicos (nº 41). É necessário continuar escutando os “gritos da Amazônia”.

A poesia ajuda a expressar uma dolorosa sensação que muitos compartilhamos hoje, a verdade iniludível é que, nas condições atuais, com esse modo de tratar a Amazônia, tanta riqueza de vida e de tão grande beleza estão “tomando o rumo do fim”, embora muitos pretendam continuar a crer que tudo vai bem, como se nada acontecesse (QA n. 47, p. 34).

O Papa expressa na Exortação a necessidade de um processo educacional, que vise o desenvolvimento de novos hábitos ecológicos, com o intuito de superar o consumismo a cultura do descarte, desenvolvendo uma nova forma de se relacionar com a natureza, para isso, precisamos reaprender com os povos amazônicos, pois eles tem muito a contribuir e querem, resta-nos uma abertura para que isso ocorra.

Ao final do sonho Ecológico, se refere a Igreja como sendo aquela que detém a experiência espiritual à luz da ideia de que somos “guardiões” não “exploradores”, conforme nos afirma a Escritura Sagrada (Bíblia) e a tradição da Igreja (documentos). É feito um convite a aprender as novidades do cuidado, desaprender o que leva a destruição da casa comum e sobretudo re-aprender os cuidados que os ancestrais tinham e ao longo do tempo, foram sendo deixados de lado.

O quarto e último sonho de Francisco é o Sonho “Eclesial”. Este visa o interior da Igreja, suas estruturas e seus membros. O capítulo inicia afirmando a importância de caminhar com a Igreja da América-Latina, retomando as conferências de Medellín, Puebla, Aparecida, retoma a importância do encontro dos Bispos da Amazônia em Santarém (1972). Destacando a experiência da Igreja Latino-Americana e Amazônia nesta busca por novos caminhos, onde os nossos sonhos se tornam realidades e outros ainda não. Nesta parte do documento o Papa fez uma reflexão mais prolongada, retoma a necessidade de um anúncio inculturado, indica caminhos para este processo de inculturação, que perpassa pela valorização da “sabedoria ancestral”.

Na descrição deste sonho, o Papa apresenta os processos que considera necessário para chegar a uma Igreja com rosto Amazônico: inculturação dos ministérios, da liturgia, criar comunidades cheias de vida, reconhecer a força das mulheres, superar os conflitos, promover uma convivência ecumênica e inter-religiosa, por fim Francisco concluiu:

Tudo isso nos une. Como não lutar juntos? Como não rezar juntos e trabalhar lado a lado para defender os pobres da Amazônia, mostrar o rosto Santo do Senhor e cuidar da sua Obra criadora? (QA n.110, p.62).

Com isso, Francisco conclama a avançar por caminhos concretos que levem à transformação da realidade Amazônica. Para isso, o Sínodo oferece dois instrumentos, o Documento Final e a Exortação Apostólica Querida Amazônia.

4.3 Desafios e perspectiva na aplicação dos caminhos propostos

Depois de viver a primeira fase a da escuta, a segunda fase a da assembleia sinodal, vem a terceira fase a do pós sínodo, que é a fase da aplicabilidade das propostas aprovadas no documento final e refletidas pelo Papa na Exortação Pós Sinodal Querida Amazônia.

A contar pela diversidade amazônica em todos os sentidos, expressada em todo o processo, a Igreja também vive esta diversidade no seu interior, mesmo todos os Bispos que atuam na Pan-Amazônia tendo participado na primeira e na segunda fase, a terceira fase

dependerá da forma de governar suas Igrejas locais, e seus pensamentos e ideias que defendem. Este desafio já foi percebido nos caminhos percorridos anteriormente. Até porque, segundo o documento legislador da Igreja o Código de Direito Canônico, dá esse aos bispos “o poder” de decidirem sobre a forma que suas Igrejas irão atuar, mesmo com os documentos pastorais sendo aprovados pelo Colegiado de Bispos, cabe ao “ordinário do lugar” definir a aplicação destas ideias em seus territórios. Portanto o Documento Final e a Exortação Pós Sinodal, não são documentos obrigatórios, mas sim documentos norteadores, que cada lugar irá implementar ou não.

Neste caso, este acabará sendo o primeiro desafio para a implementação das decisões do Sínodo para a Amazônia. Cada bispo definirá como irá implementar, quando analisamos as decisões de outras assembleias ocorridas na Igreja se percebe claramente esta diferença, por vezes é comum uma determinada diocese seguir uma metodologia, a vizinha do lado seguir outra diferente.

O segundo desafio para aplicação do Sínodo na realidade Amazônica, perpassa também pelas linhas de Igreja de cada lugar, atualmente há uma linha ligada a movimentos que inclusive, fez várias críticas ao processo do Sínodo que é constituída pelas pessoas que as compõem e também estão presentes nas igrejas amazônicas, que já apresentam resistência à aplicação das decisões sinodais, este fato tem a ver com a forma de pensar dos agentes locais, que de alguma forma apoiaram ou serão contrários, neste caso, o próprio Papa chama atenção na Querida Amazônia.

Frequentemente sucede que, em um determinado lugar, os agentes pastorais vislumbram soluções muito diferentes para os problemas que enfrentam e, por isso, propõe formas aparentemente opostas de organização eclesial (Q A n.104, p. 59).

O terceiro desafio perpassa pela formação dos futuros padres, o processo do sínodo se refletiu sobre esta temática em vários momentos, indicando a necessidade de formação que realmente leve em consideração a realidade amazônica com toda a sua riqueza e seus desafios. Se recordam experiência já vivenciadas como a “Teologia Índia”, a “Ecoteologia”, exemplos de caminhos iniciados que precisam ser continuados para que se concretize de fato o sonho de uma Igreja com um rosto próprio, um rosto Amazônico, é bom recordar que este não é um sonho novo, é recorrente, em 1972 em Santarém já se falava disso.

O quarto desafio, perpassa pelas questões culturais, o processo do sínodo trouxe à tona questões do passo da Igreja na Amazônia que dão conta de uma instituição que “desfigurou” as culturas locais através de um processo de catequese que impedia inclusive o uso da língua.

Neste sentido, em vários momentos, seja no documento final quando se falou de Conversão cultural, seja na Querida Amazônia, se alertou para este perigo.

Rejeitamos uma evangelização ao estilo colonial. Anunciar a Boa Nova de Jesus implica reconhecer as sementes do Verbo já presentes nas culturas. A evangelização que hoje propomos para a Amazônia é o anúncio inculturado que gera processos de interculturalidade, que promovem a vida da Igreja com identidade e rosto amazônicos (Documento final, 2019, n. 55, p. 39).

O quinto desafio trata-se do diálogo com outras denominações religiosas, a Amazônia atualmente é uma espécie de “mosaico de religiões”, muitas neo-pentecostais que pela força do discurso individualista, pela influência política e de solução imediata para os problemas, ganham força, criando um grande desafio para implementar certas propostas, pois podem afetar os interesses das mesmas, isso dificulta o diálogo, gerando conflitos que muitas vezes se reflete na comunidade que acaba se dividindo e se enfraquecendo, a Querida Amazônia chama a atenção para este ponto.

Prestamos tanta atenção ao que nos divide, que às vezes, já não apreciamos nem valorizamos o que nos une. E isso que nos une é o que nos permite estar no mundo sem sermos devorados pela imanência terrena, o vazio espiritual, o cômodo egocentrismo, o individualismo consumista e autodestrutivo (Q A n.108, p. 61).

Aqui estão apenas alguns dos desafios apresentados no processo do Sínodo para a implementação das ideias trazidas pelo processo da escuta, e pelas reflexões do próprio Papa. Por outro lado, existem muitas perspectivas para que haja essa busca de concretizar os sonhos do processo sinodal.

Os caminhos feitos pela Igreja da Amazônia são inspiradores, pois tratam de temas que são muito relevantes para a vida na região, para além de tratar apenas da presença de uma Igreja que reza, traz uma igreja que buscar se encarnar na realidade, se inculturar, defensora da vida, irmã da criação, procura ter um rosto institucional a partir dos rostos existentes.

Todo o caminho percorrido pela Igreja, com todas essas buscas se refletem no processo do Sínodo para a Amazônia, tornando este processo não de busca de novos caminhos, mais da afirmação de caminhos já propostos, neste sentido ganha força o pensamento do Arcebispo de Manaus na época do Sínodo Dom Sérgio Castriani que dizia “o Sínodo não é para a Amazônia e sim Da Amazônia”. Este pensamento é refletido em todo o processo, pois o sínodo passa a ser a validação de uma experiência vivida e ratificada posteriormente. Sendo assim, a validação deste caminho passa a ser uma inspiração para a Igreja de outros lugares, ganhando mais força a ideia de que não é “para” e sim “da” Amazônia.

CAPÍTULO 4: AMAZONIZANDO A IGREJA - A BUSCA POR UM ROSTO

A Ideia de amazonizar não é uma ideia nova, tampouco a busca por uma identidade, um rosto que identifique a Igreja na Amazônia. Este processo vem de longa data, segundo a Dra. Márcia Maria de Oliveira em um Artigo escrito para o site do Observatório Sócio Ambiental Latino-Americano Luciano Mendes de Almeida - OLMA:

O tema Amazonizar, na verdade, é uma grande convocatória à Igreja da Amazônia. Desde a década de 1970, esse termo aparece nos documentos da Igreja, na história da Igreja da Amazônia. A primeira vez que ele aparece numa carta pastoral foi da Diocese de Rio Branco, no Acre, com Dom Moacyr Grechi, fazendo uma convocatória para que todo o povo de Deus toda a Igreja assumisse a causa da Amazônia, assumisse a defesa dos Povos da Amazônia, do bioma, da floresta, numa perspectiva de convivência com a Amazônia. Amazonizar, então, significa uma relação de convivência, uma relação de cuidado, de proteção, uma relação de defesa dos povos da região que historicamente cuidaram dessa grande casa comum, vivendo uma ecologia integral, vivendo uma relação de interdependência e de interligação. Tudo está interligado nesta Casa Comum! (<https://olma.org.br/2020/06/04/amazonizarurgente/>).

Neste sentido, ao amazonizar, também vamos encontrar o rosto da Igreja. Esta busca não é recente, acompanha a idéia da amazonização, pois remete ao mesmo período descrito no artigo acima. A busca pelo rosto da Igreja advém da necessidade de agentes, de ministérios e de ritos que caracterizam a realidade e os povos da região. Os agentes vindos de outras partes para exercer ministérios caracterizados por uma realidade distante, com ritos que não expressam a realidade local, além de serem insuficientes, trazem dificuldades de se adaptar, e não conseguem atender toda a demanda da região, unindo estes desafios, vem a necessidade de encontrar lideranças locais que deem continuidade a institucionalização e a atuação da Igreja na região, com características próprias, expressando a cultura e a vida dos amazônidas.

Nesta busca por um rosto, vão se identificando algumas características: rosto feminino, indígena, ribeirinho, quilombola. O documento final do Sínodo para a Amazônia, apresenta da seguinte forma o rosto Amazônico:

Uma Igreja com rosto amazônico precisa que suas comunidades estejam impregnadas de um espírito sinodal, sustentadas por estruturas organizativas segundo esta dinâmica, como autênticos organismos de “comunhão”. As formas de exercício da sinodalidade são variadas, devem ser descentralizadas em seus diversos níveis (diocesano, regional, nacional, universal), respeitadas e atentas aos processos locais, sem enfraquecer o vínculo com as outras Igrejas irmãs e com a Igreja universal. Estabelecem uma sincronia entre a comunhão e a participação, entre a corresponsabilidade e a ministerialidade de todos, dando especial atenção à participação efetiva dos leigos no discernimento e na tomada de decisões, potencializando a participação das mulheres (Doc. Final n. 92, p. 58).

O rosto Amazônico, não significa uma ruptura com o modo de ser e agir da Igreja, a universalidade da Igreja é mantida, mesmo quando cada lugar tem o jeito próprio de atuar. A beleza está exatamente aí, no diálogo e no respeito entre culturas e povos. Na Amazônia existe uma diversidade que precisa ser considerada, e isso é buscado desde a década de 1960 com o processo do Concílio Vaticano II, nas conferências latino-americanas, nos documentos da CNBB, e ganha força na Amazônia a partir dos encontros da Igreja da Amazônia, que enfatiza esta necessidade em 1972 no encontro de Santarém. Um destes rostos identificados é o rosto feminino.

1. A participação das mulheres a partir do sínodo

O tema das mulheres foi um dos temas que mais chamou a atenção no processo do Sínodo. Por ser a Igreja constituída em sua estrutura organizacional por homens, o tema das mulheres foi o que soou como a grande novidade. Apesar de não ser a primeira vez que esse tema veio à tona. Porém ganhou força, porque vem das próprias lideranças de base, das catequistas, das religiosas, das agentes pastorais que dão vida à Igreja nas comunidades. Já na introdução do quinto capítulo do documento final, que trata da conversão sinodal, é afirmado que as “mulheres são os antigos e sempre novos protagonistas que nos chamam a conversão”. (Documento Final n.86).

1.1 Uma Igreja de mulheres

A constatação de que a Igreja é composta de mulheres se confirma ao analisar os relatórios dos encontros e assembleias nos diversos níveis da Igreja da Amazônia, em muitas destas atividades vamos perceber que elas são de fato maioria nas bases da Igreja, são centenas de milhares de mulheres que exercem várias funções, que vão desde zeladoras da Igreja até coordenadoras de conselhos. Porém, como o próprio Sínodo reconhece, estas mulheres precisam ser reconhecidas e valorizadas. O documento final afirma que “se a Igreja perde as mulheres, na sua dimensão global e real, ela corre o risco da esterilidade” (Documento Final n.99).

Mas ao mesmo tempo que a Igreja precisa das mulheres, reafirma esta necessidade nos documentos, por outro, precisa entender que é necessário uma maior abertura para esta participação, que não pode ficar apenas nas instâncias executoras, mas também deve estar nas instâncias decisórias. Neste sentido, não houve grandes avanços no Sínodo para a Amazônia,

mas trouxe à tona os problemas que o atual Papa, está buscando empenhar-se, na busca de inseri-las de forma mais ampla na estrutura da Igreja. Diz o documento final do Sínodo:

Magistério da Igreja desde o Concílio Vaticano II destacou o lugar central que a mulher ocupa dentro dela: “Mas a hora vem, a hora chegou, em que a vocação da mulher se realiza em plenitude, a hora em que a mulher adquire no mundo uma influência, um alcance, um poder jamais alcançados até agora. É por isso que, neste momento em que a humanidade sofre uma tão profunda transformação, as mulheres impregnadas do espírito do Evangelho podem tanto para ajudar a humanidade a não decair” (Paulo VI, Mensagem na conclusão do Concílio Vaticano II às Mulheres, 8 de Dezembro de 1965) (Documento final n.100, p. 61).

A indicação é que este é o momento de as mulheres serem reconhecidas e ocupar espaços antes não permitidos, porém aqui percebe-se uma espécie de “retrocesso”, pois ao mesmo tempo que está escrito este texto no documento final, quando se trata de oficializar esta participação mais ampla, inclusive nas instâncias de poder, através do ministério ordenado, ainda que seja ao diaconato, não lhes foi permitido, porque houve resistência por parte da estrutura existente, não sendo possível avançar neste sentido.

1.2 A estrutura dirigida por Homens

Historicamente a Igreja católica é dirigida por Homens em todos os seus níveis de organização. Em nível mundial a liderança é o Papa, função sempre ocupada por homens, nos locais é dirigida pelos bispos, e nas paróquias os padres, ou seja, em todos níveis as lideranças da Igreja é exercida por homens. Isso também porque esta liderança está vinculada ao ministério ordenado. O Ministro ordenado é aquele que recebe o sacramento da ordem, que segundo a tradição são os que governam a Igreja.

Até o momento, não é permitido que haja mulheres ocupando estas funções vinculadas ao ministério ordenado. Apesar do processo de escuta do sínodo haver indicado que as mulheres deveriam receber o ministério diaconal, não houve a aprovação na assembleia sinodal. Na exortação Pós sinodal Querida Amazônia o Papa, ao tratar desta questão, afirma:

Na Amazônia, há comunidades que mantiveram e transmitiram a fé durante longo tempo, mesmo decênios, sem que nenhum sacerdote passasse por lá. Isso foi possível graças à presença de mulheres fortes e generosas, que batizaram, catequizaram, ensinaram, rezaram, foram missionárias, certamente chamadas e impelidas pelo Espírito Santo. Durante séculos, as mulheres mantiveram a Igreja de pé nesses lugares com admirável dedicação e fé ardente. No sínodo elas mesmas comoveram a todos com o seu testemunho (QA n. 99, p. 57).

Mesmo com este reconhecimento explícito da importância das mulheres feito pelo Papa Francisco, não se avançou na questão do direito reivindicado no processo de escuta e na sala durante a assembleia sinodal. Em outra parte da Exortação o Papa se fala:

Em uma Igreja sinodal, as mulheres, que de fato realizam um papel central nas comunidades amazônicas, deveriam poder ter acesso a funções e inclusive serviços eclesiais que não requeiram a Ordem sacra e permitam expressar o seu lugar próprio. convém recordar que tais serviços implicam uma estabilidade, um reconhecimento público e um envio por parte do bispo. Daqui resulta também que as mulheres tenham uma incidência real e efetiva na organização, nas decisões mais importantes e na guia das comunidades, mas sem deixar de o fazer no estilo próprio do seu perfil feminino (QA n. 103, p.59).

Na Exortação Pós Sinodal, Francisco busca de alguma forma valorizar as mulheres, dando possibilidades, a partir do que é permitido pela Igreja, aos ministérios e serviços não vinculados à ordenação, mas que seja feito de forma a valorizar o serviço daquele que o exerce. Esta referência feita pelo Papa para que os bispos façam o envio, é devido a forma de organização da Igreja que dá ao bispo o poder de tomar decisões sobre a forma de organização da Igreja Particular, desde que não infrinja as normas da Igreja ele pode decidir, no caso das mulheres é facultado a ele, bispo a decisão de conceder os ministérios as mulheres.

Esta forma de organização faz com que os homens exerçam as funções de administração da Igreja e as mulheres exerçam um papel de executoras. Porém nos últimos anos esta questão tem sido refletida, se não por iniciativa dos líderes da Igreja, vem sobretudo das próprias mulheres que se veem cada vez mais protagonistas nas bases da Igreja, como foi o caso no processo do Sínodo da Amazônia.

1.3 O direito de votar: das assembleias diocesanas a Assembleia sinodal

Se não é permitida às mulheres participarem das instâncias decisórias ou hierárquicas da Igreja, a questão da participação dos caminhos da Igreja se torna complexa. Porém apesar dos desafios observados a partir do processo do Sínodo da Amazônia.

Conforme já analisado anteriormente, a Igreja tem uma estrutura organizacional em níveis que mesmo com documentos e orientações, cada lugar tem uma “certa autonomia” na aplicabilidade destas normas. No que tange a questão dos processos de aprovação dos documentos tem práticas que são diferentes.

Conforme analisado, no processo do Sínodo apenas os padres sinodais (Papa, cardeais, bispos e padres superiores de congregações religiosas ou quem o papa convoca com este poder) podem votar, Nas Igrejas locais, também denominadas como Igrejas particulares, é definido de

acordo com as orientações dos bispos, no caso da Igreja da Amazônia ao analisar relatórios de assembleias diocesanas, percebe-se que as votações ocorrem em geral pelos presentes na assembleia, e em geral estas assembleias tem participação de padres, religiosos, religiosas, leigos e leigas e todos votam. Analisando os relatórios das assembleias da Prelazia de Tefé, por exemplo, é possível confirmar que as votações ocorrem de modo participativo, todos os representantes votam, já em outros lugares, a depender do que se vota, apenas os ordenados (padres, diáconos e bispos) votaram. Mas é possível perceber que neste ponto há avanços significativos nas bases da Igreja. A perspectiva é que se possa ver esta realidade presente em todos os níveis de organização da Igreja.

2. Ribeirinhos e indígenas: protagonistas das suas histórias

Outro rosto que identifica a Igreja da Amazônia, é o indígena e o ribeirinho. Já na abertura do Sínodo em outubro de 2017 na Praça São Pedro, em Roma, o Papa Francisco indicou a necessidade de buscar caminhos novos sobretudo para os indígenas presentes na região, e muitas vezes esquecidos. Também em seu discurso de Francisco por ocasião da Visita a Puerto Maldonado, e a escuta feita às lideranças indígenas em janeiro de 2018. Diz o Papa:

Considero imprescindível fazer esforços para gerar espaços institucionais de respeito, reconhecimento e diálogo com os povos nativos, assumindo e resgatando a cultura, a linguagem, as tradições, os direitos e a espiritualidade que lhes são próprios. Um diálogo intercultural, no qual sejais «os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os [vossos] espaços». O reconhecimento e o diálogo serão o melhor caminho para transformar as velhas relações marcadas pela exclusão e a discriminação (Discurso Papa Puerto Maldonado 2018, p, 2).

O Papa coloca os nativos (povos amazônicos) no centro do Sínodo, como os interlocutores principais. Esse processo exige, por parte da Igreja, respeito, reconhecimento, necessidade de diálogo, e esforço para que se crie possibilidades de acolhimento e valorização.

Nestas novas relações é preciso ainda reconhecer as iniciativas e experiências locais que contribuíram e contribuirão para a construção de uma Amazônia com mais vida, a partir das experiências dos povos da Amazônia, é possível contribuir para a conservação da região e da casa comum.

2.1 O rosto da Igreja Amazônica

Ao falar do Rosto da Igreja na Amazônia, em diálogo com as lideranças indígenas em Puerto Maldonado no Peru, Francisco faz um pedido:

“Ajudai os vossos bispos, ajudai os vossos missionários e as vossas missionárias a fazerem-se um só convosco e assim, dialogando com todos, podeis plasmar uma Igreja com rosto amazônico e uma Igreja com rosto indígena (Discurso do Papa Puerto Maldonado, 2028, p. 5).

Esse pedido de Francisco às lideranças indígenas, segue a linha sonhada pela Igreja da Amazônia desde 1972, quando se fala de ter uma Igreja com rosto amazônico, um destes rostos é o rosto indígena, o outro rosto é o ribeirinho, tão marcado nesta realidade. Neste encontro com as lideranças indígenas amazônicas, o Papa é contundente, ao mesmo tempo que reconhece e valoriza estes povos, também reconhece as ameaças existentes no território, tanto a natureza, quanto aos povos que habitam a região. Mesmo assim, o papa ao se dirigir a estas lideranças afirma que confia na resistência e capacidade de reação a partir de uma visão e de relações humanas “diferenciadas”. Esse reconhecimento é também uma memória da resistência destes povos, que mesmo diante das situações de colonização, de imposição, de ameaças, resistem, e não perdem a esperança.

Nos dois documentos esta realidade do rosto da Igreja na Amazônia também perpassa o Rosto Indígena e o Rosto Ribeirinho, o documento final, ao falar do rosto da juventude afirma:

Entre os diversos rostos da realidade pan-amazônica, destaca-se o dos jovens presentes em todo o território. São jovens com rostos e identidades indígenas, afrodescendentes, ribeirinhos, extrativistas, migrantes, refugiados, entre outros (Documento final n.30, p. 26).

Para que a Igreja católica amazônica de fato tenha rosto, precisa buscar nos povos originários, que são diversos, o Sínodo detecta estes rostos entre jovens, e afirma a necessidade de encontrar formas de atuar junto a eles, para que se chegue a um processo de construção de um rosto nativo de fato. Não se pode esquecer que durante muitos anos esse rosto foi europeu, mas se quiser a continuidade da presença na região, precisa buscar construir esse processo na realidade local, daí a preocupação dos bispos da Amazônia ao longo do caminho percorrido e este pedido que o Papa faz ao lideranças indígenas, para que junto com as lideranças da Igreja da Amazônia, possam se aliar nesta busca da construção do rosto amazônico.

Na Querida Amazônia, o Papa ao apresentar os sonhos, afirma: “Sonho com comunidades cristãs capazes de se dedicar e encarnar de tal modo na Amazônia, que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos” (QA n.7. p.10). Para que este sonho seja

concretizado, precisa seguir passos importantes, como: conhecer as línguas, as culturas, a experiência espiritual e o modo de viver de cada lugar, esse conhecimento servirá para criar uma maturidade suficiente que respeita, valoriza, e acolhe estas diversidades.

2.2 Desafios da valorização da cultura e da religiosidade dos povos originários

Os caminhos percorridos pela Igreja na Amazônia apresentam como grande desafio e ao mesmo tempo parte da missão a inserção nas culturas. Primeiro passo foi o reconhecimento de que houve um erro na chegada, quando fez parte do processo de colonização e se fez colonizadora, utilizando-se do processo de catequese para “extirpar” línguas e costumes nativos, com o passar do tempo foi percebendo, seja por iniciativa de missionários que vinham e buscavam aplicar um processo de evangelização diferente, seja quando a instituição reconheceu o erro e pediu perdão. Este fato foi um marco para mudar o processo, e passar a buscar inserir-se na realidade sem ser impositiva.

No encontro de Santarém este processo se intensificou, ao definir as linhas prioritárias para a Pastoral na Amazônia, indicou os caminhos valorizando os nativos, apoiando e lutando junto às lutas dos povos da região. Quando se reuniu em outras ocasiões, esta questão sempre retornou, como em 1997, nos 25 anos de Santarém com o Slogan “A Igreja Arma sua tenda na Amazônia”, assim vai buscando se fazer de fato uma instituição com rosto Amazônico.

No documento final do Sínodo da Amazônia, reconhece:

A realidade pluriétnica, pluricultural e plurireligiosa da Amazônia exige uma atitude de diálogo aberto, reconhecendo também a multiplicidade de interlocutores: os povos indígenas, ribeirinhos, camponeses e afrodescendentes (quilombolas) (Documento final, n. 23, p. 23).

Ao reconhecer esta diversidade existente na Amazônia, se reconhece também que há o desafio de dialogar com todos estes mundos, indica que não pode repetir os erros do passado, precisa respeitar, valorizar esta diversidade e buscar dialogar com todos sempre com o intuito de colaborar para que a Amazônia de fato seja lugar de vida, de respeito, de cuidado. O documento final sugere:

A teologia índia, a teologia do rosto amazônico e a piedade popular já são riquezas do mundo indígena, de sua cultura e espiritualidade. Quando o missionário e agente pastoral leva a palavra do Evangelho de Jesus, ele se identifica com a cultura e concretiza o encontro do qual nasce o testemunho, o serviço, o anúncio e a aprendizagem das línguas. O mundo indígena com seus mitos, narrativas, ritos, cantos, danças e expressões espirituais enriquece o encontro intercultural. Puebla já reconhece que “as culturas não são terreno vazio, desprovido de valores autênticos”. A evangelização da Igreja não é um processo de destruição, mas de consolidação e fortalecimento desses valores; uma contribuição para o crescimento das “sementes do Verbo” (DP 401, cf. GS 57) presentes nas culturas (n. 54, p.39).

Com relação ao enfrentamento do desafio da valorização e do respeito à cultura, a partir da escuta dos povos amazônicos, se indica formas de como se deve atuar para valorizar estas riquezas culturais, existentes. O principal ponto é a valorização e o respeito. Ao apresentar o sonho cultural, Francisco afirma que a promoção da Amazônia não pode ser um novo processo de colonização.

2.3 A inserção dos ribeirinhos e indígenas na estrutura da Igreja

Nos caminhos de uma Igreja com rosto Amazônico, há a necessidade da inserção de pessoas nativas nas estruturas da Igreja. Esta demanda vem sendo debatida nos vários encontros da Igreja da Amazônia, muito se tem discutido, e pela falta, ou número reduzido dos ministros ordenados (diáconos, padres e bispos), a Igreja tem inserido leigos e leigas nos diversos ministérios possíveis. No processo de escuta do Sínodo, se detectou esta realidade, as comunidades cristãs católicas amazônicas permanecem “vivas” graças a estas mulheres e homens (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, agricultores, castanheiros, pescadores.) que se puseram a manter a Igreja viva nestas realidades, diante desta realidade os documentos do Sínodo confirmaram o que já vinha sendo praticado, e indicaram novas ideias. O documento final indica:

O tecido da Igreja local, também na Amazônia, é garantido pelas pequenas comunidades eclesiais missionárias que cultivam a fé, escutam a Palavra e celebram juntas a vida do povo. É a Igreja de homens e mulheres batizados que devemos consolidar, promovendo a ministerialidade (n. 95, p. 59).

Esta indicação reforça os caminhos feitos pelas igrejas amazônicas, que tem centenas de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, que dependem das lideranças leigas que ali atuam. Outro ponto relevante que o documento final traz que fortalece esta inserção dos nativos na estrutura da Igreja, mesmo reconhecendo que o padre é o responsável pela paróquia, ou comunidade, abre a possibilidade de os Bispos instituírem leigos e leigas como “representantes, administradores” seja no âmbito eclesial ou civil. Para isso, deve o bispo fazer um ritual. (Doc. Final n. 96).

Outras indicações são dadas, para a vida consagrada, para as pastorais vocacionais que devem trabalhar para despertar vocações autóctones, ou seja, deve-se animar os nativos a se descobrirem vocacionados para o ministério ordenado e para a vida religiosa. De fato, já podemos encontrar alguns padres indígenas e ribeirinhos na região. Um deles participou como

perito no Sínodo da Amazônia, o Salesiano Padre Justino Sarmiento, conforme podemos encontrar na lista divulgada pelo Vaticano.

Ainda vamos encontrar indicações relacionadas especificamente as mulheres, quando se reconhece que são maioria na ocupação de ministérios leigos nas comunidades.

Nos novos contextos da evangelização e pastoral na Amazônia, onde a maioria das comunidades católicas é liderada por mulheres, pedimos que seja criado o ministério instituído da “mulher dirigente da comunidade” e que este seja reconhecido a serviço das novas exigências da evangelização e do cuidado das comunidades (Documento final n. 102, p. 62).

Esta ideia aprovada no sínodo, já é uma realidade, mesmo sem a oficialidade, as mulheres indígenas, ribeirinhas, quilombolas, seringueiras, pescadores, etc já ocupam estes espaços de coordenação, as comunidades são levadas adiante, porque há uma dedicação muito grande por parte das mulheres.

Na Querida Amazônia, ao tratar do Sonho Eclesial, o Papa apresenta a necessidade de adequar os ministérios a realidade da Amazônia, segundo ele:

Os leigos poderão anunciar a Palavra, ensinar, organizar as suas comunidades, celebrar alguns Sacramentos, buscar várias expressões para a piedade popular e desenvolver os múltiplos dons que o Espírito derrama neles (n. 89, p. 54).

Francisco apresenta a possibilidade de inserir os leigos nos serviços de evangelização da Igreja Católica, dá a indicação de vários ministérios que podem exercer. Quanto à inserção dos amazônidas aos ministérios ordenados, o Papa apresenta a necessidade de uma reformulação no processo de formação, na animação vocacional.

2.4 A perspectiva da Criação de um rito amazônico

Nos caminhos percorridos desde a convocação até a realização da assembleia sinodal, observou-se que havia a necessidade de valorizar a cultura amazônica também nos ritos sacramentais realizados pela Igreja, esta ideia ganhou força na assembleia sinodal. O Documento final faz memória que o concílio Vaticano II já havia aberto esta possibilidade para um pluralismo litúrgico (n. 116), a partir desta decisão já são 23 ritos criados (n.117). Aproveitando desta decisão já tomada, os participantes do Sínodo aprovam a criação de um Rito Amazônico. O estudo e adequação do rito será definido por uma nova comissão a ser criada no pós sínodo.

O novo organismo da Igreja na Amazônia deve constituir uma comissão competente para estudar e dialogar, segundo os usos e costumes dos povos ancestrais, a elaboração de um rito amazônico que exprima o patrimônio litúrgico, teológico, disciplinar e espiritual da Amazônia, com especial referência ao que a Lumen Gentium afirma para

as Igrejas Orientais (cf. LG 23). Ele se somaria aos ritos já presentes na Igreja, enriquecendo a obra de evangelização, a capacidade de exprimir a fé numa cultura própria e o sentido de descentralização e colegialidade que a catolicidade da Igreja pode exprimir; poderia também se estudar e propor como enriquecer os ritos eclesiais com o modo como estes povos cuidam do seu território e se relacionam com suas águas (Documento final, n. 119, p. 71).

A missão de organizar a proposta ficou sob a responsabilidade de um órgão ainda a ser criado, porém este passo, vai se consolidando, é também uma forma de valorizar a cultura dos povos nativos da Amazônia, inserindo no modo de celebrar da Igreja, fazendo com que o rosto amazônico seja consolidado. Ainda está na fase de sonho, pois está sendo estudado, preparado, porém na realidade amazônica, já se tem algumas experiências de inserção de cantos indígenas em celebrações, bem como celebrações realizadas na língua indígena, esta realidade já se pode ser confirmada na Diocese de São Gabriel da Cachoeira e na Diocese de Alto Solimões.

3. Aplicando os novos caminhos para a igreja católica da Amazônia: desde a prelazia de Tefé

A Prelazia de Tefé, com sede no município de Tefé, abrange 10 municípios do médio Rio Solimões e afluentes. Criada ainda em 1910 como Prefeitura Apostólica, pelo Papa Pio X, desmembrada da Diocese do Amazonas (hoje Arquidiocese de Manaus), tendo como Prefeito Apóstolico o missionário Espiritano Francês Monsenhor Miguel Alfredo Barrat. Foi elevada a Prelazia em 1950 continuando a ser governada pelos missionários Espiritanos, agora tendo como seu primeiro Bispo o Holandes Dom Joaquim de Lange.



Figura 20 Mapa da Prelazia de Tefé

Fonte: Arquivo Prelazia de Tefé

Neste território a Igreja vai se implantando, no começo, ainda com uma forte influência colonial, as estruturas construídas dando ares europeus, com instalações imponentes, como é o caso do Seminário São José em Tefé, sede da Prelazia, onde funcionava o “Palácio Episcopal” (residência do Bispo), o seminário lugar de acolhida dos seminaristas, internato, uma escola para os meninos.



Figura 21 Seminário São José – Lago da cidade de Tefé
Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Este lugar é símbolo deste processo da Igreja Católica, ao mesmo tempo que tem esta estrutura de castelo europeu, funcionou como lugar de formação e foi se adequando neste processo de inculturação, pois foi acolhendo as realidades, os povos e as culturas da região, passando a ser a referência de uma Igreja que busca ao longo de sua história adequar-se a amazônia, mas que tem sua história marcada pelo processo da chegada.

Esta busca por novos caminhos é constante, desde os primeiros passos da institucionalização da Igreja na região de Tefé, que se almeja alternativas para responder à realidade.

3.1 Novos caminhos

A aplicação dos documentos aprovados pela Igreja na Amazônia, ocorre nas Igrejas locais, na Prelazia de Tefé, observa-se que a forma de caminhar se dá de acordo com os documentos aprovados. Na época do Concílio, na década de 1960 o bispo era um Holandês, Dom Joaquim de Lanche, ele foi bispo conciliar, nos arquivos da históricos da Prelazia, é possível encontrar uma vasta documentação que relata as linhas pastorais que foram sendo aplicadas, sendo possível detectar a aplicação das decisões do Concílio, de Medellín e de Santarém, os três eventos da Igrejas que trouxeram as novas perspectivas de ação. O documento Cronologia da Prelazia de Tefé descreve:

A ênfase na “sacramentalização”, própria da pastora pré – conciliar, devia ser substituída pela ênfase na evangelização com vistas à formação do Povo de Deus. Era necessário envolver os leigos na edificação da igreja e esta devia ser colocada a serviço do Reino de Deus no mundo (Cronologia da Prelazia de Tefé, 2010, p.50).

Estas ideias passaram a ser ideias chaves para a evangelização na Igreja de Tefé, mas além destas propostas para o campo da evangelização, também houve uma mudança no campo da promoção humana.

A promoção humana devia fazer parte essencial da evangelização e da ação da igreja. No lugar das estatísticas do “movimento religioso” das paróquias começou-se a cobrar relatórios do “movimento social” (Cronologia da Prelazia de Tefé, 2010, p.50).

Para implementar esse “Novo jeito de caminhar” era preciso novas estruturas, para isso, antes mesmo das conclusões do Vaticano II, já estavam sendo implantadas em Tefé duas novas estruturas organizacionais, a Rádio Educação Rural de Tefé em 1963 e o Movimento de Educação de Base – MEB em 1964. Duas estruturas muito importantes para implementação dos caminhos novos. Com a Rádio seria possível chegar até as comunidades levando as informações, as novas formas de a Igreja se organizar e o MEB um mecanismo que cuidaria da formação das novas lideranças. Os dois organismos juntos fariam um trabalho extraordinário no campo da comunicação, educação e da formação.

Ainda segundo a Cronologia da Prelazia, em março de 1964, foi criado por Dom Joaquim o primeiro conselho Pastoral da Prelazia, composto somente pelo bispo e por padres (Cronologia da Prelazia de Tefé p. 49). Mesmo sendo uma estrutura clerical, era um organismo colegiado que trabalhava com o bispo na organização da Prelazia.

Observando a falta de padres para atender toda a região da Prelazia de Tefé, que se estendia por cerca de quase 265mil km², nos rios Solimões (Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa e Jutaí), Juruá (Caitaú – Juruá, Carauari e Itamarati), Japurá (Maraã e Japurá), e seus afluentes,

Dom Joaquim decide escrever uma carta ao Papa Paulo VI, solicitando a autorização para ordenar Homens Casados, segundo ele isso, resolveria, ou ao menos minimizaria a falta desta liderança religiosa para atendimento do povo (Carta dirigida ao Santo Padre, Arquivo Histórico da Prelazia)

Frente ao grande desafio na formação das novas lideranças, em virtude do alto índice do analfabetismo, era necessário atuar neste campo, então o MEB passou a trabalhar a alfabetização a distância através de aulas radiofônicas e com a colaboração de monitores, para isso, foram selecionadas algumas pessoas que receberam a formação de monitores e nas comunidades organizavam o público para as aulas. (Cronologia da Prelazia de Tefé, 2010, p. 52).

Seguindo estes caminhos de renovação, em 1972, com as linhas prioritárias para a Pastoral aprovados no encontro de Santarém, em Tefé, também estas novas linhas são acolhidas:

As linhas de ação de uma evangelização encarnada, propostas pelos bispos e prelados da Amazônia no documento de Santarém (1972) levam à opção por duas prioridades, nunca mais abandonadas pela Prelazia de Tefé: a formação de Comunidades de Base e a formação de lideranças leigas, dando origem a uma igreja toda ministerial, “ad intra et ad extra” (Cronologia da Prelazia de Tefé, p. 53).

Para que a presença da Igreja na região acontecesse de forma mais próxima, era necessário a formação das comunidades, mas para que houvesse comunidades era necessário as lideranças, daí as duas linhas terem sido assumidas de forma permanente na Prelazia. Este processo foi muito relevante, a formação contínua para as lideranças, possibilitou que as comunidades fossem se fortalecendo..

Sem a resposta da carta enviada ao Papa e com o desafio de não ter ministro ordenado para atuar, Dom Joaquim, cria um ministério, o “Catequista Regional”:

Uma iniciativa muito importante da participação do leigo na Igreja foi a criação dos Catequistas Regionais. São agentes de pastoral com o poder de fazerem batizados, presidiram casamentos, levarem a Eucaristia para todo o interior, apoiarem as comunidades, presidirem as celebrações. visitaram regularmente as comunidades do interior administrando os sacramentos. Este era muitas vezes chamado de padre, tamanho o respeito em que era tido (Neto, História da Prelazia, 2010, p.10).

Além deste ministério, também foram criados outros, como o do Catequista local.

Dois anos depois de Medellín, em 70, já a assembleia da prelazia planejava cursos para Dirigentes de Culto ou Catequistas Locais. Neste tempo os leigos ainda não participavam da assembleia. Incentiva-se a formação de comunidades com diretoria organizada. Em 75, um dos assuntos da assembleia foram as Comunidades de Base (Neto, História da Prelazia, 2002, p.9).

Estes dois ministérios foram fundamentais para a implantação das ideias do Concílio Vaticano II, Medellín (1968) e Santarém (1972). A Prelazia deu continuidade ao processo de implementação das linhas prioritárias da Igreja da Amazônia. Valorizando os leigos e leigas, possibilitando formação, criando ministérios, organizando as comunidades de base, também com a inserção da juventude nas linhas prioritárias em 1974, ganha força na Prelazia, sendo criados inúmeros grupos de jovens (Neto, História da Prelazia, 2010, p.10). Ressaltando ainda que o Catequista Regional foi um ministério dado somente a homens, enquanto que o ministério de catequista local, havia muitas mulheres atuando.

Já na década de 1980, com a saída de Dom Joaquim, chega um Brasileiro de Minas Gerais, porém da mesma congregação do seu antecessor. Dom Mário Clemente Neto, toma posse e assume o governo da Prelazia de Tefé, seguindo as mesmas linhas de atuação que já vinham sendo implementadas. Com Dom Mário, o Conselho de Pastoral criado por Dom Joaquim em 1977 somente com a presença de padres, em 1985 contará com a presença de leigos (Cronologia da Prelazia de Tefé, 2010, p.49).

Na década de 80, percebendo que haviam sido organizadas muitas comunidades ribeirinhas, o então Bispo, Dom Mário, juntamente com a equipe de Coordenação Pastoral, liderada por Irmão Falco, tiveram a iniciativa de organizar as comunidades em setores e criaram um novo ministério, o animador de setor. Para que este novo líder tivesse condições melhores para atuar, foi organizado um processo de formação.

Cursos para Animadores de Setor: O agrupamento das comunidades do interior em setores foi um passo muito importante para a pastoral. Daí surgiu este novo ministério para o qual foi prevista uma formação própria. Inicialmente adaptamos parte do seminário para funcionar estes cursos, depois passaram para o C. de T. Ir. Falco. Tinha uma parte básica de 6 etapas de 15 dias cada, feitas em 3 anos. Daí continua uma formação permanente anual, e a especial para os Formadores que foi outro ministério que surgiu daí. Os Formadores são preparados para ajudar na formação dos Catequistas Locais (Neto, História da Prelazia, 2002, p. 14).

Como se pode verificar, além da criação do ministério do animador de setor, também foram criados os formadores que ficaram responsáveis pela formação dos catequistas locais. Nestes dois casos, a formação era preparada e aplicada por uma equipe composta pelos padres, religiosos e leigos. Estes cursos ocorreriam centrados em Tefé em regime de internato, no início no Seminário, depois no Centro de treinamento Irmão Falco, inaugurado em 1992 para a finalidade de ser o lugar da formação dos agentes de pastoral.

Sob o governo de Dom Mário, é adotado um slogan, que foi aprovado na Assembleia de 1982, “caminhar com as próprias pernas”. Gil Schaeken em seu livro Dom Mário Clemente Neto CSSp: Um missionário a serviço no Amazonas escreve:

Já na assembleia da Prelazia de janeiro de 1982, pouco mais de um ano depois da chegada de Dom Mário, foi resolvido estabelecer um plano de metas simples e essenciais. A direção geral da caminhada seria: “ajudar nossa Igreja de Tefé a caminhar com as próprias pernas”. Isso seria não uma atividade ao lado de outras, mas uma atitude, um modo de trabalhar. Isso significava, no plano interno da Igreja, abrir espaço para os fiéis assumirem sua responsabilidade, na ação pastoral nas decisões, acreditar no leigo, no amazonense. No plano social, preferir as formas de ajuda e apoio em que o povo assumisse a própria luta: sindicatos, agentes rurais de saúde, entregar a direção de escolas, hospitais, etc... A formação de comunidades e reflexão bíblica em grupos seriam a base (2021, p.38).

A opção feita a partir de Dom Mário, foi de seguir com os planos de Dom Joaquim, mas assumindo cada vez mais o documento de Santarém (1972), a organização das comunidades, a valorização do agente local e a formação destes agentes. O Slogan Caminhar com os Próprios pés, neste caso tem o sentido amplo, atinge as questões administrativas financeiras, mas também as questões de agentes para a missão.

No ano seguinte em 1983, em uma nova assembleia, para aplicar a ideia de Caminhar com os próprios pés, se procurou trabalhar um plano para as questões sociais, buscou a valorização dos sindicatos, iniciou a transição passando a gestão do hospital de Tefé que era gerido pela Prelazia para o estado, bem como as escolas que ainda eram administradas pela Igreja. Para ajudar na organização, o MEB passou a trabalhar a formação de lideranças comunitárias, como presidentes, secretários e tesoureiros de comunidades. Também passou a colaborar na organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

No âmbito eclesial, o foco foi o trabalho nas pequenas comunidades, e na organização dos conselhos em todos os níveis (comunitário, paroquial e prelazia), segundo Schaeken:

Nos níveis de comunidade, paróquia, mas também de prelazia. Estes dariam mais condições para que as decisões fossem mais sábias, com menos autoritarismos e mais colegialidade, mas sobretudo mais adaptada à realidade local, mas amazonense. Nesta assembleia de 83 ainda foi decidido que cada paróquia deveria formar um grupo o mais representativo possível, para já ser um conselho provisório que caminhasse para a formação de um conselho pastoral paroquial. O pároco deveria buscar maior comunicação com as bases, para que estas se fizessem presentes nas decisões e planejamento da paróquia, promover formação de conselhos nas comunidades do interior e dos bairros (2021, p, 40).

Esta decisão leva a uma valorização das lideranças locais, mesmo que o Código de Direito Canônico, ao se dirigir aos conselhos diga que ele é consultivo, no caso da Prelazia a ideia é que seja deliberativo, possa colaborar nas tomadas de decisões, nos planejamentos, nas execuções. O bispo pede aos párocos que busquem implantar em todos os níveis, para que haja de fato uma maior participação local, dando o rosto amazonense. Estas prioridades seguiram nos anos seguintes.

Mesmo com todos estes indicativos de caminhos, o bispo de Tefé adverte “que com todo o esforço feito, a igreja ainda continua dependente de fora”, tanto financeira quanto de pessoal. Segundo ele é preciso fazer tudo para que cresça a Igreja Local (Schaeken, 2021). Caminhando nesta direção de ser uma Igreja com rosto Amazônico que caminha com as próprias pernas, no dia 04 de agosto de 1991, é inaugurado uma nova estrutura. O Centro Vocacional, Schaeken retomando as falas de Dom Mário por ocasião da inauguração deste lugar, explica:

O Centro vocacional é um lugar que construímos para receber jovens para estudarem melhor e amadurecerem sua vocação. Servirá para encontros com esta finalidade e também para um ano ou mais de preparação para os que decidirem ser pares [...] depois irão para Manaus para continuarem os estudos (2021, p.69).

No início de 1992, são recebidos os quatro primeiros seminaristas, que iniciam a caminhada de estudos e discernimento vocacional. Passaram a estudar o segundo grau (ensino médio) na Escola pública e residir na casa, participando de atividades coordenadas pela equipe de formação responsável.

Com o pedido de renúncia de Dom Mario, em 1998 chega a Tefé Sérgio Eduardo Castriani, que é sagrado bispo no dia 09 de agosto, permanece como Bispo Coadjutor, auxiliando Dom Mário até 19 de outubro de 2000, quando assumiu em definitivo o governo da Prelazia. Dá continuidade às linhas anteriores, Formação de lideranças, agentes de pastoral e organização de comunidades.

No ano de 2004 acontece uma assembleia pastoral com o tema: “A Igreja que somos e queremos ser no coração da Amazônia”. Para esta assembleia foi feito um processo de escuta das comunidades, pastorais, paróquias, iniciadas ainda no ano de 2023. A partir desta escuta se produziu um documento orientador que foi apresentado na assembleia realizada em janeiro de 2004. Uma equipe composta por padres, leigos e religiosas ficou responsável pela elaboração do documento. No documento final é apresentado a Igreja que somos, iniciando pela constatação do rosto da Igreja:

As centenas de catequistas locais no interior, os animadores de setor, os dirigentes de celebração, os ministros e ministras da Eucaristia, os integrantes das pastorais, movimentos e equipes pastorais, bem como os participantes dos diversos conselhos, desde os comunitários até o da prelazia e as mais diferentes lideranças nas atividades dentro e fora da Igreja fazem com que leigos e leigas sejam realmente protagonistas de nossa história eclesial. Damos graças a Deus pelos carismas concedidos e pela disponibilidade de tantos homens e mulheres, leigos (as), religiosos (as), padres e bispos que sustentam a nossa Igreja, todos ao serviço do Reino de Deus (XIV Assembleia Prelazia de Tefé, n.1, p. 1).

O rosto da Igreja na Prelazia de Tefé é um rosto leigo, missionário, participativo, com características ribeirinhas e indígenas, configurados no rosto dos pobres. Este rosto da Igreja na

Prelazia de Tefé se caracteriza por ser feminino, com grande participação de lideranças mulheres, com grandes desafios no campo da ecologia, da presença de projetos exploratórios e a ausência do poder público. Analisando os encontros da Igreja da Amazônia esta realidade encontrada em Tefé não é muito diferente do que está registrado nos anais destes encontros.

A escuta indica ainda a Igreja sonhada, conforme o tema a Igreja que quer ser: ouvinte da palavra, que celebra a vida, misericordiosa, composta de pessoas novas e transformadas, de comunidades vivas e atuantes, uma Igreja profética. (Documento final XIV Assembleia – Prelazia de Tefé, n. 12-17, p.3). A partir destas ideias, foram elaboradas indicações de ações.

Esta XIV assembleia retomou os caminhos anteriores, tendo como base os documentos da Igreja da Amazônia, da CNBB e documentos anteriores da própria Prelazia.

Estas linhas pastorais da Prelazia, desde Dom Joaquim, Dom Mário e Dom Sérgio, refletem o pensamento da Igreja da Amazônia, é possível perceber a aplicação do Vaticano II, de Medellín, e Puebla, de Aparecida de Santarém dos documentos da CNBB, do Papa. Sempre numa perspectiva adaptada à realidade.

3.2 Formando uma rede: a comunidade aponta caminhos

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram como um meio de evangelização que respondesse aos desafios da realidade religiosa, social e política, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Encontraram sua cidadania eclesial na feliz expressão do Cardeal Aloísio Lorscheider: “A CEB no Brasil é Igreja — um novo modo de ser Igreja” (História das CEBS). Se fortaleceu na América Latina a partir das conferências de Medellín e sobretudo Puebla

Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o espírito de Medellín e os critérios da *Evangelii Nuntiandi*; favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas. Em especial, é preciso procurar como podem as pequenas comunidades, que se multiplicam nas periferias e zonas rurais, adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso continente” (Pb 648).

Na Prelazia de Tefé, foi o principal caminho assumido para organizar as ações da Igreja local. Os rios que cortam o território da Prelazia vinham de experiências de exploração como o ciclo da borracha nos seringais dos rios Juruá, Jutáí, e parte do Solimões, também da extração de castanha na região de Tefé. Esta realidade fazia com que as famílias vivessem isoladamente a margem dos rios.

A partir de um trabalho de organização, estas famílias foram se juntando, e formando pequenas comunidades, a Igreja por outro lado, seguindo as linhas pastorais do concílio, de Medellín, Santarém, Manaus, foi oferecendo formação para as lideranças, catequistas. Trabalhando questões relacionadas a vida das famílias e as lutas que enfrentavam. A Obra Juruá o Rio que Chora, Derickx apresenta a necessidade de conhecer a realidade que circunda o missionário:

Para realizar um trabalho pastoral crítico e criativo, é necessário o conhecimento da realidade. Obter informações, detalhar com minúcias o quadro que se apresenta diante dos olhos é condição para a prática eficaz junto aos pobres (1996, p. 27).

Esse diagnóstico deve ser o mais completo possível para que se possa buscar atuar de forma a responder aos desafios da realidade. Daí a importância da organização das comunidades, isso possibilita uma melhor análise para uma resposta adequada.

O trabalho com as comunidades na Prelazia, buscava ser amplo, utilizando as estruturas que tinha, se fazia presente animando, e colaborando de forma ampla. O Movimento de Educação de Base – MEB era um dos organismos responsáveis por atuar nas comunidades, no Histórico do movimento de 2003 é relatado como era feita a organização do trabalho:

Cada comunidade deveria ter também seu esporte e lazer (o próprio MEB se ocupou disso). A conservação da cultura popular através do folclore e do artesanato (o MEB ficou com esta parte junto com as pessoas das comunidades que mais se afinavam e entendiam da arte popular); Ministério Público para documentar a população. Estas foram algumas das primeiras parcerias mais evidentes desta época (p.6).

Esta organização das comunidades possibilitou a Prelazia de Tefé se fazer presente de diversas formas, seja no campo religioso através das visitas pastorais dos padres, ou das atividades realizadas pelos catequistas locais, animadores de setor. Mas também no campo das lutas através de organismos como MEB, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Seja na luta pela preservação dos lagos, trabalho desenvolvido pelas comunidades com o apoio da Prelazia de Tefé. Histórico do MEB indica ainda que fazia parte de sua missão:

Na Prelazia de Tefé, as atividades foram direcionadas mais para a organização comunitária, dos trabalhadores rurais, a preservação comunitária de lagos de procriação, manutenção e livres, sindicalismo, educação popular e programas radiofônicos (p.13).

O trabalho junto às comunidades foi a grande linha pastoral que a Prelazia assumiu, o nível de organização chegou ao primeiro grande encontro destas comunidades em Tefé, realizado em dezembro de 1988. Este primeiro encontro teve como principal motivador o religioso Irmão Falco, que atuou na Coordenação de Pastoral animado às comunidades, porém

o religioso veio a falecer em julho de 1988, não tendo a possibilidade de ver o sonho se realizar. Mas o encontro ocorreu conforme planejado, trabalhou várias temáticas, entre as quais a preservação dos lagos, trabalho que era desenvolvido pelas comunidades.



Figura 22 Cartaz da primeira Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé
Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Este encontro teve como tema: “A Igreja que somos”, objetivou celebrar a caminhada, as lutas, as conquistas, as derrotas e fortalecer os agentes pastorais na continuidade da Igreja da Prelazia.

Foi feita a memória da história da igreja que começa com os colonizadores, e perpassa pelos documentos do CELAM: Medellín, Puebla e pelo encontro de Santarém em 1972, até chegar a história atual das comunidades (Relatório do Encontro, 1988).

Contou com a participação de 355 representantes das comunidades de todas as paróquias que compõem a Prelazia. Ao recordar a figura de Irmão Falco, aquele que foi um dos animadores do processo de organização das comunidades, um dos animadores de Setor da Comunidade chamada Agrovila, compôs um canto que passou a ser um hino cantando não só neste encontro, mas no cotidiano das comunidades.

Grita Falco lá da eternidade, o teu exemplo é nossa coragem. Tua voz é nossa liberdade, lembremos sempre essa tua imagem (Relatório do Encontro, 1988).

Este encontro indicou a necessidade de trabalhar o fortalecimento das comunidades, continuar com a formação inicial e permanente dos animadores de setor, catequistas locais, formadores e encontros de setores (Relatório do Encontro, 1988).

Os trabalhos se devolveram, os setores foram sendo criados, animadores formados, os cursos acontecendo. Mas não havia perspectiva de um segundo encontro, o principal motivo era o grande investimento financeiro para realizar uma atividade deste porte. Analisando os documentos nos arquivos da Prelazia, nos cursos e encontros que ocorriam, sempre voltava a ideia de reunir novamente as lideranças comunitárias. Em 2004, já tendo como Bispo Dom Sérgio Castriani, foi tomada a decisão na assembleia pastoral da Prelazia de retomar esta atividade, agora com uma periodicidade quadrienal.

Desta forma, dezenove anos depois, em 2007, ocorreu o segundo encontro das comunidades, realizado com a temática caminhamos na mesma direção: memória e perspectivas.

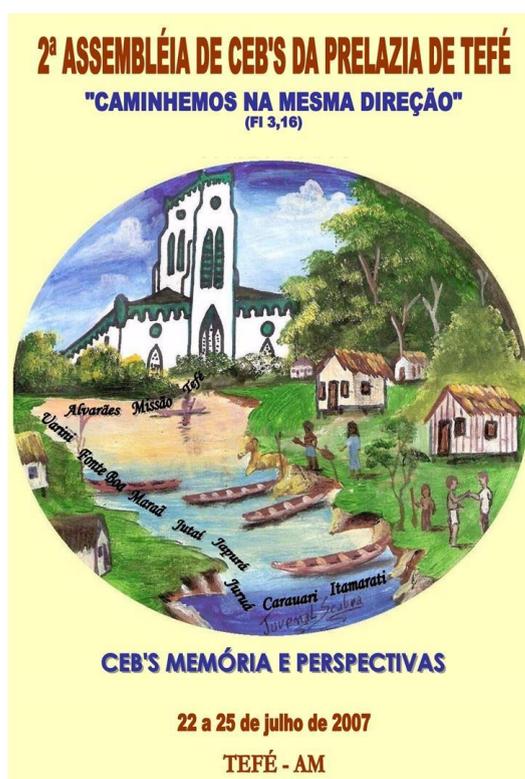


Figura 23 Cartaz da 2ª Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé
Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Nesta segunda Assembleia, apresentam-se algumas modificações em relação à primeira, a primeira era assembleia rural, reunindo portanto apenas as comunidades ribeirinhas e indígenas, esta segunda é assembleia de CEBs, reunindo todas as comunidades da Prelazia. Segundo o relatório deste encontro, foi feita a memória da caminhada das comunidades na

Prelazia, as lideranças que animaram, as lutas que travaram, as conquistas. Servindo como animação para a continuidade. Participaram 749 lideranças das comunidades de todo o território da Prelazia, aumentando consideravelmente o número de participantes em relação à primeira.



Figura 24 Foto do encerramento da 2ª Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé
Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Por ocasião do centenário da criação da Prefeitura Apostólica, ao falar das comunidades, Dom Sérgio Eduardo Castriani, escreve no Boletim da Prelazia:

Centenas de comunidades foram formadas, nas cidades, ao longo dos rios, lagos e igarapés. Animadas pelos catequistas locais, animadores de setor, ministros extraordinários da comunhão eucarística, da palavra, da consolação, e testemunhas qualificadas do matrimônio e ministros do batismo, estas comunidades fortaleceram a fé, levaram a compromissos de vida, foram e são fator de vida para todos (Boletim da Prelazia, 2010, n.156).

A contextualização feita por Castriani (2010), indica o perfil da Igreja de Tefé, esta Igreja está organizada a partir das comunidades, com agentes leigos, que exercem os ministérios e estão a serviço da vida do lugar. O rosto aqui é comunitário, ministerial, ribeirinho, indígena, feminino, “incardinado” na realidade.

Esta forma de organizar a Igreja é confirmada e confirmada em cada assembleia que se realiza. A Terceira assembleia novamente em Tefé.



Figura 25 Cartaz da 3ª Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé
 Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Com uma temática vocacional, a partir do versículo bíblico “Não foram vocês que me escolheram, mas fui eu que escolhi vocês” (João 15,16). De desenvolveu a Assembleia. Apesar de uma temática mais voltada para a atuação interna da Igreja, se tratou de temas voltados para a realidade, houve uma análise da conjuntura social, política e econômica da região. se refletiu a temática do ministério de catequista, tema cujo o Papa Francisco emite um documento somente em maio de 2021, 10 anos depois desta assembleia. Participaram 711 lideranças de todas as comunidades da Prelazia.



Figura 26 Foto de encerramento da 3ª Assembleia de CEBs da Prelazia de Tefé
 Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Na celebração de encerramento da 3ª Assembléia é anunciada a realização da 4ª Assembleia em 2015, que pela primeira vez será realizado fora de Tefé, sede da Prelazia, o anúncio feito indica que será na cidade de Carauari, no Rio Juruá. Esta quarta assembleia deu continuidade a dimensão da vocação, o tema foi voltado para a família, como lugar de desenvolver a vocação. Nesta Assembleia, o Bispo era Dom Fernando Barbosa dos Santos, o primeiro não espiritano a governar a Prelazia.

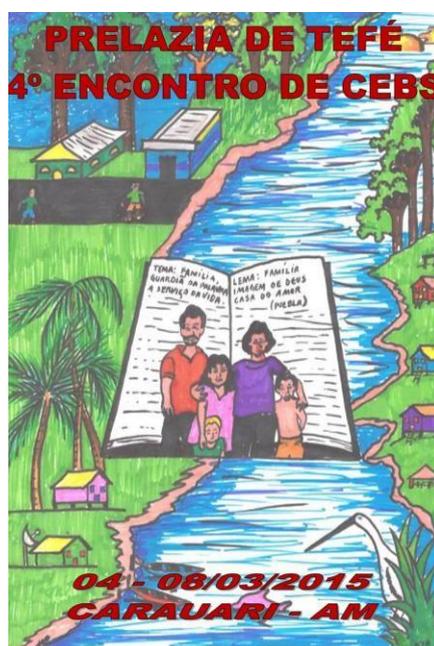


Figura 27 Cartaz do 4º Encontro de CEBs da Prelazia de Tefé
Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Houve uma alteração da terceira assembleia para esta que passa a ser chamado de encontro e não mais de assembleia. Mesmo tendo uma temática com olhar mais interno, começa por uma análise da conjuntura, tomando como ponto de partida a diversidade de modelos de famílias, e o desafio para a Igreja acolher. Ao falar dos desafios, os participantes afirmaram:

Não foram poucos os desafios: as grandes distâncias geográficas, limitações econômicas, estruturais e de comunicação. Mesmo assim, a Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição não desanimou, e levou para frente os encaminhamentos desta assembleia. Foram muitas as reuniões de organização, com inquietações e angústias, mas que não desanimaram as equipes de trabalho, ao contrário, lhes deram muito ânimo e força de vontade para continuar. Por outro lado as comunidades, as paróquias, pastorais, movimentos e organismos se preparam por meio do Ajuri da Palavra de Deus, encontros setoriais, intersetoriais, cursos de catequistas locais, assembleias, enfim foram muitas as formas de preparação (Relatório do 4º Encontro de CEBs da Prelazia de Tefé, 2015).

Este encontro ocorre em Carauari, no Rio Juruá, conforme relatam os participantes, os deslocamentos foram muito longos, chegando a viagens que duraram dias, o barco com o grupo de Tefé viajou por 72 horas, mas isso não diminuiu o ânimo, ao contrário, fez com que houvesse uma compreensão maior ainda da realidade geográfica da prelazia. Participaram 627 lideranças das centenas de comunidades da Prelazia de Tefé, ao final foi anunciado que o 5º encontro ocorreria na Cidade de Jutai, em 2019.



Figura 28 Foto dos barcos chegando na cidade de Carauari com as Lideranças para o 4º Encontro de CEBs da Prelazia de Tefé

Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

O quinto encontro acontece na Jutai, com a temática Juventude numa “Igreja em estado Permanente de Missão”. Os participantes do encontro tiveram a oportunidade de refletir sobre as diversas realidades da juventude. Perceberam os grandes desafios existentes, a ausência de políticas públicas voltadas para este público, a migração dos jovens para a capital do estado do Amazonas em busca de estudos, perspectiva de emprego. Também foi refletida a presença e a participação da juventude no âmbito da Igreja.

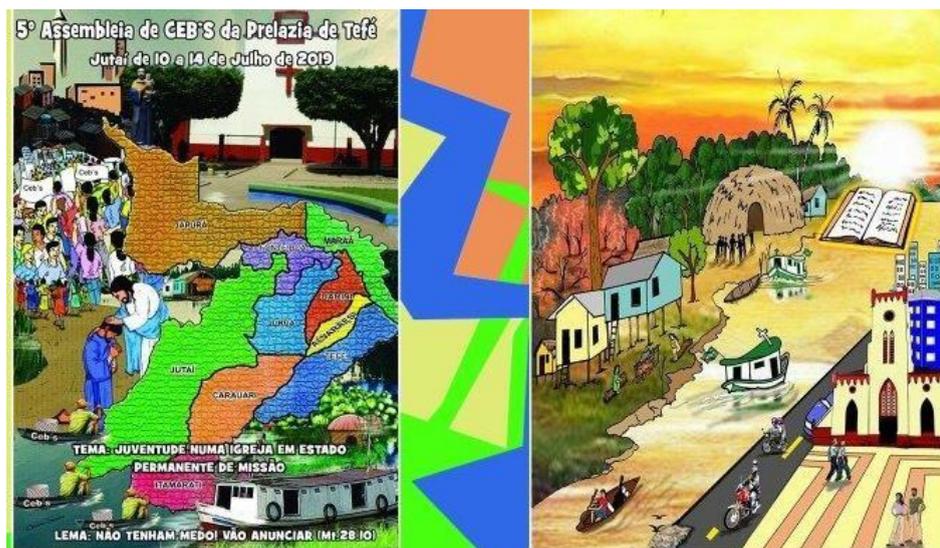


Figura 29 Cartaz do 5º Encontro de CEBs da Prelazia de Tefé

Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Voltou a ser denominada como “Assembleia”, a 5ª Assembleia das CEBs ocorreu na Cidade de Jutaí, no Rio Solimões, também lugar de muitos povos indígenas, daí uma presença marcante de jovens indígenas. Participaram ao todo 821 lideranças das comunidades da Prelazia.



Figura 30 Imagem dos barcos em direção a cidade de jutaí. A. Barco com faixas de identificação . B. Embarcação chegando em jutaí. C. Barco navegando em direção ao encontro de ceps

Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Foi anunciada a sexta assembleia que deverá ser realizada na Cidade de Alvarães em 2022, porém em virtude da pandemia da covid 19, e a mudança de Bispo, pois Dom Fernando Barbosa, foi transferido para a Diocese de Palmares no estado de Pernambuco, e a chegada de Dom José Altevir da Silva. Voltando a ser um bispo da congregação espiritana, e o primeiro amazonense a governar a Prelazia de Tefé, não foi possível fazer a articulação, sendo adiada.

Os caminhos percorridos pela Prelazia de Tefé, passam pelas comunidades eclesiais de base - CEBs. o intuito é que estas comunidades se transformem em uma rede e possam ser de fato o mecanismo que a Igreja tem para chegar até o povo. Este percurso vivido pelas comunidades nesta região da Amazônia, inspiraram também documentos aprovados pelas estruturas organizacionais da Igreja.

Nesta busca de afirmar a comunidade como lugar próprio para organizar a Igreja, a CNBB aprovou em 2014 o documento Comunidades de Comunidades, uma nova paróquia (Doc. 100), o objetivo do documento é indicar a comunidade como lugar próprio da atuação da Igreja: “A Igreja é comunidade! A comunidade torna visível a Igreja” (Doc. 100, p. 7). Este documento faz memória da importância da comunidade nos caminhos da Igreja, reconhece que desde sua origem foi organizada em comunidades.

No tempo dos apóstolos e das primeiras pregações do cristianismo, a civilização urbana se expandia pela bacia do mar Mediterrâneo e as cidades promoviam uma revolução social e cultural. Paulo funda comunidades nas cidades mais importantes do Império e entra na nova organização social que emerge (Doc 100, n. 98 p.57).

É a confirmação do caminho percorrido em muitas igrejas particulares, inclusive na Prelazia de Tefé que já vinha trabalhando a partir da organização das comunidades. Ressaltando que o Presidente da Comissão que preparou o documento 100 foi Dom Sérgio Eduardo Castriani, então bispo da Prelazia de Tefé. Esse fato leva a uma compreensão de que o documento parte de uma realidade já vivida.

A proposta do documento é que a Igreja se forme a partir de uma rede de comunidades, para poder responder aos “novos contextos e oportunidades estimulam a conversão pastoral da paróquia em comunidade de comunidades” (Doc. 100, n. 320, p.163).

4. Sínodo para a Amazônia ou sínodo da Amazônia? O caminho inverso: da Amazônia para o mundo!

Ao analisar os caminhos percorridos pela Igreja, observa-se que esta é uma busca constante, seja no campo da atuação, seja no campo da organização. Sempre que houve alguma

situação que necessitava mudanças, a Igreja buscou reunir-se à procura de soluções, nesta perspectiva pode-se dizer que a busca por adequação é uma constante na estrutura da Igreja. Os concílios ocorrem com esta finalidade.

O Concílio Vaticano II, foi convocado pelo papa João XXIII objetivando a modernização da Igreja. Havia naquele momento histórico (década de 1960), muitas revoluções, e a Igreja precisa adequar-se, caso contrário seria uma instituição que perderia muitos adeptos, aliás, já vinha ocorrendo estas perdas. Esta busca chega até o Continente Americano, através das organizações eclesiais da Região, CELAM e as conferências episcopais nacionais, no caso do Brasil a CNBB.

Com o intuito de aproximar-se das realidades locais, a CNBB vai se organizando em Regionais, inclusive na Amazônia. Aqui este percurso vai se dando através dos encontros dos Bispos que, a partir de suas prelações, dioceses e arquidioceses buscam tornar a Igreja cada vez mais presente no cotidiano da vida dos povos da região.

Nesta busca, vão ocorrendo momentos que não só marcam a história da instituição, como definem os caminhos. Neste sentido, dois grandes momentos ocorreram: o IV Encontro dos Bispos da Amazônia em Santarém no ano de 1972, no Estado do Pará e o V Encontro ocorrido em Manaus, Estado do Amazonas em 1974. Estes dois acontecimentos marcaram e continuam marcando a história e os caminhos da Igreja na Amazônia.

Nesses dois eventos foram aprovadas as Prioridades Pastorais da Igreja da Amazônia que perduram até os dias atuais. Neste sentido, o processo de escuta do Sínodo para a Amazônia confirma muitos destes caminhos. No Documento de Santarém 50 anos: Gratidão e Profecia, consta:

No caminho eclesial traçado ao longo destes 50 anos, fomos aprendendo a moldar nosso jeito de ser como uma Igreja de rostos amazônicos. fiéis à identidade missionária fundada no mandato de Jesus que nos pede para avançar até águas mais profundas (cf. Lc 5,4), assumimos os sonhos da Querida Amazônia, reafirmamos os caminhos de encarnação na realidade e de evangelização libertadora e atualizamos nossas opções pastorais e evangelizadoras, atentos às necessidades das comunidades eclesiais, de formação dos discípulos missionários, da vida dos povos da Amazônia e, com eles, de toda Casa Comum, além da evangelização das juventudes (2022, p.7-8).

O documento indica que neste período a Igreja da Amazônia foi se adaptando à realidade, buscando identificar os rostos e reafirmar caminhos. A partir das Linhas Prioritárias para a Pastoral da Amazônia, aprovadas em Santarém em 1972 e em Manaus em 1974, os demais servem para ratificar e atualizar os caminhos indicados.

4.1 A busca de caminhos novos ou compartilhamento dos caminhos percorridos?

Durante o processo de preparação, o Sínodo, resgatou elementos presentes desde o encontro de Santarém, em 1972, renovou as esperanças das comunidades, evidenciou o rosto dos povos da Amazônia, destacou a presença dos leigos e leigas, especialmente das mulheres. Demonstrando que estas lideranças é que mantêm viva a organização da Igreja na realidade amazônica. Indicou a necessidade de continuar o processo de valorização dos povos da Amazônia.

Neste documento jubilar, fruto do encontro de Santarém em 2022, ratificamos as diretrizes e prioridades assumidas há 50 anos, atualizando-os à luz do Sínodo para a Amazônia. Assim como o Documento de Santarém de 1972 constituiu uma criativa recepção do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, o atual encontro dá prosseguimento do Sínodo para a Amazônia (Documento de Santarém 50 anos: Gratidão e Profecia, consta, n.3, p. 10).

A base da mudança nos caminhos da Igreja é o Concílio Vaticano II, esta foi a grande reforma das últimas décadas que nortearam os rumos da Igreja. Na América Latina, a Conferência de Medellín buscou adequar o Concílio à realidade Latino-Americana e na Amazônia, ficou a cargo do IV encontro dos Bispos ocorrido em 1972 em Santarém.

Neste sentido, ao percorrer o caminho de Santarém, chegando ao Sínodo para a Amazônia, temos um profundo sentimento de gratidão ao Papa Francisco, que, ao escutar o apelo da Igreja na Amazônia para que se desse mais eco aos seus esforços e às suas lutas, nos surpreendeu com a convocação do Sínodo, do qual foi empenhado participante, e nos presenteou com a Exortação Querida Amazônia (Documento de Santarém 50 anos: Gratidão e Profecia, consta, n.3, p. 11).

Na Celebração dos 50 anos do Encontro de Santarém, realizado em 2022, na mesma cidade de Santarém, os participantes agradecem ao Papa por ter ouvido o apelo da Igreja da Amazônia, reconhecendo o esforço e as lutas. O Sínodo vem dar “eco” ao processo vivenciado. O Documento final e a Exortação Pós-Sinodal, confirmam os caminhos indicados e percorridos.

A Partir das duas diretrizes básicas, que organizam as linhas prioritárias para a Pastoral da Amazônia aprovadas em 1972: Encarnação da realidade e evangelização libertadora, nascem as quatro linhas prioritárias iniciais: formação de agentes pastoral, as comunidades cristãs de base, pastoral indígena, estradas e outras frentes pioneiras, sendo complementada em 1974 com a juventude, completando cinco linhas prioritárias. Estas indicações são retomadas nos encontros seguintes, e vão sendo adequadas à realidade do momento. De forma que estes caminhos vão servir de indicativo para a Igreja Amazônica até os dias atuais, sobretudo no território brasileiro.

Quando o documento final do Sínodo para a Amazônia retoma a ideia da primeira diretriz básica de Santarém (1972), o faz, retomando o Concílio Vaticano II, na Constituição Conciliar “*Ad Gentes*”.

A lógica da encarnação ensina que Deus, em Cristo, se vincula aos seres humanos que vivem nas “culturas próprias dos povos” (AG 9) e que a Igreja, Povo de Deus inserido entre os povos, têm a beleza de um rosto pluriforme porque enraizado em muitas culturas diferentes (cf. EG 116). Isso se realiza na vida e na missão das Igrejas locais presentes em cada “cada grande espaço sócio-cultural” (AG 22)
(Documento Final, n. 91, p. 58).

A Igreja Católica presente na Amazônia, vai buscando responder aos desafios a partir de linhas prioritárias pré-definidas anteriormente, o que confirma a ideia de que estes “caminhos novos”, são previamente indicados e adequados à realidade presente, porém, esta busca é constante, pois a realidade é dinâmica e exige respostas adequadas e atualizadas. A segunda diretriz de Santarém (1972, é retomada também no Documento Final do Sínodo para a Amazônia:

A evangelização que hoje propomos para a Amazônia é o anúncio inculturado que gera processos de interculturalidade, que promovem a vida da Igreja com identidade e rosto amazônicos (n.55, p.40).

Desta forma, o Sínodo para a Amazônia, além de confirmar os caminhos feito pela Igreja da Amazônia, é também um compartilhamento das experiências feitas, ganhando sentido a frase dita pelo Papa no encontro com os Bispos Brasileiros por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em 2013 no Rio de Janeiro, “A Amazônia como teste decisivo e banco de prova para a Igreja”.

4.2 Tecendo redes, amarrando os nós!

A ideia do trabalho em rede é recorrente, já no período anterior ao Concílio Vaticano II, a Igreja do Brasil preparou um plano emergencial que foi chamado de “Plano de Pastoral de Conjunto”. A proposta era preparar a Igreja em vista de uma renovação. O focando na paróquia, mas também estava orientado para as escolas católicas e para a realidade sócio-econômica. Em 1966, o Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970 foi posto em prática para cumprir as orientações do Concílio Vaticano II. As diretrizes do primeiro Plano de Pastoral de Conjunto foram inspiradas pelos grandes Documentos do Concílio, dando origem às seis grandes “linhas” de trabalho da Igreja: 1) Unidade visível da Igreja Católica (*Lumen Gentium*, *Christus Dominus*, *Presbyterorum Ordinis*, *Optatam Totius*, *Perfectae Caritatis*, *Apostolicam Actuositatem*); 2) Ação Missionária (*Lumen Gentium*, *Ad Gentes*); 3) Ação Catequética,

aprofundamento doutrinal, reflexão teológica (Dei Verbum); 4) Ação Litúrgica (Sacrosanctum Concilium); 5) Ação Ecumênica (Unitatis Redintegratio); 6) Ação da Igreja no mundo (Gaudium et Spes, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate, Gravissimum Educationis, Inter Mirifica). Este Plano de Pastoral de Conjunto marcou profundamente, durante as décadas sucessivas, o caminho pastoral da Igreja no Brasil e a própria organização e atuação da CNBB (Arquivo Regional Norte 1: Histórico da CNBB).

Este primeiro Plano de Pastoral de Conjunto, inspirou a Igreja para um trabalho mais organizado, de ajuda mútua, inspirando a ideia de que precisava uma organização articulada, com ações conjuntas. Esta ideia ganhou força na Amazônia, sobretudo quando haviam os encontros da Igreja da Região, que apontavam desafios comuns, que precisam ser enfrentados. No Projeto de Igrejas Irmãs lançado na década de 1970, sugere que juntos poderiam trabalhar melhor.

A Igreja na Amazônia convida as Igrejas-Irmãs, entidades e beneficentes para partilharem da sua vida, conhecerem o seu trabalho e enfrentarem juntos os desafios da evangelização (Desafio Missionário, n. 88, p. 94).

Este pensamento foi bastante refletido e trabalhado, até que a Conferência de Aparecida em 2007, indica a seguinte necessidade:

Criar nas Américas consciência sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade. Estabelecer entre as Igrejas locais de diversos países sul-americanos, que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum (DAp, n. 475).

Esta indicação de Aparecida foi concretizada em 2014 com a criação da Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM, uma rede que busca fortalecer as ações da Igreja nos diversos âmbitos, no Brasil a rede tem a seguinte finalidade:

A Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil constitui um serviço da Igreja no Brasil para os povos da Amazônia. É um esforço da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), das Igrejas Particulares (dioceses e prelazias), paróquias, comunidades, organizações sociais, cooperadores nacionais e internacionais para a defesa dos direitos humanos de mulheres e homens, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, e tantas outras expressões e trajetórias de vida emersas na Amazônia (<https://repam.org.br/quem-somos-repam>).

A rede criada é Eclesial, atua nos diversos campos: pastoral, formação, articulação, atua nos diversos âmbitos: religioso, socioambiental, cultural, educativo. Buscando articular as ações junto com os vários organismos da Igreja, de forma conjunta. Com isso “tece a rede e amarra os nós”. Numa dinâmica da tecitura da rede, utilizada pelos pescadores amazônicos, cuidando para que todos sejam envolvidos e valorizados. Dentro desta rede o

protagonismo deve ser sempre dos povos amazônicos. Esta ação é dinamizada a partir de núcleos temáticos: Formação e Métodos Pastorais, Justiça Socioambiental e Bem Viver, Direitos Humanos e Incidência Política. Tem como linhas de serviços transversais: Povos Amazônicos e Territórios e Comunicação para a transformação social Utiliza como metodologia a escuta e a participação ativa dos povos amazônicos, na busca de responder aos grandes desafios da região (<https://repam.org.br/quem-somos-repam/>).

A partir do processo de escuta do Sínodo para a Amazônia, identificou-se que havia ainda a necessidade de ampliar a rede, criando um organismo episcopal.

Propomos criar um organismo episcopal que promova a sinodalidade entre as Igrejas da região, que ajude a delinear o rosto amazônica desta Igreja e que continue a tarefa de encontrar novos caminhos para a missão evangelizadora, incorporando especialmente a proposta da ecologia integral, fortalecendo assim a fisionomia da Igreja Amazônica. Trata-se de um organismo episcopal permanente e representativo que promova a sinodalidade na região amazônica, articulado com o CELAM, com estrutura própria, em uma organização simples e também articulada com a REPAM. Deste modo, pode ser o canal eficaz para assumir, a partir do território da Igreja latino-americana e caribenha, muitas das propostas que surgiram neste Sínodo. Seria o nexó que articula redes e iniciativas eclesiais e socioambientais em nível continental e internacional (Documento Final, n. 115, p. 69).

Esta proposta foi elaborada a partir da necessidade de ampliação da rede eclesial na Amazônia, viu-se que a REPAM necessitaria de uma maior articulação, para também ampliar seus raio de atuação, porém o Papa Francisco ao refletir sobre esta proposta, sugere que o organismo não fosse somente episcopal, mas tivesse um caráter eclesial, na instalação da Conferência, o Cardeal Pedro Barreto afirmou:

Ao mesmo tempo, reconhecemos que nosso desafio imediato é comunicar-nos com as Conferências Episcopais, a fim de explicar a graça especial da CEAMA como espaço de escuta, discernimento e ação missionária pastoral na Região Amazônica. Da mesma forma, nos comunicaremos com as Nunciaturas Apóstolicas para que elas possam nos ajudar no reconhecimento legal da CEAMA perante os Estados incluídos no território amazônico (<https://repam.org.br/ceama>).

Ao promover a Conferência Eclesial, Francisco, responde a um dos clamores da Igreja da Amazônia, que diz respeito a uma participação mais ampla nas decisões da Igreja. A indicação do Documento final era de criar uma Conferência Episcopal amazônica, ligada ao CELAM, o Papa criou uma conferência eclesial, com participação de bispos, padres, leigos, leigas, religiosos e religiosas. Um espaço realmente eclesial, não episcopal. Assim a rede vai sendo tecida e ampliada.



Figura 31 Foto oficial da criação do CEAMA

Fonte: <https://repam.org.br/ceama-anuncia-decreto-criacao-aprovacao-estatutos-pelo-vaticano/>

4.3 Avançando no caminho: Assembleia Eclesial

Dando prosseguimento a proposta da Igreja da Amazônia, de ser cada vez mais “sinodal”, de forma que o Sínodo para a Amazônia apresenta no Documento Final a necessidade de uma “Conversão Sinodal” e na Exortação Pós-Sinodal Querida Amazônia, apresenta o “Sonho Eclesial”, a aplicação destes sonhos da Igreja Amazônica exigem profundas mudanças, que indicam modificações na estrutura organizacional da Igreja.

Mesmo sendo uma demanda antiga da Igreja, que vem desde o Vaticano II, quando suas constituições, decretos e declarações apontavam para uma adequação da Igreja aos tempos modernos, esta aplicação das decisões ainda não foram totalmente executadas. Havia muita dificuldade para fazer cumprir as decisões, muito porque a Igreja tem sua estrutura organizacional ligada a cada Igreja local (dioceses, prelazias, arquidioceses), ainda assim muitas das Igrejas foram implementando os documentos.

Com o processo do Sínodo para a Amazônia, o Papa encorajou-se e convocou a primeira assembleia eclesial da Igreja da América Latina. Seguindo o mesmo método utilizado pelo Sínodo, foi realizada uma grande escuta em vista desta assembleia, que tinha como objetivos :

- Reacender a Igreja de nova maneira, apresentando uma proposta restauradora e regeneradora;
- Ser um evento eclesial em chave sinodal, e não apenas episcopal, com uma metodologia representativa, inclusiva e participativa;

Fazer uma releitura agradecida do documento de Aparecida que possibilite gerenciar o futuro;
 Ser um marco eclesial que consegue relançar grandes temas ainda em vigor;
 Reconectar as cinco Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e Caribe ao Magistério do Papa Francisco (Laudato Si, Querida Amazônia, Fratelli Tutti);
 Celebrar o Jubileu Guadalupano (1531-2031) e da Redenção (2033).
 (<https://www.cnbb.org.br/assembleia-eclesial-da-america-latina-e-do-caribe/>)

Esta assembleia retomou as conferências anteriores do CELAM, atualizou para os tempos atuais e fez a ligação com os documentos do atual Papa Francisco. Por outro lado, esta Conferência eclesial, propôs a experiência de uma Igreja “Povo de Deus” como indicou o Concílio Vaticano II. Foi realizada em formato híbrido, ou seja, presencial e remoto via online. Foi a primeira experiência de uma conferência eclesial e também a primeira vez neste formato.

4.4 Fruto do Sínodo da Amazônia: O Sínodo sobre sinodalidade

A palavra sínodo vem do grego - *sýnodos* - e quer dizer “caminhar juntos” (Documento Pretório do Sínodo para a Amazônia). O Sínodo dos Bispos foi instituído pelo papa Paulo VI para toda a Igreja, por meio da carta apostólica *Apostolica Sollicitudo* (Solicitude Apostólica), em setembro de 1965, antes do encerramento do Concílio Vaticano II. É convocado pelo papa, de três em três anos, composto por bispos indicados pelas Conferências Episcopais Nacionais, membros da Cúria Romana e convocados pelo Papa. É o papa quem indica o tema a ser refletido e discernido em conjunto (*Episcopales Communio*).

Mesmo os sínodos sendo um mecanismo que faz parte da estrutura organizacional da Igreja, ocorrendo vários na história recente com temas diversos, somente nos últimos anos, houve um maior conhecimento do seu significado. Com a experiência do Sínodo para a Amazônia, foi possível ter maior clareza do que é, e para que serve um sínodo na Igreja. Tanto que o Papa sentiu a necessidade de convocar um Sínodo para tratar de sinodalidade.

Segundo o documento preparatório do Sínodo 2023, “o caminho ao qual todos são chamados, consiste em descobrir o rosto e a forma de uma Igreja Sinodal, em que cada pessoa tem algo a aprender”. Assim, a ideia principal de uma Igreja sinodal, é que toda a comunidade possa caminhar juntos. O Concílio Vaticano II recuperou a compreensão da “Igreja como Povo de Deus, chamada a caminhar juntos”, seja na vida em sociedade, seja em comunidades de fé. Caminhar juntos é a essência da sinodalidade. Sinodalidade é, portanto, o esforço coletivo e a busca contínua de “caminhar juntos”. É um jeito de a Igreja valorizar cada pessoa, dar voz e envolver na realização da missão. Não se trata mais de imposições, mas de dialogar. Nos

últimos anos, sobretudo no pontificado do Papa Francisco, tem se falado muito em uma Igreja sinodal”. O *Instrumentum Laboris* do Sínodo sobre Sinodalidade ao analisar o tema afirma:

Um termo tão abstrato ou teórico como sinodalidade começou assim a encarnar-se numa experiência concreta. A partir da escuta do Povo de Deus, surge uma apropriação e uma compreensão progressivas da sinodalidade “a partir de dentro”, que não deriva da enunciação de um princípio, de uma teoria ou de uma fórmula, mas se desenvolve a partir de uma disposição para entrar numa dinâmica de palavra construtiva, respeitosa e orante, de escuta e diálogo (2023, n.18, p. 10).

A experiência da sinodalidade já é uma realidade na vida da Igreja, na Amazônia já vem sendo colocada em prática desde a década de 1970, com a aplicação do plano das linhas prioritárias da Igreja da Amazônia, se estabelece a necessidade de uma estrutura mais participativa, onde se valoriza todos os agentes. Mesmo tendo ainda uma estrutura hierarquizada, mas sem o número de sacerdotes necessário, a Igreja acabou tendo que abrir-se a uma participação de agentes de mulheres e homens que lideram comunidades e até paróquias com poderes dados pelos bispos. Esta realidade é encontrada, por exemplo, na Prelazia de Tefé.

Puntel (2020), relata que encontrou missionários da Prelazia de Tefé, no Rio Solimões e seus afluentes Japurá, Jutai, Juruá e Tefé: o Bispo D. Joaquim de Lange, 13 padres, a maioria estrangeiros e da Congregação do Espírito Santo; quatro irmãos, 24 religiosas, Franciscanas Missionárias de Maria, que ocupam da parte pastoral, hospitalar e educacional; uma porção de agentes leigos que se tornam paulatinamente, líderes para trabalhar com seus irmãos, no esforço de construir uma verdadeira Igreja nativa.

O Sínodo para a Amazônia confirma esta observação de Puntel no documento final.

Para caminhar juntos, a Igreja precisa de uma conversão sinodal, sinodalidade do povo de Deus, sob a orientação do Espírito na Amazônia. Com esse horizonte de comunhão e participação, buscamos os novos caminhos eclesiais, a ministerialidade da Igreja com rosto amazônico. A vida consagrada, os leigos e, entre eles, as mulheres, são os antigos e sempre novos protagonistas que nos chamam a esta conversão (n. 86, p. 55).

A experiência sinodal da Igreja amazônica, oferece grande contribuição para o processo de construção do Sínodo sobre sinodalidade. O pontificado do Papa Francisco possibilitou que esta experiência fosse compartilhada e aprimorada, no Sínodo Pan-Amazônico, mais do que buscar novos caminhos foram confirmados e aprimorados os caminhos vividos.

4.5 Desafios que permanecem

A história da Igreja Católica na Amazônia é longa e diversa, faz a experiência de colonizar a região junto com as coroas da Espanha e de Portugal, mas com o passar do tempo vai superando este período difícil, passando por um processo de “descolonização”. Mesmo

antes do Concílio Vaticano II já se iniciou esta busca por mudanças. A Igreja iniciou um processo de organização e busca por soluções conjuntas através de encontros para refletir a realidade e buscar soluções. Para Dom Erwin Krautler:

A caminhada da Igreja na região que, a partir do primeiro encontro dos bispos da Amazônia, ainda em 1954, já vislumbrava o que o papa hoje deseja com o Sínodo. “Medellín (1968) tentou latino-americanizar as constituições e decretos daquele evento histórico [Concílio Vaticano II], o Encontro dos Bispos da Amazônia em Santarém procurou amazonizar Medellín. Desde 1954 os bispos da Amazônia se reuniram periodicamente, mas o Documento de Santarém engendrou uma nova primavera para toda a Amazônia. Já aí os bispos falaram de ‘uma Igreja com rosto amazônico’. Deixaram-se inspirar pela palavra do Papa Paulo VI ‘Cristo aponta para a Amazônia’” (<https://repam.org.br/sinodo-dom-erwin-amazonia/>).

Krautler apresenta a constante busca da Igreja da Amazônia por responder aos desafios da região. Esta busca é permanente, pois a cada encontro são identificados, por vezes, os mesmos desafios, mas emergem novos, de acordo com cada tempo. Assim essa busca nunca acaba.

O Sínodo para a Amazônia reforça a necessidade de buscar uma Igreja com rosto Amazônico, mas são vários rostos que constituem esta Amazônia, o Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia (2022), identifica estes rostos da Igreja de forma metodológica: discípula missionária e sinodal, servidora, profética e defensora da vida, testemunha do diálogo, irmã e cuidadora da criação, dos mártires. Todos estes rostos são articulados entre si. Quando traduzimos para os rostos físicos, serão assim identificados: indígenas, ribeirinhos, migrantes, mulheres, migrantes. Na exortação Pós-Sinodal Querida Amazônia, Francisco destaca:

Cada povo que conseguiu sobreviver na Amazônia tem a sua própria identidade cultural e uma riqueza única em um universo multicultural, em virtude da estreita relação que os habitantes estabelecem com o meio circundante, em uma simbiose - de tipo não determinista - difícil de entender com esquemas mentais alheios (n. 31, p. 24).

Os desafios identificados desde os primeiros encontros da Igreja Amazônica, caminham até os dias atuais, e continuam a fazer parte da busca por novos caminhos.

4.5.1 Rosto feminino: Valorização e inserção das mulheres

No campo eclesial a valorização e inserção dos leigos nos espaços decisivos da Igreja, sobretudo as leigas mulheres, o Documento Final chama a atenção.

Nas múltiplas consultas realizadas na Amazônia, o papel fundamental da mulher religiosa e leiga na Igreja da Amazônia e em suas comunidades foi reconhecido e

ênfatisado, devido aos múltiplos serviços prestados. Em grande parte dessas consultas, o diaconato permanente foi solicitado para as mulheres (n. 103, p. 62).

A presença e participação das mulheres é um desafio constante na estrutura da Igreja, pois são a grande maioria, mas não estão inseridas nas instâncias de decisão, apesar de já fazerem parte dos conselhos pastorais e exercerem alguns ministérios.

4.5.2 Rosto indígena, ribeirinho, quilombola migrante- respeito à diversidade cultural

Este desafio, que vem de longe, pode-se dizer que ultrapassa a característica de desafio, é praticamente uma “dívida”. Em Medellín, inspirado no Vaticano II, indicou-se a necessidade da valorização dos pobres, Santarém indica que é preciso encarnar-se na realidade. Esta encarnação da Igreja, perpassa pela valorização e inserção dos povos e suas culturas. Para isso, a Querida Amazônia indica:

É a partir das nossas raízes que nos sentamos à mesa comum, lugar de diálogo e de esperança compartilhadas. Desse modo, a diferença que pode ser uma bandeira ou uma fronteira, transforma-se em uma ponte (n,37, p.27).

A Igreja na Amazônia ainda guarda muitos efeitos de sua história e da história da colonização. Felizmente hoje há a consciência de que uma Igreja com rosto próprio é uma Igreja enraizada em seu contexto concreto.

4.5.3 Casa comum: conversão ecológica e integral

Uma das grandes preocupações da Igreja das últimas décadas é a questão ecológica, sendo pautadas em várias campanhas da fraternidade, refletindo vários aspectos, meio ambiente:

- ❖ 1979 – Por um mundo mais humano / lema: Preserve o que é de todos;
- ❖ 1984 – Fraternidade e vida / lema: Para que todos tenham vida;
- ❖ 1986 – Fraternidade e terra / lema: Terra de Deus, terra de irmãos;
- ❖ 2002 – Fraternidade e povos indígenas / lema: Por uma terra sem males;
- ❖ 2004 – A fraternidade e a água / lema: Água, fonte de vida;
- ❖ 2007 – Fraternidade e Amazônia / lema: Vida e missão neste chão;
- ❖ 2008 – Fraternidade e defesa da vida / lema: Escolhe, pois, a vida;

- ❖ 2011 – Fraternidade e a vida no planeta / lema: A criação geme como em dores de parto;
- ❖ 2016 – Casa comum, nossa responsabilidade / lema: Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca;
- ❖ 2017 – Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida / lema: Cultivar e guardar a criação;

Além disso, o Papa Francisco lançou em 2015 a Encíclica *Laudato Sí* sobre o cuidado da casa comum, que vai refletir em todo o processo do Sínodo para a Amazônia que além de buscar novos caminhos para a Igreja, busca uma ecologia integral. A encíclica faz um convite:

Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós (*Laudato Sí*, n. 14, p. 16).

Na Amazônia, esse convite ganha mais força, pois esse berço de vida abundante está ameaçado, precisa de atenção, tornando a questão da ecologia integral como um grande desafio permanente.

4.5.4 Violências, corrupção e violações de direitos

Ao apresentar o sonho social na Exortação Pós-Sinodal, o Papa indica preocupações com as questões dos crimes, injustiças, o narcotráfico e as ameaças à vida dos povos da Amazônia. Francisco chama a atenção para as instituições da sociedade civil presentes no território e não cumprem com o seu papel de proteger a vida na região, mas chama atenção para a atuação da Igreja.

Não podemos excluir que membros da Igreja tenham feito parte das redes de corrupção, por vezes chegando ao ponto de aceitar manter silêncio em troca de ajudas econômicas para as obras eclesiais (n.25, p. 20).

Estas problemáticas estão presentes nas preocupações da Igreja da Amazônia. O Sínodo para a Amazônia traz à tona questões complexas que exigem que a Igreja tenha uma postura de ruptura com tudo o que vai contra a vida.

Os principais desafios para atuação da Igreja da Amazônia, perpassa pela realidade da região, a geografia complexa, as questões ambientais, culturais, as metodologias que dialoguem e valorizem a diversidade dos povos. Para que de fato a Igreja tenha um rosto amazônico, é preciso enfrentar estes desafios buscando caminhos que venham a ajudar neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente os povos amazônicos se apresentam como defensores da vida. Esta identificação faz com que tenham uma espiritualidade profundamente ligada à natureza como lugar de criar e recriar a vida. Veem a natureza como sagrada, a terra é mãe, a mata esconde os seres sagrados, o sol é um Deus, esta relação de profundo respeito os tornam verdadeiros “guardiões” deste solo “sagrado”.

Esta visão é bem diferente daquela que chega com os colonizadores que buscam explorar “o santuário” amazônico em busca das riquezas naturais. Esta violação ocorre com o apoio e o auxílio de uma Instituição que também tinha uma visão sagrada, mas estava aliada aos governos da Espanha e de Portugal, que se revezam na espoliação da Amazônia.

Este processo inicial da presença da Igreja na Amazônia vai se desenvolver e se expandir por toda a região. Por outro lado, esta mesma Igreja que explora, que coloniza, vai passar por um processo de mudança que a leva a compreender a riqueza desta realidade.

Com um longo processo de institucionalização, passando pela ruptura e independência do estado, leva a uma constante busca por caminhos diferentes, que a aproxima da realidade dos povos amazônicos com toda a sua diversidade. Vai entendendo que é preciso valorizar as pessoas, que a partir da ótica religiosa, são parte da criação de Deus, que precisam se aproximar, caminhar junto, sem impor língua, cultura, mas ao contrário, a Igreja deve se “encarnar na realidade”.

Exigida pelas sementes do Verbo presente na realidade desde a criação do mundo e pela conduta do próprio Cristo, que quis identificar-se com tudo o que era humano, exceto o pecado, a nossa encarnação deve consistir num total entrosamento com a realidade concreta do homem e do lugar (linguagem, valores, problemas), impondo-nos, para isso, orientações programáticas fundamentais (Desafio Missionário, 2014, n.2.1, p. 34).

Este caminho foi longo, houve muito sofrimento, aprendizado, troca de experiência, mas a Igreja conseguiu fazer este percurso, junto com os povos amazônicos, reconhecendo que o processo de conhecimento da realidade a inserção nela é fundamental para uma instituição que se põe em defesa da vida e dos povos, e é um caminho constante e permanente.

Este marco da Igreja católica da Amazônia é fruto de um processo, suas lideranças já se reuniam desde a década de 50, ocorrendo o primeiro encontro em 1954 no Rio de Janeiro. A busca por caminhos que tornasse a Igreja mais próxima da realidade onde está inserida ganha força com o Concílio Vaticano II, Medellín na América Latina que traz para o chão da realidade

latino americana os ideais do Vaticano II, fortalecem os líderes da Igreja na Amazônia a intensificarem a busca por novos caminhos, por uma Igreja com rosto autóctone.

O Papa Francisco reconhece este percurso feito, envia mensagem aos participantes do IV Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal, realizado em Santarém em 2022, por ocasião da celebração dos cinquenta anos do encontro que aprovou os primeiros passos deste caminho rumo a uma Igreja realmente amazônica.

"Com o coração repleto de alegria e esperança, dirijo-me a todos os participantes do **IV Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal**, pois é motivo de especial alento para mim saber que sonhamos juntos 'com comunidades cristãs capazes de se devotar e encarnar de tal modo na Amazônia, que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos'. Ao mesmo tempo, saber que esse encontro faz memória daquele ocorrido nesse mesmo local há 50 anos, é ocasião de intensa ação de graças ao Altíssimo pelos frutos da ação do Divino Espírito Santo na Igreja que está na **Amazônia** – durante estas últimas cinco décadas – e por quanto a mesma inspira" (Mensagem aos participantes do IV Encontro da Igreja Católica da Amazônia Legal).

Esta mensagem do Papa confirma os caminhos feitos pela Igreja ao longo dos anos. Ao fazer memória, reafirma as indicações dos caminhos, retoma o percurso, corrige as curvas feitas, recoloca a igreja no rumo indicado.

Esta dissertação buscou desenvolver uma pesquisa documental e bibliográfica que traz à tona a ideia de uma busca constante, que desemboca no Sínodo para a Amazônia, confirmando os caminhos feitos, e indicando novos. Neste sentido, as primeiras conclusões que se pode chegar com este trabalho ainda inconcluso, pois a dinamicidade do mundo, leva também as instituições a correções de caminhos, são:

1. A Igreja está sempre em busca de novos caminhos, que venham a responder aos desafios do tempo presente. Essa busca se evidencia quando há uma abertura maior, ao tempo em que o “ministro vira de frente para o povo”, para celebrar a vida real, ligando esta vida ao sagrado;
2. A busca do rosto amazônico, advém dos encontros corridos desde a década de 1950, quando ocorre o primeiro encontro dos bispos da Amazônia, se intensifica a partir de 1972 em Santarém, e em Manaus em 1974, sendo uma busca constante nos últimos 50 anos, para isso foi necessário que houvesse um verdadeiro processo de inculturação, encarnação na realidade, transformando de fato a forma de se fazer presente na região, tornando-se um desafio permanente;
3. Sendo o Sínodo fruto deste processo, deveria ser considerado “Sínodo da Amazônia” não “para a Amazônia”. Pois foi construído a partir da Amazônia e não de fora da Amazônia. A proposta do Papa Francisco de levar a Amazônia para o centro, realizando a assembleia sinodal em Roma, significa que a Amazônia apresenta ao mundo suas

experiência, seja no campo religioso, seja no campo socioambiental, a ponto de o Próprio Papa dizer que “são os principais interlocutores, dos quais primeiro devemos aprender, a quem temos de escutar” (Querida Amazônia, n. 26, p. 20);

4. O desafio da valorização e a inclusão das mulheres nas instâncias decisórias da Igreja, a busca por encontrar formas para realizar este sonho, leva ao Papa Francisco a propor algumas modificações na estrutura documental, abrindo algumas perspectivas, mas ainda com muita dificuldade, pois existe por parte da Cúria Romana e de muitas lideranças grande resistência;
5. Como o rio tem duas margens, a Igreja possui sua estrutura organizacional, onde em uma margem está sua atuação, daí os documentos pastorais norteadores que indicam os caminhos, por onde a Igreja deve navegar, enquanto que na outra margem, está o documento legislador, o Código de Direito Canônico, que controla o ritmo da navegação, ora permite avançar, ora manda recuar. O grande desafio para a Igreja Católica, é a modernização do documento legislativo, procurando fazer com que corra no mesmo ritmo dos demais documentos e orientações..

Mas mesmo com todos os desafios detectados, o Papa Francisco, que tem um olhar “cuidadoso, amoroso e esperançoso” para a amazônia, indica aos bispos da Amazônia em sua mensagem ao IV Encontro da Amazônia Legal, em 2022:

"Sejam **corajosos e audaciosos**", exorta **Francisco**, "abrindo-se confiadamente à ação de Deus que tudo criou, nos deu a si mesmo em Jesus Cristo, e nos inspira através do Espírito a anunciar o Evangelho com novo empenho e a contemplar a beleza da criação, ainda mais exuberante nessas terras amazônicas, onde se experimenta a presença luminosa do Ressuscitado" (Mensagem aos participantes do IV Encontro da Igreja Católica da Amazônia Legal).

Um aspecto a ser ressaltado são as indicações dos Bispos para a Amazônia, apesar de ainda não ter registros de bispos indígenas, ao menos desta parte da Amazônia brasileira, tem sido nomeados, nos últimos anos, bispos nascidos na região. O atual bispo da Prelazia de Tefé, é Amazonense, nascido na cidade de Guajará, além dele, há outros em outras dioceses naturais da Amazônia. Este fato é importante, pois o grande “grito da Igreja Amazônia”, é por rostos próprios, e aos poucos vai se delineando estes rostos, em todos os níveis de sua estrutura organizacional e insitucional.

Esta dissertação faz a tentativa de apresentar os caminhos da Igreja Católica na Amazônia, a partir da experiência da Prelazia de Tefé, deve-se levar em consideração que mesmo sendo uma análise a partir de documentos, de referências bibliográfica e de experiências, a aplicação se dá de forma diferente em cada lugar, como existe a “independência”

de cada prelazia, diocese ou arquidiocese e a autonomia quanto a forma de aplicar os documentos, se fizermos este exercício analisando outras realidades, pode-se ter outras perspectivas.

Tendo a Amazônia feito a experiência de viver a colonização, e ainda nos tempos atuais, muitos sinais e experiências implantadas de fora para dentro, a ótica deste trabalho é olhar a experiência da Igreja católica na região de dentro para fora, apontando a necessidade de afirmação de um novo processo, a descolonização, processo este constatado quando se percebe o amazônida tendo seu lugar de fala, de opinar, de participar das decisões. Estes caminhos percorridos, apesar de ainda haver muitos resquícios coloniais, percebe-se um processo novo, diferente em andamento.

Portanto, esta dissertação busca oferecer uma colaboração para que a Igreja Católica da Amazônia venha a avançar nos caminhos do diálogo, da valorização da cultura, dos povos, da prática religiosa, do cuidado com a casa comum e do serviço à vida na Amazônia, assumidos e reassumidos ao longo destes caminhos, também com a ousadia de indicar o desafio e a necessidade de uma reflexão mais profunda e até revisão de suas estruturas organizacionais e legisladoras.

REFERÊNCIA

Bibliografias

- AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio a partir do povo: tomo II-3-2: terceira época: 1930 a 1964**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).
- BEOZZO, J. O. **A igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BERMAN, Marshal. **TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR - a aventura da modernidade**. São Paulo. Companhia de Letras, 1986
- BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**, São Paulo, UNESP, 1997
- CASTELLES, Manoel. **O poder da Identidade**, 9ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018.
- CERETTA, Pe. Celestino, **História da Igreja na Amazônia Central V.I**, Manaus, Valer, 2008
- DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAULHABER, Priscila. **O Lago dos espelhos**, Belém – PA, 1998
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional: Brasília, INL, 1976.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HOONAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo Brasileiro 1550-1800**, Petrópolis – RJ, Vozes, 1995.
- HOONAERT, Eduardo. **História da Igreja na América Latina e no Caribe 1945-1995**, Petrópolis – RJ, Vozes, 1978
- HOONAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der; BROD, Benno, **História da Igreja no Brasil**, Petrópolis – RJ, Vozes, 1977
- JORGE, J. Simões. **Cultura Religiosa: o homem e o fenômeno religioso**. São Paulo: Loyola, 1998.
- LIBANIO, João Batista. **Teologia da libertação: roteiro didático para um estudo**. São Paulo: Loyola, 1987.
- LIMA, Francisco Andrade de. **A decolonização como chave de leitura para compreender a presença e a atuação da igreja católica na Amazônia nos últimos 50 anos**. In OLIVEIRA,

- Sofia Maria de Oliveira e (Org.); SARAIVA, Cláudio Luis Silva (Org.). **Motirô de Saberes: gênero, educação e ancestralidade**, Embu das Artes – SP, ALEXA, 2022
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- PUNTEL, Joana T. **Comunicar a Memória: Jornalismo no coração da Amazônia**, São Paulo, Paulinas, 2020
- RIBEIRO, Nelson Figueiredo, **A Amazônia na Geopolítica Brasileira e Internacional**. In OLIVEIRA, José Aldemir de; GUIDOTTI, Pe. Humberto (Org), **A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia**, Manaus, EDUA Universidade Federal do Amazonas, 2000
- SARNEY, José; e COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde começa o Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.
- SCAEKEN, Raimunda Gil, **Dom Mário Clemente Neto CSSp: Um missionário a serviço no Amazonas**, Edição do Autor, Manaus – AM, 2021
- SCHAEKEN, Raimunda Gil; QUEIROZ, Raimundo Claudemir Bezerra de. **As obras e os Desafios de Dom Joaquim de Lange**, Edição do Autor, Manaus – AM, 2017
- SILVA, Marilene Corrêa da, **Metamorfoses da Amazônia e os processos mundiais nos últimos 25 anos**. In OLIVEIRA, José Aldemir de; GUIDOTTI, Pe. Humberto (Org.), **A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia**, Manaus, EDUA Universidade Federal do Amazonas, 2000
- SOARES, Edvaldo. **Pensamento Católico Brasileiro: influencias e tendências**. Marília – SAP, Cultura Acadêmica, 2014.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**, 1ª ed. Editora RECOR – Rio de Janeiro – São Paulo, 2019.
- SOUZA, Ney de. **Histórica da Igreja na América Latina**, Petrópolis – RJ, Vozes 2022.
- VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA Jakeline. **A Floresta habitada: História da ocupação humana na Amazônia**, Belém- PA, 2020.
- ZAGHENI, Guido. **A idade moderna: Curso de História da Igreja III**. 1.ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

Documentos da Igreja

- CNBB, **Desafio Missionário Coletânea de documentos da Igreja da Amazônia**, 1ª ed, Brasília, Edições CNBB, 2014.
- Comissão Episcopal para a Amazônia da CNBB / Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM - Brasil. **Documento Santarém 50 anos gratidão e profecia**, Brasília, Edições CNBB, 2022

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965. **Compêndio do Concílio Vaticano II**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999

CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANA. **Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: Documento da Puebla**. São Paulo: Paulinas, 1979.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANA. **Conclusões da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: nova evangelização, promoção humana e Cultura cristã. Documento de Santo Domingo**. São Paulo: Paulinas, 1992.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Exigências cristãs de uma ordem política (XV Assembléia Geral da CNBB)**. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1981a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia. Documentos da CNBB 100**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

Documento de Aparecida – **texto concluído da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe**, São Paulo, Paulinas, 2007

Documentos da Igreja, **Código de Direito Canônico**, Paulus – SP, 1983

Documentos da Igreja. **Amazônia: Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Papa Francisco: Querida Amazônia – Sínodo para a Amazônia**. Edições CNBB, Brasília – DF, 2020

Documentos da Igreja. Amazônia: **Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral. Documento final** – Sínodo para a Amazônia. Edições CNBB, Brasília – DF, 2019

FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium. Sobre o Anúncio do Evangelho no Mundo Atual**. Brasília: CNBB, 2013

FRANCISCO, Papa. **“Carta Encíclica Laudato Si”**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015

Revistas e Periódicos

DONEGANA, Costanzo. **A Missão Nas Conferências gerais do CELAM**. Revista Encontros Teológicos nº 45 Ano 21 / número 3 / 2006

LENS, Matias Martinho. **O Concílio Vaticano II: A presença da Igreja no mundo em espírito de Serviço, em especial aos mais pobres**. Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral, Curitiba, V.4,2,p.421-440,jul/dez.2012., Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

MATA, Raimundo Possidônio da. A Igreja e sua Missão na Amazônia. **Revista Encontros Teológicos: N° 46, ANO 22, N° 1, 2007, P. 19-28**.

NETO, Joviniano S. de Carvalho, **O Sínodo da Amazônia – Um acontecimento definidor**, Caderno do CEAS: Revista critica de humanidades, Salvador/Recife, n. 249, p. 33-62, jan./abr., 2019

PACHECO, Agenor Sarraf. **Os Estudos Culturais em outras Margens: identidades afroindígenas em ‘zonas de contato’ Amazônicas.** *Fênix* (UFU Online), v. 09, p. 01-19, 2012.

PERANI, Cláudio. **A Igreja na Amazônia: Criatividade, Dinamismo e Vitalidade.** Revista Crítica de Humanidades: Caderno do CEAS. Salvador/Recife. 2018, p. 231-241.

Repositório

KOPANYSHYN, Emanuelle. **Dissertação de Mestrado: A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis.** Universidade Federal de São Carlos, 2015

LISBOA, Isley Raposo, **Apóstolos de Maynas: a ação jesuítica no Solimões no Diário do padre Samuel Fritz,** Dissertação de Mestrado – Manaus: UFAM , 2012.

LOBATO, Sidney da S. **A cidade dos trabalhadores: Insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964).** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH\USP: São Paulo, 2013.

NETO, João Colares da Mota. **Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda,** Tese de doutoramento, Universidade Federal do Pará, 2015.

Sites

Amazonizar é necessário e urgente! Disponível em <https://olma.org.br/2020/06/04/amazonizarurgente/> acessado em 24 de novembro de 2023.

Angelus 15 de outubro de 2017, papa Francisco, disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2017/documents/papa-francesco_angelus_20171015.html acesso em 13 de novembro de 2023.

Audiência Papa Paulo VI dia 12 de janeiro de 1966, disponível em https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1966/documents/hf_p-vi_aud_19660112.html , acessado em 20/08/2023

BEOZZO, José Oscar. A Recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil, disponível em <https://centromanuellarrain.uc.cl/images/pdf/BeozzoJoseOscar.ArecepcaodoVaticanoII.pdf> [rtigo](https://centromanuellarrain.uc.cl/images/pdf/BeozzoJoseOscar.ArecepcaodoVaticanoII.pdf#rtigo) >, acessado em 22/08/2023

Campanha toque sua boiada para o maior pasto do mundo: Disponível em <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ditadura-militar-no-brasil-queria-transformar-amazonia-em-pasto/> > acessado em 22/08/2023

Composição do Sínodo para a Amazônia, disponíveis em <https://www.cnbb.org.br/domingo->

[dia-6-tem-inicio-a-assembleia-especial-do-sinodo-para-a-pan-amazonia/](#) acessado em 14 de novembro de 2023.

Comunicado oficial a Imprensa – Conselho Pré-Sinodal, disponível em <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-preparatorio.html> acessado em 14 de novembro de 2023.

Conclio Vaticano II, disponível em https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-Concilio.html acesso em 06/09/2023

Constituição Apostólica Episcopalis communio (setembrbo de 2018), disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20180915_episcopalis-communio.html acessado em 13 de novembro de 2023.

Criação da Comissão Episcopal para a Amazônia disponível em <https://www.cnbb.org.br/comissao-episcopal-especial-para-a-amazonia-se-reune-em-manaus-para-avaliar-a-caminhada-e-pensar-o-futuro/#:~:text=Criada%20em%202003%20com%20a,Brasil%20para%20com%20a%20Amaz%C3%B4nia>. Acessado em 07 de novembro de 2023.

Criação da Rede Eclesial Panamazônica – REPAM, disponível em <https://repam.org.br/historia/#:~:text=A%20REPAM%20nasceu%20a%20partir,da%20Amaz%C3%B4nia%20para%20toda%20humanidade>. Acessado em 10 de novembro de 2023.

Decreto conciliar Christus Dominus (28 de outubro de 1965), disponível em https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html# acessado em 13 de novembro de 2023.

Descrição dos rios disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/6994>, acesso em 03/06/2023. MEYER, Marlyse. Caminhos do Imaginário no Brasil. São Paulo: Edusp, 1993.

Diretório dos Índios, disponível em https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm acesso em 09 de fevereiro de 2022

Discurso de abertura do Papa João Paulo II, na Conferência de Santo Domingo, disponível em https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1992/october/documents/hf_jp-ii_spe_19921012_iv-conferencia-latinoamerica.html acesso em 27/10/2023

Discurso do papa Francisco aos Bispos brasileiros, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, 2013, disponível em <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa->

[francesco_20191026_chiusura-sinodo.pdf](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/october/documents/papa-francesco_20191026_chiusura-sinodo.pdf), acessado em 27/10/2023

Discurso final do Papa Francisco, Sinodo para a Amazônia, disponível em [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/october/documents/papa-](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/october/documents/papa-francesco_20191026_chiusura-sinodo.pdf)

[francesco_20191026_chiusura-sinodo.pdf](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/october/documents/papa-francesco_20191026_chiusura-sinodo.pdf), acessado em 27/10/2023

Discurso Papa Paulo VI, última sessão pública do Concílio Vaticano II, disponível em https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-Concilio.html, acessado em 20/08/2023.

Documento Preparatório do Sínodo sobre Sínodo, disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-09/texto-lido-em-portugues.html> acessado em 27 de novembro de 2023.

Encontro com os povos da Amazônia: Discurso do Santo Padre (19 de janeiro de 2018), disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco_20180119_peru-puertomaldonado-popoliamazonia.pdf acessado em 13 de novembro de 2014

Foto CEAMA disponível em <https://repam.org.br/ceama-anuncia-decreto-criacao-aprovacao-estatutos-pelo-vaticano> acessado em 27 de novembro de 2023.

Foto do Conselho Pré-Sinodal, disponível em <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/sinodo-pan-amazonico/conselho-pre-sinodal.html> acessado em 14 de novembro de 2023.

Grupo modernidade/colonialidade disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/>, acessado em 05/07/2023

Hino tudo está interligado, disponível em <https://www.cicaf.org.br/portal/phocadownload/musicas/tudo%20est%20interligado.pdf> acessado em 10 de novembro de 2013.

História das CEBS, disponível em <https://portaldascebs.org.br/historia-das-cebs/#:~:text=As%20Comunidades%20Eclesiais%20de%20Base,pastorais%20do%20Conc%C3%ADlio%20Vaticano%20II%2C>, acessado em 20 de novembro de 2023.

Informe Processo de Consulta Sinodal da Rede eclesial Pan-Amazonica – REPAM, disponível em <https://cffb.org.br/repam-divulga-relatorio-do-processo-das-escutas-do-sinodo/> acessado em 14 de novembro de 2014.

Mapa da integração do governo federal: disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e->

[decretos-para-ocupar-a-amazonia/](#)> acessado em 24/09/2023

Mapa dos Regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, disponível em <https://www.cnbb.org.br/regionais/>> acessado em 22/09/2023.

Objetivos da Conferência Eclesial da América Latina, disponível em <https://www.cnbb.org.br/assembleia-eclesial-da-america-latina-e-do-caribe/> acessado em 27 de novembro de 2023.

Poema Amazônico, disponível em https://www.pensador.com/autor/hernandes_leao/, acessado em 28 de novembro de 2023.

Sínodo: dom Erwin apresenta 10 desafios para Igreja na Amazônia, disponível em <https://repam.org.br/sinodo-dom-erwin-amazonia/> acessado em 27 de novembro de 2023.

Arquivos

1ª Assembleia Rural da Prelazia de Tefé - Relatório, 01 a 04 de dezembro de 1988, Tefé - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 1988.

1º Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia - Documento Final, 1952, Rio de Janeiro - RJ. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1952

1º Encontro Regional Norte 1 - Relatório, 1967, Manaus - AM. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1967.

2º Encontro de CEBS da Prelazia de Tefé - Relatório, 2007, Tefé - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2007.

2º Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia - Documento final, 1954, Belém - PA. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1954.

3º Encontro de CEBS da Prelazia de Tefé - Relatório, 2011, Tefé - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2011.

3º Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia - Documento final, 1957, Belém - PA. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1957.

4º Encontro de CEBS da Prelazia de Tefé - Relatório, 2015, Carauari - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2015.

4º Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia - Documento final, 1964, Belém - PA. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus -

AM, 1964.

5º Encontro de CEBS da Prelazia de Tefé - Relatório, 2019, Jutaí - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2019.

9º Congresso Eucarístico Nacional do Brasil - Mensagem do Papa Paulo VI aos participantes, 1975, Manaus - AM. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1975.

Anteprojeto do Plano Interregional de pastoral orgânica da Amazônia, 1971, Rio de Janeiro - RJ. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1971.

Assembleia de Escuta – Sínodo para a Amazônia – Relatório, setembro de 2018, Itamarati - AM. *Anais*. Arquivo Prelazia de Tefé, Tefé - 2018.

Assembleia Regional - Relatório, 1970, Manaus - AM. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1970.

Assembleia Regional - Relatório, 1971, Manaus - AM. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1971.

Boletim da Prelazia - Informativo, n.156, 2010, Tefé - AM, *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2010.

Boletim Especial da Prelazia de Tefé, n. 189, 2013, Tefé - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2013.

Curso: nas técnicas de desenvolvimento para os Bispos da Amazônia Ocidental - Relatório, 1969, Manaus - AM. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1969.

DIONÍSIO, Egon; VANZOGEL, Teodoro. **O clamor dos seringueiros de Jutaí**. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2010.

Fotografia São José e Frente da Cidade, *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM.

GRUYTERS, Antônio Henrique Maria; LIMA, Francisco Andrade de. **Cronologia**. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2010.

História da Prelazia de Tefé, 2002, Tefé - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2002.

Histórico do MEB, 2003, Tefé - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2003.

II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal - Abertura, 2016. Belém - PA. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1 - Manaus - AM, 2016.

II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal - Carta Compromisso, 2016. Belém - PA. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1 - Manaus -

AM, 2016.

IV Encontro de Pastoral da Amazônia - relatório Final, 1972, Santarém - PA. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1972.

Jornada Mundial da Juventude - Discurso do papa Francisco aos Bispos Brasileiros, 2013, Rio de Janeiro - RJ. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 2013.

LANGE, JOAQUIM, [Carta], Tefé - AM. [para] PAPA., Roma - Itália. 1f. Solicitação de autorização para ordenação de homens casados.

Livro de Provisões, 2003, Tefé - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - Am, 2003.

Mapa da Prelazia de Tefé, Tefé - Am. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM.

Seminário sobre a Pastoral na Amazônia, 1971, Rio de Janeiro - RJ. *Anais*. Arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Norte 1, Manaus - AM, 1971.

XIV Assembleia Pastoral - Documento Final, 2004, Tefé - AM. *Anais*. Arquivo da Prelazia de Tefé, Tefé - AM, 2004.